

COMPILAÇÃO DOS VERBETES SUMULARES

PJERJ - STJ - STF

[A](#) . [B](#) . [C](#) . [D](#) . [E](#) . [F](#) . [G](#) . [H](#) . [I](#) . [J](#) . [L](#) . [M](#) . [N](#) . [O](#) . [P](#) . [Q](#) . [R](#) . [S](#) . [T](#) . [U](#) . [V](#)

Índice Remissivo Como consultar

Obs.: Esta compilação encontra-se atualizada até a Súmula 148 do PJERJ, Súmula 437 do STJ, Súmula 736 do STF e Súmula Vinculante STF Nº 31.

atualização: 04/05/2010

ABUSO DO DIREITO

SÚMULA TJ Nº127

PARA A CONFIGURAÇÃO DO ABUSO DO DIREITO É DISPENSÁVEL A PROVA DA CULPA. REFERÊNCIA: SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE Nº. [2006.146.00007](#) – JULGAMENTO EM 21/12//2006 – RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO JOSÉ AZEVEDO PINTO. VOTAÇÃO UNÂNIME.

([Topo](#))

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

SÚMULA STJ Nº183

COMPETE AO JUIZ ESTADUAL, NAS COMARCAS QUE NÃO SEJAM SEDE DE VARA DA JUSTIÇA FEDERAL, PROCESSAR E JULGAR AÇÃO CIVIL PÚBLICA, AINDA QUE A UNIÃO FIGURE NO PROCESSO.(*)

(*) JULGANDO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CC N. 27.676-BA, NA SESSÃO DE 08/11/2000, A PRIMEIRA SEÇÃO DELIBEROU PELO **CANCELAMENTO DA SÚMULA** N. 183.
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº329

O MINISTÉRIO PÚBLICO TEM LEGITIMIDADE PARA PROPOR AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO.

(Ver: [LEGITIMIDADE](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

AÇÃO COMINATÓRIA

SÚMULA STF Nº500

NÃO CABE A AÇÃO COMINATÓRIA PARA COMPELIR-SE O RÉU A CUMPRIR OBRIGAÇÃO DE DAR.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

AÇÃO DE COBRANÇA

SÚMULA STJ Nº427

A AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇAS DE VALORES DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA PRESCREVE EM CINCO ANOS CONTADOS DA DATA DO PAGAMENTO.

(VER: [APOSENTADORIA](#), [PRESCRIÇÃO](#))
[NOTÍCIAS DO STJ](#)
([Topo](#))

AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS

SÚMULA STJ Nº372

NA AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS, NÃO CABE A APLICAÇÃO DE MULTA COMINATÓRIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº389

A COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DO CUSTO DO SERVIÇO REFERENTE AO FORNECIMENTO DE CERTIDÃO DE ASSENTAMENTOS CONSTANTES DOS LIVROS DA

COMPANHIA É REQUISITO DE PROCEDIBILIDADE DA AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS AJUIZADA EM FACE DA SOCIEDADE ANÔNIMA.

(VER: [SOCIEDADE ANÔNIMA](#), [CERTIDÃO DE ASSENTAMENTO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO

SÚMULA TJ Nº412

A AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO DE TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO SUJEITA-SE AO PRAZO PRESCRICIONAL ESTABELECIDO NO CÓDIGO CIVIL.

(VER: [TARIFA DE ÁGUA](#); [TARIFA DE ESGOTO](#), [PRESCRIÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO

SÚMULA STJ Nº380

A SIMPLES PROPOSITURA DA AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO NÃO INIBE A CARACTERIZAÇÃO DA MORA DO AUTOR.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

SÚMULA STF Nº 642

NÃO CABE AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI DO DISTRITO FEDERAL DERIVADA DA SUA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA MUNICIPAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

AÇÃO EXECUTIVA

SÚMULA STF Nº600

CABE AÇÃO EXECUTIVA CONTRA O EMITENTE E SEUS AVALISTAS, AINDA QUE NÃO APRESENTADO O CHEQUE AO SACADO NO PRAZO LEGAL, DESDE QUE NÃO PRESCRITA A AÇÃO CAMBIÁRIA.

(VER: [CHEQUE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

AÇÃO MONITÓRIA

SÚMULA STJ Nº247

O CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE, ACOMPANHADO DO DEMONSTRATIVO DE DÉBITO, CONSTITUI DOCUMENTO HÁBIL PARA O AJUIZAMENTO DA AÇÃO MONITÓRIA.

(Ver: [CONTRATO BANCÁRIO](#), [PROVA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº292

A RECONVENÇÃO É CABÍVEL NA AÇÃO MONITÓRIA, APÓS A CONVERSÃO DO PROCEDIMENTO EM ORDINÁRIO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº299

É ADMISSÍVEL A AÇÃO MONITÓRIA FUNDADA EM CHEQUE PRESCRITO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº339

É CABÍVEL AÇÃO MONITÓRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.

(VIDE: [FAZENDA PÚBLICA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº384

CABE AÇÃO MONITÓRIA PARA HAVER SALDO REMANESCENTE ORIUNDO DE VENDA EXTRAJUDICIAL DE BEM ALIENADO FIDUCIARIAMENTE EM GARANTIA.

(ver: [ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

AÇÃO POSSESSÓRIA

SÚMULA TJ Nº147

DESCABIDO CONVOLAR AÇÃO POSSESSÓRIA EM INDENIZATÓRIA, DIANTE DA INTERCORRENTE NOTÍCIA DE DESAPOSSAMENTO INJUSTO DO BEM, ATÉ ENTÃO EM PODER DO RÉU JÁ CITADO, SALVO SE ESTE ANUIR A TAL ALTERAÇÃO, OU JÁ CONSTAR PEDIDO REPARATÓRIO SUCESSIVO NA PETIÇÃO INICIAL DAQUELA, NOS TERMOS DO §1º DO ART. 461, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO § 3º DO ART. 461-A, AMBOS DO CPC.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA VINCULANTE STF Nº23

A JUSTIÇA DO TRABALHO É COMPETENTE PARA PROCESSAR E JULGAR AÇÃO POSSESSÓRIA AJUIZADA EM DECORRÊNCIA DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE GREVE PELOS TRABALHADORES DA INICIATIVA PRIVADA.

(VER: [COMPETÊNCIA](#); [DIREITO DE GREVE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

AÇÃO REGRESSIVA

SÚMULA STF Nº187

A RESPONSABILIDADE CONTRATUAL DO TRANSPORTADOR, PELO ACIDENTE COM O PASSAGEIRO, NÃO É ELIDIDA POR CULPA DE TERCEIRO, CONTRA O QUAL TEM AÇÃO REGRESSIVA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº188

O SEGURADOR TEM AÇÃO REGRESSIVA CONTRA O CAUSADOR DO DANO, PELO QUE EFETIVAMENTE PAGOU, ATÉ AO LIMITE PREVISTO NO CONTRATO DE SEGURO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

AÇÃO RESCISÓRIA

SÚMULA STJ Nº 401

O PRAZO DECADENCIAL DA AÇÃO RESCISÓRIA SÓ SE INICIA QUANDO NÃO FOR CABÍVEL QUALQUER RECURSO DO ÚLTIMO PRONUNCIAMENTO JUDICIAL.

(Ver: [DECADÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº249

É COMPETENTE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA A AÇÃO RESCISÓRIA, QUANDO, EMBORA NÃO TENDO CONHECIDO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO, OU HAVENDO NEGADO PROVIMENTO AO AGRAVO, TIVER APRECIADO A QUESTÃO FEDERAL CONTROVERTIDA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº252

NA AÇÃO RESCISÓRIA, NÃO ESTÃO IMPEDIDOS JUÍZES QUE PARTICIPARAM DO JULGAMENTO RESCINDENDO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº264

VERIFICA-SE A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE PELA PARALISAÇÃO DA AÇÃO RESCISÓRIA POR MAIS DE CINCO ANOS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº295

SÃO INADMISSÍVEIS EMBARGOS INFRINGENTES CONTRA DECISÃO UNÂNIME DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM AÇÃO RESCISÓRIA.

(VER: [EMBARGOS INFRINGENTES](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº514

ADMITE-SE AÇÃO RESCISÓRIA CONTRA SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO, AINDA QUE CONTRA ELA NÃO SE TENHA ESGOTADO TODOS OS RECURSOS.

(VER: [TRÂNSITO EM JULGADO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº515

A COMPETÊNCIA PARA A AÇÃO RESCISÓRIA NÃO É DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, QUANDO A QUESTÃO FEDERAL, APRECIADA NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO OU NO AGRAVO DE INSTRUMENTO, SEJA DIVERSA DA QUE FOI SUSCITADA NO PEDIDO RESCISÓRIO.

(VER: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

ACIDENTE DE TRABALHO

SÚMULA TJ Nº19

É COMPETENTE O EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PARA AS AÇÕES DE DIREITO COMUM RELATIVAS A ACIDENTES DO TRABALHO.

Referência: Uniformização de Jurisprudência nº. 01/86 na Apelação Cível nº. 37.896. Julgamento em 30/03/87. Relator: Desembargador Antônio Assumpção. Registro de Acórdão em 14/08/87.

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº56

EM AÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO, NA QUAL ALEGA O AUTOR REDUÇÃO AUDITIVA, O PERITO DEVE SER MÉDICO ESPECIALISTA, SALVO SE INEXISTIR NA COMARCA.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº. 2001.146.00008. Julgamento em 24/06/2002. Relator: Desembargador Sylvio Capanema de Souza. Votação por maioria. Registro do Acórdão em 14/03/2003.

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº113

COMPROVADO O NEXO ENTRE A DOENÇA DECORRENTE DE ESFORÇO REPETITIVO (LER) E A ATIVIDADE LABORATIVA DESEMPENHADA, O AUXÍLIO-DOENÇA NÃO PODE SER CONDICIONADO AO FATO DE A DOENÇA SER PASSÍVEL DE TRATAMENTO.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº. [2006.146.00008](#) – Julgamento em 18/09/2006 – Votação: unânime – Relator: Desembargador Roberto Wider

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº15

COMPETE A JUSTIÇA ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR OS LITÍGIOS DECORRENTES DE ACIDENTE DO TRABALHO.

(Ver: [COMPETÊNCIA ; JUSTIÇA COMUM](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº44

A DEFINIÇÃO, EM ATO REGULAMENTAR, DE GRAU MÍNIMO DE DISACUSIA, NÃO EXCLUI, POR SI SÓ, A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.

(Ver: [PREVIDENCIÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº159

O BENEFÍCIO ACIDENTÁRIO, NO CASO DE CONTRIBUINTE QUE PERCEBA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL, DEVE SER CALCULADO COM BASE NA MÉDIA ARITMÉTICA DOS ÚLTIMOS DOZE MESES DE CONTRIBUIÇÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº226

O MINISTÉRIO PÚBLICO TEM LEGITIMIDADE PARA RECORRER NA AÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO, AINDA QUE O SEGURADO ESTEJA ASSISTIDO POR ADVOGADO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº278

O TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL, NA AÇÃO DE INDENIZAÇÃO, É A DATA EM QUE O SEGURADO TEVE CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA INCAPACIDADE LABORAL.

(Ver: [PRAZO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº366

COMPETE À JUSTIÇA ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR AÇÃO INDENIZATÓRIA PROPOSTA POR VIÚVA E FILHOS DE EMPREGADO FALECIDO EM ACIDENTE DE TRABALHO. (*)

(*) JULGANDO O CONFLITO DE COMPETÊNCIA N. 101.977-SP, NA SESSÃO DE 16/09/2009, A CORTE ESPECIAL DELIBEROU PELO **CANCELAMENTO DA SÚMULA** N. 366.

(ver: [JUSTIÇA COMUM](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº35

EM CASO DE ACIDENTE DO TRABALHO OU DE TRANSPORTE, A CONCUBINA TEM DIREITO DE SER INDENIZADA PELA MORTE DO AMÁSIO, SE ENTRE ELES NÃO HAVIA IMPEDIMENTO PARA O MATRIMÔNIO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº198

AS AUSÊNCIAS MOTIVADAS POR ACIDENTE DO TRABALHO NÃO SÃO DESCONTÁVEIS DO PERÍODO AQUISITIVO DAS FÉRIAS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº229

A INDENIZAÇÃO ACIDENTÁRIA NÃO EXCLUI A DO DIREITO COMUM, EM CASO DE DOLO OU CULPA GRAVE DO EMPREGADOR.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº 230

A PRESCRIÇÃO DA AÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO CONTA-SE DO EXAME PERICIAL QUE COMPROVAR A ENFERMIDADE OU VERIFICAR A NATUREZA DA INCAPACIDADE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº232

EM CASO DE ACIDENTE DO TRABALHO, SÃO DEVIDAS DIÁRIAS ATÉ DOZE MESES, AS QUAIS NÃO SE CONFUNDEM COM A INDENIZAÇÃO ACIDENTÁRIA NEM COM O AUXÍLIO-ENFERMIDADE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº234

SÃO DEVIDOS HONORÁRIOS DE ADVOGADO EM AÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO JULGADA PROCEDENTE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº235

É COMPETENTE PARA A AÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO A JUSTIÇA CÍVEL COMUM, INCLUSIVE EM SEGUNDA INSTÂNCIA, AINDA QUE SEJA PARTE AUTARQUIA SEGURADORA (VIDE OBSERVAÇÃO).

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº236

EM AÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO, A AUTARQUIA SEGURADORA NÃO TEM ISENÇÃO DE CUSTAS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº238

EM CASO DE ACIDENTE DO TRABALHO, A MULTA PELO RETARDAMENTO DA LIQUIDAÇÃO É EXIGÍVEL DO SEGURADOR SUB-ROGADO, AINDA QUE AUTARQUIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº240

O DEPÓSITO PARA RECORRER, EM AÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO, É EXIGÍVEL DO SEGURADOR SUB-ROGADO, AINDA QUE AUTARQUIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº434

A CONTROVÉRSIA ENTRE SEGURADORES INDICADOS PELO EMPREGADOR NA AÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO NÃO SUSPENDE O PAGAMENTO DEVIDO AO ACIDENTADO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº464

NO CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE DO TRABALHO INCLUI-SE, QUANDO DEVIDO, O REPOUSO SEMANAL REMUNERADO.

(VER: [INDENIZAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº465

O REGIME DE MANUTENÇÃO DE SALÁRIO, APLICÁVEL AO (IAPM) E AO (IAPETC), EXCLUI A INDENIZAÇÃO TARIFADA NA LEI DE ACIDENTES DO TRABALHO, MAS NÃO O BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.

(VER: [INDENIZAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº501

COMPETE À JUSTIÇA ORDINÁRIA ESTADUAL O PROCESSO E O JULGAMENTO, EM AMBAS AS INSTÂNCIAS, DAS CAUSAS DE ACIDENTE DO TRABALHO, AINDA QUE PROMOVIDAS CONTRA A UNIÃO, SUAS AUTARQUIAS, EMPRESAS PÚBLICAS OU SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA.

(VER: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº529

SUBSISTE A RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR PELA INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE ACIDENTE DO TRABALHO, QUANDO O SEGURADOR, POR HAVER ENTRADO EM LIQUIDAÇÃO, OU POR OUTRO MOTIVO, NÃO SE ENCONTRAR EM CONDIÇÕES FINANCEIRAS, DE EFETUAR, NA FORMA DA LEI, O PAGAMENTO QUE O SEGURO OBRIGATÓRIO VISAVA GARANTIR.

(VER: [INDENIZAÇÃO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA VINCULANTE STF Nº 22

A JUSTIÇA DO TRABALHO É COMPETENTE PARA PROCESSAR E JULGAR AS AÇÕES DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PATRIMONIAIS DECORRENTES DE ACIDENTE DE TRABALHO PROPOSTAS POR EMPREGADO CONTRA EMPREGADOR, INCLUSIVE AQUELAS QUE AINDA NÃO POSSUÍAM SENTENÇA DE MÉRITO EM PRIMEIRO GRAU QUANDO DA PROMULGAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45/04.

(VER: [DANO MORAL](#); [COMPETÊNCIA](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

AGRAVO

SÚMULA TJ Nº104

O AGRAVO DE INSTRUMENTO, SOB PENA DE NÃO CONHECIMENTO, DEVE SER INSTRUÍDO, NO ATO DE SUA INTERPOSIÇÃO, NÃO SÓ COM OS DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS, MAS TAMBÉM COM OS NECESSÁRIOS À COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA, SALVO JUSTO IMPEDIMENTO.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2005.146.00001](#) - Julgamento em 18/07/2005 – Votação: unânime – Relator: Desembargador Cássia Medeiros – Registro de Acórdão em 26/12/2005 – fls. 011200/011220.

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº118

O AGRAVO DE INSTRUMENTO É O RECURSO CABÍVEL DA DECISÃO QUE HOMOLOGA A ATUALIZAÇÃO DO CÁLCULO DA LIQUIDAÇÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº182

E INVIÁVEL O AGRAVO DO ART. 545 DO CPC QUE DEIXA DE ATACAR ESPECIFICAMENTE OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº217

NÃO CABE AGRAVO DE DECISÃO QUE INDEFERE O PEDIDO DE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DA LIMINAR, OU DA SENTENÇA EM MANDADO DE SEGURANÇA.(*)

(*) julgando agrg na ss n. 1.204-am, na sessão de 23/10/2003, a corte especial deliberou pelo **CANCELAMENTO DA SÚMULA** n. 217.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

(Ver: [LIMINAR](#), [MANDADO DE SEGURANÇA](#))

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº223

A CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO CONSTITUI PEÇA OBRIGATÓRIA DO INSTRUMENTO DE AGRAVO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº255

CABEM EMBARGOS INFRINGENTES CONTRA ACÓRDÃO, PROFERIDO POR MAIORIA, EM AGRAVO RETIDO, QUANDO SE TRATAR DE MATÉRIA DE MÉRITO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

(VIDE: [EMBARGOS INFRINGENTES](#))

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº315

NÃO CABEM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO ÂMBITO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO QUE NÃO ADMITE RECURSO ESPECIAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº316

CABEM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA CONTRA ACÓRDÃO QUE, EM AGRAVO REGIMENTAL, DECIDE RECURSO ESPECIAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº242

O AGRAVO NO AUTO DO PROCESSO DEVE SER APRECIADO, NO JULGAMENTO DA APELAÇÃO, AINDA QUE O AGRAVANTE NÃO TENHA APELADO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº287

NEGA-SE PROVIMENTO AO AGRAVO, QUANDO A DEFICIÊNCIA NA SUA FUNDAMENTAÇÃO, OU NA DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO, NÃO PERMITIR A EXATA COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº288

NEGA-SE PROVIMENTO A AGRAVO PARA SUBIDA DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO, QUANDO FALTAR NO TRASLADO O DESPACHO AGRAVADO, A DECISÃO RECORRIDA, A PETIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO OU QUALQUER PEÇA ESSENCIAL À COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº289

O PROVIMENTO DO AGRAVO POR UMA DAS TURMAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL AINDA QUE SEM RESSALVA, NÃO PREJUDICA A QUESTÃO DO CABIMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

(Vide: [RECURSO ORDINÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº425

O AGRAVO DESPACHADO NO PRAZO LEGAL NÃO FICA PREJUDICADO PELA DEMORA DA JUNTADA, POR CULPA DO CARTÓRIO; NEM O AGRAVO ENTREGUE EM CARTÓRIO NO PRAZO LEGAL, EMBORA DESPACHADO TARDIAMENTE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº426

A FALTA DO TERMO ESPECÍFICO NÃO PREJUDICA O AGRAVO NO AUTO DO PROCESSO, QUANDO OPORTUNA A INTERPOSIÇÃO POR PETIÇÃO OU NO TERMO DA AUDIÊNCIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº427

A FALTA DE PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO NÃO PREJUDICA O AGRAVO NO AUTO DO PROCESSO TOMADO POR TERMO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº639

APLICA-SE A SÚMULA 288 QUANDO NÃO CONSTAREM DO TRASLADO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO AS CÓPIAS DAS PEÇAS NECESSÁRIAS À VERIFICAÇÃO DA

TEMPESTIVIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO NÃO ADMITIDO PELA DECISÃO AGRAVADA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº727

NÃO PODE O MAGISTRADO DEIXAR DE ENCAMINHAR AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL O AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO DA DECISÃO QUE NÃO ADMITE RECURSO EXTRAORDINÁRIO, AINDA QUE REFERENTE A CAUSA INSTAURADA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

ALGEMA

[SÚMULA VINCULANTE STF Nº 11](#)

SÓ É LÍCITO O USO DE ALGEMAS EM CASOS DE RESISTÊNCIA E DE FUNDADO RECEIO DE FUGA OU DE PERIGO À INTEGRIDADE FÍSICA PRÓPRIA OU ALHEIA, POR PARTE DO PRESO OU DE TERCEIROS, JUSTIFICADA A EXCEPCIONALIDADE POR ESCRITO, SOB PENA DE RESPONSABILIDADE DISCIPLINAR, CIVIL E PENAL DO AGENTE OU DA AUTORIDADE E DE NULIDADE DA PRISÃO OU DO ATO PROCESSUAL A QUE SE REFERE, SEM PREJUÍZO DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

SÚMULA TJ Nº55

NA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO, FUNDADA EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, BASTA A CARTA DIRIGIDA AO DEVEDOR COM AVISO DE RECEBIMENTO ENTREGUE NO ENDEREÇO CONSTANTE DO CONTRATO, PARA COMPROVAR A MORA, E JUSTIFICAR A CONCESSÃO DE LIMINAR.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº. 2001.146.00008. Julgamento em 24/06/2002. Relator: Desembargador Sylvio Capanema de Souza. Votação por maioria. Registro do Acórdão em 14/03/2003.

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº28

O CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA PODE TER POR OBJETO BEM QUE JÁ INTEGRAVA O PATRIMÔNIO DO DEVEDOR.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº72

A COMPROVAÇÃO DA MORA E IMPRESCINDÍVEL A BUSCA E APREENSÃO DO BEM ALIENADO FIDUCIARIAMENTE.

(Ver: [PROVA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº245

A NOTIFICAÇÃO DESTINADA A COMPROVAR A MORA, NAS DÍVIDAS GARANTIDAS POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, DISPENSA A INDICAÇÃO DO VALOR DO DÉBITO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº284

A PURGA DA MORA, NOS CONTRATOS DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, SÓ É PERMITIDA QUANDO JÁ PAGOS PELO MENOS 40% (QUARENTA POR CENTO) DO VALOR FINANCIADO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº384

CABE AÇÃO MONITÓRIA PARA HAVER SALDO REMANESCENTE ORIUNDO DE VENDA EXTRAJUDICIAL DE BEM ALIENADO FIDUCIARIAMENTE EM GARANTIA.

(ver: [AÇÃO MONITÓRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

ALIMENTOS

SÚMULA TJ Nº14

É APENAS DEVOLUTIVO O EFEITO DA APELAÇÃO INTERPOSTA DE SENTENÇA QUE, EM AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE CLÁUSULA DE SEPARAÇÃO JUDICIAL, CONDENAR A PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS.

Referência: Uniformização de Jurisprudência nº. 21 no Agravo de Instrumento nº. 4.513. Julgamento em 16/08/82. Relator: Desembargador Jorge Loretti. Registro de Acórdão em 22/10/82.

(Ver: [RECURSO](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº111

COMPETÊNCIA PARA A EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. A REGRA É A DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA AÇÃO SALVO QUANDO ESTE NÃO FOR MAIS O FORO DO DOMICÍLIO DO ALIMENTANDO.

Referência: Uniformização de Jurisprudência nº. [2006.018.00001](#) – Julgamento em 14/08/2006.

– Votação: unânime – Relator: Desembargador Luiz Eduardo Rabello

(Ver: [COMPETÊNCIA](#), [EXECUÇÃO](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº120

A COMPETÊNCIA PARA CONHECER DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS É DO JUÍZO QUE OS FIXOU, SALVO NOS CASOS DE ALTERAÇÃO DE DOMICÍLIO DO EXEQUENTE.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2006.146.00004](#) – Julgamento em 09/10/2006 – Votação: unânime – Relator: Desembargador Marcus Tullius Alves

(Ver: [COMPETÊNCIA](#), [EXECUÇÃO](#))

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº1

O FORO DO DOMICÍLIO OU DA RESIDÊNCIA DO ALIMENTANDO E O COMPETENTE PARA A AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE, QUANDO CUMULADA COM A DE ALIMENTOS.

(Ver: [COMPETÊNCIA](#), [INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº144

OS CRÉDITOS DE NATUREZA ALIMENTÍCIA GOZAM DE PREFERÊNCIA, DESVINCULADOS OS PRECATÓRIOS DA ORDEM CRONOLÓGICA DOS CRÉDITOS DE NATUREZA DIVERSA.

(Ver: [ALIMENTOS](#), [PRECATÓRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº277

JULGADA PROCEDENTE A INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE, OS ALIMENTOS SÃO DEVIDOS A PARTIR DA CITAÇÃO.

(Ver: [INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº309

O DÉBITO ALIMENTAR QUE AUTORIZA A PRISÃO CIVIL DO ALIMENTANTE É O QUE COMPREENDE AS TRÊS PRESTAÇÕES ANTERIORES AO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO E AS QUE SE VENCEREM NO CURSO DO PROCESSO.(*)

(*) julgando o hc 53.068-ms, na sessão de 22/03/2006, a segunda seção deliberou pela **alteração da súmula** n. 309.

Redação anterior (decisão de 27/04/2005, dj 04/05/2005): o débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores à citação e as que vencerem no curso do processo.

(Ver: [PRISÃO CIVIL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº313

EM AÇÃO DE INDENIZAÇÃO, PROCEDENTE O PEDIDO, É NECESSÁRIA A CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL OU CAUÇÃO FIDEJUSSÓRIA PARA A GARANTIA DE PAGAMENTO DA PENSÃO, INDEPENDENTEMENTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO DEMANDADO.

(Ver: [DANO MORAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº336

A MULHER QUE RENUNCIOU AOS ALIMENTOS NA SEPARAÇÃO JUDICIAL TEM DIREITO À PENSÃO PREVIDENCIÁRIA POR MORTE DO EX-MARIDO, COMPROVADA A NECESSIDADE ECONÔMICA SUPERVENIENTE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº358

O CANCELAMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA DE FILHO QUE ATINGIU A MAIORIDADE ESTÁ SUJEITO À DECISÃO JUDICIAL, MEDIANTE CONTRADITÓRIO, AINDA QUE NOS PRÓPRIOS AUTOS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº226

NA AÇÃO DE DESQUITE, OS ALIMENTOS SÃO DEVIDOS DESDE A INICIAL E NÃO DA DATA DA DECISÃO QUE OS CONCEDE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

APELAÇÃO

SÚMULA TJ Nº14

É APENAS DEVOLUTIVO O EFEITO DA APELAÇÃO INTERPOSTA DE SENTENÇA QUE, EM AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE CLÁUSULA DE SEPARAÇÃO JUDICIAL, CONDENAR A PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS.

REFERÊNCIA:

Uniformização de Jurisprudência nº 21 no Agravo de Instrumento nº [1982.002.04513](#)

Julgamento em 16.08.82

Relator: DES. JORGE LORETTI

Registro do Acórdão em 22/10/82

In: RJTJRJ 50/63 e RT 568/144

C. Proc. Civil, art. 477 e 520, II

Lei Fed. 5.478/68, arts. 13 e 14

Lei Fed. 6.014/73

(Ver: [ALIMENTOS](#))

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº317

É DEFINITIVA A EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, AINDA QUE PENDENTE APELAÇÃO CONTRA SENTENÇA QUE JULGUE IMPROCEDENTES OS EMBARGOS.

(Ver: [EMBARGOS](#); [TÍTULO EXECUTIVO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº331

A APELAÇÃO INTERPOSTA CONTRA SENTENÇA QUE JULGA EMBARGOS À ARREMATACÃO TEM EFEITO MERAMENTE DEVOLUTIVO.

(Ver: [EMBARGOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº347

O CONHECIMENTO DE RECURSO DE APELAÇÃO DO RÉU INDEPENDE DE SUA PRISÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº428

NÃO FICA PREJUDICADA A APELAÇÃO ENTREGUE EM CARTÓRIO NO PRAZO LEGAL, EMBORA DESPACHADA TARDIAMENTE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº705

A RENÚNCIA DO RÉU AO DIREITO DE APELAÇÃO, MANIFESTADA SEM A ASSISTÊNCIA DO DEFENSOR, NÃO IMPEDE O CONHECIMENTO DA APELAÇÃO POR ESTE INTERPOSTA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº708

É NULO O JULGAMENTO DA APELAÇÃO SE, APÓS A MANIFESTAÇÃO NOS AUTOS DA RENÚNCIA DO ÚNICO DEFENSOR, O RÉU NÃO FOI PREVIAMENTE INTIMADO PARA CONSTITUIR OUTRO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº713

O EFEITO DEVOLUTIVO DA APELAÇÃO CONTRA DECISÕES DO JÚRI É ADSTRITO AOS FUNDAMENTOS DA SUA INTERPOSIÇÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

APOSENTADORIA

SÚMULA STJ Nº416

É DEVIDA A PENSÃO POR MORTE AOS DEPENDENTES DO SEGURADO QUE, APESAR DE TER PERDIDO ESSA QUALIDADE, PREENCHEU OS REQUISITOS LEGAIS PARA A OBTENÇÃO DE APOSENTADORIA ATÉ A DATA DO SEU ÓBITO.

(VER: [PREVIDENCIÁRIO](#); [PENSÃO POR MORTE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº427

A AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇAS DE VALORES DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA PRESCREVE EM CINCO ANOS CONTADOS DA DATA DO PAGAMENTO.

(VER: [AÇÃO DE COBRANÇA](#), [PRESCRIÇÃO](#))

[NOTÍCIAS DO STJ](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº30

SERVIDORES DE COLETORIAS NÃO TÊM DIREITO À PERCENTAGEM PELA COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS À PETROBRAS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº34

NO ESTADO DE SÃO PAULO, FUNCIONÁRIO ELEITO VEREADOR FICA LICENCIADO POR TODA A DURAÇÃO DO MANDATO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº37

NÃO TEM DIREITO DE SE APOSENTAR PELO TESOIRO NACIONAL O SERVIDOR QUE NÃO SATISFIZER AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NA LEGISLAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL, AINDA QUE APOSENTADO PELA RESPECTIVA INSTITUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, COM DIREITO, EM TESE, A DUAS APOSENTADORIAS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº38

RECLASSIFICAÇÃO POSTERIOR À APOSENTADORIA NÃO APROVEITA AO SERVIDOR APOSENTADO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº243

EM CASO DE DUPLA APOSENTADORIA, OS PROVENTOS A CARGO DO IAPFESP NÃO SÃO EQUIPARÁVEIS AOS PAGOS PELO TESOIRO NACIONAL, MAS CALCULADOS À BASE DA MÉDIA SALARIAL NOS ÚLTIMOS DOZE MESES DE SERVIÇO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº441

O MILITAR, QUE PASSA À INATIVIDADE COM PROVENTOS INTEGRAIS, NÃO TEM DIREITO ÀS COTAS TRIGÉSIMAS A QUE SE REFERE O CÓDIGO DE VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS MILITARES.

(VIDE: [SERVIDOR PÚBLICO MILITAR](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº567

A CONSTITUIÇÃO, AO ASSEGURAR, NO § 3º DO ART. 102, A CONTAGEM INTEGRAL DO TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL PARA OS EFEITOS DE APOSENTADORIA E DISPONIBILIDADE NÃO PROÍBE À UNIÃO, AOS ESTADOS E AOS MUNICÍPIOS MANDAREM CONTAR, MEDIANTE LEI, PARA EFEITO DIVERSO, TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO A OUTRA PESSOA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº726

PARA EFEITO DE APOSENTADORIA ESPECIAL DE PROFESSORES, NÃO SE COMPUTA O TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO FORA DA SALA DE AULA.

(VER: [MAGISTÉRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

ARRENDAMENTO MERCANTIL

SÚMULA TJ Nº67

A COBRANÇA ANTECIPADA DO VALOR RESIDUAL (VRG) PELO ARRENDADOR, NÃO DESCARACTERIZA O CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (LEASING), PODENDO, PARA A SOLUÇÃO DO LITÍGIO, SER UTILIZADA TANTO A AÇÃO REINTEGRATÓRIA ESPECÍFICA COM POSSÍVEL LIMINAR, COMO A AÇÃO ORDINÁRIA, COM EVENTUAL ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, SE PREENCHIDOS OS REQUISITOS DO ART. 273, I E II DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

Referência: Uniformização de Jurisprudência nº [2003.018.00001](#) no Agravo de Instrumento nº 2002.002.13237 - Julgamento em 11/08/2003 - Votação: por maioria - Relator: Desembargador Marcus Faver - Registro de Acórdão em 14/10/2003 - fls. 5939/5960.

[\(Topo\)](#)

SÚMULA TJ Nº103

NAS AÇÕES FUNDADAS EM CONTRATOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, BASTA A CARTA DIRIGIDA AO DEVEDOR, COM AVISO DE RECEBIMENTO, ENTREGUE NO ENDEREÇO CONSTANTE DO CONTRATO, PARA COMPROVAR A MORA E JUSTIFICAR A CONCESSÃO DE LIMINAR.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2005.146.00001](#) - Julgamento em 18/07/2005 – Votação: unânime – Relator: Desembargador Cássia Medeiros – Registro de Acórdão em 26/12/2005 – fls. 011200/011220

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº263

A COBRANÇA ANTECIPADA DO VALOR RESIDUAL (VRG) DESCARACTERIZA O CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, TRANSFORMANDO-O EM COMPRA E VENDA A PRESTAÇÃO.(*)

(*) Julgando os RESPs 443.143-GO e 470.632-SP, na sessão de 27/08/2003, a Segunda Seção deliberou pelo **CANCELAMENTO DA SÚMULA** n. 263.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº293

A COBRANÇA ANTECIPADA DO VALOR RESIDUAL GARANTIDO (VRG) NÃO DESCARACTERIZA O CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº 369

NO CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (LEASING), AINDA QUE HAJA CLÁUSULA RESOLUTIVA EXPRESSA, É NECESSÁRIA A NOTIFICAÇÃO PRÉVIA DO ARRENDATÁRIO PARA CONSTITUÍ-LO EM MORA.

[PESQUISA INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

AUTOMÓVEL

SÚMULA STF Nº59

IMIGRANTE PODE TRAZER, SEM LICENÇA PRÉVIA, AUTOMÓVEL QUE LHE PERTENÇA DESDE MAIS DE SEIS MESES ANTES DO SEU EMBARQUE PARA O BRASIL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº61

BRASILEIRO DOMICILIADO NO ESTRANGEIRO, QUE SE TRANSFERE DEFINITIVAMENTE PARA O BRASIL, PODE TRAZER AUTOMÓVEL LICENCIADO EM SEU NOME HÁ MAIS DE SEIS MESES.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº62

NÃO BASTA A SIMPLES ESTADA NO ESTRANGEIRO POR MAIS DE SEIS MESES, PARA DAR DIREITO À TRAZIDA DE AUTOMÓVEL COM FUNDAMENTO EM TRANSFERÊNCIA DE RESIDÊNCIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº63

É INDISPENSÁVEL, PARA TRAZIDA DE AUTOMÓVEL, A PROVA DO LICENCIAMENTO HÁ MAIS DE SEIS MESES NO PAÍS DE ORIGEM.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº86

NÃO ESTÁ SUJEITO AO IMPOSTO DE CONSUMO AUTOMÓVEL USADO, TRAZIDO DO EXTERIOR PELO PROPRIETÁRIO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº 262

NÃO CABE MEDIDA POSSESSÓRIA LIMINAR PARA LIBERAÇÃO ALFANDEGÁRIA DE AUTOMÓVEL.

(VIDE: [LIMINAR](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº406

O ESTUDANTE OU PROFESSOR BOLSISTA E O SERVIDOR PÚBLICO EM MISSÃO DE ESTUDO SATISFAZEM A CONDIÇÃO DA MUDANÇA DE RESIDÊNCIA PARA O EFEITO DE TRAZER AUTOMÓVEL DO EXTERIOR, ATENDIDOS OS DEMAIS REQUISITOS LEGAIS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº492

A EMPRESA LOCADORA DE VEÍCULOS RESPONDE, CIVIL E SOLIDARIAMENTE COM O LOCATÁRIO, PELOS DANOS POR ESTE CAUSADOS A TERCEIRO, NO USO DO CARRO LOCADO.

(VER: [LOCAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

AUXÍLIO MORADIA

SÚMULA TJ Nº148

A INDENIZAÇÃO DE AUXÍLIO MORADIA CRIADA PELA LEI ESTADUAL Nº 958/1983 E PAGA AOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DA ATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO TEM CARÁTER INDENIZATÓRIO E POR ISSO NÃO PODE SER INCORPORADA AOS VENCIMENTOS DO BENEFICIÁRIO QUE PASSA PARA A INATIVIDADE.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº. [2009.018.00006](#) - Julgamento em 11/01/2010 - Relator: Desembargador Miguel Ângelo Barros. Votação Unânime.

(Ver: [INDENIZAÇÃO](#), [MILITAR](#), [VENCIMENTOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

AVAL

SÚMULA STF Nº189

AVAIS EM BRANCO E SUPERPOSTOS CONSIDERAM-SE SIMULTÂNEOS E NÃO SUCESSIVOS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

BENS DA UNIÃO

SÚMULA STF Nº 650

OS INCISOS I E XI DO ART. 20 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL NÃO ALCANÇAM TERRAS DE ALDEAMENTOS EXTINTOS, AINDA QUE OCUPADAS POR INDÍGENAS EM PASSADO REMOTO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

BEM DE FAMÍLIA

SÚMULA STJ Nº364

O CONCEITO DE IMPENHORABILIDADE DE BEM DE FAMÍLIA ABRANGE TAMBÉM O IMÓVEL PERTENCENTE A PESSOAS SOLTEIRAS, SEPARADAS E VIÚVAS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

BINGO E LOTERIA

SÚMULA VINCULANTE STF Nº2

É INCONSTITUCIONAL A LEI OU ATO NORMATIVO ESTADUAL OU DISTRITAL QUE DISPONHA SOBRE SISTEMAS DE CONSÓRCIOS E SORTEIOS, INCLUSIVE BINGOS E LOTERIAS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

BTN

SÚMULA STF Nº725

É CONSTITUCIONAL O § 2º DO ART. 6º DA LEI 8024/1990, RESULTANTE DA CONVERSÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA 168/1990, QUE FIXOU O BTN FISCAL COMO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA APLICÁVEL AOS DEPÓSITOS BLOQUEADOS PELO PLANO COLLOR I.

(VER: [PLANO COLLOR](#))

CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO

SÚMULA TJ Nº89

RAZOÁVEL, EM PRINCÍPIO, A FIXAÇÃO DE VERBA COMPENSATÓRIA NO PATAMAR CORRESPONDENTE A ATÉ 40 SALÁRIOS MÍNIMOS, EM MOEDA CORRENTE, FUNDADA EXCLUSIVAMENTE NA INDEVIDA NEGATIVAÇÃO DO NOME DO CONSUMIDOR EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO.

Referência : Súmula da Jurisprudência Predominante de n.º [2005.146.00006](#) – Julgamento em 10/10/2005 – Votação: unânime – Relator: Des. Sílvio Teixeira

(Ver: [CONSUMIDOR](#), [DANO MORAL](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº90

A INSCRIÇÃO DE CONSUMIDOR INADIMPLENTE EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO CONFIGURA EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO.

Referência : Súmula da Jurisprudência Predominante de n.º [2005.146.00006](#) – Julgamento em 10/10/2005 – Votação: unânime – Relator: Des. Sílvio Teixeira

(Ver: [CONSUMIDOR](#), [DANO MORAL](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº93

A COMUNICAÇÃO, A QUE SE REFERE O ARTIGO 43, § 2º, DO CÓDIGO DO CONSUMIDOR, INDEPENDE DE MAIOR FORMALIDADE E PRESCINDE DE COMPROVAÇÃO POR AVISO DE RECEBIMENTO, BASTANDO PROVA DE POSTAGEM AO CONSUMIDOR NO ENDEREÇO CONSTANTE DO CONTRATO.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante de n.º [2005.146.00006](#) – Julgamento em 10/10/2005 – Votação: unânime – Relator: Des. Sílvio Teixeira

(Ver: [CONSUMIDOR](#))

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº323

A INSCRIÇÃO DE INADIMPLENTE PODE SER MANTIDA NOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO POR, NO MÁXIMO, CINCO ANOS.

(Ver: [CONSUMIDOR](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº359

CABE AO ÓRGÃO MANTENEDOR DO CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO A NOTIFICAÇÃO DO DEVEDOR ANTES DE PROCEDER À INSCRIÇÃO.

(ver: [DANO MORAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº385

DA ANOTAÇÃO IRREGULAR EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, NÃO CABE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, QUANDO PREEXISTENTE LEGÍTIMA INSCRIÇÃO, RESSALVADO O DIREITO AO CANCELAMENTO.

(ver: [DANO MORAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº404

É DISPENSÁVEL O AVISO DE RECEBIMENTO (AR) NA CARTA DE COMUNICAÇÃO AO CONSUMIDOR SOBRE A NEGATIVAÇÃO DE SEU NOME EM BANCOS DE DADOS E CADASTROS.

(VER: [CONSUMIDOR](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

CALÚNIA / INJÚRIA / DIFAMAÇÃO

SÚMULA STF Nº396

PARA A AÇÃO PENAL POR OFENSA À HONRA, SENDO ADMISSÍVEL A EXCEÇÃO DA VERDADE QUANTO AO DESEMPENHO DE FUNÇÃO PÚBLICA, PREVALECE A COMPETÊNCIA ESPECIAL POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO, AINDA QUE JÁ TENHA CESSADO O EXERCÍCIO FUNCIONAL DO OFENDIDO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

CARTÃO DE CRÉDITO

SÚMULA TJ Nº77

A CLÁUSULA-MANDATO INSERIDA NOS CONTRATOS DE EMISSÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO É VÁLIDA E NÃO VIOLA O DEVER DE INFORMAR DO FORNECEDOR.

Referência: Uniformização de Jurisprudência n.º [2004.018.00004](#) na Apelação Cível n.º [2004.001.03705](#) – Julgamento em 22/11/2004 – Votação: por maioria – Relator: Des. Luiz Zveiter – Registro de Acórdão em 01/03/2005 – fls. 799/837.

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº237

NAS OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO, OS ENCARGOS RELATIVOS AO FINANCIAMENTO NÃO SÃO CONSIDERADOS NO CÁLCULO DO ICMS.

(Ver: [ICM/ICMS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº283

AS EMPRESAS ADMINISTRADORAS DE CARTÃO DE CRÉDITO SÃO INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E, POR ISSO, OS JUROS REMUNERATÓRIOS POR ELAS COBRADOS NÃO SOFREM AS LIMITAÇÕES DA LEI DE USURA.

(Ver: [CONSUMIDOR](#), [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

CERTIDÃO DE ASSENTAMENTO

SÚMULA STJ Nº389

A COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DO CUSTO DO SERVIÇO REFERENTE AO FORNECIMENTO DE CERTIDÃO DE ASSENTAMENTOS CONSTANTES DOS LIVROS DA COMPANHIA É REQUISITO DE PROCEDIBILIDADE DA AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS AJUIZADA EM FACE DA SOCIEDADE ANÔNIMA.

(VER: [SOCIEDADE ANÔNIMA](#), [AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

SÚMULA STJ Nº392

A FAZENDA PÚBLICA PODE SUBSTITUIR A CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA) ATÉ A PROLAÇÃO DA SENTENÇA DE EMBARGOS, QUANDO SE TRATAR DE CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL OU FORMAL, VEDADA A MODIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO DA EXECUÇÃO.

(VER: [FAZENDA PÚBLICA](#), [EMBARGOS À EXECUÇÃO](#), [EXECUÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE

SÚMULA STJ Nº352

A OBTENÇÃO OU A RENOVAÇÃO DO CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE

ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS) NÃO EXIME A ENTIDADE DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS SUPERVENIENTES.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

CHEQUE

SÚMULA STJ Nº48

COMPETE AO JUÍZO DO LOCAL DA OBTENÇÃO DA VANTAGEM ILÍCITA PROCESSAR E JULGAR CRIME DE ESTELIONATO COMETIDO MEDIANTE FALSIFICAÇÃO DE CHEQUE.

(VIDE: [COMPETÊNCIA](#); [ESTELIONATO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº244

COMPETE AO FORO DO LOCAL DA RECUSA PROCESSAR E JULGAR O CRIME DE ESTELIONATO MEDIANTE CHEQUE SEM PROVISÃO DE FUNDOS.

(VIDE: [ESTELIONATO](#); [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº370

CARACTERIZA DANO MORAL A APRESENTAÇÃO ANTECIPADA DE CHEQUE PRÉ-DATADO.

(ver: [DANO MORAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº388

A SIMPLES DEVOLUÇÃO INDEVIDA DE CHEQUE CARACTERIZA DANO MORAL.

(Ver: [DANO MORAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº28

O ESTABELECIMENTO BANCÁRIO É RESPONSÁVEL PELO PAGAMENTO DE CHEQUE FALSO, RESSALVADAS AS HIPÓTESES DE CULPA EXCLUSIVA OU CONCORRENTE DO CORRENTISTA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº246

COMPROVADO NÃO TER HAVIDO FRAUDE, NÃO SE CONFIGURA O CRIME DE EMISSÃO DE CHEQUE SEM FUNDOS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº554

O PAGAMENTO DE CHEQUE EMITIDO SEM PROVISÃO DE FUNDOS, APÓS O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA, NÃO OBSTA AO PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO PENAL.

(VER: [ESTELIONATO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº600

CABE AÇÃO EXECUTIVA CONTRA O EMITENTE E SEUS AVALISTAS, AINDA QUE NÃO APRESENTADO O CHEQUE AO SACADO NO PRAZO LEGAL, DESDE QUE NÃO PRESCRITA A AÇÃO CAMBIÁRIA.

(VER: [AÇÃO EXECUTIVA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

CITAÇÃO E/OU INTIMAÇÃO

SÚMULA TJ Nº118

A CITAÇÃO POSTAL COMPROVADAMENTE ENTREGUE À PESSOA FÍSICA, BEM ASSIM NA SEDE OU FILIAL DA PESSOA JURÍDICA, FAZ PRESUMIR O CONHECIMENTO E A VALIDADE DO ATO.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2006.146.00004](#) – Julgamento em 09/10/2006 – Votação: unânime – Relator: Desembargador Marcus Tullius Alves.

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº196

AO EXECUTADO QUE, CITADO POR EDITAL OU POR HORA CERTA, PERMANECER REVEL, SERÁ NOMEADO CURADOR ESPECIAL, COM LEGITIMIDADE PARA APRESENTAÇÃO DE EMBARGOS.

(Ver: [EMBARGOS À EXECUÇÃO](#), [EXECUÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº273

INTIMADA A DEFESA DA EXPEDIÇÃO DA CARTA PRECATÓRIA, TORNA-SE DESNECESSÁRIA INTIMAÇÃO DA DATA da audiência no juízo deprecado.

(Ver: [CITAÇÃO E/OU INTIMAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº282

CABE A CITAÇÃO POR EDITAL EM AÇÃO MONITÓRIA.

(Ver: [CITAÇÃO E/OU INTIMAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº410

A PRÉVIA INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR CONSTITUI CONDIÇÃO NECESSÁRIA PARA A COBRANÇA DE MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER OU NÃO FAZER.

(VER: [OBRIGAÇÃO DE FAZER](#); [OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº414

A CITAÇÃO POR EDITAL NA EXECUÇÃO FISCAL É CABÍVEL QUANDO FRUSTRADAS AS DEMAIS MODALIDADES.

(Ver: [EXECUÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº429

A CITAÇÃO POSTAL, QUANDO AUTORIZADA POR LEI, EXIGE O AVISO DE RECEBIMENTO.

[NOTÍCIAS DO STJ](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº631

EXTINGUE-SE O PROCESSO DE MANDADO DE SEGURANÇA SE O IMPETRANTE NÃO PROMOVE, NO PRAZO ASSINADO, A CITAÇÃO DO LITISCONSORTE PASSIVO NECESSÁRIO.

(VER: [MANDADO DE SEGURANÇA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

COBRANÇA EXCESSIVA

SÚMULA STF Nº159

COBRANÇA EXCESSIVA, MAS DE BOA-FÉ, NÃO DÁ LUGAR ÀS SANÇÕES DO ART. 1531 DO CÓDIGO CIVIL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

SÚMULA STJ Nº6

COMPETE A JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR DELITO DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRANSITO ENVOLVENDO VIATURA DE POLICIA MILITAR, SALVO SE AUTOR E VITIMA FOREM POLICIAIS MILITARES EM SITUAÇÃO DE ATIVIDADE.

(Ver: [COMPETÊNCIA](#); [JUSTIÇA COMUM](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº312

NO PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA IMPOSIÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO, SÃO NECESSÁRIAS AS NOTIFICAÇÕES DA AUTUAÇÃO E DA APLICAÇÃO DA PENA DECORRENTE DA INFRAÇÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº434

O PAGAMENTO DA MULTA POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO NÃO INIBE A DISCUSSÃO JUDICIAL DO DÉBITO.

(Ver: [MULTA](#))

[NOTÍCIAS DO STJ](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº720

O ART. 309 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, QUE RECLAMA DECORRA DO FATO PERIGO DE DANO, DERROGOU O ART. 32 DA LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIAS NO TOCANTE À DIREÇÃO SEM HABILITAÇÃO EM VIAS TERRESTRES.

(VER: [CONTRAVENÇÃO PENAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

CODJERJ

SÚMULA TJ Nº16

A REFERÊNCIA A ESTADO, CONSTANTE DO ART. 120 DO CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS, É RESTRITA AO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

REFERÊNCIA:

Uniformização de Jurisprudência nº 30 no Conflito de Competência nº 979. Julgamento em 29.12.83. Relator: DES. CLÁUDIO LIMA. Registro do Acórdão em 09/04/84. In: RDTJ 01/61 e RBDP 43/151. Const. Fed. 1967, art. 125, I. C. Proc. Civil, art. 479. Lei Fed. 5.010/66, art. 15, IV Dec. Lei 200/67, arts. 4º, a, b e c; 5º, I, II e III. Dec. Lei 30/66, art. 12. CODJERJ, arts. 84; 97, I, a; 119 e 120.

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº31

COMPETEM ÀS VARAS CIVEIS REGIONAIS DE SANTA CRUZ E ILHA DO GOVERNADOR O PROCESSO E JULGAMENTO DA MATÉRIA ORFANOLÓGICA PREVISTA NO ARTIGO 108 DO CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO.

REFERÊNCIA:

Uniformização de Jurisprudência nº 1995.018.00004 no Agravo de Instrumento nº [1994.002.02004](#). Julgamento em 20/03/96 - Votação unânime. Relator: Des. FERREIRA PINTO In: RDTJ: 29/120. Registro do Acórdão em 03/05/96 - fls. 38/40. CODJERJ, art. 84, 85, 87, 88, 91 e 108, Lei Est. 829/85.

(vide: [COMPETÊNCIA](#))

([Topo](#))

COFINS

SÚMULA STJ Nº423

A CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL – COFINS INCIDE SOBRE AS RECEITAS PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES DE LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS.

(VER: [LOCAÇÃO](#))

[NOTÍCIAS DO STJ](#)

([Topo](#))

COMPENSAÇÃO

SÚMULA TJ Nº146

O VALOR DO ICMS PAGO NA ENTRADA DE ENERGIA ELETRICA USADA POR SUPERMERCADO EM PANIFICACAO, RESTAURANTE, ACOUGUE, PEIXARIA E LATICINIOS, PORQUE DESCARACTERIZADO O PROCESSO DE INDUSTRIALIZACAO, NAO SE TRANS FORMA EM CREDITO FISCAL COMPENSAVEL NA OPERACAO POSTERIOR.

Referência: Uniformização de Jurisprudência nº [2009.018.00005](#) – Julgamento em 13/07/2009 – Votação por maioria – Relator: Desembargador Milton Fernandes de Souza.
(VIDE: [ICM/ICMS/ ENERGIA ELÉTRICA](#))
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº394

É ADMISSÍVEL, EM EMBARGOS À EXECUÇÃO, COMPENSAR OS VALORES DE IMPOSTO DE RENDA RETIDOS INDEVIDAMENTE NA FONTE COM OS VALORES RESTITUÍDOS APURADOS NA DECLARAÇÃO ANUAL.
(Ver: [IMPOSTO DE RENDA / EMBARGOS À EXECUÇÃO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

COMPETÊNCIA

SÚMULA TJ Nº27

PARA JULGAR AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO EM QUE SEJA RÉU O BANERJ, O FORO COMPETENTE É O DO LUGAR EM QUE O PAGAMENTO DEVE SER EFETUADO.

REFERÊNCIA:

Uniformização de Jurisprudência nº 03/91 na Apelação Cível nº [1989.001.05246](#) Julgamento em 25/11/91. Relator: DES. BARBOSA MOREIRA. Registro do Acórdão em 23/04/92. In: RDTJ 11/55, RDTJ 14/22, Const. Fed. 1988, arts. 22, I; 125, caput, C. Proc. Civil, art. 891, C. Civil, art. 35, §3º, Súmula 363, STF.
([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº28

PARA EFEITO DE DISTRIBUIÇÃO, NÃO HÁ VINCULAÇÃO ENTRE A CAUSA NOVA E A CAUSA FINDA.

REFERÊNCIA:

Uniformização de Jurisprudência nº 02/91 no Conflito de Competência nº 1989.008.00043. Julgamento em 25/11/91. Relator: DES. MOLEDO SARTORI. Registro do Acórdão em 21/09/92. In: RDTJ 13/108 C. Proc. Civil, arts. 105; 138; 213; 476, I e 478 CODJERJ, art. 33 Reg. Int. TJRJ, art. 120, §4º, Agrav. Inst. TJRJ, 583/88 e 95/86 Conf. Comp. 56/89 e 66/89.
(Ver: [DESQUITE/DIVÓRCIO](#))
([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº31

COMPETEM ÀS VARAS CÍVEIS REGIONAIS DE SANTA CRUZ E ILHA DO GOVERNADOR O PROCESSO E JULGAMENTO DA MATÉRIA ORFANOLÓGICA PREVISTA NO ARTIGO 108 DO CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO.

REFERÊNCIA:

Uniformização de Jurisprudência nº 04/95 no Agravo de Instrumento nº [1994.002.02004](#)

Julgamento em 20/03/96 - Votação unânime Relator: Des. FERREIRA PINTO. In: RDTJ: 29/120 Registro do Acórdão em 03/05/96 - fls. 38/40. CODJERJ, art. 84, 85, 87, 88, 91 e 108, Lei Est. 829/85.

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº74

A CONDENAÇÃO NAS CUSTAS, MESMO PARA O RÉU CONSIDERADO JURIDICAMENTE POBRE, DERIVA DA SUCUMBÊNCIA, E, PORTANTO, COMPETENTE PARA SUA COBRANÇA, OU NÃO, É O JUÍZO DA EXECUÇÃO.

Referência:

Súmula da Jurisprudência Predominante (Art. 122 RI) nº [2002.203.00001](#) (Enunciado Criminal nº 08, do TJRJ) Julgamento em 04/08/2003 – Votação: por maioria – Relator: Des. J.C. Murta Ribeiro – Registro de Acórdão em 05/03/2004 – fls. 565/572.

(Ver: [CUSTAS E TAXA JUDICIÁRIA](#), [SUCUMBENCIA](#), [PROCESSO PENAL](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº111

COMPETÊNCIA PARA A EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. A REGRA É A DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA AÇÃO SALVO QUANDO ESTE NÃO FOR MAIS O FORO DO DOMICÍLIO DO ALIMENTANDO.

Referência: Uniformização de Jurisprudência nº. [2006.018.00001](#)– Julgamento em 14/08/2006.

– Votação: unânime – Relator: Desembargador Luiz Eduardo Rabello.

(Ver: [ALIMENTOS](#), [EXECUÇÃO](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº. 120

A COMPETÊNCIA PARA CONHECER DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS É DO JUÍZO QUE OS FIXOU, SALVO NOS CASOS DE ALTERAÇÃO DE DOMICÍLIO DO EXEQÜENTE.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2006.146.00004](#) – Julgamento em 9/10/2006 – Votação: unânime – Relator: Desembargador Marcus Tullius Alves.

(Ver: [ALIMENTOS](#), [EXECUÇÃO](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº131

ENQUANTO NÃO EDITADA A LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL DE QUE TRATA O ART. 125, PAR. 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A COMPETÊNCIA PARA JULGAR AS AÇÕES CONTRA ATOS DISCIPLINARES MILITARES CONTINUA SENDO DOS JUÍZES FAZENDÁRIOS.

Referência: Uniformização de Jurisprudência nº. [2006.018.00004](#) – Julgamento em 13/11/2006 – Relatora: Desembargadora Marianna Pereira Nunes Feteira Gonçalves. Votação por maioria.

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº140

A COMPETÊNCIA PARA APRECIAR MATÉRIA RELATIVA A CONTRATOS DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA EM INVESTIMENTO DE SERVIÇO TELEFÔNICO É DOS JUÍZOS DAS VARAS EMPRESARIAIS, SEGUNDO O DISPOSTO NO ARTIGO 91 DO CODJERJ COMBINADO COM O ARTIGO 101 DO MESMO DIPLOMA LEGAL.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº. 2006.018.00007 – Julgamento em 9/10//2007 – Relator: Desembargador Salim José Chalub. Votação por maioria.

(ver: [CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº141

A COMPETÊNCIA DAS VARAS DA INFÂNCIA, DA JUVENTUDE E DO IDOSO É FIXADA PELO LUGAR DO DOMICÍLIO DOS PAIS, DO RESPONSÁVEL OU, NA FALTA DESTES, DO ABRIGO.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº. [2008.018.00004](#) – Julgamento em 22/09//2008 – Relator: Desembargador Paulo Gustavo Horta. Votação unânime.

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº1

O FORO DO DOMICILIO OU DA RESIDÊNCIA DO ALIMENTANDO E O COMPETENTE PARA A AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE, QUANDO CUMULADA COM A DE ALIMENTOS.

(Ver: [ALIMENTOS](#), [INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº3

COMPETE AO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DIRIMIR CONFLITO DE COMPETÊNCIA VERIFICADO, NA RESPECTIVA REGIÃO, ENTRE JUIZ FEDERAL E JUIZ ESTADUAL INVESTIDO DE JURISDIÇÃO FEDERAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº4

COMPETE A JUSTIÇA ESTADUAL JULGAR CAUSA DECORRENTE DO PROCESSO ELEITORAL SINDICAL.

(Ver: [JUSTIÇA COMUM](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº6

COMPETE A JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR DELITO DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRANSITO ENVOLVENDO VIATURA DE POLICIA MILITAR, SALVO SE AUTOR E VITIMA FOREM POLICIAIS MILITARES EM SITUAÇÃO DE ATIVIDADE.

(Ver: [CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO](#), [JUSTIÇA COMUM](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº10

INSTALADA A JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO, CESSA A COMPETÊNCIA DO JUIZ DE DIREITO EM MATÉRIA TRABALHISTA, INCLUSIVE PARA A EXECUÇÃO DAS SENTENÇAS POR ELE PROFERIDAS.

(Ver: [DIREITO DO TRABALHO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº11

A PRESENÇA DA UNIÃO OU DE QUALQUER DE SEUS ENTES, NA AÇÃO DE USUCAPIÃO ESPECIAL, NÃO AFASTA A COMPETÊNCIA DO FORO DA SITUAÇÃO DO IMÓVEL.

(Ver: [USUCAPIÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº15

COMPETE A JUSTIÇA ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR OS LITÍGIOS DECORRENTES DE ACIDENTE DO TRABALHO.

(Ver: [ACIDENTE DE TRABALHO](#), [JUSTIÇA COMUM](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº19

A FIXAÇÃO DO HORÁRIO BANCÁRIO, PARA ATENDIMENTO AO PÚBLICO, E DA COMPETÊNCIA DA UNIÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº22

NÃO HA CONFLITO DE COMPETÊNCIA ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA E TRIBUNAL DE ALÇADA DO MESMO ESTADO-MEMBRO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº32

COMPETE A JUSTIÇA FEDERAL PROCESSAR JUSTIFICAÇÕES JUDICIAIS DESTINADAS A INSTRUIR PEDIDOS PERANTE ENTIDADES QUE NELA TEM EXCLUSIVIDADE DE FORO, RESSALVADA A APLICAÇÃO DO ART. 15, II DA LEI 5010/66.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº33

A INCOMPETÊNCIA RELATIVA NÃO PODE SER DECLARADA DE OFÍCIO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº34

COMPETE A JUSTIÇA ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR CAUSA RELATIVA A MENSALIDADE ESCOLAR, COBRADA POR ESTABELECIMENTO PARTICULAR DE ENSINO.

(Ver: [JUSTIÇA COMUM](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº41

O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÃO TEM COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR, ORIGINARIAMENTE, MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO DE OUTROS TRIBUNAIS OU DOS RESPECTIVOS ÓRGÃOS.

(Ver: [MANDADO DE SEGURANÇA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº42

COMPETE A JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR AS CAUSAS CÍVEIS EM QUE É PARTE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E OS CRIMES PRATICADOS EM SEU DETRIMENTO.

(Ver: [MANDADO DE SEGURANÇA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº47

COMPETE A JUSTIÇA MILITAR PROCESSAR E JULGAR CRIME COMETIDO POR MILITAR CONTRA CIVIL, COM EMPREGO DE ARMA PERTENCENTE A CORPORAÇÃO, MESMO NÃO ESTANDO EM SERVIÇO.

(Ver: [JUSTIÇA COMUM](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº48

COMPETE AO JUIZO DO LOCAL DA OBTENÇÃO DA VANTAGEM ILÍCITA PROCESSAR E JULGAR CRIME DE ESTELIONATO COMETIDO MEDIANTE FALSIFICAÇÃO DE CHEQUE.

(Ver: [ESTELIONATO](#); [CHEQUE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº53

COMPETE A JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR CIVIL ACUSADO DE PRÁTICA DE CRIME CONTRA INSTITUIÇÕES MILITARES ESTADUAIS.

(Ver: [JUSTIÇA COMUM](#), [CRIME CONTRA INSTITUIÇÃO MILITAR](#), [PROCESSO PENAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº55

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL NÃO É COMPETENTE PARA JULGAR RECURSO DE DECISÃO PROFERIDA POR JUIZ ESTADUAL NÃO INVESTIDO DE JURISDIÇÃO FEDERAL.

(Ver: [RECURSO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº57

COMPETE A JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR AÇÃO DE CUMPRIMENTO FUNDADA EM ACORDO OU CONVENÇÃO COLETIVA NÃO HOMOLOGADOS PELA JUSTIÇA DO TRABALHO.

(Ver: [JUSTIÇA COMUM](#), [DIREITO DO TRABALHO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº58

PROPOSTA A EXECUÇÃO FISCAL, A POSTERIOR MUDANÇA DE DOMICÍLIO DO EXECUTADO NÃO DESLOCA A COMPETÊNCIA JÁ FIXADA.

(Ver: [EXECUÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº62

COMPETE A JUSTIÇA ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR O CRIME DE FALSA ANOTAÇÃO NA CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, ATRIBUÍDO A EMPRESA PRIVADA.

(Ver: [JUSTIÇA COMUM](#), [CRIME DE FALSO](#), [PROCESSO PENAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº66

COMPETE A JUSTIÇA FEDERAL PROCESSAR E JULGAR EXECUÇÃO FISCAL PROMOVIDA POR CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL.

Ver: [EXECUÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº73

A UTILIZAÇÃO DE PAPEL MOEDA GROSSEIRAMENTE FALSIFICADO CONFIGURA, EM TESE, O CRIME DE ESTELIONATO, DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

(Ver: [JUSTIÇA COMUM](#), [ESTELIONATO](#), [PROCESSO PENAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº75

COMPETE A JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR O POLICIAL MILITAR POR CRIME DE PROMOVER OU FACILITAR A FUGA DE PRESO DE ESTABELECIMENTO PENAL.

(Ver: [JUSTIÇA COMUM](#), [CRIME – SERVIDOR PÚBLICO MILITAR](#), [PROCESSO PENAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº78

COMPETE A JUSTIÇA MILITAR PROCESSAR E JULGAR POLICIAL DE CORPORAÇÃO ESTADUAL, AINDA QUE O DELITO TENHA SIDO PRATICADO EM OUTRA UNIDADE FEDERATIVA.

(Ver: [CRIME – SERVIDOR PÚBLICO MILITAR](#), [PROCESSO PENAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº82

COMPETE A JUSTIÇA FEDERAL, EXCLUÍDAS AS RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS, PROCESSAR E JULGAR OS FEITOS RELATIVOS A MOVIMENTAÇÃO DO FGTS.

(Ver: [FGTS –PIS/PASEP](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº90

COMPETE A JUSTIÇA ESTADUAL MILITAR PROCESSAR E JULGAR O POLICIAL MILITAR PELA PRÁTICA DO CRIME MILITAR, E A COMUM PELA PRÁTICA DO CRIME COMUM SIMULTÂNEO AQUELE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº91

COMPETE A JUSTIÇA FEDERAL PROCESSAR E JULGAR OS CRIMES PRATICADOS CONTRA A FAUNA.(*).

(*) na sessão de 08/11/2000, a terceira seção deliberou pelo **CANCELAMENTO DA SÚMULA** n. 91.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº97

COMPETE A JUSTIÇA DO TRABALHO PROCESSAR E JULGAR RECLAMAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO RELATIVAMENTE A VANTAGENS TRABALHISTAS ANTERIORES A INSTITUIÇÃO DO REGIME JURÍDICO ÚNICO.

(Ver: [DIREITO DO TRABALHO](#), [SERVIDOR PÚBLICO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº104

COMPETE A JUSTIÇA ESTADUAL O PROCESSO E JULGAMENTO DOS CRIMES DE FALSIFICAÇÃO E USO DE DOCUMENTO FALSO RELATIVO A ESTABELECIMENTO PARTICULAR DE ENSINO.

(Ver: [JUSTIÇA COMUM](#); [ESTABELECIMENTO DE ENSINO](#); [CRIME DE FALSO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº107

COMPETE A JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR CRIME DE ESTELIONATO PRATICADO MEDIANTE FALSIFICAÇÃO DAS GUIAS DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, QUANDO NÃO OCORRENTE LESÃO A AUTARQUIA FEDERAL.

(Ver: [JUSTIÇA COMUM](#), [ESTELIONATO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº122

COMPETE A JUSTIÇA FEDERAL O PROCESSO E JULGAMENTO UNIFICADO DOS CRIMES CONEXOS DE COMPETÊNCIA FEDERAL E ESTADUAL, NÃO SE APLICANDO A REGRA DO ART. 78, II, A, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.

(Ver: [CRIMES CONEXOS](#), [PROCESSO PENAL](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº139

CABE A PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL PROPOR EXECUÇÃO FISCAL PARA COBRANÇA DE CREDITO RELATIVO AO ITR.
(Ver: [EXECUÇÃO](#), [FAZENDA PÚBLICA](#), [TRIBUTÁRIO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº140

COMPETE A JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR CRIME EM QUE O INDÍGENA FIGURE COMO AUTOR OU VITIMA.
(Ver: [JUSTIÇA COMUM](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº147

COMPETE A JUSTIÇA FEDERAL PROCESSAR E JULGAR OS CRIMES PRATICADOS CONTRA FUNCIONÁRIO PUBLICO FEDERAL, QUANDO RELACIONADOS COM O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO.
(Ver: [PROCESSO PENAL](#), [SERVIDOR PÚBLICO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº150

COMPETE À JUSTIÇA FEDERAL DECIDIR SOBRE A EXISTÊNCIA DE INTERESSE JURÍDICO QUE JUSTIFIQUE A PRESENÇA, NO PROCESSO, DA UNIÃO, SUAS AUTARQUIAS OU EMPRESAS PÚBLICAS.
(Ver: [PESSOA JURÍDICA](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº151

A COMPETÊNCIA PARA O PROCESSO E JULGAMENTO POR CRIME DE CONTRABANDO OU DESCAMINHO DEFINE-SE PELA PREVENÇÃO DO JUÍZO FEDERAL DO LUGAR DA APREENSÃO DOS BENS.
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº158

NÃO SE PRESTA A JUSTIFICAR EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA O DISSÍDIO COM ACÓRDÃO DE TURMA OU SEÇÃO QUE NÃO MAIS TENHA COMPETÊNCIA PARA A MATÉRIA NELES VERSADA.

(Ver: [EMBARGOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº161

É DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL AUTORIZAR O LEVANTAMENTO DOS VALORES RELATIVOS AO PIS / PASEP E FGTS, EM DECORRÊNCIA DO FALECIMENTO DO TITULAR DA CONTA.

(Ver: [JUSTIÇA COMUM](#), [FGTS –PIS/PASEP](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº165

COMPETE A JUSTIÇA FEDERAL PROCESSAR E JULGAR CRIME DE FALSO TESTEMUNHO COMETIDO NO PROCESSO TRABALHISTA.

(Ver: [DIREITO DO TRABALHO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº170

COMPETE AO JUÍZO ONDE PRIMEIRO FOR INTENTADA A AÇÃO ENVOLVENDO ACUMULAÇÃO DE PEDIDOS, TRABALHISTA E ESTATUTÁRIO, DECIDI-LA NOS LIMITES DA SUA JURISDIÇÃO, SEM PREJUÍZO DO AJUIZAMENTO DE NOVA CAUSA, COM O PEDIDO REMANESCENTE, NO JUÍZO PRÓPRIO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº172

COMPETE A JUSTIÇA COMUM PROCESSAR E JULGAR MILITAR POR CRIME DE ABUSO DE AUTORIDADE, AINDA QUE PRATICADO EM SERVIÇO.

(Ver: [JUSTIÇA COMUM](#), [CRIME – SERVIDOR PÚBLICO MILITAR](#), [PROCESSO PENAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº177

O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA É INCOMPETENTE PARA PROCESSAR E JULGAR, ORIGINARIAMENTE, MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO DE ÓRGÃO COLEGIADO PRESIDIDO POR MINISTRO DE ESTADO.

(Ver: [MANDADO DE SEGURANÇA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº180

NA LIDE TRABALHISTA, COMPETE AO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DIRIMIR CONFLITO DE COMPETÊNCIA VERIFICADO, NA RESPECTIVA REGIÃO, ENTRE JUIZ ESTADUAL E JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO.

(Ver: [DIREITO DO TRABALHO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº200

O JUÍZO FEDERAL COMPETENTE PARA PROCESSAR E JULGAR ACUSADO DE CRIME DE USO DE PASSAPORTE FALSO E O DO LUGAR ONDE O DELITO SE CONSUMOU.

(Ver: [CRIME DE FALSO](#), [PROCESSO PENAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº206

A EXISTÊNCIA DE VARA PRIVATIVA, INSTITUÍDA POR LEI ESTADUAL, NÃO ALTERA A COMPETÊNCIA TERRITORIAL RESULTANTE DAS LEIS DE PROCESSO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº208

COMPETE A JUSTIÇA FEDERAL PROCESSAR E JULGAR PREFEITO MUNICIPAL POR DESVIO DE VERBA SUJEITA A PRESTAÇÃO DE CONTAS PERANTE ORGÃO FEDERAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº209

COMPETE A JUSTIÇA ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR PREFEITO POR DESVIO DE VERBA TRANSFERIDA E INCORPORADA AO PATRIMÔNIO MUNICIPAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº218

COMPETE À JUSTIÇA DOS ESTADOS PROCESSAR E JULGAR AÇÃO DE SERVIDOR ESTADUAL DECORRENTE DE DIREITOS E VANTAGENS ESTATUTÁRIAS NO EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO.

(Ver: [JUSTIÇA COMUM](#), [SERVIDOR PÚBLICO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº222

COMPETE À JUSTIÇA COMUM PROCESSAR E JULGAR AS AÇÕES RELATIVAS À CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PREVISTA NO ART. 578 DA CLT.

(Ver: [JUSTIÇA COMUM](#), [DIREITO DO TRABALHO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº224

EXCLUÍDO DO FEITO O ENTE FEDERAL, CUJA PRESENÇA LEVARA O JUIZ ESTADUAL A DECLINAR DA COMPETÊNCIA, DEVE O JUIZ FEDERAL RESTITUIR OS AUTOS E NÃO SUSCITAR CONFLITO.

(Ver: [JUSTIÇA COMUM](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº230

COMPETE À JUSTIÇA ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR AÇÃO MOVIDA POR TRABALHADOR AVULSO PORTUÁRIO, EM QUE SE IMPUGNA ATO DO ÓRGÃO GESTOR DE MÃO-DE-OBRA DE QUE RESULTE ÓBICE AO EXERCÍCIO DE SUA PROFISSÃO.(*)

(*) Julgando os Conflitos de Competência ns. 30.513-SP, 30.500-SP e 30.504-SP, na sessão de 11/10/2000, a Segunda Seção deliberou pelo **CANCELAMENTO DA SÚMULA** n. 230.

(Ver: [JUSTIÇA COMUM](#), [DIREITO DO TRABALHO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº236

NÃO COMPETE AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DIRIMIR CONFLITOS DE COMPETÊNCIA ENTRE JUÍZES TRABALHISTAS VINCULADOS A TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO DIVERSOS.

(Ver: [DIREITO DO TRABALHO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº244

COMPETE AO FORO DO LOCAL DA RECUSA PROCESSAR E JULGAR O CRIME DE ESTELIONATO MEDIANTE CHEQUE SEM PROVISÃO DE FUNDOS.

(Ver: [ESTELIONATO](#), [PROCESSO PENAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº249

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL TEM LEGITIMIDADE PASSIVA PARA INTEGRAR PROCESSO EM QUE SE DISCUTE CORREÇÃO MONETÁRIA DO FGTS.

(Ver: [FGTS –PIS/PASEP](#), [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº254

A DECISÃO DO JUÍZO FEDERAL QUE EXCLUI DA RELAÇÃO PROCESSUAL ENTE FEDERAL NÃO PODE SER REEXAMINADA NO JUÍZO ESTADUAL.

(Ver: [JUSTIÇA COMUM](#), [RECURSO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº270

O PROTESTO PELA PREFERÊNCIA DE CRÉDITO, APRESENTADO POR ENTE FEDERAL EM EXECUÇÃO QUE TRAMITA NA JUSTIÇA ESTADUAL, NÃO DESLOCA A COMPETÊNCIA PARA A JUSTIÇA FEDERAL.

(Ver: [JUSTIÇA COMUM](#), [EXECUÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº324

COMPETE À JUSTIÇA FEDERAL PROCESSAR E JULGAR AÇÕES DE QUE PARTICIPA A FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO, EQUIPARADA À ENTIDADE AUTÁRQUICA FEDERAL, SUPERVISIONADA PELO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO.

(VER: [COMPETÊNCIA](#), [PESSOA JURÍDICA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº348

COMPETE AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DECIDIR OS CONFLITOS DE COMPETÊNCIA ENTRE JUIZADO ESPECIAL FEDERAL E JUÍZO FEDERAL, AINDA QUE DA MESMA SEÇÃO JUDICIÁRIA.

Julgando o CC 107.635-PR, na sessão de 17/03/2010, a Corte Especial deliberou pelo **CANCELAMENTO DA SÚMULA** n. 348.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº349

COMPETE À JUSTIÇA FEDERAL OU AOS JUÍZES COM COMPETÊNCIA DELEGADA O JULGAMENTO DAS EXECUÇÕES FISCAIS DE CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS PELO EMPREGADOR AO FGTS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº363

COMPETE À JUSTIÇA ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR A AÇÃO DE COBRANÇA AJUIZADA POR PROFISSIONAL LIBERAL CONTRA CLIENTE.

(VER: [JUSTIÇA COMUM](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº365

A INTERVENÇÃO DA UNIÃO COMO SUCESSORA DA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A (RFFSA) DESLOCA A COMPETÊNCIA PARA A JUSTIÇA FEDERAL AINDA QUE A SENTENÇA TENHA SIDO PROFERIDA POR JUÍZO ESTADUAL.

(ver: [JUSTIÇA FEDERAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº368

COMPETE À JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR OS PEDIDOS DE RETIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS DA JUSTIÇA ELEITORAL.

(ver: [JUSTIÇA COMUM](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº374

COMPETE À JUSTIÇA ELEITORAL PROCESSAR E JULGAR A AÇÃO PARA ANULAR DÉBITO DECORRENTE DE MULTA ELEITORAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº376

COMPETE A TURMA RECURSAL PROCESSAR E JULGAR O MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO DE JUIZADO ESPECIAL.

(ver: [MANDADO DE SEGURANÇA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº428

COMPETE AO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DECIDIR OS CONFLITOS DE COMPETÊNCIA ENTRE JUIZADO ESPECIAL FEDERAL E JUÍZO FEDERAL DA MESMA SEÇÃO JUDICIÁRIA.

(ver: [JUSTIÇA FEDERAL](#))

SÚMULA STJ Nº383

A COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR AS AÇÕES CONEXAS DE INTERESSE DE MENOR É, EM PRINCÍPIO, DO FORO DO DOMICÍLIO DO DETENTOR DE SUA GUARDA.

(vide: [INTERESSE DE MENOR](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº218

É COMPETENTE O JUÍZO DA FAZENDA NACIONAL DA CAPITAL DO ESTADO, E NÃO O DA SITUAÇÃO DA COISA, PARA A DESAPROPRIAÇÃO PROMOVIDA POR EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA, SE A UNIÃO FEDERAL INTERVÉM COMO ASSISTENTE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº235

É COMPETENTE PARA A AÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO A JUSTIÇA CÍVEL COMUM, INCLUSIVE EM SEGUNDA INSTÂNCIA, AINDA QUE SEJA PARTE AUTARQUIA SEGURADORA (VIDE OBSERVAÇÃO).

(ver: [ACIDENTE DE TRABALHO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº248

É COMPETENTE, ORIGINARIAMENTE, O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, PARA MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº249

É COMPETENTE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA A AÇÃO RESCISÓRIA, QUANDO, EMBORA NÃO TENDO CONHECIDO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO, OU HAVENDO NEGADO PROVIMENTO AO AGRAVO, TIVER APRECIADO A QUESTÃO FEDERAL CONTROVERTIDA.

(ver: [AÇÃO RESCISÓRIA](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº250

A INTERVENÇÃO DA UNIÃO DESLOCA O PROCESSO DO JUÍZO CÍVEL COMUM PARA O FAZENDÁRIO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº251

RESPONDE A REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A. PERANTE O FORO COMUM E NÃO PERANTE O JUÍZO ESPECIAL DA FAZENDA NACIONAL, A MENOS QUE A UNIÃO INTERVENHA NA CAUSA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº398

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NÃO É COMPETENTE PARA PROCESSAR E JULGAR, ORIGINARIAMENTE, DEPUTADO OU SENADOR ACUSADO DE CRIME.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº419

OS MUNICÍPIOS TÊM COMPETÊNCIA PARA REGULAR O HORÁRIO DO COMÉRCIO LOCAL, DESDE QUE NÃO INFRINJAM LEIS ESTADUAIS OU FEDERAIS VÁLIDAS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº451

A COMPETÊNCIA ESPECIAL POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO NÃO SE ESTENDE AO CRIME COMETIDO APÓS A CESSAÇÃO DEFINITIVA DO EXERCÍCIO FUNCIONAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº452

OFICIAIS E PRAÇAS DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DA GUANABARA RESPONDEM PERANTE A JUSTIÇA COMUM POR CRIME ANTERIOR À LEI 427, DE 11/10/1948.

(VER: [SERVIDOR PÚBLICO MILITAR](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº498

COMPETE À JUSTIÇA DOS ESTADOS, EM AMBAS AS INSTÂNCIAS, O PROCESSO E O JULGAMENTO DOS CRIMES CONTRA A ECONOMIA POPULAR.

(VER: [CRIME CONTRA ECONOMIA POPULAR](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº501

COMPETE À JUSTIÇA ORDINÁRIA ESTADUAL O PROCESSO E O JULGAMENTO, EM AMBAS AS INSTÂNCIAS, DAS CAUSAS DE ACIDENTE DO TRABALHO, AINDA QUE PROMOVIDAS CONTRA A UNIÃO, SUAS AUTARQUIAS, EMPRESAS PÚBLICAS OU SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA.

(VER: [ACIDENTE DE TRABALHO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº504

COMPETE À JUSTIÇA FEDERAL, EM AMBAS AS INSTÂNCIAS, O PROCESSO E O JULGAMENTO DAS CAUSAS FUNDADAS EM CONTRATO DE SEGURO MARÍTIMO.

(VER: [JUSTIÇA FEDERAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº508

COMPETE À JUSTIÇA ESTADUAL, EM AMBAS AS INSTÂNCIAS, PROCESSAR E JULGAR AS CAUSAS EM QUE FOR PARTE O BANCO DO BRASIL S.A.

(VER: [JUSTIÇA COMUM](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº511

COMPETE À JUSTIÇA FEDERAL, EM AMBAS AS INSTÂNCIAS, PROCESSAR E JULGAR AS CAUSAS ENTRE AUTARQUIAS FEDERAIS E ENTIDADES PÚBLICAS LOCAIS, INCLUSIVE MANDADOS DE SEGURANÇA, RESSALVADA A AÇÃO FISCAL, NOS TERMOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1967, ART. 119, § 3º.

(VER: [JUSTIÇA FEDERAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº515

A COMPETÊNCIA PARA A AÇÃO RESCISÓRIA NÃO É DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, QUANDO A QUESTÃO FEDERAL, APRECIADA NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO OU NO AGRAVO DE INSTRUMENTO, SEJA DIVERSA DA QUE FOI SUSCITADA NO PEDIDO RESCISÓRIO.

(VER: [AÇÃO RESCISÓRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº518

A INTERVENÇÃO DA UNIÃO, EM FEITO JÁ JULGADO PELA SEGUNDA INSTÂNCIA E PENDENTE DE EMBARGOS, NÃO DESLOCA O PROCESSO PARA O TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº522

SALVO OCORRÊNCIA DE TRÁFICO PARA O EXTERIOR, QUANDO, ENTÃO, A COMPETÊNCIA SERÁ DA JUSTIÇA FEDERAL, COMPETE À JUSTIÇA DOS ESTADOS O PROCESSO E JULGAMENTO DOS CRIMES RELATIVOS A ENTORPECENTES.

(VER: [TRÁFICO DE ENTORPECENTES](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº555

É COMPETENTE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA PARA JULGAR CONFLITO DE JURISDIÇÃO ENTRE JUIZ DE DIREITO DO ESTADO E A JUSTIÇA MILITAR LOCAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº603

A COMPETÊNCIA PARA O PROCESSO E JULGAMENTO DE LATROCÍNIO É DO JUIZ SINGULAR E NÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI.

(VER: [CRIME CONTRA O PATRIMONIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº623

NÃO GERA POR SI SÓ A COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA CONHECER DO MANDADO DE SEGURANÇA COM BASE NO ART. 102, I, N, DA CONSTITUIÇÃO, DIRIGIR-SE O PEDIDO CONTRA DELIBERAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TRIBUNAL DE ORIGEM, DA QUAL HAJA PARTICIPADO A MAIORIA OU A TOTALIDADE DE SEUS MEMBROS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº624

NÃO COMPETE AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL CONHECER ORIGINARIAMENTE DE MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATOS DE OUTROS TRIBUNAIS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº634

NÃO COMPETE AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL CONCEDER MEDIDA CAUTELAR PARA DAR EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO EXTRAORDINÁRIO QUE AINDA NÃO FOI OBJETO DE JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE NA ORIGEM.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº645

É COMPETENTE O MUNICÍPIO PARA FIXAR O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº647

COMPETE PRIVATIVAMENTE À UNIÃO LEGISLAR SOBRE VENCIMENTOS DOS MEMBROS DAS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR DO DISTRITO FEDERAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº677

ATÉ QUE LEI VENHA A DISPOR A RESPEITO, INCUMBE AO MINISTÉRIO DO TRABALHO PROCEDER AO REGISTRO DAS ENTIDADES SINDICAIS E ZELAR PELA OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA UNICIDADE.

(VER: [SINDICATO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº721

A COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL DO TRIBUNAL DO JÚRI PREVALECE SOBRE O FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO ESTABELECIDO EXCLUSIVAMENTE PELA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº722

SÃO DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DA UNIÃO A DEFINIÇÃO DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE E O ESTABELECIMENTO DAS RESPECTIVAS NORMAS DE PROCESSO E JULGAMENTO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº736

COMPETE À JUSTIÇA DO TRABALHO JULGAR AS AÇÕES QUE TENHAM COMO CAUSA DE PEDIR O DESCUMPRIMENTO DE NORMAS TRABALHISTAS RELATIVAS À SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE DOS TRABALHADORES.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA VINCULANTE STF Nº22

A JUSTIÇA DO TRABALHO É COMPETENTE PARA PROCESSAR E JULGAR AS AÇÕES DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PATRIMONIAIS DECORRENTES DE ACIDENTE DE TRABALHO PROPOSTAS POR EMPREGADO CONTRA EMPREGADOR, INCLUSIVE AQUELAS QUE AINDA NÃO POSSUÍAM SENTENÇA DE MÉRITO EM PRIMEIRO GRAU QUANDO DA PROMULGAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45/04.

(VER: [DANO MORAL](#); [ACIDENTE DE TRABALHO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA VINCULANTE STF Nº23

A JUSTIÇA DO TRABALHO É COMPETENTE PARA PROCESSAR E JULGAR AÇÃO POSSESSÓRIA AJUIZADA EM DECORRÊNCIA DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE GREVE PELOS TRABALHADORES DA INICIATIVA PRIVADA.

(VER: [AÇÃO POSSESSÓRIA](#); [DIREITO DE GREVE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

COMPRA E VENDA

SÚMULA STF Nº165

A VENDA REALIZADA DIRETAMENTE PELO MANDANTE AO MANDATÁRIO NÃO É ATINGIDA PELA NULIDADE DO ART. 1133, II, DO CÓDIGO CIVIL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº166

É INADMISSÍVEL O ARREPENDIMENTO NO COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA SUJEITO AO REGIME DO DECRETO-LEI 58, DE 10/12/1937.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº167

NÃO SE APLICA O REGIME DO DECRETO-LEI 58, DE 10/12/1937, AO COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA NÃO INSCRITO NO REGISTRO IMOBILIÁRIO, SALVO SE O PROMITENTE VENDEDOR SE OBRIGOU A EFETUAR O REGISTRO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº168

PARA OS EFEITOS DO DECRETO-LEI 58, DE 10/12/1937, ADMITE-SE A INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA NO CURSO DA AÇÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº412

NO COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA COM CLÁUSULA DE ARREPENDIMENTO, A DEVOLUÇÃO DO SINAL, POR QUEM O DEU, OU A SUA RESTITUIÇÃO EM DOBRO, POR QUEM O RECEBEU, EXCLUI INDENIZAÇÃO MAIOR, A TÍTULO DE PERDAS E DANOS, SALVO OS JUROS MORATÓRIOS E OS ENCARGOS DO PROCESSO.

(VER: [INDENIZAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº413

O COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS, AINDA QUE NÃO LOTEADOS, DÁ DIREITO À EXECUÇÃO COMPULSÓRIA, QUANDO REUNIDOS OS REQUISITOS LEGAIS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº489

A COMPRA E VENDA DE AUTOMÓVEL NÃO PREVALECE CONTRA TERCEIROS, DE BOA-FÉ, SE O CONTRATO NÃO FOI TRANSCRITO NO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº621

NÃO ENSEJA EMBARGOS DE TERCEIRO À PENHORA A PROMESSA DE COMPRA E VENDA NÃO INSCRITA NO REGISTRO DE IMÓVEIS.

(VER: [EMBARGOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

CONCESSÃO DE BENEFÍCIO

SÚMULA STF Nº715

A PENA UNIFICADA PARA ATENDER AO LIMITE DE TRINTA ANOS DE CUMPRIMENTO, DETERMINADO PELO ART. 75 DO CÓDIGO PENAL, NÃO É CONSIDERADA PARA A CONCESSÃO DE OUTROS BENEFÍCIOS, COMO O LIVRAMENTO CONDICIONAL OU REGIME MAIS FAVORÁVEL DE EXECUÇÃO.

(VER: [PENA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO

SÚMULA VINCULANTE STF Nº27

COMPETE À JUSTIÇA ESTADUAL JULGAR CAUSAS ENTRE CONSUMIDOR E CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO DE TELEFONIA, QUANDO A ANATEL NÃO SEJA LITISCONSORTE PASSIVA NECESSÁRIA, ASSISTENTE, NEM OPOENTE.

(VER: [CONSUMIDOR](#); [LITISCONSÓRCIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

CONCURSO PÚBLICO

SÚMULA TJ Nº22

É LEGÍTIMA A EXIGÊNCIA DO EXAME PSICOTÉCNICO EM CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NOS CARGOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, COMO PREVISTO NO DEC. LEI Nº 218/75 E NA LEI Nº 699/83.

REFERÊNCIA:

Uniformização de Jurisprudência nº 07/87 na Apelação Cível nº [1986.001.00541](#) Julgamento em 28.12.87 . Relator: DES. ASTROGILDO DE FREITAS. Registro do Acórdão em 21/06/88 In: RDTJ 04/102. Lei Est. 699/83, Dec. Lei Est. 218/75

[\(Topo\)](#)

SÚMULA TJ Nº24

NÃO É POSSÍVEL ALTERAR A NORMA DO CONCURSO PÚBLICO, DEPOIS DE REALIZADAS AS PROVAS PREVISTAS NO RESPECTIVO EDITAL, PARA EXIGIR NOVA CONDIÇÃO.

REFERÊNCIA:

Uniformização de Jurisprudência nº 02/88 na Apelação Cível nº 718. Julgamento em 07/11/88. Relatora: DESª ÁUREA PIMENTEL PEREIRA. Registro do Acórdão em 24/10/89.Const. Fed.

1988, art. 5º, XXXVI, Const. Est. 1975, art. 87, §3º, Lei de Int. ao C. Civil, art. 6º, E. Const. 29/84 à Const. Est. 1975, Dec. Lei Est. 218/75, Dec. Lei Est. 3.044/80, art. 5º
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº266

O DIPLOMA OU HABILITAÇÃO LEGAL PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DEVE SER EXIGIDO NA POSSE E NÃO NA INSCRIÇÃO PARA O CONCURSO PÚBLICO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº377

O PORTADOR DE VISÃO MONOCULAR TEM DIREITO DE CONCORRER, EM CONCURSO PÚBLICO, ÀS VAGAS RESERVADAS AOS DEFICIENTES.

(ver: [DEFICIENTE FÍSICO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº683

O LIMITE DE IDADE PARA A INSCRIÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO SÓ SE LEGITIMA EM FACE DO ART. 7º, XXX, DA CONSTITUIÇÃO, QUANDO POSSA SER JUSTIFICADO PELA NATUREZA DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO A SER PREENCHIDO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº684

É INCONSTITUCIONAL O VETO NÃO MOTIVADO À PARTICIPAÇÃO DE CANDIDATO A CONCURSO PÚBLICO.

(VER: [INCONSTITUCIONALIDADE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº686

SÓ POR LEI SE PODE SUJEITAR A EXAME PSICOTÉCNICO A HABILITAÇÃO DE CANDIDATO A CARGO PÚBLICO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

CONCURSO DE PREFERÊNCIAS

SÚMULA STF Nº563

O CONCURSO DE PREFERÊNCIA A QUE SE REFERE O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 187 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL É COMPATÍVEL COM O DISPOSTO NO ART. 9º, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

CONDOMINIO

SÚMULA TJ Nº36

O DESCONTO POR PAGAMENTO ANTECIPADO DA COTA CONDOMINIAL EMBUTE MULTA, QUE NÃO ADMITE APLICAÇÃO DE OUTRA, E, MUITO MENOS, DE PERCENTUAL ACIMA DE 20% COMO PREVISTO NA LEI 4.591/64.

REFERÊNCIA:

Uniformização de Jurisprudência nº 001/2000, na Apelação Cível Nº [2000.001.07887](#) Julgamento em 30.10.2000 - Votação por unanimidade. Relator Designado: Desembargador Luiz Carlos Guimarães. Registro de Acórdão em 16.02.2001 - Fls. 579/583. In: RDTJ 49/212 Lei 4.591/64, art. 12, § 3º.

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº79

EM RESPEITO AO PRINCÍPIO QUE VEDA O ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA, AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES PODEM EXIGIR DOS NÃO ASSOCIADOS, EM IGUALDADE DE CONDIÇÕES COM OS ASSOCIADOS, QUE CONCORRAM PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS POR ELAS EFETIVAMENTE PRESTADOS E QUE SEJAM DO INTERESSE COMUM DOS MORADORES DA LOCALIDADE.

Referência : Uniformização de Jurisprudência n.º 2004.018.00012 na Apelação Cível n.º [2004.001.13327](#)– Julgamento em 04/04/2005– Votação: por maioria – Relator: Des. Sérgio Cavalieri Filho – Registro de Acórdão em 15/07/2005 – fls. 6469/6487.

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº260

A CONVENÇÃO DE CONDOMÍNIO APROVADA, AINDA QUE SEM REGISTRO, É EFICAZ PARA REGULAR AS RELAÇÕES ENTRE OS CONDÔMINOS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

CONSELHO DE POLÍTICA ADUANEIRA

SÚMULA STF Nº559

O DECRETO-LEI 730, DE 5/8/1969, REVOGOU A EXIGÊNCIA DE HOMOLOGAÇÃO, PELO MINISTRO DA FAZENDA, DAS RESOLUÇÕES DO CONSELHO DE POLÍTICA ADUANEIRA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

CONSUMIDOR

SÚMULA TJ Nº89

RAZOÁVEL, EM PRINCÍPIO, A FIXAÇÃO DE VERBA COMPENSATÓRIA NO PATAMAR CORRESPONDENTE A ATÉ 40 SALÁRIOS MÍNIMOS, EM MOEDA CORRENTE, FUNDADA EXCLUSIVAMENTE NA INDEVIDA NEGATIVAÇÃO DO NOME DO CONSUMIDOR EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO.

Referência : Súmula da Jurisprudência Predominante de n.º [2005.146.00006](#)– Julgamento em 10/10/2005 – Votação: unânime – Relator: Des. Sílvio Teixeira

(Ver: [DANO MORAL](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº90

A INSCRIÇÃO DE CONSUMIDOR INADIMPLENTE EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO CONFIGURA EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante de n.º [2005.146.00006](#)– Julgamento em 10/10/2005 – Votação: unânime – Relator: Des. Sílvio Teixeira

(Ver: [DANO MORAL](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº91

A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, PREVISTA NA LEGISLAÇÃO CONSUMERISTA, NÃO PODE SER DETERMINADA NA SENTENÇA.

Referência : Súmula da Jurisprudência Predominante de n.º [2005.146.00006](#)– Julgamento em 10/10/2005 – Votação: unânime – Relator: Des. Sílvio Teixeira

(Ver: [PROVA](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº92

INADMISSÍVEL, EM QUALQUER HIPÓTESE, A DENUNCIAÇÃO DA LIDE NAS AÇÕES QUE VERSEM RELAÇÃO DE CONSUMO.

Referência : Súmula da Jurisprudência Predominante de n.º [2005.146.00006](#)– Julgamento em 10/10/2005 – Votação: unânime – Relator: Des. Sílvio Teixeira

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº93

A COMUNICAÇÃO, A QUE SE REFERE O ARTIGO 43, § 2º, DO CÓDIGO DO CONSUMIDOR, INDEPENDE DE MAIOR FORMALIDADE E PRESCINDE DE COMPROVAÇÃO POR AVISO DE RECEBIMENTO, BASTANDO PROVA DE POSTAGEM AO CONSUMIDOR NO ENDEREÇO CONSTANTE DO CONTRATO.

Referência : Súmula da Jurisprudência Predominante de n.º [2005.146.00006](#) – Julgamento em 10/10/2005 – Votação: unânime – Relator: Des. Sílvia Teixeira
([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº94

CUIDANDO-SE DE FORTUITO INTERNO, O FATO DE TERCEIRO NÃO EXCLUI O DEVER DO FORNECEDOR DE INDENIZAR .

Referência : Súmula da Jurisprudência Predominante de n.º [2005.146.00006](#) – Julgamento em 10/10/2005 – Votação: unânime – Relator: Des. Sílvia Teixeira
(Ver: [CONSUMIDOR](#))
([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº110

COM FUNDAMENTO NO ART. 5º, XXXII, DA LEI MAIOR, E ART. 6º, III, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, SOMENTE A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2006, A EMPRESA DE TELEFONIA FIXA ESTARÁ OBRIGADA A INSTALAR APARELHO MEDIDOR DE PULSOS TELEFÔNICOS, DISCRIMINANDO NAS FATURAS O NÚMERO CHAMADO, A DURAÇÃO, O VALOR, A DATA E A HORA CHAMADA.

Referência: Uniformização de Jurisprudência nº 2005.018.00004 - Julgamento em 07/11/2005 – Votação: maioria – Relator: Desembargador Paulo Ventura – Registro de Acórdão em 26/12/2005 – fls. 011228/011234.
(Ver: [SERVIÇO PÚBLICO](#))
([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº129

NOS CASOS DE REPARAÇÃO DE DANOS CAUSADOS AO CONSUMIDOR POR EQUIPARAÇÃO, NOS TERMOS DOS ARTS. 17 E 29, COMBINADOS COM OS ARTS. 12 A 14, TODOS DO CDC, OS JUROS DE MORA CONTAR-SE-ÃO DA DATA DO FATO.

REFERÊNCIA: Súmula da Jurisprudência Predominante nº. [2006.146.00007](#) – Julgamento em 21/12/2006 – Relator: Desembargador Antonio José Azevedo Pinto. Votação unânime.
(Ver: [DANO MORAL](#), [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº35

INCIDE CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE AS PRESTAÇÕES PAGAS, QUANDO DE SUA RESTITUIÇÃO, EM VIRTUDE DA RETIRADA OU EXCLUSÃO DO PARTICIPANTE DE PLANO DE CONSÓRCIO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº225

COMPETE AO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO APRECIAR RECURSO CONTRA SENTENÇA PROFERIDA POR ÓRGÃO DE PRIMEIRO GRAU DA JUSTIÇA TRABALHISTA, AINDA QUE PARA DECLARAR-LHE A NULIDADE EM VIRTUDE DE INCOMPETÊNCIA.

(Ver: [DIREITO DO TRABALHO](#), [RECURSO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº283

AS EMPRESAS ADMINISTRADORAS DE CARTÃO DE CRÉDITO SÃO INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E, POR ISSO, OS JUROS REMUNERATÓRIOS POR ELAS COBRADOS NÃO SOFREM AS LIMITAÇÕES DA LEI DE USURA.

(Ver: [CARTÃO DE CRÉDITO](#), [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº285

NOS CONTRATOS BANCÁRIOS POSTERIORES AO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR INCÍDE A MULTA MORATÓRIA NELE PREVISTA.

(Ver: [CONTRATO BANCÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº297

O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR É APLICÁVEL ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº302

É ABUSIVA A CLÁUSULA CONTRATUAL DE PLANO DE SAÚDE QUE LIMITA NO TEMPO A INTERNAÇÃO HOSPITALAR DO SEGURADO.

(Ver: [SEGURO SAÚDE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº321

O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR É APLICÁVEL À RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE A ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEUS PARTICIPANTES.

(Ver: [PREVIDENCIÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº. 322

PARA A REPETIÇÃO DE INDÉBITO, NOS CONTRATOS DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE, NÃO SE EXIGE A PROVA DO ERRO.

(Ver: [CONTRATO BANCÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº323

A INSCRIÇÃO DE INADIMPLENTE PODE SER MANTIDA NOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO POR, NO MÁXIMO, CINCO ANOS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº356

É LEGÍTIMA A COBRANÇA DA TARIFA BÁSICA PELO USO DOS SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº357

A PEDIDO DO ASSINANTE, QUE RESPONDERÁ PELOS CUSTOS, É OBRIGATÓRIA, A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2006, A DISCRIMINAÇÃO DE PULSOS EXCEDENTES E LIGAÇÕES DE TELEFONE FIXO PARA CELULAR.(*)

(*) Julgando o resp 1.074.799-mg, na sessão de 27/05/2009, a Primeira Seção deliberou pela revogação da súmula 357. (**CANCELAMENTO DA SÚMULA**)

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº 404

É DISPENSÁVEL O AVISO DE RECEBIMENTO (AR) NA CARTA DE COMUNICAÇÃO AO CONSUMIDOR SOBRE A NEGATIVAÇÃO DE SEU NOME EM BANCOS DE DADOS E CADASTROS.

(VER: [CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA VINCULANTE STF Nº27

COMPETE À JUSTIÇA ESTADUAL JULGAR CAUSAS ENTRE CONSUMIDOR E CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO DE TELEFONIA, QUANDO A ANATEL NÃO SEJA LITISCONSORTE PASSIVA NECESSÁRIA, ASSISTENTE, NEM OPOENTE.

(VER: [LITISCONSÓRCIO](#); [CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

CONSTITUCIONALIDADE

SÚMULA STF Nº558

É CONSTITUCIONAL O ART. 27 DO DECRETO-LEI 898, DE 29/9/1969.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

CONTRATO ADMINISTRATIVO

SÚMULA STF Nº7

SEM PREJUÍZO DE RECURSO PARA O CONGRESSO, NÃO É EXEQÜÍVEL CONTRATO ADMINISTRATIVO A QUE O TRIBUNAL DE CONTAS HOUVER NEGADO REGISTRO

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

CONTRATO BANCÁRIO

SÚMULA STJ Nº233

O CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO, AINDA QUE ACOMPANHADO DE EXTRATO DA CONTA-CORRENTE, NÃO É TÍTULO EXECUTIVO.

(Ver: [TÍTULO EXECUTIVO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº247

O CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE, ACOMPANHADO DO DEMONSTRATIVO DE DÉBITO, CONSTITUI DOCUMENTO HÁBIL PARA O AJUIZAMENTO DA AÇÃO MONITÓRIA.

(Ver: [AÇÃO MONITÓRIA](#), [PROVA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº258

A NOTA PROMISSÓRIA VINCULADA A CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO NÃO GOZA DE AUTONOMIA EM RAZÃO DA ILIQUIDEZ DO TÍTULO QUE A ORIGINOU.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº259

AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS PODE SER PROPOSTA PELO TITULAR DE CONTA-CORRENTE BANCÁRIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº285

NOS CONTRATOS BANCÁRIOS POSTERIORES AO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR INCÍDE A MULTA MORATÓRIA NELE PREVISTA.

(Ver: [CONSUMIDOR](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº286

A RENEGOCIAÇÃO DE CONTRATO BANCÁRIO OU A CONFISSÃO DA DÍVIDA NÃO IMPEDE A POSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO SOBRE EVENTUAIS ILEGALIDADES DOS CONTRATOS ANTERIORES.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº287

A TAXA BÁSICA FINANCEIRA (TBF) NÃO PODE SER UTILIZADA COMO INDEXADOR DE CORREÇÃO MONETÁRIA NOS CONTRATOS BANCÁRIOS.

(Ver: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#), [TAXA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº288

A TAXA DE JUROS DE LONGO PRAZO (TJLP) PODE SER UTILIZADA COMO INDEXADOR DE CORREÇÃO MONETÁRIA NOS CONTRATOS BANCÁRIOS.

(Ver: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#), [TAXA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº300

O INSTRUMENTO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA, AINDA QUE ORIGINÁRIO DE CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO, CONSTITUI TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL.

(Ver: [TÍTULO EXECUTIVO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº322

PARA A REPETIÇÃO DE INDÉBITO, NOS CONTRATOS DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE, NÃO SE EXIGE A PROVA DO ERRO.

(Ver: [CONSUMIDOR](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº379

NOS CONTRATOS BANCÁRIOS NÃO REGIDOS POR LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, OS JUROS MORATÓRIOS PODERÃO SER CONVENCIONADOS ATÉ O LIMITE DE 1% AO MÊS.

(ver: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº381

NOS CONTRATOS BANCÁRIOS, É VEDADO AO JULGADOR CONHECER, DE OFÍCIO, DA ABUSIVIDADE DAS CLÁUSULAS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO

SÚMULA TJ Nº140

A COMPETÊNCIA PARA APRECIAR MATÉRIA RELATIVA A CONTRATOS DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA EM INVESTIMENTO DE SERVIÇO TELEFÔNICO É DOS JUÍZOS DAS VARAS EMPRESARIAIS, SEGUNDO O DISPOSTO NO ARTIGO 91 DO CODJERJ COMBINADO COM O ARTIGO 101 DO MESMO DIPLOMA LEGAL.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº. 2006.018.00007 – Julgamento em 29/10//2007 – Relator: Desembargador Salim José Chalub. Votação por maioria.

(ver: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº371

NOS CONTRATOS DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA A AQUISIÇÃO DE LINHA TELEFÔNICA, O VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO (VPA) É APURADO COM BASE NO BALANCETE DO MÊS DA INTEGRALIZAÇÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

CONTRIBUIÇÃO À SEGURIDADE SOCIAL

SÚMULA STJ Nº425

A RETENÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL PELO TOMADOR DO SERVIÇO NÃO SE APLICA ÀS EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES.

(Ver: [SIMPLES](#))

[NOTÍCIAS DO STJ](#)

([Topo](#))

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL

SÚMULA STJ Nº396

A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA TEM LEGITIMIDADE ATIVA PARA A COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL.

(Ver: [LEGITIMIDADE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

CONTRATO DE SEGURO

SÚMULA STJ Nº402

O CONTRATO DE SEGURO POR DANOS PESSOAIS COMPREENDE DANOS MORAIS, SALVO CLÁUSULA EXPRESSA DE EXCLUSÃO.

(Ver: [DANO MORAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

CONTRAVENÇÃO PENAL

SÚMULA STJ Nº38

COMPETE A JUSTIÇA ESTADUAL COMUM, NA VIGÊNCIA DA CONSTITUIÇÃO DE 1988, O PROCESSO POR CONTRAVENÇÃO PENAL, AINDA QUE PRATICADA EM DETRIMENTO DE BENS, SERVIÇOS OU INTERESSE DA UNIÃO OU DE SUAS ENTIDADES.

(Ver: [PROCESSO PENAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº720

O ART. 309 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, QUE RECLAMA DECORRA DO FATO PERIGO DE DANO, DERROGOU O ART. 32 DA LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAS NO TOCANTE À DIREÇÃO SEM HABILITAÇÃO EM VIAS TERRESTRES.

(VER: [CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

CONTRIBUIÇÃO PARAFISCAL

SÚMULA STF Nº553

O ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE (AFRMM) É CONTRIBUIÇÃO PARAFISCAL, NÃO SENDO ABRANGIDO PELA IMUNIDADE PREVISTA NA LETRA D, III, DO ART. 19 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

(VER: [TRIBUTÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

COOPERATIVA

SÚMULA STF Nº81

AS COOPERATIVAS NÃO GOZAM DE ISENÇÃO DE IMPOSTOS LOCAIS, COM FUNDAMENTO NA CONSTITUIÇÃO E NAS LEIS FEDERAIS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº436

É VÁLIDA A LEI 4093, DE 24/10/1959, DO PARANÁ, QUE REVOGOU A ISENÇÃO CONCEDIDA ÀS COOPERATIVAS POR LEI ANTERIOR.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

CRÉDITO RURAL

SÚMULA STJ Nº16

A LEGISLAÇÃO ORDINÁRIA SOBRE CREDITO RURAL NÃO VEDA A INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº298

O ALONGAMENTO DE DÍVIDA ORIGINADA DE CRÉDITO RURAL NÃO CONSTITUI FACULDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, MAS, DIREITO DO DEVEDOR NOS TERMOS DA LEI.

(Ver: [PRAZO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº638

A CONTROVÉRSIA SOBRE A INCIDÊNCIA, OU NÃO, DE CORREÇÃO MONETÁRIA EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO RURAL É DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL, NÃO VIABILIZANDO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

CRIME – SERVIDOR PÚBLICO MILITAR

SÚMULA STJ Nº47

COMPETE A JUSTIÇA MILITAR PROCESSAR E JULGAR CRIME COMETIDO POR MILITAR CONTRA CIVIL, COM EMPREGO DE ARMA PERTENCENTE A CORPORAÇÃO, MESMO NÃO ESTANDO EM SERVIÇO.

(Ver: [PROCESSO PENAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº75

COMPETE A JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR O POLICIAL MILITAR POR CRIME DE PROMOVER OU FACILITAR A FUGA DE PRESO DE ESTABELECIMENTO PENAL.

(Ver: [COMPETÊNCIA](#), [JUSTIÇA COMUM](#), [PROCESSO PENAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº78

COMPETE A JUSTIÇA MILITAR PROCESSAR E JULGAR POLICIAL DE CORPORAÇÃO ESTADUAL, AINDA QUE O DELITO TENHA SIDO PRATICADO EM OUTRA UNIDADE FEDERATIVA.

(Ver: [PROCESSO PENAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº172

COMPETE A JUSTIÇA COMUM PROCESSAR E JULGAR MILITAR POR CRIME DE ABUSO DE AUTORIDADE, AINDA QUE PRATICADO EM SERVIÇO.

(Ver: [JUSTIÇA COMUM](#), [PROCESSO PENAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

CRIME CONTINUADO

SÚMULA STF Nº497

QUANDO SE TRATAR DE CRIME CONTINUADO, A PRESCRIÇÃO REGULA-SE PELA PENA IMPOSTA NA SENTENÇA, NÃO SE COMPUTANDO O ACRÉSCIMO DECORRENTE DA CONTINUAÇÃO.

(Ver: [PRESCRIÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº605

NÃO SE ADMITE CONTINUIDADE DELITIVA NOS CRIMES CONTRA A VIDA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº711

A LEI PENAL MAIS GRAVE APLICA-SE AO CRIME CONTINUADO OU AO CRIME PERMANENTE, SE A SUA VIGÊNCIA É ANTERIOR À CESSAÇÃO DA CONTINUIDADE OU DA PERMANÊNCIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

CRIME CONTRA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA/CRIME DE RESPONSABILIDADE

SÚMULA STJ Nº151

A COMPETÊNCIA PARA O PROCESSO E JULGAMENTO POR CRIME DE CONTRABANDO OU DESCAMINHO DEFINE-SE PELA PREVENÇÃO DO JUÍZO FEDERAL DO LUGAR DA APREENSÃO DOS BENS.

(Ver: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº164

O PREFEITO MUNICIPAL, APOS A EXTINÇÃO DO MANDATO, CONTINUA SUJEITO A PROCESSO POR CRIME PREVISTO NO ART. 1. DO DEC. LEI N. 201, DE 27/02/67.

(Ver: [PROCESSO PENAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº208

COMPETE A JUSTIÇA FEDERAL PROCESSAR E JULGAR PREFEITO MUNICIPAL POR DESVIO DE VERBA SUJEITA A PRESTAÇÃO DE CONTAS PERANTE ORGÃO FEDERAL.

(Ver: [COMPETÊNCIA](#), [PROCESSO PENAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº209

COMPETE A JUSTIÇA ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR PREFEITO POR DESVIO DE VERBA TRANSFERIDA E INCORPORADA AO PATRIMÔNIO MUNICIPAL.

(Ver: [COMPETÊNCIA](#), [JUSTIÇA COMUM](#), [PROCESSO PENAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº301

POR CRIME DE RESPONSABILIDADE, O PROCEDIMENTO PENAL CONTRA PREFEITO MUNICIPAL FICA CONDICIONADO AO SEU AFASTAMENTO DO CARGO POR IMPEACHMENT, OU À CESSAÇÃO DO EXERCÍCIO POR OUTRO MOTIVO (CANCELADA).

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº702

A COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PARA JULGAR PREFEITOS RESTRINGE-SE AOS CRIMES DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL; NOS DEMAIS CASOS, A COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA CABERÁ AO RESPECTIVO TRIBUNAL DE SEGUNDO GRAU.

(VER: [JUSTIÇA COMUM](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº703

A EXTINÇÃO DO MANDATO DO PREFEITO NÃO IMPEDE A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO PELA PRÁTICA DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 1º DO DECRETO-LEI 201/1967.

(VER: [MANDATO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

CRIME CONTRA ECONOMIA POPULAR

SÚMULA STF Nº498

COMPETE À JUSTIÇA DOS ESTADOS, EM AMBAS AS INSTÂNCIAS, O PROCESSO E O JULGAMENTO DOS CRIMES CONTRA A ECONOMIA POPULAR.

(VER: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

CRIME CONTRA INSTITUIÇÃO MILITAR

SÚMULA STJ Nº53

COMPETE A JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR CIVIL ACUSADO DE PRÁTICA DE CRIME CONTRA INSTITUIÇÕES MILITARES ESTADUAIS.

(Vide: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº298

O LEGISLADOR ORDINÁRIO SÓ PODE SUJEITAR CIVIS À JUSTIÇA MILITAR, EM TEMPO DE PAZ, NOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA EXTERNA DO PAÍS OU AS INSTITUIÇÕES MILITARES.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA

[SÚMULA VINCULANTE STF Nº24](#)

NÃO SE TIPIFICA CRIME MATERIAL CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA, PREVISTO NO ART. 1º, INCISOS I A IV, DA LEI Nº 8.137/90, ANTES DO LANÇAMENTO DEFINITIVO DO TRIBUTO.

(VIDE: [TRIBUTÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

CRIME CONTRA O MEIO AMBIENTE

SÚMULA STJ Nº91

COMPETE A JUSTIÇA FEDERAL PROCESSAR E JULGAR OS CRIMES PRATICADOS CONTRA A FAUNA.(*)

(*) Na sessão de 08/11/2000, a Terceira Seção deliberou pelo **CANCELAMENTO DA SÚMULA** n. 91.

(VER: [JUSTIÇA FEDERAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO

SÚMULA STJ Nº174

NO CRIME DE ROUBO, A INTIMIDAÇÃO FEITA COM ARMA DE BRINQUEDO AUTORIZA O AUMENTO DA PENA.(*)

(*) Julgando o RESP 213.054-SP, na sessão de 24/10/2001, a Terceira Seção deliberou pelo **CANCELAMENTO DA SÚMULA** n. 174.

(VER: [CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº603

A COMPETÊNCIA PARA O PROCESSO E JULGAMENTO DE LATROCÍNIO É DO JUIZ SINGULAR E NÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI.

(VER: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº610

HÁ CRIME DE LATROCÍNIO, QUANDO O HOMICÍDIO SE CONSUMA, AINDA QUE NÃO REALIZE O AGENTE A SUBTRAÇÃO DE BENS DA VÍTIMA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

CRIME DE FALSO

SÚMULA STJ Nº17

QUANDO O FALSO SE EXAURE NO ESTELIONATO, SEM MAIS POTENCIALIDADE LESIVA, E POR ESTE ABSORVIDO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº62

COMPETE A JUSTIÇA ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR O CRIME DE FALSA ANOTAÇÃO NA CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, ATRIBUÍDO A EMPRESA PRIVADA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

(Ver: [COMPETÊNCIA](#), [JUSTIÇA COMUM](#), [PROCESSO PENAL](#))

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº200

O JUÍZO FEDERAL COMPETENTE PARA PROCESSAR E JULGAR ACUSADO DE CRIME DE USO DE PASSAPORTE FALSO E O DO LUGAR ONDE O DELITO SE CONSUMOU.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

(Ver: [COMPETÊNCIA](#), [PROCESSO PENAL](#))

([Topo](#))

CRIME DE TORTURA

SÚMULA TJ Nº72

O ARTIGO 1º, PAR. 7º, DA LEI DE TORTURA NÃO REVOGOU O ARTIGO 2., PAR. 1. DA LEI DE CRIMES HEDIONDOS.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante (Art. 122 RI) nº 2002.203.00001 (Enunciado Criminal nº 05, do TJRJ) – Julgamento em 04/08/2003 – Votação: unânime – Relator: Des. J. C. Murta Ribeiro – Registro de Acórdão em 05/03/2004 – fls. 565/572.

veja: [2007.001.09048](#)

([Topo](#))

CRIME EM FLAGRANTE

SÚMULA STF Nº145

NÃO HÁ CRIME, QUANDO A PREPARAÇÃO DO FLAGRANTE PELA POLÍCIA TORNA IMPOSSÍVEL A SUA CONSUMAÇÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

CRIME FALIMENTAR

SÚMULA STF Nº147

A PRESCRIÇÃO DE CRIME FALIMENTAR COMEÇA A CORRER DA DATA EM QUE DEVERIA ESTAR ENCERRADA A FALÊNCIA, OU DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA QUE A ENCERRAR OU QUE JULGAR CUMPRIDA A CONCORDATA.

(VIDE: [PRESCRIÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº564

A AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DESPACHO DE RECEBIMENTO DE DENÚNCIA POR CRIME FALIMENTAR ENSEJA NULIDADE PROCESSUAL, SALVO SE JÁ HOUVER SENTENÇA CONDENATÓRIA.

(VER: [NULIDADE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº592

NOS CRIMES FALIMENTARES, APLICAM-SE AS CAUSAS INTERRUPTIVAS DA PRESCRIÇÃO, PREVISTAS NO CÓDIGO PENAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

CRIME HEDIONDO E EQUIPARADO

SÚMULA VINCULANTE STF Nº26

PARA EFEITO DE PROGRESSÃO DE REGIME NO CUMPRIMENTO DE PENA POR CRIME HEDIONDO, OU EQUIPARADO, O JUÍZO DA EXECUÇÃO OBSERVARÁ A INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 20 DA LEI N. 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990, SEM PREJUÍZO DE AVALIAR SE O CONDENADO PREENCHE, OU NÃO, OS REQUISITOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS DO BENEFÍCIO, PODENDO DETERMINAR, PARA TAL FIM, DE MODO FUNDAMENTADO, A REALIZAÇÃO DE EXAME CRIMINOLÓGICO.

(Ver: [PROGRESSÃO DE REGIME](#); [EXAME CRIMINOLÓGICO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

CRIMES CONEXOS

SÚMULA STJ Nº122

COMPETE A JUSTIÇA FEDERAL O PROCESSO E JULGAMENTO UNIFICADO DOS CRIMES CONEXOS DE COMPETÊNCIA FEDERAL E ESTADUAL, NÃO SE APLICANDO A REGRA DO ART. 78, II, A, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

(Ver: [COMPETÊNCIA](#), [PROCESSO PENAL](#))

([Topo](#))

CUSTAS E TAXA JUDICIÁRIA

SÚMULA TJ Nº74

A CONDENAÇÃO NAS CUSTAS, MESMO PARA O RÉU CONSIDERADO JURIDICAMENTE POBRE, DERIVA DA SUCUMBÊNCIA, E, PORTANTO, COMPETENTE PARA SUA COBRANÇA, OU NÃO, É O JUÍZO DA EXECUÇÃO.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante (Art. 122 RI) nº [2002.203.00001](#)

(Enunciado Criminal nº 08, do TJRJ) – Julgamento em 04/08/2003 – Votação: por maioria – Relator: Des. J.C. Murta Ribeiro – Registro de Acórdão em 05/03/2004 – fls. 565/572.

(Ver: [COMPETÊNCIA](#), [CUSTAS/SUCUMBENCIA](#), [PROCESSO PENAL](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº76

A TAXA JUDICIÁRIA É DEVIDA POR TODAS AS AUTARQUIAS, NOTADAMENTE O INSS, AO FUNDO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, COMPETINDO-LHES ANTECIPAR O PAGAMENTO DO TRIBUTO SE AGIREM NA CONDIÇÃO DE PARTE AUTORA E, AO FINAL CASO SUCUMBENTES.

Referência : Uniformização de Jurisprudência n.º 2004.018.00009 na Apelação Cível n.º [2004.001.06241](#)– Julgamento em 29/11/2004– Votação: unânime – Relator: Des. Amaury Arruda de Souza – Registro de Acórdão em 01/03/2005 – fls. 761/778.
([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº145

SE FOR O MUNICÍPIO AUTOR ESTARÁ ISENTO DA TAXA JUDICIÁRIA DESDE QUE SE COMPROVE QUE CONCEDEU A ISENÇÃO DE QUE TRATA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 115 DO CTE, MAS DEVERÁ PAGÁ-LA SE FOR O RÉU E TIVER SIDO CONDENADO NOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS.

Referência: Uniformização de Jurisprudência n.º. [2008.018.00005](#) - Julgamento em 20/07/2009 – Votação: unânime - Relator: Desembargador Valmir de Oliveira Silva.
(Ver: [SUCUMBÊNCIA](#))
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº178

O INSS NÃO GOZA DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE CUSTAS E EMOLUMENTOS, NAS AÇÕES ACIDENTARIAS E DE BENEFÍCIOS, PROPOSTAS NA JUSTIÇA ESTADUAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

(Vide: [ACIDENTE DE TRABALHO](#))

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº187

É DESERTO O RECURSO INTERPOSTO PARA O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, QUANDO O RECORRENTE NÃO RECOLHE, NA ORIGEM, A IMPORTÂNCIA DAS DESPESAS DE REMESSA E RETORNO DOS AUTOS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº223

CONCEDIDA ISENÇÃO DE CUSTAS AO EMPREGADO, POR ELAS NÃO RESPONDE O SINDICATO QUE O REPRESENTA EM JUÍZO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº236

EM AÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO, A AUTARQUIA SEGURADORA NÃO TEM ISENÇÃO DE CUSTAS.

(Vide: [ACIDENTE DE TRABALHO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº667

VIOLA A GARANTIA CONSTITUCIONAL DE ACESSO À JURISDIÇÃO A TAXA JUDICIÁRIA CALCULADA SEM LIMITE SOBRE O VALOR DA CAUSA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

DANO ESTÉTICO

SÚMULA TJ Nº96

AS VERBAS RELATIVAS ÀS INDENIZAÇÕES POR DANO MORAL E DANO ESTÉTICO SÃO ACUMULÁVEIS.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2005.146.00003](#) – Julgamento em 24/10/2005 – Votação: unânime – Relator: Álvaro Mayrink da Costa – Registro de Acórdão em 13/12/2005 – fls. 010862/010867.

(Ver: [DANO MORAL](#))

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº387

É LÍCITA A CUMULAÇÃO DAS INDENIZAÇÕES DE DANO ESTÉTICO E DANO MORAL.

(Ver: [DANO MORAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

DANO MORAL

SÚMULA TJ Nº44

NÃO SE APLICA O PRAZO DECADENCIAL PREVISTO NA LEI DE IMPRENSA, QUANDO SE TRATAR DE DANO MORAL E A PRETENSÃO INDENIZATÓRIA ESTIVER FUNDADA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 03/2001 - Proc. [2001.146.00003](#) Julgamento em 4/06/2002 - Votação unânime. Relator: DES. GUSTAVO ADOLPHO KUHL LEITE.

(Ver: [DECADÊNCIA](#), [PRAZO](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº45

É DEVIDA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL SOFRIDO PELO PASSAGEIRO, EM DECORRÊNCIA DO EXTRAVIO DE BAGAGEM, NOS CASOS DE TRANSPORTE AÉREO.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 03/2001 - Proc. [2001.146.00003](#) Julgamento em 4/06/2002 - Votação unânime. Relator: DES. GUSTAVO ADOLPHO KUHL LEITE.

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº75

O SIMPLES DESCUMPRIMENTO DE DEVER LEGAL OU CONTRATUAL, POR CARACTERIZAR MERO ABORRECIMENTO, EM PRINCÍPIO, NÃO CONFIGURA DANO MORAL, SALVO SE DA INFRAÇÃO ADVÉM CIRCUNSTÂNCIA QUE ATENTA CONTRA A DIGNIDADE DA PARTE.

Referência : Uniformização de Jurisprudência n.º 2004.018.00003 na Apelação Cível n.º 2004.001.01324– Julgamento em 22/11/2004– Votação: unânime – Relator: Des. Luiz Zveiter – Registro de Acórdão em 01/03/2005 – fls. 779/798.

(Ver: [DANO MORAL](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº87

A MERA RECUSA AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE SEGURO OBRIGATÓRIO NÃO CONFIGURA DANO MORAL .

Referência : Súmula da Jurisprudência Predominante de n.º [2005.146.00004](#)– Julgamento em 10/10/2005 – Votação: unânime – Relator: Des. Azeredo da Silveira

(Ver: [SEGURO OBRIGATÓRIO](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº89

RAZOÁVEL, EM PRINCÍPIO, A FIXAÇÃO DE VERBA COMPENSATÓRIA NO PATAMAR CORRESPONDENTE A ATÉ 40 SALÁRIOS MÍNIMOS, EM MOEDA CORRENTE, FUNDADA EXCLUSIVAMENTE NA INDEVIDA NEGATIVAÇÃO DO NOME DO CONSUMIDOR EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante de n.º [2005.146.00006](#)– Julgamento em 10/10/2005 – Votação: unânime – Relator: Des. Sílvio Teixeira

(Ver: [CONSUMIDOR](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº90

A INSCRIÇÃO DE CONSUMIDOR INADIMPLENTE EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO CONFIGURA EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO.

Referência : Súmula da Jurisprudência Predominante de n.º [2005.146.00006](#)– Julgamento em 10/10/2005 – Votação: unânime – Relator: Des. Sílvio Teixeira

(Ver: [CONSUMIDOR](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº96

AS VERBAS RELATIVAS ÀS INDENIZAÇÕES POR DANO MORAL E DANO ESTÉTICO SÃO ACUMULÁVEIS.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2005.146.00003](#) – Julgamento em 24/10/2005 – Votação: unânime – Relator: Álvaro Mayrink da Costa – Registro de Acórdão em 13/12/2005 – fls. 010862/010867.

[\(Topo\)](#)

SÚMULA TJ Nº97

A CORREÇÃO MONETÁRIA DA VERBA INDENIZATÓRIA DE DANO MORAL, SEMPRE ARBITRADA EM MOEDA CORRENTE, SOMENTE DEVE FLUIR DO JULGADO QUE A FIXAR.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2005.146.00003](#) – Julgamento em 24/10/2005 – Votação: unânime – Relator: Álvaro Mayrink da Costa – Registro de Acórdão em 13/12/2005 – fls. 010862/010867.

veja: [2007.001.11514](#) [2007.001.09397](#) [2007.002.04255](#) [2007.001.04074](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA TJ Nº105

A INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, FIXADA EM VALOR INFERIOR AO REQUERIDO, NÃO IMPLICA, NECESSARIAMENTE, EM SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2005.146.00001](#) - Julgamento em 18/07/2005 – Votação: unânime – Relator: Desembargador Cássia Medeiros – Registro de Acórdão em 26/12/2005 – fls. 011200/011220.

(Ver: [CONSUMIDOR](#), [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[\(Topo\)](#)

SÚMULA TJ Nº128

IMPUTAÇÃO OFENSIVA, COLETIVA, NÃO CONFIGURA DANO MORAL.

REFERÊNCIA: Súmula da Jurisprudência Predominante nº. [2006.146.00007](#) – Julgamento em 21/12//2006 – Relator: Desembargador Antonio José Azevedo Pinto. Votação unânime.

(Ver: [CONSUMIDOR](#), [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[\(Topo\)](#)

SÚMULA TJ Nº129

NOS CASOS DE REPARAÇÃO DE DANOS CAUSADOS AO CONSUMIDOR POR EQUIPARAÇÃO, NOS TERMOS DOS ARTS. 17 E 29, COMBINADOS COM OS ARTS. 12 A 14, TODOS DO CDC, OS JUROS DE MORA CONTAR-SE-ÃO DA DATA DO FATO.

REFERÊNCIA: Súmula da Jurisprudência Predominante nº. [2006.146.00007](#) – Julgamento em 21/12//2006 – Relator: Desembargador Antonio José Azevedo Pinto. Votação unânime.

(Ver: [CONSUMIDOR](#), [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº37

SÃO CUMULÁVEIS AS INDENIZAÇÕES POR DANO MATERIAL E DANO MORAL ORIUNDOS DO MESMO FATO.

(Ver: [DANO MORAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº54

OS JUROS MORATÓRIOS FLUEM A PARTIR DO EVENTO DANOSO, EM CASO DE RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL.

(Ver: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº109

O RECONHECIMENTO DO DIREITO A INDENIZAÇÃO, POR FALTA DE MERCADORIA TRANSPORTADA VIA MARÍTIMA, INDEPENDE DE VISTORIA.

(Ver: [ALIMENTOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº130

A EMPRESA RESPONDE, PERANTE O CLIENTE, PELA REPARAÇÃO DE DANO OU FURTO DE VEÍCULO OCORRIDOS EM SEU ESTACIONAMENTO.

(Ver: [ALIMENTOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº221

SÃO CIVILMENTE RESPONSÁVEIS PELO RESSARCIMENTO DE DANO, DECORRENTE DE PUBLICAÇÃO PELA IMPRENSA, TANTO O AUTOR DO ESCRITO QUANTO O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO DE DIVULGAÇÃO.

(Ver: [DANO MORAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº227

A PESSOA JURÍDICA PODE SOFRER DANO MORAL.

(Ver: [DANO MORAL](#), [PESSOA JURÍDICA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº281

A INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL NÃO ESTÁ SUJEITA À TARIFICAÇÃO PREVISTA NA LEI DE IMPRENSA.

(Ver: [DANO MORAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº313

EM AÇÃO DE INDENIZAÇÃO, PROCEDENTE O PEDIDO, É NECESSÁRIA A CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL OU CAUÇÃO FIDEJUSSÓRIA PARA A GARANTIA DE PAGAMENTO DA PENSÃO, INDEPENDENTEMENTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO DEMANDADO.

(Ver: [ALIMENTOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº326

NA AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, A CONDENAÇÃO EM MONTANTE INFERIOR AO POSTULADO NA INICIAL NÃO IMPLICA SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº359

CABE AO ÓRGÃO MANTENEDOR DO CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO A NOTIFICAÇÃO DO DEVEDOR ANTES DE PROCEDER À INSCRIÇÃO.

(ver: [DANO MORAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº362

A CORREÇÃO MONETÁRIA DO VALOR DA INDENIZAÇÃO DO DANO MORAL INCIDE DESDE A DATA DO ARBITRAMENTO.

(VER: [INDENIZAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº370

CARACTERIZA DANO MORAL A APRESENTAÇÃO ANTECIPADA DE CHEQUE PRÉ-DATADO.

(ver: [CHEQUE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº385

DA ANOTAÇÃO IRREGULAR EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, NÃO CABE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, QUANDO PREEXISTENTE LEGÍTIMA INSCRIÇÃO, RESSALVADO O DIREITO AO CANCELAMENTO.

(ver: [CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº387

É LÍCITA A CUMULAÇÃO DAS INDENIZAÇÕES DE DANO ESTÉTICO E DANO MORAL.

(Ver: [DANO ESTÉTICO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº388

A SIMPLES DEVOLUÇÃO INDEVIDA DE CHEQUE CARACTERIZA DANO MORAL.

(Ver: [CHEQUE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº402

O CONTRATO DE SEGURO POR DANOS PESSOAIS COMPREENDE DANOS MORAIS, SALVO CLÁUSULA EXPRESSA DE EXCLUSÃO.

(Ver: [CONTRATO DE SEGURO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº420

INCABÍVEL, EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA, DISCUTIR O VALOR DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.

(VER: [EMBARGOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA VINCULANTE STF Nº22

A JUSTIÇA DO TRABALHO É COMPETENTE PARA PROCESSAR E JULGAR AS AÇÕES DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PATRIMONIAIS DECORRENTES DE ACIDENTE DE TRABALHO PROPOSTAS POR EMPREGADO CONTRA EMPREGADOR, INCLUSIVE AQUELAS QUE AINDA NÃO POSSUÍAM SENTENÇA DE MÉRITO EM PRIMEIRO GRAU QUANDO DA PROMULGAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45/04.

(VER: [COMPETÊNCIA](#); [ACIDENTE DE TRABALHO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

DÉBITO PECUNIÁRIO

SÚMULA STF Nº182

NÃO IMPEDE O REAJUSTAMENTO DO DÉBITO PECUÁRIO, NOS TERMOS DA LEI 1002, DE 24/12/1949, A FALTA DE CANCELAMENTO DA RENÚNCIA À MORATÓRIA DA LEI 209, DE 2/1/1948.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº183

NÃO SE INCLUEM NO REAJUSTAMENTO PECUÁRIO DÍVIDAS ESTRANHAS À ATIVIDADE AGROPECUÁRIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº184

NÃO SE INCLUEM NO REAJUSTAMENTO PECUÁRIO DÍVIDAS CONTRAÍDAS POSTERIORMENTE A 19/12/1946.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº185

EM PROCESSO DE REAJUSTAMENTO PECUÁRIO, NÃO RESPONDE A UNIÃO PELOS HONORÁRIOS DO ADVOGADO DO CREDOR OU DO DEVEDOR.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

DECADÊNCIA

SÚMULA TJ Nº44

NÃO SE APLICA O PRAZO DECADENCIAL PREVISTO NA LEI DE IMPRENSA, QUANDO SE TRATAR DE DANO MORAL E A PRETENSÃO INDENIZATÓRIA ESTIVER FUNDADA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 03/2001 - Proc. [2001.146.00003](#). Julgamento em 24/06/2002 - Votação unânime. Relator: DES. GUSTAVO ADOLPHO KUHL LEITE. Registro do Acórdão em Const. Fed. 1988. Reg. Int. TJRJ, art. 122

(Ver: [DANO MORAL](#), [PRAZO](#))

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº401

O PRAZO DECADENCIAL DA AÇÃO RESCISÓRIA SÓ SE INICIA QUANDO NÃO FOR CABÍVEL QUALQUER RECURSO DO ÚLTIMO PRONUNCIAMENTO JUDICIAL.

(Ver: [AÇÃO RESCISÓRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº403

É DE DECADÊNCIA O PRAZO DE TRINTA DIAS PARA INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO JUDICIAL, A CONTAR DA SUSPENSÃO, POR FALTA GRAVE, DE EMPREGADO ESTÁVEL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

[SÚMULA VINCULANTE STF Nº8](#)

SÃO INCONSTITUCIONAIS O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 5º DO DECRETO-LEI Nº 1.569/1977 E OS ARTIGOS 45 E 46 DA LEI Nº 8.212/1991, QUE TRATAM DE PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO.

(VIDE: [PRESCRIÇÃO](#), [TRIBUTÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

DECISÃO MONOCRÁTICA

SÚMULA TJ Nº53

O ART. 557, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ABRANGE, NÃO SÓ JULGAMENTO DOS RECURSOS ARROLADOS NO ART. 496, COMO A REEXAME NECESSÁRIO PREVISTO NO ART. 475, DO MESMO DIPLOMA LEGAL. (SÚMULA 253 DO S.T.F.).

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 08/2001 - Proc. [2001.146.00008](#). Julgamento em 24/06/2002 - Votação unânime. Relator: DES. SYLVIO CAPANEMA DE SOUZA Registro do Acórdão em Reg. Int. TJRJ, art. 122.

(Ver: [RECURSO](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº69

APLICA-SE AO PROCESSO PENAL, POR ANALOGIA, O ARTIGO 557 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante (Art. 122 RI) nº [2002.146.00001](#) (Enunciado Criminal nº 01, do TJRJ) – Julgamento em 04/08/2003 – Votação: por maioria – Relator: Des. J. C. Murta Ribeiro – Registro de Acórdão em 05/03/2004 – fls. 565/572.

(Ver: [PROCESSO PENAL](#), [RECURSO](#))

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº253

O ART. 557 DO CPC, QUE AUTORIZA O RELATOR A DECIDIR O RECURSO, ALCANÇA O REEXAME NECESSÁRIO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

DEFENSORIA PÚBLICA

SÚMULA TJ Nº40

NÃO É OBRIGATÓRIA A ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA EM FAVOR DO BENEFICIÁRIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA, FACULTADA A ESCOLHA DE ADVOGADO PARTICULAR PARA REPRESENTÁ-LO EM JUÍZO, SEM A OBRIGAÇÃO DE FIRMAR DECLARAÇÃO DE QUE NÃO COBRA HONORÁRIOS

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 06/2001 - Proc. [2001.146.00006](#). Julgamento em 24/06/2002 - Votação unânime. Relator: DES. MIGUEL PACHÁ. Registro do Acórdão em 13/09/2002. Const. Fed. 1988, art. 5º, LXXIV, e CF/91, art. 1.060/50 Rec. Esp. 91.609/SP, Rec. em MS 7.914/RJ, STJ, Rec. em MS 600/RJ, STJ, Ag. inst. [2000.002.12883](#), 16ª C. Cível, TJRJ, Ag. Inst. [2000.002.13664](#), 15ª C. Cível, TJRJ, Ag. Inst. [2000.002.15281](#), 10ª C. Cível, TJRJ, Ag. Inst. [2001.002.01767](#), 5ª C. Cível, TJRJ; Ag. Inst. [2000.002.16766](#), 15ª C. Cível, TJRJ; Ag. Inst. [2001.002.00326](#), 8ª C. Cível, TJRJ.

Veja: [2006.002.23515](#)

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº80

A DEFENSORIA PÚBLICA É ÓRGÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. LOGO, A ESTE NÃO PODE IMPOR CONDENAÇÃO NOS HONORÁRIOS EM FAVOR DAQUELE CENTRO DE ESTUDOS, CONFORME JURISPRUDÊNCIA ITERATIVA DO STJ.

Referência : Súmula da Jurisprudência Predominante de nº [2005.146.00002](#) – Julgamento em 18/07/2005 – Votação: unanimidade – Relator: Des. Humberto de Mendonça Manes – Registro de Acórdão em – 22/08/05 - Fls . 7981/7983

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº421

OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NÃO SÃO DEVIDOS À DEFENSORIA PÚBLICA QUANDO ELA ATUA CONTRA A PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO À QUAL PERTENÇA.

(VER: [HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

DEFICIENTE FÍSICO

SÚMULA STJ Nº377

O PORTADOR DE VISÃO MONOCULAR TEM DIREITO DE CONCORRER, EM CONCURSO PÚBLICO, ÀS VAGAS RESERVADAS AOS DEFICIENTES.

(ver: [CONCURSO PÚBLICO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

DEMISSÃO

SÚMULA STF Nº20

É NECESSÁRIO PROCESSO ADMINISTRATIVO COM AMPLA DEFESA, PARA DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO ADMITIDO POR CONCURSO.

(VIDE: [CONCURSO PÚBLICO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº21

FUNCIONÁRIO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO NÃO PODE SER EXONERADO NEM DEMITIDO SEM INQUÉRITO OU SEM AS FORMALIDADES LEGAIS DE APURAÇÃO DE SUA CAPACIDADE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº24

FUNCIONÁRIO INTERINO SUBSTITUTO É DEMISSÍVEL, MESMO ANTES DE CESSAR A CAUSA DA SUBSTITUIÇÃO.

(VIDE: [FUNCIONÁRIO INTERINO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº25

A NOMEAÇÃO A TERMO NÃO IMPEDE A LIVRE DEMISSÃO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, DE OCUPANTE DE CARGO DIRIGENTE DE AUTARQUIA.

(VIDE: [FUNCIONÁRIO INTERINO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº47

REITOR DE UNIVERSIDADE NÃO É LIVREMENTE DEMISSÍVEL PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DURANTE O PRAZO DE SUA INVESTIDURA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº50

A LEI PODE ESTABELECEER CONDIÇÕES PARA A DEMISSÃO DE EXTRANUMERÁRIO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

DEPÓSITO PRÉVIO

SÚMULA VINCULANTE STF Nº21

É INCONSTITUCIONAL A EXIGÊNCIA DE DEPÓSITO OU ARROLAMENTO PRÉVIOS DE DINHEIRO OU BENS PARA ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

(VER: [RECURSO ADMINISTRATIVO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA VINCULANTE STF Nº28

É INCONSTITUCIONAL A EXIGÊNCIA DE DEPÓSITO PRÉVIO COMO REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE DE AÇÃO JUDICIAL NA QUAL SE PRETENDA DISCUTIR A EXIGIBILIDADE DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO.

(VER: [TRIBUTÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

DEPOSITÁRIO INFIEL

SÚMULA STJ Nº304

É ILEGAL A DECRETAÇÃO DA PRISÃO CIVIL DAQUELE QUE NÃO ASSUME EXPRESSAMENTE O ENCARGO DE DEPOSITÁRIO JUDICIAL.

(Ver: [PRISÃO CIVIL](#); [DEPOSITÁRIO JUDICIAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº305

É DESCABIDA A PRISÃO CIVIL DO DEPOSITÁRIO QUANDO, DECRETADA A FALÊNCIA DA EMPRESA, SOBREVÉM A ARRECADAÇÃO DO BEM PELO SÍNDICO.

(VER: [PRISÃO CIVIL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº619

A PRISÃO DO DEPOSITÁRIO JUDICIAL PODE SER DECRETADA NO PRÓPRIO PROCESSO EM QUE SE CONSTITUIU O ENCARGO, INDEPENDENTEMENTE DA PROPOSITURA DE AÇÃO DE DEPÓSITO.

(Ver: [PRISÃO CIVIL](#); [DEPOSITÁRIO JUDICIAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA VINCULANTE STF Nº25

É ILÍCITA A PRISÃO CIVIL DE DEPOSITÁRIO INFIEL, QUALQUER QUE SEJA A MODALIDADE DO DEPÓSITO.

(VER: [PRISÃO CIVIL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

DEPOSITÁRIO JUDICIAL

SÚMULA STJ Nº304

É ILEGAL A DECRETAÇÃO DA PRISÃO CIVIL DAQUELE QUE NÃO ASSUME EXPRESSAMENTE O ENCARGO DE DEPOSITÁRIO JUDICIAL.

(Ver: [PRISÃO CIVIL](#), [DEPOSITÁRIO INFIEL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº305

É DESCABIDA A PRISÃO CIVIL DO DEPOSITÁRIO QUANDO, DECRETADA A FALÊNCIA DA EMPRESA, SOBREVÉM A ARRECADAÇÃO DO BEM PELO SÍNDICO.

(Ver: [PRISÃO CIVIL](#), [DEPOSITÁRIO INFIEL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº319

O ENCARGO DE DEPOSITÁRIO DE BENS PENHORADOS PODE SER EXPRESSAMENTE RECUSADO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº419

DESCABE A PRISÃO CIVIL DO DEPOSITÁRIO JUDICIAL INFIEL.

(VER: [PRISÃO CIVIL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº619

A PRISÃO DO DEPOSITÁRIO JUDICIAL PODE SER DECRETADA NO PRÓPRIO PROCESSO EM QUE SE CONSTITUIU O ENCARGO, INDEPENDENTEMENTE DA PROPOSITURA DE AÇÃO DE DEPÓSITO.

(Ver: [PRISÃO CIVIL](#), [DEPOSITÁRIO INFIEL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

DESAFORAMENTO

SÚMULA TJ Nº73

O DESAFORAMENTO PODE SER DEFERIDO PARA OUTRA COMARCA, AINDA QUE NÃO SEJA A MAIS PRÓXIMA, ATENDIDAS AS EXIGÊNCIAS DO ARTIGO 424 DO CPP.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante (Art. 122 RI) nº [2002.146.00001](#) (Enunciado Criminal nº 07, do TJRJ) – Julgamento em 04/08/2003 – Votação: unânime – Relator: Des. J. C. Murta Ribeiro – Registro de Acórdão em 05/03/2004 – fls. 565/572.

(Ver: [PROCESSO PENAL](#))

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº712

É NULA A DECISÃO QUE DETERMINA O DESAFORAMENTO DE PROCESSO DA COMPETÊNCIA DO JÚRI SEM AUDIÊNCIA DA DEFESA.

(VER: [NULIDADE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

DESAPROPRIAÇÃO

SÚMULA TJ Nº18

NAS DESAPROPRIAÇÕES, A CORREÇÃO MONETÁRIA SE FAZ MENSALMENTE E PELOS ÍNDICES DAS ORTNS. (LEI 6.423/77).

Referência: Uniformização de Jurisprudência nº 31 na Apelação Cível nº 1984.001.28423 Julgamento em 28.06.84. Relatora: DESª MARIA STELLA RODRIGUES. Registro do Acórdão em 23/10/84. In: RDTJ 01/66. Lei Fed. 3.365/41, Lei Fed. 6.036/75, art. 26, §2º, Lei Fed. 6.423/77, art. 1º, §2º

Comentário: O entendimento consagrado nesse verbete sumular encontra-se atualmente superado. Legislação posterior, geralmente editada, visando ajustar a economia do país, deu tratamento diverso à matéria concernente à correção monetária, quer com relação aos índices a ser adotados, quer no que pertine à metodologia de cálculo para apuração desses índices. Podem ser citados a respeito do tema os seguintes textos: Decreto-Lei n. 2.284/86 (arts. 5. e 6.), Leis n. 7.730/89 (art. 15, par. 1.), 7.777/89 (arts. 5. e 6.), 7.799/89, 8.177/91, 8.383/91 e 9.069/95.

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº12

EM DESAPROPRIAÇÃO, SÃO CUMULÁVEIS JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS.

(Ver: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº56

NA DESAPROPRIAÇÃO PARA INSTITUIR SERVIDÃO ADMINISTRATIVA SÃO DEVIDOS OS JUROS COMPENSATÓRIOS PELA LIMITAÇÃO DE USO DA PROPRIEDADE.

(Ver: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº67

NA DESAPROPRIAÇÃO, CABE A ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA, AINDA QUE POR MAIS DE UMA VEZ, INDEPENDENTE DO DECURSO DE PRAZO SUPERIOR A UM ANO ENTRE O CALCULO E O EFETIVO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO.

(Ver: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº69

NA DESAPROPRIAÇÃO DIRETA, OS JUROS COMPENSATÓRIOS SÃO DEVIDOS DESDE A ANTECIPADA IMISSÃO NA POSSE E, NA DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA, A PARTIR DA EFETIVA OCUPAÇÃO DO IMÓVEL.

(Ver: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº70

OS JUROS MORATÓRIOS, NA DESAPROPRIAÇÃO DIRETA OU INDIRETA, CONTAM-SE DESDE O TRANSITO EM julgado da sentença.

(Ver: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº113

OS JUROS COMPENSATÓRIOS, NA DESAPROPRIAÇÃO DIRETA, INCIDEM A PARTIR DA IMISSÃO NA POSSE, CALCULADOS SOBRE O VALOR DA INDENIZAÇÃO, CORRIGIDO MONETARIAMENTE.

(Ver: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº114

OS JUROS COMPENSATÓRIOS, NA DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA, INCIDEM A PARTIR DA OCUPAÇÃO, CALCULADOS SOBRE O VALOR DA INDENIZAÇÃO, CORRIGIDO MONETARIAMENTE.

(Ver: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº119

A AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA PRESCREVE EM VINTE ANOS.

(Ver: [PRAZO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº131

NAS AÇÕES DE DESAPROPRIAÇÃO INCLUEM-SE NO CALCULO DA VERBA ADVOCATÍCIA AS PARCELAS RELATIVAS AOS JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS, DEVIDAMENTE CORRIGIDAS.

(Ver: [HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS](#), [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº354

A INVASÃO DO IMÓVEL É CAUSA DE SUSPENSÃO DO PROCESSO EXPROPRIATÓRIO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº408

NAS AÇÕES DE DESAPROPRIAÇÃO, OS JUROS COMPENSATÓRIOS INCIDENTES APÓS A MEDIDA PROVISÓRIA N. 1.577, DE 11/6/1997, DEVEM SER FIXADOS EM 6% AO ANO ATÉ 13/09/2001, E, A PARTIR DE ENTÃO, EM 12% AO ANO, NA FORMA DA SÚMULA N. 618 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

(VER: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº157

É NECESSÁRIA PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA PARA DESAPROPRIAÇÃO, PELOS ESTADOS, DE EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº164

NO PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO, SÃO DEVIDOS JUROS COMPENSATÓRIOS DESDE A ANTECIPADA IMISSÃO DE POSSE, ORDENADA PELO JUIZ, POR MOTIVO DE URGÊNCIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº218

É COMPETENTE O JUÍZO DA FAZENDA NACIONAL DA CAPITAL DO ESTADO, E NÃO O DA SITUAÇÃO DA COISA, PARA A DESAPROPRIAÇÃO PROMOVIDA POR EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA, SE A UNIÃO FEDERAL INTERVÉM COMO ASSISTENTE.

(VIDE: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº416

PELA DEMORA NO PAGAMENTO DO PREÇO DA DESAPROPRIAÇÃO NÃO CABE INDENIZAÇÃO COMPLEMENTAR ALÉM DOS JUROS.

(VIDE: [INDENIZAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº475

A LEI 4686, DE 21/6/1965, TEM APLICAÇÃO IMEDIATA AOS PROCESSOS EM CURSO, INCLUSIVE EM GRAU DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº476

DESAPROPRIADAS AS AÇÕES DE UMA SOCIEDADE, O PODER DESAPROPRIANTE, IMITIDO NA POSSE, PODE EXERCER, DESDE LOGO, TODOS OS DIREITOS INERENTES AOS RESPECTIVOS TÍTULOS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº561

EM DESAPROPRIAÇÃO, É DEVIDA A CORREÇÃO MONETÁRIA ATÉ A DATA DO EFETIVO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO, DEVENDO PROCEDER-SE À ATUALIZAÇÃO DO CÁLCULO, AINDA QUE POR MAIS DE UMA VEZ.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº618

NA DESAPROPRIAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, A TAXA DOS JUROS COMPENSATÓRIOS É DE 12% (DOZE POR CENTO) AO ANO.

(VER: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº652

NÃO CONTRARIA A CONSTITUIÇÃO O ART. 15, § 1º, DO DECRETO-LEI 3365/1941 (LEI DA DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA).

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

DESMEMBRAMENTO

SÚMULA TJ Nº4

DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL MEDIANTE SIMPLES VISTORIA PROCESSADA NA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS NÃO DISPENSA O DESMEMBRAMENTO ADMINISTRATIVO, NEM FAZ COISA JULGADA.

Referência: Uniformização de Jurisprudência nº 7 na Apelação Cível nº 1975.001.89142 Julgamento em 15.12.75. Relator: DES. GRACCHO AURÉLIO. Registro do Acórdão em 3/04/76 In: RJTJRJ 40/25. Lei Est. 1.5574/67, art. 25.

([Topo](#))

DESQUITE/DIVÓRCIO

SÚMULA TJ Nº11

DIVÓRCIO. ART. 40 DA LEI 6.515. A SEPARAÇÃO DE FATO ANTERIOR A 28 DE JUNHO DE 1977, DATA DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 9, PODE COMPUTAR-SE PARA O DECRETO DE DIVÓRCIO, AINDA QUE O TRANSCURSO DOS CINCO ANOS SE COMPLETE EM DATA ULTERIOR.

Referência: Uniformização de Jurisprudência nº 15 na Apelação Cível nº 1980.001.10115. Julgamento em 01.09.80. Relator: DES. OLAVO TOSTES. Registro do Acórdão em 19/12/80 In: RJTJRJ 47/65. E. Const. 09/77, art. 2º, Lei Fed. 6.515/77, art. 40.

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº28

PARA EFEITO DE DISTRIBUIÇÃO, NÃO HÁ VINCULAÇÃO ENTRE A CAUSA NOVA E A CAUSA FINDA.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 02/91 no Conflito de Competência nº [1989.008.00043](#). Julgamento em 25/11/91. Relator: DES. MOLEDO SARTORI. Registro do Acórdão em 21/09/92. In: RDTJ 13/108. C. Proc. Civil, arts. 105; 138; 213; 476, I e 478, CODJERJ, art. 33. Reg. Int. TJRJ, art. 120, §4º, Agrav. Inst. TJRJ, 583/88 e 95/86, Conf. Comp. 56/89 e 66/89

Veja: [1994.002.00949](#)

(Ver: [COMPETÊNCIA](#))

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº197

O DIVÓRCIO DIRETO PODE SER CONCEDIDO SEM QUE HAJA PREVIA PARTILHA DOS BENS.

(Ver: [INVENTÁRIO/PARTILHA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº116

EM DESQUITE OU INVENTÁRIO, É LEGÍTIMA A COBRANÇA DO CHAMADO IMPOSTO DE REPOSIÇÃO, QUANDO HOUVER DESIGUALDADE NOS VALORES PARTILHADOS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº305

ACORDO DE DESQUITE RATIFICADO POR AMBOS OS CÔNJUGES NÃO É RETRATÁVEL UNILATERALMENTE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

DESTITUIÇÃO DE MANDATO

SÚMULA STF Nº8

DIRETOR DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA PODE SER DESTITUÍDO NO CURSO DO MANDATO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

DESVIO DE FUNÇÃO

SÚMULA STJ Nº378

RECONHECIDO O DESVIO DE FUNÇÃO, O SERVIDOR FAZ JUS ÀS DIFERENÇAS SALARIAIS DECORRENTES.

(ver: [SERVIDOR PÚBLICO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

DEVIDO PROCESSO LEGAL

SÚMULA VINCULANTE STF Nº14

É DIREITO DO DEFENSOR, NO INTERESSE DO REPRESENTADO, TER ACESSO AMPLO AOS ELEMENTOS DE PROVA QUE, JÁ DOCUMENTADOS EM PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO REALIZADO POR ÓRGÃO COM COMPETÊNCIA DE POLÍCIA JUDICIÁRIA, DIGAM RESPEITO AO EXERCÍCIO DO DIREITO DE DEFESA.

(Ver: [INFORMAÇÃO SIGILOSA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

DILIGÊNCIA

SÚMULA TJ Nº71

O JUIZ NÃO ESTÁ OBRIGADO A DEFERIR DILIGÊNCIAS QUE, JUSTIFICADAMENTE, ENTENDER DESNECESSÁRIAS OU IMPERTINENTES.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante (Art. 122 RI) nº [2002.146.00001](#) (Enunciado Criminal nº 04, do TJRJ) – Julgamento em 04/08/2003 – Votação: unânime – Relator: Des. J. C. Murta Ribeiro – Registro de Acórdão em 05/03/2004 – fls. 565/572.

(Ver: [PROCESSO PENAL](#))

([Topo](#))

DIREITO À SAÚDE

SÚMULA TJ Nº65

DERIVA-SE DOS MANDAMENTOS DOS ARTIGOS 6º E 196 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E DA LEI Nº 8080/90, A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS, GARANTINDO O FUNDAMENTAL DIREITO À SAÚDE E CONSEQÜENTE ANTECIPAÇÃO DA RESPECTIVA TUTELA.

REFERÊNCIA: Súmula da Jurisprudência Predominante (art. 122 do RITJ) nº 04/2001 - Proc. [2001.146.00004](#). Julgamento em 05/05/2003 - Votação unânime. Relatora: DESA. MARIANNA GONÇALVES. Registro do Acórdão em 15/09/2003 -fls. 5.013/5.020. Const. Fed. 1988 - art. 100, CPC - art. 273 e 730, Lei Fed. 8.437/92 - art. 1º, § 1º e 3º, Lei Fed. 8.952/94, Lei Fed. 9.494/97

Requerente: Centro de Estudos e Debates (CEDES)

(Ver: [SERVIÇO PÚBLICO](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº115

A SOLIDARIEDADE DOS ENTES PÚBLICOS, NO DEVER DE ASSEGURAR O DIREITO À SAÚDE, NÃO IMPLICA NA ADMISSÃO DO CHAMAMENTO DO PROCESSO.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2006.146.00004](#) – Julgamento em 09/10/2006 – Votação: unânime – Relator: Desembargador Marcus Tullius Alves.

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº116

NA CONDENAÇÃO DO ENTE PÚBLICO À ENTREGA DE MEDICAMENTO NECESSÁRIO AO TRATAMENTO DE DOENÇA, A SUA SUBSTITUIÇÃO NÃO INFRINGE O PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO, DESDE QUE RELATIVA À MESMA MOLÉSTIA.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2006.146.00004](#) – Julgamento em 09/10/2006 – Votação: unânime – Relator: Desembargador Marcus Tullius Alves.

([Topo](#))

DIREITO À IMAGEM

SÚMULA STJ Nº403

INDEPENDE DE PROVA DO PREJUÍZO A INDENIZAÇÃO PELA PUBLICAÇÃO NÃO AUTORIZADA DA IMAGEM DE PESSOA COM FINS ECONÔMICOS OU COMERCIAIS.

(VER: [INDENIZAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

DIREITO EMPRESARIAL

SÚMULA STF Nº265

NA APURAÇÃO DE HAVERES NÃO PREVALECE O BALANÇO NÃO APROVADO PELO SÓCIO FALECIDO, EXCLUÍDO OU QUE SE RETIROU.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

DIREITO IMOBILIÁRIO

SÚMULA STJ Nº308

A HIPOTECA FIRMADA ENTRE A CONSTRUTORA E O AGENTE FINANCEIRO, ANTERIOR OU POSTERIOR À CELEBRAÇÃO DA PROMESSA DE COMPRA E VENDA, NÃO TEM EFICÁCIA PERANTE OS ADQUIRENTES DO IMÓVEL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

DIREITO DE GREVE

SÚMULA VINCULANTE STF Nº23

A JUSTIÇA DO TRABALHO É COMPETENTE PARA PROCESSAR E JULGAR AÇÃO POSSESSÓRIA AJUIZADA EM DECORRÊNCIA DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE GREVE PELOS TRABALHADORES DA INICIATIVA PRIVADA.

(VER: [AÇÃO POSSESSÓRIA](#); [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

DIREITO DE SERVIDÃO

SÚMULA STF Nº415

SERVIDÃO DE TRÂNSITO NÃO TITULADA, MAS TORNADA PERMANENTE, SOBRETUDO PELA NATUREZA DAS OBRAS REALIZADAS, CONSIDERA-SE APARENTE, CONFERINDO DIREITO À PROTEÇÃO POSSESSÓRIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

DIREITO DE VIZINHANÇA

SÚMULA STF Nº414

NÃO SE DISTINGUE A VISÃO DIRETA DA OBLÍQUA NA PROIBIÇÃO DE ABRIR JANELA, OU FAZER TERRAÇO, EIRADO, OU VARANDA, A MENOS DE METRO E MEIO DO PRÉDIO DE OUTREM.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

DIREITO DO TRABALHO

SÚMULA STJ Nº10

INSTALADA A JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO, CESSA A COMPETÊNCIA DO JUIZ DE DIREITO EM MATÉRIA TRABALHISTA, INCLUSIVE PARA A EXECUÇÃO DAS SENTENÇAS POR ELE PROFERIDAS.

(Ver: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº57

COMPETE A JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR AÇÃO DE CUMPRIMENTO FUNDADA EM ACORDO OU CONVENÇÃO COLETIVA NÃO HOMOLOGADOS PELA JUSTIÇA DO TRABALHO.

(VIDE: [COMPETÊNCIA](#), [JUSTIÇA COMUM](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº97

COMPETE A JUSTIÇA DO TRABALHO PROCESSAR E JULGAR RECLAMAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO RELATIVAMENTE A VANTAGENS TRABALHISTAS ANTERIORES A INSTITUIÇÃO DO REGIME JURÍDICO ÚNICO.

(Ver: [COMPETÊNCIA](#), [SERVIDOR PÚBLICO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº125

O PAGAMENTO DE FERIAS NÃO GOZADAS POR NECESSIDADE DO SERVIÇO NÃO ESTA SUJEITO A INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA.

(Ver: [COMPETENCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº180

NA LIDE TRABALHISTA, COMPETE AO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DIRIMIR CONFLITO DE COMPETÊNCIA VERIFICADO, NA RESPECTIVA REGIÃO, ENTRE JUIZ ESTADUAL E JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO.

(Ver: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº222

COMPETE À JUSTIÇA COMUM PROCESSAR E JULGAR AS AÇÕES RELATIVAS À CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PREVISTA NO ART. 578 DA CLT.

(Ver: [COMPETÊNCIA](#), [JUSTIÇA COMUM](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº225

COMPETE AO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO APRECIAR RECURSO CONTRA SENTENÇA PROFERIDA POR ÓRGÃO DE PRIMEIRO GRAU DA JUSTIÇA TRABALHISTA, AINDA QUE PARA DECLARAR-LHE A NULIDADE EM VIRTUDE DE INCOMPETÊNCIA.

(Ver: [COMPETENCIA](#), [RECURSO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº230

COMPETE À JUSTIÇA ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR AÇÃO MOVIDA POR TRABALHADOR AVULSO PORTUÁRIO, EM QUE SE IMPUGNA ATO DO ÓRGÃO GESTOR DE MÃO-DE-OBRA DE QUE RESULTE ÓBICE AO EXERCÍCIO DE SUA PROFISSÃO.(*)

(*) julgando os conflitos de competência ns. 30.513-sp, 30.500-sp e 30.504-sp, na sessão de 11/10/2000, a segunda seção deliberou pelo **CANCELAMENTO DA SÚMULA** n. 230.

(Ver: [COMPETÊNCIA](#), [JUSTIÇA COMUM](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº236

NÃO COMPETE AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DIRIMIR CONFLITOS DE COMPETÊNCIA ENTRE JUÍZES TRABALHISTAS VINCULADOS A TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO DIVERSOS.

(Ver: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº252

OS SALDOS DAS CONTAS DO FGTS, PELA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL, SÃO CORRIGIDOS EM 42,72% (IPC) QUANTO ÀS PERDAS DE JANEIRO DE 1989 E 44,80% (IPC) QUANTO ÀS DE ABRIL DE 1990, ACOLHIDOS PELO STJ OS ÍNDICES DE 18,02% (LBC) QUANTO AS PERDAS DE JUNHO DE 1987, DE 5,38% (BTN) PARA MAIO DE 1990 E 7,00% (TR) PARA FEVEREIRO DE 1991, DE ACORDO COM O ENTENDIMENTO DO STF (RE 226.855-7-RS).

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº367

A COMPETÊNCIA ESTABELECIDADA PELA EC N. 45/2004 NÃO ALCANÇA OS PROCESSOS JÁ SENTENCIADOS.

(ver: [JUSTIÇA COMUM](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº194

É COMPETENTE O MINISTRO DO TRABALHO PARA A ESPECIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES INSALUBRES.

(Vide: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº195

CONTRATO DE TRABALHO PARA OBRA CERTA, OU DE PRAZO DETERMINADO, TRANSFORMA-SE EM CONTRATO DE PRAZO INDETERMINADO, QUANDO PRORROGADO POR MAIS DE QUATRO ANOS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº196

AINDA QUE EXERÇA ATIVIDADE RURAL, O EMPREGADO DE EMPRESA INDUSTRIAL OU COMERCIAL É CLASSIFICADO DE ACORDO COM A CATEGORIA DO EMPREGADOR.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº197

O EMPREGADO COM REPRESENTAÇÃO SINDICAL SÓ PODE SER DESPEDIDO MEDIANTE INQUÉRITO EM QUE SE APURE FALTA GRAVE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº199

O SALÁRIO DAS FÉRIAS DO EMPREGADO HORISTA CORRESPONDE À MÉDIA DO PERÍODO AQUISITIVO, NÃO PODENDO SER INFERIOR AO MÍNIMO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº200

NÃO É INCONSTITUCIONAL A LEI 1530, DE 26/12/1951, QUE MANDA INCLUIR NA INDENIZAÇÃO POR DESPEDIDA INJUSTA PARCELA CORRESPONDENTE A FÉRIAS PROPORCIONAIS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº201

O VENDEDOR PRACISTA, REMUNERADO MEDIANTE COMISSÃO, NÃO TEM DIREITO AO REPOUSO SEMANAL REMUNERADO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº202

NA EQUIPARAÇÃO DE SALÁRIO, EM CASO DE TRABALHO IGUAL, TOMA-SE EM CONTA O TEMPO DE SERVIÇO NA FUNÇÃO, E NÃO NO EMPREGO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº204

TEM DIREITO O TRABALHADOR SUBSTITUTO, OU DE RESERVA, AO SALÁRIO MÍNIMO NO DIA EM QUE FICA À DISPOSIÇÃO DO EMPREGADOR SEM SER APROVEITADO NA FUNÇÃO ESPECÍFICA; SE APROVEITADO, RECEBE O SALÁRIO CONTRATUAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº205

TEM DIREITO A SALÁRIO INTEGRAL O MENOR NÃO SUJEITO A APRENDIZAGEM METÓDICA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº207

AS GRATIFICAÇÕES HABITUAIS, INCLUSIVE A DE NATAL, CONSIDERAM-SE TACITAMENTE CONVENCIONADAS, INTEGRANDO O SALÁRIO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº209

O SALÁRIO-PRODUÇÃO, COMO OUTRAS MODALIDADES DE SALÁRIO-PRÊMIO, É DEVIDO, DESDE QUE VERIFICADA A CONDIÇÃO A QUE ESTIVER SUBORDINADO, E NÃO PODE SER SUPRIMIDO UNILATERALMENTE, PELO EMPREGADOR, QUANDO PAGO COM HABITUALIDADE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº212

TEM DIREITO AO ADICIONAL DE SERVIÇO PERIGOSO O EMPREGADO DE POSTO DE REVENDA DE COMBUSTÍVEL LÍQUIDO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº213

É DEVIDO O ADICIONAL DE SERVIÇO NOTURNO, AINDA QUE SUJEITO O EMPREGADO AO REGIME DE REVEZAMENTO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº214

A DURAÇÃO LEGAL DA HORA DE SERVIÇO NOTURNO (52 MINUTOS E 30 SEGUNDOS) CONSTITUI VANTAGEM SUPLEMENTAR QUE NÃO DISPENSA O SALÁRIO ADICIONAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº215

CONTA-SE A FAVOR DE EMPREGADO READMITIDO O TEMPO DE SERVIÇO ANTERIOR, SALVO SE HOUVER SIDO DESPEDIDO POR FALTA GRAVE OU TIVER RECEBIDO A INDENIZAÇÃO LEGAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº217

TEM DIREITO DE RETORNAR AO EMPREGO, OU SER INDENIZADO EM CASO DE RECUSA DO EMPREGADOR, O APOSENTADO QUE RECUPERA A CAPACIDADE DE TRABALHO DENTRO DE CINCO ANOS, A CONTAR DA APOSENTADORIA, QUE SE TORNA DEFINITIVA APÓS ESSE PRAZO.

(Vide: [READMISSÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº219

PARA A INDENIZAÇÃO DEVIDA A EMPREGADO QUE TINHA DIREITO A SER READMITIDO, E NÃO FOI, LEVAM-SE EM CONTA AS VANTAGENS ADVINDAS À SUA CATEGORIA NO PERÍODO DO AFASTAMENTO.

(Vide: [READMISSÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº220

A INDENIZAÇÃO DEVIDA A EMPREGADO ESTÁVEL, QUE NÃO É READMITIDO, AO CESSAR SUA APOSENTADORIA, DEVE SER PAGA EM DOBRO.

(Vide: [READMISSÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº221

A TRANSFERÊNCIA DE ESTABELECIMENTO, OU A SUA EXTINÇÃO PARCIAL, POR MOTIVO QUE NÃO SEJA DE FORÇA MAIOR, NÃO JUSTIFICA A TRANSFERÊNCIA DE EMPREGADO ESTÁVEL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº222

O PRINCÍPIO DA IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ NÃO É APLICÁVEL ÀS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº223

CONCEDIDA ISENÇÃO DE CUSTAS AO EMPREGADO, POR ELAS NÃO RESPONDE O SINDICATO QUE O REPRESENTA EM JUÍZO.

(Vide: [CUSTAS E TAXA JUDICIÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº224

OS JUROS DA MORA, NAS RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS, SÃO CONTADOS DESDE A NOTIFICAÇÃO INICIAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº225

NÃO É ABSOLUTO O VALOR PROBATÓRIO DAS ANOTAÇÕES DA CARTEIRA PROFISSIONAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº241

A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDE SOBRE O ABONO INCORPORADO AO SALÁRIO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº307

É DEVIDO O ADICIONAL DE SERVIÇO INSALUBRE, CALCULADO À BASE DO SALÁRIO MÍNIMO DA REGIÃO, AINDA QUE A REMUNERAÇÃO CONTRATUAL SEJA SUPERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO ACRESCIDO DA TAXA DE INSALUBRIDADE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº401

NÃO SE CONHECE DO RECURSO DE REVISTA, NEM DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA, DO PROCESSO TRABALHISTA, QUANDO HOUVER JURISPRUDÊNCIA FIRME DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO NO MESMO SENTIDO DA DECISÃO IMPUGNADA, SALVO SE HOUVER COLISÃO COM A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº402

VIGIA NOTURNO TEM DIREITO A SALÁRIO ADICIONAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº433

É COMPETENTE O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO PARA JULGAR MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO DE SEU PRESIDENTE EM EXECUÇÃO DE SENTENÇA TRABALHISTA.

(VIDE: [MANDADO DE SEGURANÇA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº457

O TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, CONHECENDO DA REVISTA, JULGARÁ A CAUSA, APLICANDO O DIREITO À ESPÉCIE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº458

O PROCESSO DA EXECUÇÃO TRABALHISTA NÃO EXCLUI A REMIÇÃO PELO EXECUTADO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº459

NO CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO POR DESPEDIDA INJUSTA, INCLUEM-SE OS ADICIONAIS, OU GRATIFICAÇÕES, QUE, PELA HABITUALIDADE, SE TENHAM INCORPORADO AO SALÁRIO.

(VER: [INDENIZAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº460

PARA EFEITO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, A PERÍCIA JUDICIAL, EM RECLAMAÇÃO TRABALHISTA, NÃO DISPENSA O ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE ENTRE AS INSALUBRES, QUE É ATO DA COMPETÊNCIA DO MINISTRO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº461

É DUPLO, E NÃO TRIPLO, O PAGAMENTO DO SALÁRIO NOS DIAS DESTINADOS A DESCANSO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº462

NO CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO POR DESPEDIDA INJUSTA INCLUI-SE, QUANDO DEVIDO, O REPOUSO SEMANAL REMUNERADO.

(VER: [INDENIZAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº463

PARA EFEITO DE INDENIZAÇÃO E ESTABILIDADE, CONTA-SE O TEMPO EM QUE O EMPREGADO ESTEVE AFASTADO, EM SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO, MESMO ANTERIORMENTE À LEI 4072, DE 1º/6/1962.

(VER: [INDENIZAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº478

O PROVIMENTO EM CARGOS DE JUÍZES SUBSTITUTOS DO TRABALHO, DEVE SER FEITO INDEPENDENTEMENTE DE LISTA TRÍPLICE, NA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº531

É INCONSTITUCIONAL O DECRETO 51668, DE 17/1/1963, QUE ESTABELECEU SALÁRIO PROFISSIONAL PARA TRABALHADORES DE TRANSPORTES MARÍTIMOS, FLUVIAIS E LACUSTRES.

(VER: [INCONSTITUCIONALIDADE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº612

AO TRABALHADOR RURAL NÃO SE APLICAM, POR ANALOGIA, OS BENEFÍCIOS PREVISTOS NA LEI 6367, DE 19/10/1976.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº613

OS DEPENDENTES DE TRABALHADOR RURAL NÃO TÊM DIREITO À PENSÃO PREVIDENCIÁRIA, SE O ÓBITO OCORREU ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA LEI COMPLEMENTAR 11/1971.

(VER: [PREVIDENCIÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº633

É INCABÍVEL A CONDENAÇÃO EM VERBA HONORÁRIA NOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS INTERPOSTOS EM PROCESSO TRABALHISTA, EXCETO NAS HIPÓTESES PREVISTAS NA LEI 5584/1970.

(VER: [HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº675

OS INTERVALOS FIXADOS PARA DESCANSO E ALIMENTAÇÃO DURANTE A JORNADA DE SEIS HORAS NÃO DESCARACTERIZAM O SISTEMA DE TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO PARA O EFEITO DO ART. 7º, XIV, DA CONSTITUIÇÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº676

A GARANTIA DA ESTABILIDADE PROVISÓRIA PREVISTA NO ART. 10, II, A, DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, TAMBÉM SE APLICA AO SUPLENTE DO CARGO DE DIREÇÃO DE COMISSÕES INTERNAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES (CIPA).

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº736

COMPETE À JUSTIÇA DO TRABALHO JULGAR AS AÇÕES QUE TENHAM COMO CAUSA DE PEDIR O DESCUMPRIMENTO DE NORMAS TRABALHISTAS RELATIVAS À SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE DOS TRABALHADORES.

(VIDE: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

DISPONIBILIDADE

SÚMULA STF Nº11

A VITALICIEDADE NÃO IMPEDE A EXTINÇÃO DO CARGO, FICANDO O FUNCIONÁRIO EM DISPONIBILIDADE, COM TODOS OS VENCIMENTOS.

(VIDE: [EXTINÇÃO DO CARGO](#), [VITALICIEDADE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº39

À FALTA DE LEI, FUNCIONÁRIO EM DISPONIBILIDADE NÃO PODE EXIGIR, JUDICIALMENTE, O SEU APROVEITAMENTO, QUE FICA SUBORDINADO AO CRITÉRIO DE CONVENIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

DOMICÍLIO

[SÚMULA STJ Nº435](#)

PRESUME-SE DISSOLVIDA IRREGULARMENTE A EMPRESA QUE DEIXAR DE FUNCIONAR NO SEU DOMICÍLIO FISCAL, SEM COMUNICAÇÃO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES, LEGITIMANDO O REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL PARA O SÓCIO-GERENTE.

(VER: [EXECUÇÃO](#))

[NOTÍCIAS DO STJ](#)

([Topo](#))

DOMÍNIO PÚBLICO

[SÚMULA STF Nº479](#)

AS MARGENS DOS RIOS NAVEGÁVEIS SÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO, INSUSCETÍVEIS DE EXPROPRIAÇÃO E, POR ISSO MESMO, EXCLUÍDAS DE INDENIZAÇÃO.

(VER: [INDENIZAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº480

PERTENCEM AO DOMÍNIO E ADMINISTRAÇÃO DA UNIÃO, NOS TERMOS DOS ARTS. 4º, IV, E 186, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1967, AS TERRAS OCUPADAS POR SILVÍCOLAS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

EMBARGOS

SÚMULA TJ Nº48

OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, QUANDO INTEMPESTIVOS, NÃO INTERROMPEM O PRAZO PARA A INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 08/2001 - Proc. [2001.146.00008](#). Julgamento em 24/06/2002 - Votação por maioria. Relator: DES. SYLVIO CAPANEMA DE SOUZA. Registro do Acórdão em Reg. Int. TJRJ, art. 122.

(Ver: [PRAZO](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº52

INEXISTE OMISSÃO A SANAR ATRAVÉS DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS, QUANDO O ACÓRDÃO NÃO ENFRENTOU TODAS AS QUESTÕES ARGÜIDAS PELAS PARTES, DESDE QUE UMA DELAS TENHA SIDO SUFICIENTE PARA O JULGAMENTO DO RECURSO.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 08/2001 - Proc. [2001.146.00008](#). Julgamento em 24/06/2002 - Votação por maioria. Relator: DES. SYLVIO CAPANEMA DE SOUZA. Registro do Acórdão em Reg. Int. TJRJ, art. 122.

(Ver: [RECURSO](#))

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº84

É ADMISSÍVEL A OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIRO FUNDADOS EM ALEGAÇÃO DE POSSE ADVINDA DO COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL, AINDA QUE DESPROVIDO DO REGISTRO.

(Ver: [EXECUÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº98

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO MANIFESTADOS COM NOTÓRIO PROPOSITO DE PREQUESTIONAMENTO NÃO TEM CARATER PROTETÓRIO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº134

EMBORA INTIMADO DA PENHORA EM IMÓVEL DO CASAL, O CONJUGE DO EXECUTADO PODE OPOR EMBARGOS DE TERCEIRO PARA DEFESA DE SUA MEAÇÃO.

(vide: [PENHORA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº158

NÃO SE PRESTA A JUSTIFICAR EMBARGOS DE DIVERGENCIA O DISSIDIO COM ACORDÃO DE TURMA OU SEÇÃO QUE NÃO MAIS TENHA COMPETENCIA PARA A MATERIA NELES VERSADA.

(VIDE: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº195

EM EMBARGOS DE TERCEIRO NÃO SE ANULA ATO JURIDICO, POR FRAUDE CONTRA CREDITORES.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº211

INADMISSÍVEL RECURSO ESPECIAL QUANTO À QUESTÃO QUE, A DESPEITO DA OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS, NÃO FOI APRECIADA PELO TRIBUNAL A QUO.

(Ver: [RECURSO ESPECIAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº303

EM EMBARGOS DE TERCEIRO, QUEM DEU CAUSA À CONSTRIÇÃO INDEVIDA DEVE ARCAR COM OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº315

NÃO CABEM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO ÂMBITO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO QUE NÃO ADMITE RECURSO ESPECIAL.

(VIDE: [AGRAVO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº316

CABEM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA CONTRA ACÓRDÃO QUE, EM AGRAVO REGIMENTAL, DECIDE RECURSO ESPECIAL.

(VIDE: [AGRAVO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº331

A APELAÇÃO INTERPOSTA CONTRA SENTENÇA QUE JULGA EMBARGOS À ARREMATACÃO TEM EFEITO MERAMENTE DEVOLUTIVO.

(VIDE: [APELAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº418

É INADMISSÍVEL O RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO ANTES DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, SEM POSTERIOR RATIFICAÇÃO.

(VER: [RECURSO ESPECIAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº420

INCABÍVEL, EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA, DISCUTIR O VALOR DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.

(VER: [DANO MORAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº233

SALVO EM CASO DE DIVERGÊNCIA QUALIFICADA (LEI 623/1949), NÃO CABE RECURSO DE EMBARGOS CONTRA DECISÃO QUE NEGA PROVIMENTO A AGRAVO OU NÃO CONHECE DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO, AINDA QUE POR MAIORIA DE VOTOS.

Observação

- Veja Súmula 599 [INTEIRO TEOR](#).

- O [RE 3 8448](#) foi objeto da [AR 723](#) julgada procedente.

- Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal de 1970, art. 309.

- Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal de 1980, art. 194, II, b.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº247

O RELATOR NÃO ADMITIRÁ OS EMBARGOS DA LEI 623, DE 19/2/1949, NEM DELES CONHECERÁ O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, QUANDO HOVER JURISPRUDÊNCIA FIRME DO PLENÁRIO NO MESMO SENTIDO DA DECISÃO EMBARGADA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº253

NOS EMBARGOS DA LEI 623, DE 19/2/1949, NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, A DIVERGÊNCIA SOMENTE SERÁ ACOLHIDA, SE TIVER SIDO INDICADA NA PETIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº273

NOS EMBARGOS DA LEI 623, DE 19/2/1949, A DIVERGÊNCIA SOBRE QUESTÃO PREJUDICIAL OU PRELIMINAR, SUSCITADA APÓS A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO, OU DO AGRAVO, SOMENTE SERÁ ACOLHIDA SE O ACÓRDÃO-PADRÃO FOR ANTERIOR À DECISÃO EMBARGADA.

Observação:

- Veja Súmula 598 [INTEIRO TEOR](#)
- Código de Processo Civil de 1973, art. 546.
- Lei 3396/1958, art. 7º.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº 290

NOS EMBARGOS DA LEI 623, DE 19/2/1949, A PROVA DE DIVERGÊNCIA FAR-SE-Á POR CERTIDÃO, OU MEDIANTE INDICAÇÃO DO DIÁRIO DA JUSTIÇA OU DE REPERTÓRIO DE JURISPRUDÊNCIA AUTORIZADO, QUE A TENHA PUBLICADO, COM A TRANSCRIÇÃO DO TRECHO QUE CONFIGURE A DIVERGÊNCIA, MENCIONADAS AS CIRCUNSTÂNCIAS QUE IDENTIFIQUEM OU ASSEMELHEM OS CASOS CONFRONTADOS.

Observação:

Código de Processo Civil de 1973, art. 546, parágrafo único.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº300

SÃO INCABÍVEIS OS EMBARGOS DA LEI 623, DE 19/2/1949, CONTRA PROVIMENTO DE AGRAVO PARA SUBIDA DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

Observação:

Veja [Súmula 599](#).

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº598

NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NÃO SERVEM COMO PADRÃO DE DISCORDÂNCIA OS MESMOS PARADIGMAS INVOCADOS PARA DEMONSTRÁ-LA MAS REPELIDOS COMO NÃO DISSIDENTES NO JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº599

SÃO INCABÍVEIS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA DE DECISÃO DE TURMA, EM AGRAVO REGIMENTAL (CANCELADA).

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº621

NÃO ENSEJA EMBARGOS DE TERCEIRO À PENHORA A PROMESSA DE COMPRA E VENDA NÃO INSCRITA NO REGISTRO DE IMÓVEIS.

(VER: [COMPRA E VENDA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

EMBARGOS À EXECUÇÃO

SÚMULA TJ Nº51

NÃO CONSTITUI GARANTIA HÁBIL, PARA INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DEVEDOR, O OFERECIMENTO DE TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA ANTIGOS, DE DIFÍCIL LIQUIDEZ.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 08/2001 - Proc. [2001.146.00008](#)

Julgamento em 4/06/2002 - Votação por maioria. Relator: DES. SYLVIO CAPANEMA DE SOUZA. Registro do Acórdão em Reg. Int. TJRJ, art. 122

(Ver: [EXECUÇÃO](#), [TÍTULO DA DÍVIDA PÚBLICA](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº109

OS EMBARGOS DO DEVEDOR NÃO TRANSFORMAM EM PROVISÓRIA A EXECUÇÃO DEFINITIVA.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2005.146.00001](#) - Julgamento em 18/07/2005 – Votação: unânime – Relator: Desembargador Cássia Medeiros – Registro de Acórdão em 26/12/2005 – fls. 011200/011220

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº153

A DESISTENCIA DA EXECUÇÃO FISCAL, APOS O OFERECIMENTO DOS EMBARGOS, NÃO EXIME O EXEQUENTE DOS ENCARGOS DA SUCUMBENCIA.

(VIDE: [EXECUÇÃO](#), [SUCUMBENCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº196

AO EXECUTADO QUE, CITADO POR EDITAL OU POR HORA CERTA, PERMANECER REVEL, SERA NOMEADO CURADOR ESPECIAL, COM LEGITIMIDADE PARA APRESENTAÇÃO DE EMBARGOS.

(VIDE: [CITAÇÃO E/OU INTIMAÇÃO](#), [EXECUÇÃO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº317

É DEFINITIVA A EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, AINDA QUE PENDENTE APELAÇÃO CONTRA SENTENÇA QUE JULGUE IMPROCEDENTES OS EMBARGOS.
(Ver: [RECURSO](#), [TÍTULO EXECUTIVO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº392

A FAZENDA PÚBLICA PODE SUBSTITUIR A CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA) ATÉ A PROLAÇÃO DA SENTENÇA DE EMBARGOS, QUANDO SE TRATAR DE CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL OU FORMAL, VEDADA A MODIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO DA EXECUÇÃO.
(VER: [FAZENDA PÚBLICA](#), [CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA](#), [EXECUÇÃO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº394

É ADMISSÍVEL, EM EMBARGOS À EXECUÇÃO, COMPENSAR OS VALORES DE IMPOSTO DE RENDA RETIDOS INDEVIDAMENTE NA FONTE COM OS VALORES RESTITUÍDOS APURADOS NA DECLARAÇÃO ANUAL.
(Ver: [COMPENSAÇÃO](#) / [IMPOSTO DE RENDA](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº277

SÃO CABÍVEIS EMBARGOS, EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA, EM AÇÃO EXECUTIVA FISCAL, NÃO SENDO UNÂNIME A DECISÃO.
Observação: Código de Processo Civil de 1973, arts. 566 e seguintes.
(VIDE: [FAZENDA PÚBLICA](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº278

SÃO CABÍVEIS EMBARGOS EM AÇÃO EXECUTIVA FISCAL CONTRA DECISÃO REFORMATÓRIA DA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA, AINDA QUE UNÂNIME.
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

EMBARGOS INFRINGENTES

SÚMULA STJ Nº88

SÃO ADMISSÍVEIS EMBARGOS INFRINGENTES EM PROCESSO FALIMENTAR.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº169

SÃO INADMISSÍVEIS EMBARGOS INFRINGENTES NO PROCESSO DE MANDADO DE SEGURANÇA.

(Ver: [MANDADO DE SEGURANÇA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº207

E INADMISSÍVEL RECURSO ESPECIAL QUANDO CABÍVEIS EMBARGOS INFRINGENTES CONTRA O ACÓRDÃO PROFERIDO NO TRIBUNAL DE ORIGEM.

(Ver: [RECURSO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº255

CABEM EMBARGOS INFRINGENTES CONTRA ACÓRDÃO, PROFERIDO POR MAIORIA, EM AGRAVO RETIDO, QUANDO SE TRATAR DE MATÉRIA DE MÉRITO.

(VIDE: [AGRAVO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº390

NAS DECISÕES POR MAIORIA, EM REEXAME NECESSÁRIO, NÃO SE ADMITEM EMBARGOS INFRINGENTES.

(Ver: [RECURSO EX OFFICIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº293

SÃO INADMISSÍVEIS EMBARGOS INFRINGENTES CONTRA DECISÃO EM MATÉRIA CONSTITUCIONAL SUBMETIDA AO PLENÁRIO DOS TRIBUNAIS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº295

SÃO INADMISSÍVEIS EMBARGOS INFRINGENTES CONTRA DECISÃO UNÂNIME DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM AÇÃO RESCISÓRIA.

Observação: Código de Processo Civil de 1973, arts. 530 e seguintes; art. 546.

(VIDE: [AÇÃO RESCISÓRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº296

SÃO INADMISSÍVEIS EMBARGOS INFRINGENTES SOBRE MATÉRIA NÃO VENTILADA, PELA TURMA, NO JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

Observação: Código de Processo Civil de 1973, arts. 530 e seguintes.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº455

DA DECISÃO QUE SE SEGUIR AO JULGAMENTO DE CONSTITUCIONALIDADE PELO TRIBUNAL PLENO, SÃO INADMISSÍVEIS EMBARGOS INFRINGENTES QUANTO À MATÉRIA CONSTITUCIONAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº597

NÃO CABEM EMBARGOS INFRINGENTES DE ACÓRDÃO QUE, EM MANDADO DE SEGURANÇA DECIDIU, POR MAIORIA DE VOTOS, A APELAÇÃO.

(VER: [MANDADO DE SEGURANÇA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

SÚMULA STF Nº418

O EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO NÃO É TRIBUTO, E SUA ARRECADAÇÃO NÃO ESTÁ SUJEITA À EXIGÊNCIA CONSTITUCIONAL DA PRÉVIA AUTORIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

ENERGIA ELÉTRICA

SÚMULA TJ Nº146

O VALOR DO ICMS PAGO NA ENTRADA DE ENERGIA ELETRICA USADA POR SUPERMERCADO EM PANIFICACAO, RESTAURANTE, ACOUGUE, PEIXARIA E LATICINIOS, PORQUE DESCARACTERIZADO O PROCESSO DE INDUSTRIALIZACAO, NAO SE TRANS FORMA EM CREDITO FISCAL COMPENSAVEL NA OPERACAO POSTERIOR.

Referência: Uniformização de Jurisprudência nº [2009.018.00005](#) – Julgamento em 13/07/2009 – Votação por maioria – Relator: Desembargador Milton Fernandes de Souza.

(VIDE: [ICM/ICMS/ COMPENSAÇÃO](#))

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº391

O ICMS INCIDE SOBRE O VALOR DA TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA CORRESPONDENTE À DEMANDA DE POTÊNCIA EFETIVAMENTE UTILIZADA.

(Ver: [ICM/ICMS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

ENFITEUSE

SÚMULA TJ Nº10

O VALOR DO IMÓVEL, PARA O EFEITO DO RESGATE DA ENFITEUSE, SERÁ O REAL ATUAL PROPOSTO PELO TITULAR DO DOMÍNIO DIRETO OU, SE INACEITO, MEDIANTE AVALIAÇÃO.

Referência: Uniformização de Jurisprudência nº 12 nos Embargos Infringentes na Apelação Cível nº 1978.001.02508 - Julgamento em 30.10.78 - Relator: DES. MORAES E BARROS Registro do Acórdão em 05/04/79 - In: RJTJRJ 47/58, C. Civil, art. 693.

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº122

O ENFITEUTA PODE PURGAR A MORA ENQUANTO NÃO DECRETADO O COMISSO POR SENTENÇA

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº169

DEPENDE DE SENTENÇA A APLICAÇÃO DA PENA DE COMISSO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº170

É RESGATÁVEL A ENFITEUSE INSTITUÍDA ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DO CÓDIGO CIVIL

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

EQUIPARAÇÃO

SÚMULA STF Nº42

É LEGÍTIMA A EQUIPARAÇÃO DE JUÍZES DO TRIBUNAL DE CONTAS, EM DIREITOS E GARANTIAS, AOS MEMBROS DO PODER JUDICIÁRIO.

(VIDE: [APOSENTADORIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº43

NÃO CONTRARIA A CONSTITUIÇÃO FEDERAL O ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO DE SÃO PAULO, QUE EQUIPAROU OS VENCIMENTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO AOS DA MAGISTRATURA.

(VIDE: [APOSENTADORIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº243

EM CASO DE DUPLA APOSENTADORIA, OS PROVENTOS A CARGO DO IAPFESP NÃO SÃO EQUIPARÁVEIS AOS PAGOS PELO TESOUREO NACIONAL, MAS CALCULADOS À BASE DA MÉDIA SALARIAL NOS ÚLTIMOS DOZE MESES DE SERVIÇO.

(VIDE: [APOSENTADORIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

ESTABELECIMENTO BANCÁRIO

SÚMULA STF Nº28

O ESTABELECIMENTO BANCÁRIO É RESPONSÁVEL PELO PAGAMENTO DE CHEQUE FALSO, RESSALVADAS AS HIPÓTESES DE CULPA EXCLUSIVA OU CONCORRENTE DO CORRENTISTA.

(VIDE: [CHEQUE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

ESTABELECIMENTO COMERCIAL

SÚMULA TJ Nº100

A PENHORA DE RECEITA AUFERIDA POR ESTABELECIMENTO COMERCIAL, INDUSTRIAL OU AGRÍCOLA, DESDE QUE FIXADA EM PERCENTUAL QUE NÃO COMPROMETA A RESPECTIVA ATIVIDADE EMPRESARIAL, NÃO OFENDE O PRINCÍPIO DA EXECUÇÃO

MENOS GRAVOSA, NADA IMPEDINDO QUE A NOMEAÇÃO DO DEPOSITÁRIO RECAIA SOBRE O REPRESENTANTE LEGAL DO DEVEDOR.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2005.146.00001](#) - Julgamento em 18/07/2005 – Votação: maioria – Relator: Desembargadora Cássia Medeiros – Registro de Acórdão em 26/12/2005 – fls. 011200/011220.

(Ver: [EXECUÇÃO](#), [PENHORA](#))

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº157

É ILEGÍTIMA A COBRANÇA DE TAXA, PELO MUNICÍPIO, NA RENOVAÇÃO DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL OU INDUSTRIAL.(*)

(*) Julgando o RESP 261.571-SP, na sessão de 24/04/2002, a Primeira Seção deliberou pelo CANCELAMENTO da súmula n. 157.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº70

É INADMISSÍVEL A INTERDIÇÃO DE ESTABELECIMENTO COMO MEIO COERCITIVO PARA COBRANÇA DE TRIBUTO.

(VIDE: [TRIBUTÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº646

OFENDE O PRINCÍPIO DA LIVRE CONCORRÊNCIA LEI MUNICIPAL QUE IMPEDE A INSTALAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DO MESMO RAMO EM DETERMINADA ÁREA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

ESTABELECIMENTO DE ENSINO

SÚMULA STJ Nº341

A FREQUÊNCIA A CURSO DE ENSINO FORMAL É CAUSA DE REMIÇÃO DE PARTE DO TEMPO DE EXECUÇÃO DE PENA SOB REGIME FECHADO OU SEMI-ABERTO

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº58

É VÁLIDA A EXIGÊNCIA DE MÉDIA SUPERIOR A QUATRO PARA APROVAÇÃO EM ESTABELECIMENTO DE ENSINO SUPERIOR, CONSOANTE O RESPECTIVO REGIMENTO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA VINCULANTE STF Nº12

A COBRANÇA DE TAXA DE MATRÍCULA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS VIOLA O DISPOSTO NO ART. 206, IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

ESTÁGIO PROBATÓRIO

SÚMULA STF Nº21

FUNCIONÁRIO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO NÃO PODE SER EXONERADO NEM DEMITIDO SEM INQUÉRITO OU SEM AS FORMALIDADES LEGAIS DE APURAÇÃO DE SUA CAPACIDADE.

(VIDE: [DEMISSÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº22

O ESTÁGIO PROBATÓRIO NÃO PROTEGE O FUNCIONÁRIO CONTRA A EXTINÇÃO DO CARGO

(VIDE: [EXTINÇÃO DO CARGO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

ESTELIONATO

SÚMULA STJ Nº17

QUANDO O FALSO SE EXAURE NO ESTELIONATO, SEM MAIS POTENCIALIDADE LESIVA, E POR ESTE ABSORVIDO.

(VIDE: [CRIME DE FALSO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº24

APLICA-SE AO CRIME DE ESTELIONATO, EM QUE FIGURE COMO VÍTIMA ENTIDADE AUTÁRQUICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, A QUALIFICADORA DO § 3º, DO ART. 171 DO CODIGO PENAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº48

COMPETE AO JUÍZO DO LOCAL DA OBTENÇÃO DA VANTAGEM ILÍCITA PROCESSAR E JULGAR CRIME DE ESTELIONATO COMETIDO MEDIANTE FALSIFICAÇÃO DE CHEQUE.

(VIDE: [COMPETÊNCIA](#); [CHEQUE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº73

A UTILIZAÇÃO DE PAPEL MOEDA GROSSEIRAMENTE FALSIFICADO CONFIGURA, EM TESE, O CRIME DE ESTELIONATO, DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

(VIDE: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº107

COMPETE A JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR CRIME DE ESTELIONATO PRATICADO MEDIANTE FALSIFICAÇÃO DAS GUIAS DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, QUANDO NÃO OCORRENTE LESÃO A AUTARQUIA FEDERAL.

(VIDE: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº244

COMPETE AO FORO DO LOCAL DA RECUSA PROCESSAR E JULGAR O CRIME DE ESTELIONATO MEDIANTE CHEQUE SEM PROVISÃO DE FUNDOS.

(VIDE: [COMPETÊNCIA](#); [CHEQUE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº521

O FORO COMPETENTE PARA O PROCESSO E JULGAMENTO DOS CRIMES DE ESTELIONATO, SOB A MODALIDADE DA EMISSÃO DOLOSA DE CHEQUE SEM PROVISÃO DE FUNDOS, É O DO LOCAL ONDE SE DEU A RECUSA DO PAGAMENTO PELO SACADO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº554

O PAGAMENTO DE CHEQUE EMITIDO SEM PROVISÃO DE FUNDOS, APÓS O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA, NÃO OBSTA AO PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO PENAL.

(VER: [CHEQUE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

ESTRANGEIRO

SÚMULA STF Nº1

É VEDADA A EXPULSÃO DE ESTRANGEIRO CASADO COM BRASILEIRA, OU QUE TENHA FILHO BRASILEIRO, DEPENDENTE DA ECONOMIA PATERNA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº60

NÃO PODE O ESTRANGEIRO TRAZER AUTOMÓVEL QUANDO NÃO COMPROVADA A TRANSFERÊNCIA DEFINITIVA DE SUA RESIDÊNCIA PARA O BRASIL.

(VIDE: [AUTOMÓVEL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº62

NÃO BASTA A SIMPLES ESTADA NO ESTRANGEIRO POR MAIS DE SEIS MESES, PARA DAR DIREITO À TRAZIDA DE AUTOMÓVEL COM FUNDAMENTO EM TRANSFERÊNCIA DE RESIDÊNCIA.

(VIDE: [AUTOMÓVEL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

EXAME CRIMINOLÓGICO

SÚMULA VINCULANTE STF Nº26

PARA EFEITO DE PROGRESSÃO DE REGIME NO CUMPRIMENTO DE PENA POR CRIME HEDIONDO, OU EQUIPARADO, O JUÍZO DA EXECUÇÃO OBSERVARÁ A INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 20 DA LEI N. 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990, SEM PREJUÍZO DE AVALIAR SE O CONDENADO PREENCHE, OU NÃO, OS REQUISITOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS DO BENEFÍCIO, PODENDO DETERMINAR, PARA TAL FIM, DE MODO FUNDAMENTADO, A REALIZAÇÃO DE EXAME CRIMINOLÓGICO.

(VER: [PROGRESSÃO DE REGIME](#); [CRIME HEDIONDO E EQUIPARADO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

EXAME DE CESSAÇÃO DE PERICULOSIDADE

SÚMULA STF Nº520

NÃO EXIGE A LEI QUE, PARA REQUERER O EXAME A QUE SE REFERE O ART. 777 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, TENHA O SENTENCIADO CUMPRIDO MAIS DE METADE DO PRAZO DA MEDIDA DE SEGURANÇA IMPOSTA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE

SÚMULA STJ Nº393

A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE É ADMISSÍVEL NA EXECUÇÃO FISCAL RELATIVAMENTE ÀS MATÉRIAS CONHECÍVEIS DE OFÍCIO QUE NÃO DEMANDEM DILAÇÃO PROBATÓRIA

(VIDE: [EXECUÇÃO](#), [FAZENDA PÚBLICA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

EXECUÇÃO

SÚMULA TJ Nº1

SE O CRÉDITO NÃO EXCEDER A METADE DO VALOR DO BEM COMUM OU SE EXCEDENDO-A, O CREDOR NÃO DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE OUTROS BENS COMUNS, SERÁ PENHORADO O BEM TODO E RESSALVADA A METADE DO VALOR APURADO, A NÃO SER QUE SE TRATE DE BEM DE FÁCIL DIVISÃO, CASO EM QUE SERÁ PENHORADA APENAS A METADE IDEAL DE SEU VALOR. SE, ENTRETANTO, EXCEDENDO O CRÉDITO A METADE DO VALOR DO BEM, O CREDOR DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE OUTROS BENS COMUNS, A EXECUÇÃO ABSORVERÁ O VALOR DO BEM ATÉ ONDE FOR NECESSÁRIO PARA A SATISFAÇÃO DO CRÉDITO, DENTRO DOS LIMITES DA MEAÇÃO DO CÔNJUGE QUE SE OBRIGOU, COMPUTADOS OS BENS COMUNS RESTANTES.

Referência: Uniformização de Jurisprudência nº. 1 na Apelação Cível nº. 81.800. Julgamento em 19/05/75. Relator: Desembargador Basileu Ribeiro Filho. Registro de Acórdão em 27/04/76.

(Ver: [MEAÇÃO](#), [PENHORA](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº47

ESGOTADAS TODAS AS DILIGÊNCIAS CABÍVEIS, É DIREITO DO CREDOR REQUERER A EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS A ÓRGÃOS PÚBLICOS E PARTICULARES, SEM OFENSA AO SIGILO BANCÁRIO E FISCAL, PARA LOCALIZAR O DEVEDOR E/OU BENS PENHORÁVEIS, EVITANDO CERCEAMENTO NA INSTRUÇÃO.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº. [2001.146.00008](#). Julgamento em 24/06/2002. Relator: Desembargador Sylvio Capanema de Souza. Votação por maioria. Registro do Acórdão em 14/03/2003.

(Ver: [PENHORA](#), [INFORMAÇÃO SIGILOSA](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº51

NÃO CONSTITUI GARANTIA HÁBIL, PARA INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DEVEDOR, O OFERECIMENTO DE TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA ANTIGOS, DE DIFÍCIL LIQUIDEZ.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 08/2001 - Proc. [2001.146.00008](#). Julgamento em 4/06/2002 - Votação por maioria. Relator: DES. SYLVIO CAPANEMA DE SOUZA.

(Ver: [EMBARGOS À EXECUÇÃO](#), [TÍTULO DA DÍVIDA PÚBLICA](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº100

A PENHORA DE RECEITA AUFERIDA POR ESTABELECIMENTO COMERCIAL, INDUSTRIAL OU AGRÍCOLA, DESDE QUE FIXADA EM PERCENTUAL QUE NÃO COMPROMETA A RESPECTIVA ATIVIDADE EMPRESARIAL, NÃO OFENDE O PRINCÍPIO DA EXECUÇÃO MENOS GRAVOSA, NADA IMPEDINDO QUE A NOMEAÇÃO DO DEPOSITÁRIO RECAIA SOBRE O REPRESENTANTE LEGAL DO DEVEDOR.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2005.146.00001](#) - Julgamento em 18/07/2005 – Votação: maioria – Relator: Desembargadora Cássia Medeiros – Registro de Acórdão em 26/12/2005 – fls. 011200/011220.

(Ver: [PENHORA](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº106

A MERA EXPEDIÇÃO DO PRECATÓRIO, ANTES DE SUA LIQUIDAÇÃO, NÃO AUTORIZA A EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO, NA FORMA DO ART. 794, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2005.146.00001](#) - Julgamento em 18/07/2005 – Votação: unânime – Relator: Desembargadora Cássia Medeiros – Registro de Acórdão em 26/12/2005 – fls. 011200/011220.

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº109

OS EMBARGOS DO DEVEDOR NÃO TRANSFORMAM EM PROVISÓRIA A EXECUÇÃO DEFINITIVA.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2005.146.00001](#) - Julgamento em 18/07/2005 – Votação: unânime – Relator: Desembargador Cássia Medeiros – Registro de Acórdão em 26/12/2005 – fls. 011200/011220

(Ver: [EMBARGOS](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº111

COMPETÊNCIA PARA A EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. A REGRA É A DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA AÇÃO SALVO QUANDO ESTE NÃO FOR MAIS O FORO DO DOMICÍLIO DO ALIMENTANDO.

Referência: Uniformização de Jurisprudência nº. 2006.018.00001 – Julgamento em 14/08/2006. – Votação: unânime – Relator: Desembargador Luiz Eduardo Rabello.
(Ver: [ALIMENTOS](#), [COMPETÊNCIA](#))
([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº117

A PENHORA ON LINE, DE REGRA, NÃO OFENDE O PRINCÍPIO DA EXECUÇÃO MENOS GRAVOSA PARA O DEVEDOR.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2006.146.00004](#) – Julgamento em 09/10/2006. – Votação: por maioria – Relator: Desembargador Marcus Tullius Alves.
(Ver: [PENHORA](#))
([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº119

A GARANTIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO, DEFERIDA PENHORA DE RECEITA, EFETIVA-SE COM A LAVRATURA DO TERMO E A INTIMAÇÃO DO DEPOSITÁRIO, FLUINDO O PRAZO PARA A IMPUGNAÇÃO DO DEVEDOR, INDEPENDENTE DA ARRECADAÇÃO.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2006.146.00004](#) – Julgamento em 09/10/2006 – Votação: unânime – Relator: Desembargador Marcus Tullius Alves.
(Ver: [PENHORA](#))
([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº120

A COMPETÊNCIA PARA CONHECER DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS É DO JUÍZO QUE OS FIXOU, SALVO NOS CASOS DE ALTERAÇÃO DE DOMICÍLIO DO EXEQÜENTE.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2006.146.00004](#) – Julgamento em 09/10/2006 – Votação: unânime – Relator: Desembargador Marcus Tullius Alves.
(Ver: [ALIMENTOS](#), [COMPETÊNCIA](#))
([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº125

NA EXECUÇÃO FISCAL NÃO SE EXIGIRÁ PROVA DA EXATA INDICAÇÃO DO ENDEREÇO DO DEVEDOR, CÓPIA DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DA PROVA DA ENTREGA AO CONTRIBUINTE DA NOTIFICAÇÃO DO TRIBUTOS, REQUISITOS PREVISTOS NA LEI Nº. 6830/80.

REFERÊNCIA: Súmula da Jurisprudência Predominante nº. [2006.146.00006](#) – Julgamento em 21/12/2006 – Relator: Desembargador Paulo Ventura. Votação unânime.
([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº126

INCABÍVEL A EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL, DE OFÍCIO OU A REQUERIMENTO DO DEVEDOR, EM RAZÃO DE CRITÉRIO FUNDADO EM PEQUENO VALOR COBRADO.

REFERÊNCIA: Súmula da Jurisprudência Predominante nº. [2006.146.00006](#) – Julgamento em 21/12/2006 – Relator: Desembargador Paulo Ventura. Votação unânime.
([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº133

APLICA-SE SUPLETIVAMENTE E NO QUE COUBER O ARTIGO 267, II E III DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL AO PROCESSO DE EXECUÇÃO E AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.
REFERÊNCIA: Súmula da Jurisprudência Predominante nº. [2006.146.00001](#) – Julgamento em 11/12/2006 – Relatora: Desembargadora Marianna Pereira Nunes Feteira Gonçalves. Votação unânime.
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº27

PODE A EXECUÇÃO FUNDAR-SE EM MAIS DE UM TÍTULO EXTRAJUDICIAL RELATIVOS AO MESMO NEGOCIO.
(VIDE: [TÍTULO EXECUTIVO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº58

PROPOSTA A EXECUÇÃO FISCAL, A POSTERIOR MUDANÇA DE DOMICÍLIO DO EXECUTADO NÃO DESLOCA A COMPETÊNCIA JÁ FIXADA.
(VIDE: [COMPETÊNCIA](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº66

COMPETE A JUSTIÇA FEDERAL PROCESSAR E JULGAR EXECUÇÃO FISCAL PROMOVIDA POR CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL.
(VIDE: [COMPETÊNCIA](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº128

NA EXECUÇÃO FISCAL HAVERÁ SEGUNDO LEILÃO, SE NO PRIMEIRO NÃO HOUVER LANÇO SUPERIOR A AVALIAÇÃO.
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº139

CABE A PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL PROPOR EXECUÇÃO FISCAL PARA COBRANÇA DE CRÉDITO RELATIVO AO ITR.

(VIDE: [COMPETÊNCIA](#), [TRIBUTÁRIO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº153

A DESISTENCIA DA EXECUÇÃO FISCAL, APOS O OFERECIMENTO DOS EMBARGOS, NÃO EXIME O EXEQUENTE DOS ENCARGOS DA SUCUMBENCIA.
(VIDE: [EMBARGOS À EXECUÇÃO](#), [SUCUMBENCIA](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº189

E DESNECESSARIA A INTERVENÇÃO DO MINISTERIO PUBLICO NAS EXECUÇÕES FISCAIS.
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº196

AO EXECUTADO QUE, CITADO POR EDITAL OU POR HORA CERTA, PERMANECER REVEL, SERA NOMEADO CURADOR ESPECIAL, COM LEGITIMIDADE PARA APRESENTAÇÃO DE EMBARGOS.
(VIDE: [CITAÇÃO E/OU INTIMAÇÃO](#), [EMBARGOS À EXECUÇÃO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº199

NA EXECUÇÃO HIPOTECARIA DE CREDITO VINCULADO AO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO, NOS TERMOS DA LEI N. 5.741/71, A PETIÇÃO INICIAL DEVE SER INSTRUIDA COM, PELO MENOS, DOIS AVISOS DE COBRANÇA.
(Ver: [PROVA](#), [SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº251

A MEAÇÃO SÓ RESPONDE PELO ATO ILÍCITO QUANDO O CREDOR, NA EXECUÇÃO FISCAL, PROVAR QUE O ENRIQUECIMENTO DELE RESULTANTE APROVEITOU AO CASAL.
(VIDE: [MEAÇÃO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº270

O PROTESTO PELA PREFERÊNCIA DE CRÉDITO, APRESENTADO POR ENTE FEDERAL EM EXECUÇÃO QUE TRAMITA NA JUSTIÇA ESTADUAL, NÃO DESLOCA A COMPETÊNCIA PARA A JUSTIÇA FEDERAL.

(VIDE: [COMPETÊNCIA](#), [JUSTIÇA COMUM](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº279

É CABÍVEL EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.

(Ver: [TÍTULO EXECUTIVO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº314

EM EXECUÇÃO FISCAL, NÃO LOCALIZADOS BENS PENHORÁVEIS, SUSPENDE-SE O PROCESSO POR UM ANO, FINDO O QUAL SE INICIA O PRAZO DA PRESCRIÇÃO QUINQUÊNAL INTERCORRENTE.

(Ver: [PRESCRIÇÃO](#), [PENHORA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº328

NA EXECUÇÃO CONTRA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, É PENHORÁVEL O NUMERÁRIO DISPONÍVEL, EXCLUÍDAS AS RESERVAS BANCÁRIAS MANTIDAS NO BANCO CENTRAL.

(Ver: [PENHORA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº375

O RECONHECIMENTO DA FRAUDE À EXECUÇÃO DEPENDE DO REGISTRO DA PENHORA DO BEM ALIENADO OU DA PROVA DE MÁ-FÉ DO TERCEIRO ADQUIRENTE.

(ver: [PENHORA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº392

A FAZENDA PÚBLICA PODE SUBSTITUIR A CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA) ATÉ A PROLAÇÃO DA SENTENÇA DE EMBARGOS, QUANDO SE TRATAR DE CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL OU FORMAL, VEDADA A MODIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO DA EXECUÇÃO.

(VER: [FAZENDA PÚBLICA](#), [EMBARGOS À EXECUÇÃO](#), [CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº393

A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE É ADMISSÍVEL NA EXECUÇÃO FISCAL RELATIVAMENTE ÀS MATÉRIAS CONHECÍVEIS DE OFÍCIO QUE NÃO DEMANDEM DILAÇÃO PROBATÓRIA

(VIDE: [EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE](#), [FAZENDA PÚBLICA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº400

O ENCARGO DE 20% PREVISTO NO DL N. 1.025/1969 É EXIGÍVEL NA EXECUÇÃO FISCAL PROPOSTA CONTRA A MASSA FALIDA.

(VER: [EXECUÇÃO](#), [FALÊNCIA E CONCORDATA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº414

A CITAÇÃO POR EDITAL NA EXECUÇÃO FISCAL É CABÍVEL QUANDO FRUSTRADAS AS DEMAIS MODALIDADES.

(Ver: [CITAÇÃO E/OU INTIMAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº417

NA EXECUÇÃO CIVIL, A PENHORA DE DINHEIRO NA ORDEM DE NOMEAÇÃO DE BENS NÃO TEM CARÁTER ABSOLUTO.

(Ver: [PENHORA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº435

PRESUME-SE DISSOLVIDA IRREGULARMENTE A EMPRESA QUE DEIXAR DE FUNCIONAR NO SEU DOMICÍLIO FISCAL, SEM COMUNICAÇÃO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES, LEGITIMANDO O REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL PARA O SÓCIO-GERENTE.

(Ver: [DOMICILÍO](#))

[NOTÍCIAS DO STJ](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº150

PRESCREVE A EXECUÇÃO NO MESMO PRAZO DE PRESCRIÇÃO DA AÇÃO.
(VIDE: [PRESCRIÇÃO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº228

NÃO É PROVISÓRIA A EXECUÇÃO NA PENDÊNCIA DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO, OU DE AGRAVO DESTINADO A FAZÊ-LO ADMITIR (VIDE OBSERVAÇÃO).
(VIDE: [EXECUÇÃO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

SÚMULA STF Nº560

A EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE, PELO PAGAMENTO DO TRIBUTOS DEVIDO, ESTENDE-SE AO CRIME DE CONTRABANDO OU DESCAMINHO, POR FORÇA DO ART. 18, § 2º, DO DECRETO-LEI 157/1967.
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

EXTINÇÃO DO CARGO

SÚMULA STF Nº11

A VITALICIEDADE NÃO IMPEDE A EXTINÇÃO DO CARGO, FICANDO O FUNCIONÁRIO EM DISPONIBILIDADE, COM TODOS OS VENCIMENTOS.
(VIDE: [VITALICIEDADE](#); [EXTINÇÃO DO CARGO](#); [DISPONIBILIDADE](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº22

O ESTÁGIO PROBATÓRIO NÃO PROTEGE O FUNCIONÁRIO CONTRA A EXTINÇÃO DO CARGO.
(VIDE: [ESTÁGIO PROBATÓRIO](#); [EXTINÇÃO DO CARGO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

EXTINÇÃO DO PROCESSO

SÚMULA TJ Nº132

A INTIMAÇÃO DA PARTE PARA FINS DE EXTINÇÃO DO PROCESSO NA HIPÓTESE DO ART. 267, PARÁGRAFO 1º DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, PODERÁ SER DETERMINADA DE OFÍCIO PELO JUIZ.

REFERÊNCIA: Súmula da Jurisprudência Predominante nº. [2006.146.00001](#) – Julgamento em 11/12//2006 – Relatora: Desembargadora Marianna Pereira Nunes Feteira Gonçalves. Votação unânime.

(VIDE: [CITAÇÃO E/OU INTIMAÇÃO](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº133

APLICA-SE SUPLETIVAMENTE E NO QUE COUBER O ARTIGO 267, II E III DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL AO PROCESSO DE EXECUÇÃO E AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.

REFERÊNCIA: Súmula da Jurisprudência Predominante nº. [2006.146.00001](#) – Julgamento em 11/12//2006 – Relatora: Desembargadora Marianna Pereira Nunes Feteira Gonçalves. Votação unânime.

(VIDE: [EXECUÇÃO](#))

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº240

A EXTINÇÃO DO PROCESSO, POR ABANDONO DA CAUSA PELO AUTOR, DEPENDE DE REQUERIMENTO DO RÉU.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº216

PARA DECRETAÇÃO DA ABSOLVIÇÃO DE INSTÂNCIA PELA PARALISAÇÃO DO PROCESSO POR MAIS DE TRINTA DIAS, É NECESSÁRIO QUE O AUTOR, PREVIAMENTE INTIMADO, NÃO PROMOVA O ANDAMENTO DA CAUSA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

EXTORSÃO

SÚMULA DO STJ Nº96

O CRIME DE EXTORSÃO CONSUMA-SE INDEPENDENTEMENTE DA OBTENÇÃO DA VANTAGEM INDEVIDA.

(VIDE: [PROCESSO PENAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

EXTRADIÇÃO

SÚMULA STF Nº2

CONCEDE-SE LIBERDADE VIGIADA AO EXTRADITANDO QUE ESTIVER PRESO POR PRAZO SUPERIOR A SESSENTA DIAS (VIDE OBSERVAÇÃO).

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº421

NÃO IMPEDE A EXTRADIÇÃO A CIRCUNSTÂNCIA DE SER O EXTRADITANDO CASADO COM BRASILEIRA OU TER FILHO BRASILEIRO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

FALENCIA E CONCORDATA

SÚMULA TJ Nº3

OS DEPÓSITOS DAS PRESTAÇÕES DEVEM SER EFETUADOS COM BASE NOS VALORES DOS CRÉDITOS DECLARADOS NO PEDIDO DE CONCORDATA, AINDA QUE NÃO JULGADOS.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 4 no Mandado de Segurança nº. 3.570 e Uniformização de Jurisprudência nº 5 no Mandado de Segurança nº. 3.524. Julgamento conjunto em 06/10/75. Relator: Desembargador Marcelo Costa. Registro do Acórdão em 14/01/76. In: RJTJRJ 39/21. Dec. Lei 7.661/45 (Lei de Falências), Lei Complementar 20/74, art. 11, C. Proc. Civil, art. 478, Lei Fed. 4.983/66, art. 175, CODJERJ, art. 237

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº21

É PASSÍVEL DE RESTITUIÇÃO, NA FALÊNCIA, A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA ARRECADADA DOS EMPREGADOS, DA QUAL É DEPOSITÁRIO O FALIDO, NÃO TENDO DELA DISPONIBILIDADE.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 03/87 na Apelação Cível nº 36.600. Julgamento em 28/09/87. Relator: Desembagador Pecegueiro do Amaral. Registro do Acórdão em 08/04/88. In: RDTJ 04/98. C. Proc. Civil, art. 476, I e II e 479, Dec. 89.312/84 (Cons. das Leis da Prev. Social), art. 152, Lei Fed. 3.807/60 (Lei Org. da Prev. Social), art. 157, Dec. Lei Fed. 65/37, art. 9º, Dec. Lei Fed. 7.661/45 (Lei de Falências), art. 76 e 78, §2º, Dec. Lei Fed. 66/66, art. 25. Súmula 417, STF

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº25

COM A LEI Nº 7.274, DE 1984, A CORREÇÃO MONETÁRIA PASSOU A INCIDIR NAS CONCORDATAS PREVENTIVAS, A PARTIR DO 31º DIA DO INGRESSO EM JUÍZO, TANTO NAS CONCORDATAS A PRAZO, QUANTO NAS À VISTA, SUSPENSA APENAS NOS TERMOS DO DECRETO-LEI Nº 2.283, DE 1986.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 01/88 no Agravo de Instrumento nº. 1987.002.01113. Julgamento em 07/05/90. Relator: DES. JORGE LORETTI. Registro do Acórdão em 06/09/90. In: RDTJ 08/52. Const. Fed. 1988, C. Proc. Civil, art. 478, Lei Fed. 6.899/81, Lei Fed. 7.274/84, Dec. Lei 7.661/45 (Lei de Falências), art. 175, §6º; Dec. Lei 2.283/86, Dec. Lei 2.284/86.

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº8

APLICA-SE A CORREÇÃO MONETARIA AOS CREDITOS HABILITADOS EM CONCORDATA PREVENTIVA, SALVO DURANTE O PERIODO COMPREENDIDO ENTRE AS DATAS DE VIGENCIA DA LEI 7.274, DE 10-12-84, E DO DECRETO-LEI 2.283, DE 27-02-86.

(Ver: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº25

NAS AÇÕES DA LEI DE FALENCIAS O PRAZO PARA A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONTA-SE DA INTIMAÇÃO DA PARTE

(Ver: [PRAZO, RECURSO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº29

NO PAGAMENTO EM JUIZO PARA ELIDIR FALENCIA, SÃO DEVIDOS CORREÇÃO MONETARIA, JUROS E HONORARIOS DE ADVOGADO.

(VIDE: [HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS](#), [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº36

A CORREÇÃO MONETARIA INTEGRA O VALOR DA RESTITUIÇÃO, EM CASO DE ADIANTAMENTO DE CAMBIO, REQUERIDA EM CONCORDATA OU FALENCIA.

(VIDE: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº88

SÃO ADMISSIVEIS EMBARGOS INFRINGENTES EM PROCESSO FALIMENTAR.

(VIDE: [EMBARGOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº133

A RESTITUIÇÃO DA IMPORTANCIA ADIANTADA, A CONTA DE CONTRATO DE CAMBIO, INDEPENDE DE TER SIDO A ANTECIPAÇÃO EFETUADA NOS QUINZE DIAS ANTERIORES AO REQUERIMENTO DA CONCORDATA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº219

OS CRÉDITOS DECORRENTES DE SERVIÇOS PRESTADOS À MASSA FALIDA, INCLUSIVE A REMUNERAÇÃO DO SÍNDICO, GOZAM DOS PRIVILÉGIOS PRÓPRIOS DOS TRABALHISTAS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº248

COMPROVADA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, A DUPLICATA NÃO ACEITA, MAS PROTESTADA, É TÍTULO HÁBIL PARA INSTRUIR PEDIDO DE FALÊNCIA.

(VIDE: [TÍTULO EXECUTIVO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº250

É LEGÍTIMA A COBRANÇA DE MULTA FISCAL DE EMPRESA EM REGIME DE CONCORDATA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº264

É IRRECORRÍVEL O ATO JUDICIAL QUE APENAS MANDA PROCESSAR A CONCORDATA PREVENTIVA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº307

A RESTITUIÇÃO DE ADIANTAMENTO DE CONTRATO DE CÂMBIO, NA FALÊNCIA, DEVE SER ATENDIDA ANTES DE QUALQUER CRÉDITO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº361

A NOTIFICAÇÃO DO PROTESTO, PARA REQUERIMENTO DE FALÊNCIA DA EMPRESA DEVEDORA, EXIGE A IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA QUE A RECEBEU.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº400

O ENCARGO DE 20% PREVISTO NO DL N. 1.025/1969 É EXIGÍVEL NA EXECUÇÃO FISCAL PROPOSTA CONTRA A MASSA FALIDA.

(VER: [EXECUÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº190

O NÃO PAGAMENTO DE TÍTULO VENCIDO HÁ MAIS DE TRINTA DIAS, SEM PROTESTO, NÃO IMPEDE A CONCORDATA PREVENTIVA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº191

INCLUI-SE NO CRÉDITO HABILITADO EM FALÊNCIA A MULTA FISCAL SIMPLEMENTE MORATÓRIA.

OBS: RE 79625 - RECURSO EXTRAORDINÁRIO - Julgamento: 14/08/1975 - NOTA: NESTE JULGAMENTO FOI **CANCELADA A SÚMULA** 191.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº192

NÃO SE INCLUI NO CRÉDITO HABILITADO EM FALÊNCIA A MULTA FISCAL COM EFEITO DE PENA ADMINISTRATIVA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº193

PARA A RESTITUIÇÃO PREVISTA NO ART. 76, § 2º, DA LEI DE FALÊNCIAS, CONTA-SE O PRAZO DE QUINZE DIAS DA ENTREGA DA COISA E NÃO DA SUA REMESSA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº227

A CONCORDATA DO EMPREGADOR NÃO IMPEDE A EXECUÇÃO DE CRÉDITO NEM A RECLAMAÇÃO DE EMPREGADO NA JUSTIÇA DO TRABALHO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº417

PODE SER OBJETO DE RESTITUIÇÃO, NA FALÊNCIA, DINHEIRO EM PODER DO FALIDO, RECEBIDO EM NOME DE OUTREM, OU DO QUAL, POR LEI OU CONTRATO, NÃO TIVESSE ELE A DISPONIBILIDADE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº495

A RESTITUIÇÃO EM DINHEIRO DA COISA VENDIDA A CRÉDITO, ENTREGUE NOS QUINZE DIAS ANTERIORES AO PEDIDO DE FALÊNCIA OU DE CONCORDATA, CABE, QUANDO, AINDA QUE CONSUMIDA OU TRANSFORMADA, NÃO FAÇA O DEVEDOR PROVA DE HAVER SIDO ALIENADA A TERCEIRO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº565

A MULTA FISCAL MORATÓRIA CONSTITUI PENA ADMINISTRATIVA, NÃO SE INCLUINDO NO CRÉDITO HABILITADO EM FALÊNCIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

FARMACÊUTICO

SÚMULA STJ Nº413

O FARMACÊUTICO PODE ACUMULAR A RESPONSABILIDADE TÉCNICA POR UMA FARMÁCIA E UMA DROGARIA OU POR DUAS DROGARIAS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

FAZENDA PÚBLICA

SÚMULA STJ Nº45

NO REEXAME NECESSARIO, E DEFESO, AO TRIBUNAL, AGRAVAR A CONDENAÇÃO IMPOSTA A FAZENDA PUBLICA.

(Ver: [RECURSO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº85

NAS RELAÇÕES JURÍDICAS DE TRATO SUCESSIVO EM QUE A FAZENDA PÚBLICA FIGURE COMO DEVEDORA, QUANDO NÃO TIVER SIDO NEGADO O PRÓPRIO DIREITO RECLAMADO, A PRESCRIÇÃO ATINGE APENAS AS PRESTAÇÕES VENCIDAS ANTES DO QUINQUENIO ANTERIOR À PROPOSITURA DA AÇÃO.

(VER: [PRESCRIÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº116

A FAZENDA PÚBLICA E O MINISTÉRIO PÚBLICO TEM PRAZO EM DOBRO PARA INTERPOR AGRAVO REGIMENTAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

(VER: [PRAZO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº139

CABE À PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL PROPOR EXECUÇÃO FISCAL PARA COBRANÇA DE CRÉDITO RELATIVO AO ITR.

(VER: [EXECUÇÃO](#), [TRIBUTÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº190

NA EXECUÇÃO FISCAL, PROCESSADA PERANTE A JUSTIÇA ESTADUAL, CUMPRE A FAZENDA PÚBLICA ANTECIPAR O NUMERÁRIO DESTINADO AO CUSTEIO DAS DESPESAS COM O TRANSPORTE DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA.

(VER: [EXECUÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº325

A REMESSA OFICIAL DEVOLVE AO TRIBUNAL O REEXAME DE TODAS AS PARCELAS DA CONDENAÇÃO SUPOSTAS PELA FAZENDA PÚBLICA, INCLUSIVE DOS HONORÁRIOS DE ADVOGADO.

(VER: [RECURSO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº339

É CABÍVEL AÇÃO MONITÓRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.

(VER: [AÇÃO MONITÓRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº345

SÃO DEVIDOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PELA FAZENDA PÚBLICA NAS EXECUÇÕES INDIVIDUAIS DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÕES COLETIVAS, AINDA QUE NÃO EMBARGADAS.

(vide: [HONORARIOS ADVOCATÍCIOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº392

A FAZENDA PÚBLICA PODE SUBSTITUIR A CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA) ATÉ A PROLAÇÃO DA SENTENÇA DE EMBARGOS, QUANDO SE TRATAR DE CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL OU FORMAL, VEDADA A MODIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO DA EXECUÇÃO.

(VER: [CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA](#), [EMBARGOS À EXECUÇÃO](#), [EXECUÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº393

A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE É ADMISSÍVEL NA EXECUÇÃO FISCAL RELATIVAMENTE ÀS MATÉRIAS CONHECÍVEIS DE OFÍCIO QUE NÃO DEMANDEM DILAÇÃO PROBATÓRIA

(VIDE: [EXECUÇÃO](#), [EXECUÇÃO DE PRE-EXECUTIVIDADE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº406

A FAZENDA PÚBLICA PODE RECUSAR A SUBSTITUIÇÃO DO BEM PENHORADO POR PRECATÓRIOS.

(VER: [PENHORA](#), [PRECATÓRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº250

A INTERVENÇÃO DA UNIÃO DESLOCA O PROCESSO DO JUÍZO CÍVEL COMUM PARA O FAZENDÁRIO.

(VIDE: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº255

SENDO ILÍQUIDA A OBRIGAÇÃO, OS JUROS MORATÓRIOS, CONTRA A FAZENDA PÚBLICA, INCLUÍDAS AS AUTARQUIAS, SÃO CONTADOS DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO.

(VIDE: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº277

SÃO CABÍVEIS EMBARGOS, EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA, EM AÇÃO EXECUTIVA FISCAL, NÃO SENDO UNÂNIME A DECISÃO.

(VIDE: [EMBARGOS À EXECUÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

FGTS – PIS/PASEP

SÚMULA STJ Nº68

A PARCELA RELATIVA AO ICM INCLUI-SE NA BASE DE CALCULO DO PIS.

(Ver: [ICM/ICMS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº77

A CAIXA ECONOMICA FEDERAL E PARTE ILEGITIMA PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO DAS AÇÕES RELATIVAS AS CONTRIBUIÇÕES PARA O FUNDO PIS/PASEP.

(Ver: [LEGITIMIDADE](#), [TRIBUTÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº82

COMPETE A JUSTIÇA FEDERAL, EXCLUIDAS AS RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS, PROCESSAR E JULGAR OS FEITOS RELATIVOS A MOVIMENTAÇÃO DO FGTS.

(Ver: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº154

OS OPTANTES PELO FGTS, NOS TERMOS DA LEI N. 5.958, DE 1973, TEM DIREITO A TAXA PROGRESSIVA DOS JUROS, NA FORMA DO ART. 4. DA LEI N. 5.107, DE 1966.

(Ver: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº161

E DA COMPETENCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL AUTORIZAR O LEVANTAMENTO DOS VALORES RELATIVOS AO PIS / PASEP E FGTS, EM DECORRENCIA DO FALECIMENTO DO TITULAR DA CONTA.

(VIDE: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº210

A AÇÃO DE COBRANÇA DAS CONTRIBUIÇÕES PARA O FGTS PRESCREVE EM TRINTA (30) ANOS.

(VIDE: [PRESCRIÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº249

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL TEM LEGITIMIDADE PASSIVA PARA INTEGRAR PROCESSO EM QUE SE DISCUTE CORREÇÃO MONETÁRIA DO FGTS.

(VIDE: [COMPETÊNCIA](#), [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº252

OS SALDOS DAS CONTAS DO FGTS, PELA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL, SÃO CORRIGIDOS EM 42,72% (IPC) QUANTO ÀS PERDAS DE JANEIRO DE 1989 E 44,80% (IPC) QUANTO ÀS DE ABRIL DE 1990, ACOLHIDOS PELO STJ OS ÍNDICES DE 18,02% (LBC) QUANTO AS PERDAS DE JUNHO DE 1987, DE 5,38% (BTN) PARA MAIO DE 1990 E 7,00% (TR) PARA FEVEREIRO DE 1991, DE ACORDO COM O ENTENDIMENTO DO STF (RE 226.855-7-RS).

(Ver: [DIREITO DO TRABALHO](#), [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº353

AS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL NÃO SE APLICAM ÀS CONTRIBUIÇÕES PARA O FGTS.

(ver: [TRIBUTÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº398

A PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PARA PLEITEAR OS JUROS PROGRESSIVOS SOBRE OS SALDOS DE CONTA VINCULADA DO FGTS NÃO ATINGE O FUNDO DE DIREITO, LIMITANDO-SE ÀS PARCELAS VENCIDAS.

(Ver: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#) / [PRESCRIÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº593

INCIDE O PERCENTUAL DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FGTS) SOBRE A PARCELA DA REMUNERAÇÃO CORRESPONDENTE A HORAS EXTRAORDINÁRIAS DE TRABALHO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

FIANÇA

SÚMULA TJ Nº63

CABE A INCIDÊNCIA DE PENHORA SOBRE IMÓVEL ÚNICO DO FIADOR DE CONTRATO DE LOCAÇÃO, LEI Nº. 8009/90 (ART. 3º, VII) E LEI Nº. 8245/91.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº. [2001.146.00005](#). Julgamento em 24/06/2002. Relator: Desembargador Paulo Ventura. Votação por maioria. Registro do Acórdão em 14/08/2003.

(Ver: [LOCAÇÃO](#), [PENHORA](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº134

NOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO RESPONDE O FIADOR PELAS OBRIGAÇÕES FUTURAS APÓS A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO POR PRAZO INDETERMINADO SE ASSIM O ANUIU EXPRESSAMENTE E NÃO SE EXONEROU NA FORMA DA LEI.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº. [2006.018.00006](#) – Julgamento em 29/01/2007 – Relator: Desembargador Paulo César Salomão. Votação por maioria.

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº81

NÃO SE CONCEDE FIANÇA QUANDO, EM CONCURSO MATERIAL, A SOMA DAS PENAS MINIMAS COMINADAS FOR SUPERIOR A DOIS ANOS DE RECLUSÃO.

(Ver: [PROCESSO PENAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº214

O FIADOR NA LOCAÇÃO NÃO RESPONDE POR OBRIGAÇÕES RESULTANTES DE ADITAMENTO AO QUAL NÃO ANUIU.

(Ver: [LOCAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº268

O FIADOR QUE NÃO INTEGROU A RELAÇÃO PROCESSUAL NA AÇÃO DE DESPEJO NÃO RESPONDE PELA EXECUÇÃO DO JULGADO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

FUNCIONÁRIO INTERINO

SÚMULA STF Nº24

FUNCIONÁRIO INTERINO SUBSTITUTO É DEMISSÍVEL, MESMO ANTES DE CESSAR A CAUSA DA SUBSTITUIÇÃO.

(VIDE: [DEMISSÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº44

O EXERCÍCIO DO CARGO PELO PRAZO DETERMINADO NA LEI 1341, DE 30/1/1951, ART. 91, DÁ PREFERÊNCIA PARA A NOMEAÇÃO INTERINA DE PROCURADOR DA REPÚBLICA.

(VIDE: [NOMEAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

GARANTIAS CONSTITUCIONAIS

SÚMULA STF Nº654

A GARANTIA DA IRRETROATIVIDADE DA LEI, PREVISTA NO ART 5º, XXXVI, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, NÃO É INVOCÁVEL PELA ENTIDADE ESTATAL QUE A TENHA EDITADO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº704

NÃO VIOLA AS GARANTIAS DO JUIZ NATURAL, DA AMPLA DEFESA E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL A ATRAÇÃO POR CONTINÊNCIA OU CONEXÃO DO PROCESSO DO CO-RÉU AO FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO DE UM DOS DENUNCIADOS.

(VER: [PROCESSO PENAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA VINCULANTE STF Nº1

OFENDE A GARANTIA CONSTITUCIONAL DO ATO JURÍDICO PERFEITO A DECISÃO QUE, SEM PONDERAR AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO, DESCONSIDERA A VALIDEZ E A EFICÁCIA DE ACORDO CONSTANTE DE TERMO DE ADESÃO INSTITUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR 110/2001.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA VINCULANTE STF Nº3

NOS PROCESSOS PERANTE O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO ASSEGURAM-SE O CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA, QUANDO DA DECISÃO PUDER RESULTAR ANULAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO QUE BENEFICIE O INTERESSADO, EXCETUADA A APRECIACÃO DA LEGALIDADE DO ATO DE CONCESSÃO INICIAL DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

GRATIFICAÇÃO

SÚMULA STF Nº26

OS SERVIDORES DO INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS NÃO PODEM ACUMULAR A SUA GRATIFICAÇÃO BIENAL COM O ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO PREVISTO NO ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS CÍVIS DA UNIÃO.

(VIDE: [SERVIDOR PÚBLICO](#); [GRATIFICAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº29

GRATIFICAÇÃO DEVIDA A SERVIDORES DO SISTEMA FAZENDÁRIO NÃO SE ESTENDE AOS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº30

SERVIDORES DE COLETORIAS NÃO TÊM DIREITO À PERCENTAGEM PELA COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS À PETROBRAS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº31

PARA APLICAÇÃO DA LEI 1741, DE 22/11/1952, SOMA-SE O TEMPO DE SERVIÇO ININTERRUPTO EM MAIS DE UM CARGO EM COMISSÃO.

(VIDE: [SERVIDOR PÚBLICO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº32

PARA APLICAÇÃO DA LEI 1741, DE 22/11/1952, SOMA-SE O TEMPO DE SERVIÇO ININTERRUPTO EM CARGO EM COMISSÃO E EM FUNÇÃO GRATIFICADA.

(VIDE: [SERVIDOR PÚBLICO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº33

A LEI 1741, DE 22/11/1952, É APLICÁVEL ÀS AUTARQUIAS FEDERAIS.

(Vide: [SERVIDOR PÚBLICO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA VINCULANTE STF Nº20

A GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA – GDATA, INSTITUÍDA PELA LEI 10.404/2002, DEVE SER DEFERIDA AOS INATIVOS NOS VALORES CORRESPONDENTES A 37,5 (TRINTA E SETE VÍRGULA CINCO) PONTOS NO PERÍODO DE FEVEREIRO A MAIO DE 2002 E, NOS TERMOS DO ART. 5º, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 10.404/2002, NO PERÍODO DE JUNHO DE 2002 ATÉ A CONCLUSÃO DOS EFEITOS DO ÚLTIMO CICLO DE AVALIAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 1º DA MEDIDA PROVISÓRIA 198/2004, A PARTIR DA QUAL PARA A SER DE 60 (SESSENTA) PONTOS.

(ver: [SERVIDOR PÚBLICO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

GRATUIDADE DE JUSTIÇA

SÚMULA TJ Nº39

É FACULTADO AO JUIZ EXIGIR QUE A PARTE COMPROVE A INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS, PARA OBTER CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA (ART. 5º, INCISO LXXIV, DA CF), VISTO QUE A AFIRMAÇÃO DE POBREZA GOZA APENAS DE PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE.

REFERÊNCIA: Súmula da Jurisprudência Predominante nº. [2001.146.00006](#). Julgamento em 24/06/2002 - Votação unânime. Relator: Desembargador Miguel Pachá. Registro do Acórdão

em 13/09/2002. Const. Fed. 1988, art. 5º, LXXIV, Lei Fed. 1.060/50, Reg. Int. TJRJ, art. 122 Rec. Em MS 1.234/RJ, STJ, Rec. Esp. 178.244/RS, Rec. Esp. 253.258/RJ, Rec. Esp. 154.991/SP, Ag. Inst.[2000.002.05287](#) , 3ª C. Cível, TJRJ, Ag. Inst.[1999.002.13789](#) , 10ª C. Cível TJRJ, Ag. Inst.[2000.002.13627](#) , 11ª C. Cível TJRJ, Ag. Inst.[2000.002.06656](#) , 2ª C. Cível TJRJ, Ag. Inst.[2000.002.14797](#) , 14ª C. Cível TJRJ.

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº41

QUANDO VENCIDO, O BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA DEVE SER CONDENADO NOS ENCARGOS SUCUMBENCIAIS, CONFORME DISPÕE A LEI Nº 1.060/50.

REFERÊNCIA: Súmula da Jurisprudência Predominante nº. [2001.146.00006](#)..Julgamento em 24/06/2002 - Votação unânime.Relator: Desembargador Miguel Pachá. Registro do Acórdão em 13/09/2002.. Const. Fed. 1988, art. 5º, LXXIV, Lei Fed. 1.060/50, Reg. Int. TJRJ, art. 122, Rec. Esp. 8.751/SP, Rec. Esp. 295.920/SP ,Rec. Esp. 205.250/ES, Ap. Civ.[1999.001.04772](#) , 6ª C. Cível, TJRJ, Ap. Civ.[1999.001.12955](#) , 18ª C. Cível, TJRJ, Ap. Civ.[1999.001.08037](#) , 14ª C. Cível, TJRJ, Ap. Civ.2000.001.01138, 17ª C. Cível, TJRJ, Ap. Civ.1997.001.94426 , 11ª C. Cível, TJRJ.

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº42

O BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA, CONCEDIDO NO CURSO DO PROCESSO, EM AMBOS OS GRAUS DE JURISDIÇÃO, ALCANÇA OS ATOS SUBSEQUENTES, SE COMPROVADAS AS CONDIÇÕES SUPERVINIENTES E SEM DEPENDER DE IMPUGNAÇÃO.

REFERÊNCIA: Súmula da Jurisprudência Predominante nº. [2001.146.00006](#).Julgamento em 24/06/2002 - Votação unânime.Relator: Desembargador Miguel Pachá.Registro do Acórdão em 13/09/2002.Const. Fed. 1988, art. 5º, LXXIV, Lei Fed. 1.060/50, Reg. Int. TJRJ, art. 122, Rec. Ord. 11.747/SP, STJ, Ap. Civ.1999.001.10691 , 9ª C. Cível, TJRJ, Ag. Inst.[2000.002.09466](#) , 9ª C. Cível, TJRJ, Ag. Inst.[2000.002.01741](#) , 10ª C. Cível, TJRJ, Ag. Inst.[2000.002.10206](#) , 17ª C. Cível, TJRJ, Ag. Inst.[2000.002.03301](#) , 6ª C. Cível, TJRJ, Ag. Inst.2000.002.17894 /00, 14ª C. Cível, TJRJ, Ag. Inst.[2000.002.05042](#) , 16ª C. Cível, TJRJ.

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº43

CABE A REVOGAÇÃO, DE OFÍCIO E A QUALQUER TEMPO, DO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA, DESDE QUE FUNDAMENTADA.

REFERÊNCIA:Súmula da Jurisprudência predominante nº. [2001.146.00006](#) Julgamento em 24/06/2002 - Votação unânime. Relator: Desembargador Miguel Pachá. Registro do Acórdão em 13/09/2002. Const. Fed. 1988, art. 5º, LXXIV, Lei Fed. 1.060/50, Reg. Int. TJRJ, art. 122

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº101

A GRATUIDADE DE JUSTIÇA NÃO ABRANGE O VALOR DEVIDO EM CONDENAÇÃO POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº. [2005.146.00001](#) - Julgamento em 18/07/2005 – Votação: unânime – Relator: Desembargadora Cássia Medeiros – Registro de Acórdão em 26/12/2005 – fls. 011200/011220.
([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº107

AINDA QUE NÃO CONSTE DA SENTENÇA, É AUTOMÁTICA A APLICAÇÃO DO ARTIGO 12, DA LEI Nº 1.060/50, QUANDO VENCIDO BENEFICIÁRIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2005.146.00001](#) - Julgamento em 18/07/2005 – Votação: unânime – Relator: Desembargador Cássia Medeiros – Registro de Acórdão em 26/12/2005 – fls. 011200/011220.
([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº108

A GRATUIDADE DE JUSTIÇA ABRANGE O DEPÓSITO NA AÇÃO RESCISÓRIA.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2005.146.00001](#) - Julgamento em 18/07/2005 – Votação: maioria – Relator: Desembargador Cássia Medeiros – Registro de Acórdão em 26/12/2005 – fls. 011200/011220.
([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº121

A GRATUIDADE DE JUSTIÇA A PESSOA JURÍDICA NÃO FILANTRÓPICA SOMENTE SERÁ DEFERIDA EM CASOS EXCEPCIONAIS, DIANTE DA COMPROVADA IMPOSSIBILIDADE DO PAGAMENTO DAS DESPESAS PROCESSUAIS.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2006.146.00004](#) – Julgamento em 09/10/2006 – Votação: unânime – Relator: Desembargador Marcus Tullius Alves.
([Topo](#))

HABEAS CORPUS

SÚMULA STF Nº606

NÃO CABE HABEAS CORPUS ORIGINÁRIO PARA O TRIBUNAL PLENO DE DECISÃO DE TURMA, OU DO PLENÁRIO, PROFERIDA EM HABEAS CORPUS OU NO RESPECTIVO RECURSO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº690

COMPETE ORIGINARIAMENTE AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL O JULGAMENTO DE HABEAS CORPUS CONTRA DECISÃO DE TURMA RECURSAL DE JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº691

NÃO COMPETE AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL CONHECER DE HABEAS CORPUS IMPETRADO CONTRA DECISÃO DO RELATOR QUE, EM HABEAS CORPUS REQUERIDO A TRIBUNAL SUPERIOR, INDEFERE A LIMINAR.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº692

NÃO SE CONHECE DE HABEAS CORPUS CONTRA OMISSÃO DE RELATOR DE EXTRADIÇÃO, SE FUNDADO EM FATO OU DIREITO ESTRANGEIRO CUJA PROVA NÃO CONSTAVA DOS AUTOS, NEM FOI ELE PROVOCADO A RESPEITO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº693

NÃO CABE HABEAS CORPUS CONTRA DECISÃO CONDENATÓRIA A PENA DE MULTA, OU RELATIVO A PROCESSO EM CURSO POR INFRAÇÃO PENAL A QUE A PENA PECUNIÁRIA SEJA A ÚNICA COMINADA

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº694

NÃO CABE HABEAS CORPUS CONTRA A IMPOSIÇÃO DA PENA DE EXCLUSÃO DE MILITAR OU DE PERDA DE PATENTE OU DE FUNÇÃO PÚBLICA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº695

NÃO CABE HABEAS CORPUS QUANDO JÁ EXTINTA A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA

[SÚMULA STF Nº420](#)

NÃO SE HOMOLOGA SENTENÇA PROFERIDA NO ESTRANGEIRO SEM PROVA DO TRÂNSITO EM JULGADO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

SÚMULA STJ Nº14

ARBITRADOS OS HONORARIOS ADVOCATICIOS EM PERCENTUAL SOBRE O VALOR DA CAUSA, A CORREÇÃO MONETARIA INCIDE A PARTIR DO RESPECTIVO AJUIZAMENTO.

(VIDE: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº29

NO PAGAMENTO EM JUIZO PARA ELIDIR FALENCIA, SÃO DEVIDOS CORREÇÃO MONETARIA, JUROS E HONORARIOS DE ADVOGADO.

(VIDE: [FALÊNCIA E CONCORDATA](#), [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº105

NA AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA NÃO SE ADMITE CONDENAÇÃO EM HONORARIOS ADVOCATICIOS.

(VIDE: [MANDADO DE SEGURANÇA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº110

A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE HONORARIOS ADVOCATICIOS, NAS AÇÕES ACIDENTARIAS, E RESTRITA AO SEGURADO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº111

OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, NAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, NÃO INCIDEM SOBRE AS PRESTAÇÕES VENCIDAS APÓS A SENTENÇA. (*)

(*) - apreciando o projeto de súmula n. 560, na sessão de 27/09/06, a Terceira Seção deliberou pela MODIFICAÇÃO da súmula n. 111.

REDAÇÃO ANTERIOR (decisão de 06/10/1994, DJ 13/10/1994): OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, NAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, NÃO INCIDEM SOBRE PRESTAÇÕES VINCENDAS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº131

NAS AÇÕES DE DESAPROPRIAÇÃO INCLUEM-SE NO CALCULO DA VERBA ADVOCATÍCIA AS PARCELAS RELATIVAS AOS JUROS COMPENSATORIOS E MORATORIOS, DEVIDAMENTE CORRIGIDAS.

(VIDE: [DESAPROPRIAÇÃO, JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº141

OS HONORARIOS DE ADVOGADO EM DESAPROPRIAÇÃO DIRETA SÃO CALCULADOS SOBRE A DIFERENÇA ENTRE A INDENIZAÇÃO E A OFERTA, CORRIGIDAS MONETARIAMENTE.

Nesse sentido: [REsp 116306](#)

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº201

OS HONORARIOS ADVOCATÍCIOS NÃO PODEM SER FIXADOS EM SALARIOS-MINIMOS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº306

OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVEM SER COMPENSADOS QUANDO HOUVER SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA, ASSEGURADO O DIREITO AUTÔNOMO DO ADVOGADO À EXECUÇÃO DO SALDO SEM EXCLUIR A LEGITIMIDADE DA PRÓPRIA PARTE.

(VIDE: [LEGITIMIDADE](#); [SUCUMBÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº345

SÃO DEVIDOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PELA FAZENDA PÚBLICA NAS EXECUÇÕES INDIVIDUAIS DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÕES COLETIVAS, AINDA QUE NÃO EMBARGADAS.

(VER: [FAZENDA PÚBLICA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº421

OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NÃO SÃO DEVIDOS À DEFENSORIA PÚBLICA QUANDO ELA ATUA CONTRA A PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO À QUAL PERTENÇA.

(VER: [DEFENSORIA PÚBLICA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº234

SÃO DEVIDOS HONORÁRIOS DE ADVOGADO EM AÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO JULGADA PROCEDENTE.

(VIDE: [ACIDENTE DE TRABALHO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº256

É DISPENSÁVEL PEDIDO EXPRESSO PARA CONDENAÇÃO DO RÉU EM HONORÁRIOS, COM FUNDAMENTO NOS ARTS. 63 OU 64 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº257

SÃO CABÍVEIS HONORÁRIOS DE ADVOGADO NA AÇÃO REGRESSIVA DO SEGURADOR CONTRA O CAUSADOR DO dano.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº450

SÃO DEVIDOS HONORÁRIOS DE ADVOGADO SEMPRE QUE VENCEDOR O BENEFICIÁRIO DE JUSTIÇA GRATUITA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº472

A CONDENAÇÃO DO AUTOR EM HONORÁRIOS DE ADVOGADO, COM FUNDAMENTO NO ART. 64 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, DEPENDE DE RECONVENÇÃO.

(VER: [RECONVENÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº509

A LEI 4632, DE 18/5/1965, QUE ALTEROU O ART. 64 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, APLICA-SE AOS PROCESSOS EM ANDAMENTO, NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº512

NÃO CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS DE ADVOGADO NA AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA.

(VER: [MANDADO DE SEGURANÇA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº616

É PERMITIDA A CUMULAÇÃO DA MULTA CONTRATUAL COM OS HONORÁRIOS DE ADVOGADO, APÓS O ADVENTO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL VIGENTE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº617

A BASE DE CÁLCULO DOS HONORÁRIOS DE ADVOGADO EM DESAPROPRIAÇÃO É A DIFERENÇA ENTRE A OFERTA E A INDENIZAÇÃO, CORRIGIDAS AMBAS MONETARIAMENTE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº633

É INCABÍVEL A CONDENAÇÃO EM VERBA HONORÁRIA NOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS INTERPOSTOS EM PROCESSO TRABALHISTA, EXCETO NAS HIPÓTESES PREVISTAS NA LEI 5584/1970.

(VER: [DIREITO DO TRABALHO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

ICM/ICMS

SÚMULA TJ Nº5

ATÉ O ADVENTO DO D.L. Nº 1.409, DE 11 DE JUNHO DE 1975, ESTÁ SUJEITO À INCIDÊNCIA DO I.C.M. O ÁLCOOL ANIDRO ORIGINÁRIO DE CANA DE AÇÚCAR, COM AS ESPECIFICAÇÕES DEFINIDAS PELO CONSELHO NACIONAL DE PETRÓLEO, PARA FINS DE ADIÇÃO À GASOLINA.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 03 no Agravo de Petição nº. 34.657 e Uniformização de Jurisprudência nº 04 no Agravo de Petição nº. 34.675. Julgamento conjunto em 03/05/76. Relator: Desembargador Romeu Rodrigues Silva. Registro do Acórdão em 09/07/76. In: RJTJRJ 41/11. Const. Fed. 1946, art. 15, III e §2º, Const. Fed. 1967, arts. 15, 21, VIII e IX; 22, VIII, §6º e 26, §2º, E. Const. 01/69, Dec. Lei 737/38, Dec. Lei 1.985/40 (Código de Minas), art. 68, Dec. Lei 61/66, Dec. Lei 1.038/69, art. 2º, Dec. Lei 1.091/70, art. 1º, Dec. Lei Est. 1.409/75, Dec. Fed. 66.694/70.

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº6

O IMPOSTO DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS NÃO INCIDE SOBRE A IMPORTAÇÃO DE BENS DE CAPITAL.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº. 06 na Apelação Cível nº. 2.355. Julgamento em 28/04/77. Relator: Desembargador Murta Ribeiro.In: RJTJRJ 42/29 Registro do Acórdão em 18/08/77C. Proc. Civil, art. 479, Reg. Int. TJRJ, art. 121, Súmula 570, STF

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº20

PREVISTA, COMO ESTÁ, EM LEI ESTADUAL, A BASE DE CÁLCULO, LEGÍTIMA É A EXIGÊNCIA DO ICM NO FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS EM RESTAURANTES, BARES E ESTABELECIMENTOS SIMILARES.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº. 001/87 na Apelação Cível nº. 986. Julgamento em 17/08/87.Relator: Desembargador Astrogildo de Freitas. Registro do Acórdão em 04/11/87.In: RDTJ 04/96. Const. Fed. 1967, art. 23, II, Lei Fed. 5.172/66 (C. Tribut. Nac.) Dec. Lei Fed. 406/68, art. 8º, §§1º e 2º, Dec. Lei Est. 05/75 (C. Trib. Est.), arts. 4º, §1º e 14, I

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº130

O FORNECIMENTO DE ÁGUA LIMPA E POTÁVEL É SERVIÇO ESSENCIAL, SENDO ILEGAL A COBRANÇA DO ICMS POR PARTE DAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº. [2006.018.00005](#)– Julgamento em 04/01/2007 – Relator: Desembargadora Valéria Maron. Votação unânime.

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº146

O VALOR DO ICMS PAGO NA ENTRADA DE ENERGIA ELETRICA USADA POR SUPERMERCADO EM PANIFICACAO, RESTAURANTE, ACOUGUE, PEIXARIA E LATICINIOS, PORQUE DESCARACTERIZADO O PROCESSO DE INDUSTRIALIZACAO, NAO SE TRANS FORMA EM CREDITO FISCAL COMPENSAVEL NA OPERACAO POSTERIOR.

Referência: Uniformização de Jurisprudência nº [2009.018.00005](#) – Julgamento em 13/07/2009 – Votação por maioria – Relator: Desembargador Milton Fernandes de Souza.

(VIDE: [ENERGIA ELÉTRICA](#) / [COMPENSAÇÃO](#))

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº20

A MERCADORIA IMPORTADA DE PAIS SIGNATARIO DO GATT E ISENTA DO ICM, QUANDO CONTEMPLADO COM ESSE FAVOR O SIMILAR NACIONAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº49

NA EXPORTAÇÃO DE CAFE EM GRÃO, NÃO SE INCLUI NA BASE DE CALCULO DO ICM A QUOTA DE CONTRIBUIÇÃO, A QUE E REFERE O ART. 2. DO DECRETO-LEI 2.295, DE 21.11.86.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº68

A PARCELA RELATIVA AO ICM INCLUI-SE NA BASE DE CALCULO DO PIS.

(VIDE: [FGTS-PIS/PASEP](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº71

O BACALHAU IMPORTADO DE PAIS SIGNATARIO DO GATT E ISENTO DO ICM.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº80

A TAXA DE MELHORAMENTO DOS PORTOS NÃO SE INCLUI NA BASE DE CALCULO DO ICMS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº87

A ISENÇÃO DO ICMS RELATIVA A RAÇÕES BALANCEADAS PARA ANIMAIS ABRANGE O CONCENTRADO E O SUPLEMENTO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº94

A PARCELA RELATIVA AO ICMS INCLUI-SE NA BASE DE CALCULO DO FINSOCIAL.

(Ver: [PREVIDENCIÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº95

A REDUÇÃO DA ALIQUOTA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS OU DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO NÃO IMPLICA REDUÇÃO DO ICMS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº129

O EXPORTADOR ADQUIRE O DIREITO DE TRANSFERENCIA DE CREDITO DO ICMS QUANDO REALIZA A EXPORTAÇÃO DO PRODUTO E NÃO AO ESTOCAR A MATERIA-PRIMA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº135

O ICMS NÃO INCIDE NA GRAVAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE FILMES E VIDEOTEIPES.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº 152

NA VENDA PELO SEGURADOR, DE BENS SALVADOS DE SINISTROS, INCIDE O ICMS.

(*)Julgando o REsp 73.552-RJ, na sessão de 13/6/2007, a Primeira Seção deliberou pelo

CANCELAMENTO DA SÚMULA n. 152.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº155

O ICMS INCIDE NA IMPORTAÇÃO DE AERONAVE, POR PESSOA FISICA, PARA USO PROPRIO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº163

O FORNECIMENTO DE MERCADORIAS COM A SIMULTANEA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM BARES, RESTAURANTES E ESTABELECIMENTOS SIMILARES CONSTITUI FATO GERADOR DO ICMS A INCIDIR SOBRE O VALOR TOTAL DA OPERAÇÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº166

NÃO CONSTITUI FATO GERADOR DO ICMS O SIMPLES DESLOCAMENTO DE MERCADORIA DE UM PARA OUTRO ESTABELECIMENTO DO MESMO CONTRIBUINTE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº198

NA IMPORTAÇÃO DE VEICULO POR PESSOA FISICA, DESTINADO A USO PROPRIO, INCIDE O ICMS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº237

NAS OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO, OS ENCARGOS RELATIVOS AO FINANCIAMENTO NÃO SÃO CONSIDERADOS NO CÁLCULO DO ICMS.

(VIDE: [CARTÃO DE CRÉDITO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº334

O ICMS NÃO INCIDE NO SERVIÇO DOS PROVEDORES DE ACESSO À INTERNET.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº350

O ICMS NÃO INCIDE SOBRE O SERVIÇO DE HABILITAÇÃO DE TELEFONE CELULAR.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº391

O ICMS INCIDE SOBRE O VALOR DA TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA CORRESPONDENTE À DEMANDA DE POTÊNCIA EFETIVAMENTE UTILIZADA.

(Ver: [ENERGIA ELÉTRICA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº 395

O ICMS INCIDE SOBRE O VALOR DA VENDA A PRAZO CONSTANTE DA NOTA FISCAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº431

É ILEGAL A COBRANÇA DE ICMS COM BASE NO VALOR DA MERCADORIA SUBMETIDO AO REGIME DE PAUTA FISCAL.

(Ver: [TRIBUTÁRIO](#))

[NOTÍCIAS DO STJ](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº432

AS EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL NÃO ESTÃO OBRIGADAS A PAGAR ICMS SOBRE MERCADORIAS ADQUIRIDAS COMO INSUMOS EM OPERAÇÕES INTERESTADUAIS.

(Ver: [TRIBUTÁRIO](#))

[NOTÍCIAS DO STJ](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº433

O PRODUTO SEMI-ELABORADO, PARA FINS DE INCIDÊNCIA DE ICMS, É AQUELE QUE PREENCHE CUMULATIVAMENTE OS TRÊS REQUISITOS DO ART. 1º DA LEI COMPLEMENTAR N. 65/1991.

[NOTÍCIAS DO STJ](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº536

SÃO OBJETIVAMENTE IMUNES AO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS OS PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS, EM GERAL, DESTINADOS À EXPORTAÇÃO, ALÉM DE OUTROS, COM A MESMA DESTINAÇÃO, CUJA ISENÇÃO A LEI DETERMINAR.

(VER: [IMUNIDADE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº569

É INCONSTITUCIONAL A DISCRIMINAÇÃO DE ALÍQUOTAS DO IMPOSTO DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS NAS OPERAÇÕES INTERESTADUAIS, EM RAZÃO DE O DESTINATÁRIO SER, OU NÃO, CONTRIBUINTE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº570

O IMPOSTO DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS NÃO INCIDE SOBRE A IMPORTAÇÃO DE BENS DE CAPITAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº571

O COMPRADOR DE CAFÉ AO IBC, AINDA QUE SEM EXPEDIÇÃO DE NOTA FISCAL, HABILITA-SE, QUANDO DA COMERCIALIZAÇÃO DO PRODUTO, AO CRÉDITO DO ICM QUE INCIDIU SOBRE A OPERAÇÃO ANTERIOR.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº572

NO CÁLCULO DO IMPOSTO DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS DEVIDO NA SAÍDA DE MERCADORIAS PARA O EXTERIOR, NÃO SE INCLUEM FRETES PAGOS A TERCEIROS, SEGUROS E DESPESAS DE EMBARQUE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº573

NÃO CONSTITUI FATO GERADOR DO IMPOSTO DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS A SAÍDA FÍSICA DE MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E IMPLEMENTOS A TÍTULO DE COMODATO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº574

SEM LEI ESTADUAL QUE A ESTABELEÇA, É ILEGÍTIMA A COBRANÇA DO IMPOSTO DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS SOBRE O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS EM RESTAURANTE OU ESTABELECIMENTO SIMILAR.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº575

À MERCADORIA IMPORTADA DE PAÍS SIGNATÁRIO DO (GATT), OU MEMBRO DA (ALALC), ESTENDE-SE A ISENÇÃO DO IMPOSTO DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS CONCEDIDA A SIMILAR NACIONAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº576

É LÍCITA A COBRANÇA DO IMPOSTO DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS SOBRE PRODUTOS IMPORTADOS SOB O REGIME DA ALÍQUOTA ZERO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº577

NA IMPORTAÇÃO DE MERCADORIAS DO EXTERIOR, O FATO GERADOR DO IMPOSTO DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS OCORRE NO MOMENTO DE SUA ENTRADA NO ESTABELECIMENTO DO IMPORTADOR.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº578

NÃO PODEM OS ESTADOS, A TÍTULO DE RESSARCIMENTO DE DESPESAS, REDUZIR A PARCELA DE 20% DO PRODUTO DA ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS, ATRIBUÍDA AOS MUNICÍPIOS PELO ART. 23, § 8º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº579

A CAL VIRGEM E A HIDRATADA ESTÃO SUJEITAS AO IMPOSTO DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº615

O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ANUALIDADE (§ 29 DO ART. 153 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL) NÃO SE APLICA À REVOGAÇÃO DE ISENÇÃO DO ICM.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº660

NÃO INCIDE ICMS NA IMPORTAÇÃO DE BENS POR PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA QUE NÃO SEJA CONTRIBUINTE DO IMPOSTO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº661

NA ENTRADA DE MERCADORIA IMPORTADA DO EXTERIOR, É LEGÍTIMA A COBRANÇA DO ICMS POR OCASIÃO DO DESEMBARAÇO ADUANEIRO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº662

É LEGÍTIMA A INCIDÊNCIA DO ICMS NA COMERCIALIZAÇÃO DE EXEMPLARES DE OBRAS CINEMATOGRAFICAS, GRAVADOS EM FITAS DE VIDEOCASSETE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº663

OS §§ 1º E 3º DO ART. 9º DO DECRETO-LEI 406/1968 FORAM RECEBIDOS PELA CONSTITUIÇÃO.

(VER: [ISS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

IMPEDIMENTO/SUSPEIÇÃO

Súmula STJ Nº234

A PARTICIPAÇÃO DE MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA FASE INVESTIGATÓRIA CRIMINAL NÃO ACARRETA O SEU IMPEDIMENTO OU SUSPEIÇÃO PARA O OFERECIMENTO DA DENÚNCIA.

(Ver: [PROCESSO PENAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº72

NO JULGAMENTO DE QUESTÃO CONSTITUCIONAL, VINCULADA A DECISÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, NÃO ESTÃO IMPEDIDOS OS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL QUE ALI TENHAM FUNCIONADO NO MESMO PROCESSO, OU NO PROCESSO ORIGINÁRIO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

IMPORTAÇÃO

SÚMULA STF Nº535

NA IMPORTAÇÃO, A GRANEL, DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS É ADMÍSSIVEL A DIFERENÇA DE PESO, PARA MAIS, ATÉ 4%, MOTIVADA PELAS VARIAÇÕES PREVISTAS NO DECRETO-LEI 1028, DE 4/1/1939, ART. 1º.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

IMPOSTO CAUSA MORTIS

SÚMULA STF Nº112

O IMPOSTO DE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS É DEVIDO PELA ALÍQUOTA VIGENTE AO TEMPO DA ABERTURA DA SUCESSÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº113

O IMPOSTO DE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS É CALCULADO SOBRE O VALOR DOS BENS NA DATA DA AVALIAÇÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº114

O IMPOSTO DE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS NÃO É EXIGÍVEL ANTES DA HOMOLOGAÇÃO DO CÁLCULO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº115

SOBRE OS HONORÁRIOS DO ADVOGADO CONTRATADO PELO INVENTARIANTE, COM A HOMOLOGAÇÃO DO JUIZ, NÃO INCIDE O IMPOSTO DE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº435

O IMPOSTO DE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS PELA TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES É DEVIDO AO ESTADO EM QUE TEM SEDE A COMPANHIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº590

CALCULA-SE O IMPOSTO DE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS SOBRE O SALDO CREDOR DA PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL, NO MOMENTO DA ABERTURA DA SUCESSÃO DO PROMITENTE VENDEDOR.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

IMPOSTO DE CONSUMO

SÚMULA STF Nº85

NÃO ESTÃO SUJEITOS AO IMPOSTO DE CONSUMO OS BENS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO TRAZIDOS, COMO BAGAGEM, DO EXTERIOR.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº86

NÃO ESTÁ SUJEITO AO IMPOSTO DE CONSUMO AUTOMÓVEL USADO, TRAZIDO DO EXTERIOR PELO PROPRIETÁRIO.

(VIDE: [AUTOMÓVEL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº125

NÃO É DEVIDO O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES SOBRE A PARCELA DO IMPOSTO DE CONSUMO QUE ONERA A PRIMEIRA VENDA REALIZADA PELO PRODUTOR.

(VIDE: [IMPOSTO DE VENDAS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº127

É INDEVIDA A TAXA DE ARMAZENAGEM, POSTERIORMENTE AOS PRIMEIROS TRINTA DIAS, QUANDO NÃO EXIGÍVEL O IMPOSTO DE CONSUMO, CUJA COBRANÇA TENHA MOTIVADO A RETENÇÃO DA MERCADORIA.

(VIDE: [TAXA DE ARMAZENAGEM](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº244

A IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS DE COSTURA ESTÁ ISENTA DO IMPOSTO DE CONSUMO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº309

A TAXA DE DESPACHO ADUANEIRO, SENDO ADICIONAL DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO, NÃO ESTÁ COMPREENDIDA NA ISENÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO PARA AUTOMÓVEL USADO TRAZIDO DO EXTERIOR PELO PROPRIETÁRIO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO

SÚMULA STF Nº89

ESTÃO ISENTAS DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO FRUTAS IMPORTADAS DA ARGENTINA, DO CHILE, DA ESPANHA E DE PORTUGAL, ENQUANTO VIGENTES OS RESPECTIVOS ACORDOS COMERCIAIS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº142

NÃO É DEVIDA A TAXA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE MERCADORIAS ISENTAS DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO.

(VIDE: [TAXA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº308

A TAXA DE DESPACHO ADUANEIRO, SENDO ADICIONAL DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO, NÃO INCIDE SOBRE BORRACHA IMPORTADA COM ISENÇÃO DAQUELE IMPOSTO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº534

O IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO SOBRE O EXTRATO ALCOÓLICO DE MALTE, COMO MATÉRIA-PRIMA PARA FABRICAÇÃO DE WHISKY, INCIDE À BASE DE 60%, DESDE QUE DESEMBARCADO ANTES DO DECRETO-LEI 398, DE 30/12/1968.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº580

A ISENÇÃO PREVISTA NO ART. 13, PARÁGRAFO ÚNICO, DO DECRETO-LEI 43/1966, RESTRINGE-SE AOS FILMES CINEMATOGRAFICOS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº582

É CONSTITUCIONAL A RESOLUÇÃO 640/1969, DO CONSELHO DE POLÍTICA ADUANEIRA, QUE REDUZIU A ALÍQUOTA DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO PARA A SODA CÁUSTICA, DESTINADA A ZONAS DE DIFÍCIL DISTRIBUIÇÃO E ABASTECIMENTO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

IMPOSTO DE LUCRO IMOBILIÁRIO

SÚMULA STF Nº96

O IMPOSTO DE LUCRO IMOBILIÁRIO INCIDE SOBRE A VENDA DE IMÓVEL DA MEAÇÃO DO CÔNJUGE SOBREVIVENTE, AINDA QUE ABERTA A SUCESSÃO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI 3470, DE 28/11/58.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº97

É DEVIDA A ALÍQUOTA ANTERIOR DO IMPOSTO DE LUCRO IMOBILIÁRIO, QUANDO A PROMESSA DE VENDA HOUVER SIDO CELEBRADA ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI QUE A TIVER ELEVADO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº98

SENDO O IMÓVEL ALIENADO NA VIGÊNCIA DA LEI 3470, DE 28/11/1958, AINDA QUE ADQUIRIDO POR HERANÇA, USUCAPIÃO OU A TÍTULO GRATUITO, É DEVIDO O IMPOSTO DE LUCRO IMOBILIÁRIO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº99

NÃO É DEVIDO O IMPOSTO DE LUCRO IMOBILIÁRIO, QUANDO A ALIENAÇÃO DE IMÓVEL ADQUIRIDO POR HERANÇA, OU A TÍTULO GRATUITO, TIVER SIDO ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI 3470, DE 28/11/1958.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº100

NÃO É DEVIDO O IMPOSTO DE LUCRO IMOBILIÁRIO, QUANDO A ALIENAÇÃO DE IMÓVEL, ADQUIRIDO POR USUCAPIÃO, TIVER SIDO ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI 3470, DE 28/11/1958.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº538

A AVALIAÇÃO JUDICIAL PARA O EFEITO DO CÁLCULO DAS BENFEITORIAS DEDUTÍVEIS DO IMPOSTO SOBRE LUCRO IMOBILIÁRIO INDEPENDE DO LIMITE A QUE SE REFERE A LEI 3470, DE 28/11/1958, ART. 8º, PARÁGRAFO ÚNICO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

IMPOSTO DE RENDA

Súmula STJ Nº386

SÃO ISENTAS DE IMPOSTO DE RENDA AS INDENIZAÇÕES DE FÉRIAS PROPORCIONAIS E O RESPECTIVO ADICIONAL.

(Ver: [INDENIZAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

Súmula STJ Nº394

É ADMISSÍVEL, EM EMBARGOS À EXECUÇÃO, COMPENSAR OS VALORES DE IMPOSTO DE RENDA RETIDOS INDEVIDAMENTE NA FONTE COM OS VALORES RESTITUÍDOS APURADOS NA DECLARAÇÃO ANUAL.

(Ver: [COMPENSAÇÃO / EMBARGOS À EXECUÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº93

NÃO ESTÁ ISENTA DO IMPOSTO DE RENDA A ATIVIDADE PROFISSIONAL DO ARQUITETO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº94

É COMPETENTE A AUTORIDADE ALFANDEGÁRIA PARA O DESCONTO, NA FONTE, DO IMPOSTO DE RENDA CORRESPONDENTE ÀS COMISSÕES DOS DESPACHANTES ADUANEIROS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº239

DECISÃO QUE DECLARA INDEVIDA A COBRANÇA DO IMPOSTO EM DETERMINADO EXERCÍCIO NÃO FAZ COISA JULGADA EM RELAÇÃO AOS POSTERIORES.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº584

AO IMPOSTO DE RENDA CALCULADO SOBRE OS RENDIMENTOS DO ANO-BASE, APLICA-SE A LEI VIGENTE NO EXERCÍCIO FINANCEIRO EM QUE DEVE SER APRESENTADA A DECLARAÇÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº585

NÃO INCIDE O IMPOSTO DE RENDA SOBRE A REMESSA DE DIVISAS PARA PAGAMENTO DE SERVIÇOS PRESTADOS NO EXTERIOR, POR EMPRESA QUE NÃO OPERA NO BRASIL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº586

INCIDE IMPOSTO DE RENDA SOBRE OS JUROS REMETIDOS PARA O EXTERIOR, COM BASE EM CONTRATO DE MÚTUO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº587

INCIDE IMPOSTO DE RENDA SOBRE O PAGAMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS CONTRATADOS NO EXTERIOR E PRESTADOS NO BRASIL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

IMPOSTO DE SELO

SÚMULA STF Nº102

É DEVIDO O IMPOSTO FEDERAL DO SELO PELA INCORPORAÇÃO DE RESERVAS, EM REAVALIAÇÃO DE ATIVO, AINDA QUE REALIZADA ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI 3519, DE 30/12/1958.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº103

É DEVIDO O IMPOSTO FEDERAL DO SELO NA SIMPLES REAVALIAÇÃO DE ATIVO, REALIZADA POSTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA LEI 3519, DE 30/12/1958.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº104

NÃO É DEVIDO O IMPOSTO FEDERAL DO SELO NA SIMPLES REAVALIAÇÃO DE ATIVO ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI 3519, DE 30/12/1958.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº106

É LEGÍTIMA A COBRANÇA DE SELO SOBRE REGISTRO DE AUTOMÓVEIS, NA CONFORMIDADE DA LEGISLAÇÃO ESTADUAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº107

É INCONSTITUCIONAL O IMPOSTO DE SELO DE 3%, AD VALOREM, DO PARANÁ, QUANTO AOS PRODUTOS REMETIDOS PARA FORA DO ESTADO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº144

É INCONSTITUCIONAL A INCIDÊNCIA DA TAXA DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DE MINAS GERAIS SOBRE CONTRATO SUJEITO AO IMPOSTO FEDERAL DO SELO.

(VIDE: [TAXA DE RECUPERAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº303

NÃO É DEVIDO O IMPOSTO FEDERAL DE SELO EM CONTRATO FIRMADO COM AUTARQUIA ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA EMENDA CONSTITUCIONAL 5, DE 21/11/1961.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº468

APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL 5, DE 21/11/1961, EM CONTRATO FIRMADO COM A UNIÃO, ESTADO, MUNICÍPIO OU AUTARQUIA, É DEVIDO O IMPOSTO FEDERAL DE SELO PELO CONTRATANTE NÃO PROTEGIDO PELA IMUNIDADE, AINDA QUE HAJA REPERCUSSÃO DO ÔNUS TRIBUTÁRIO SOBRE O PATRIMÔNIO DAQUELAS ENTIDADES.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº537

É INCONSTITUCIONAL A EXIGÊNCIA DE IMPOSTO ESTADUAL DO SELO, QUANDO FEITA NOS ATOS E INSTRUMENTOS TRIBUTADOS OU REGULADOS POR LEI FEDERAL, RESSALVADO O DISPOSTO NO ART. 15, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1946.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

IMPOSTO DE TRANSAÇÃO

SÚMULA STF Nº139

É INDEVIDA A COBRANÇA DO IMPOSTO DE TRANSAÇÃO A QUE SE REFERE A LEI 899/1957, ART. 58, IV, E, DO ANTIGO DISTRITO FEDERAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES

SÚMULA STF Nº117

A LEI ESTADUAL PODE FAZER VARIAR A ALÍQUOTA DO IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES EM RAZÃO DA ESPÉCIE DO PRODUTO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº118

ESTÃO SUJEITAS AO IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES AS TRANSAÇÕES SOBRE MINERAIS, QUE AINDA NÃO ESTÃO COMPREENDIDOS NA LEGISLAÇÃO FEDERAL SOBRE O IMPOSTO ÚNICO (VIDE OBSERVAÇÃO).

(VIDE: [IMPOSTO ÚNICO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº119

É DEVIDO O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES SOBRE A VENDA DE CAFÉS AO INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ, EMBORA O LOTE, ORIGINARIAMENTE, SE DESTINASSE À EXPORTAÇÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº124

É INCONSTITUCIONAL O ADICIONAL DO IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES COBRADO PELO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SOBRE CAFÉS DA COTA DE EXPURGO ENTREGUES AO INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº125

NÃO É DEVIDO O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES SOBRE A PARCELA DO IMPOSTO DE CONSUMO QUE ONERA A PRIMEIRA VENDA REALIZADA PELO PRODUTOR.

(VIDE: [IMPOSTO DE CONSUMO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº143

NA FORMA DA LEI ESTADUAL, É DEVIDO O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES NA EXPORTAÇÃO DE CAFÉ PELO ESTADO DA GUANABARA, EMBORA PROVENIENTE DE OUTRO ESTADO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº438

É ILEGÍTIMA A COBRANÇA, EM 1962, DA TAXA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE, DE SANTA CATARINA, ADICIONAL DO IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES.

(VIDE: [TAXA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº533

NAS OPERAÇÕES DENOMINADAS CREDIÁRIOS, COM EMISSÃO DE VALES OU CERTIFICADOS PARA COMPRAS E NAS QUAIS, PELO FINANCIAMENTO, SE COBRAM, EM SEPARADO, JUROS, SELOS E OUTRAS DESPESAS, INCLUIR-SE-Á TUDO NO CUSTO DA MERCADORIA E SOBRE ESSE PREÇO GLOBAL CALCULAR-SE-Á O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº540

NO PREÇO DA MERCADORIA SUJEITA AO IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES, NÃO SE INCLUEM AS DESPESAS DE FRETE E CARRETO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº541

O IMPOSTO SOBRE VENDAS E CONSIGNAÇÕES NÃO INCIDE SOBRE A VENDA OCASIONAL DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS USADOS, QUE NÃO SE INSERE NA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO VENDEDOR, E NÃO É REALIZADA COM O FIM DE LUCRO, SEM CARÁTER, POIS, DE COMERCIALIDADE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

IMPOSTO INTERVIVOS

SÚMULA STF Nº75

SENDO VENDEDORA UMA AUTARQUIA, A SUA IMUNIDADE FISCAL NÃO COMPREENDE O IMPOSTO DE TRANSMISSÃO INTER VIVOS, QUE É ENCARGO DO COMPRADOR.

(VIDE: [PESSOA JURÍDICA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº108

É LEGÍTIMA A INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE TRANSMISSÃO INTER VIVOS SOBRE O VALOR DO IMÓVEL AO TEMPO DA ALIENAÇÃO E NÃO DA PROMESSA, NA CONFORMIDADE DA LEGISLAÇÃO LOCAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº110

O IMPOSTO DE TRANSMISSÃO INTER VIVOS NÃO INCIDE SOBRE A CONSTRUÇÃO, OU PARTE DELA, REALIZADA PELO ADQUIRENTE, MAS SOBRE O QUE TIVER SIDO CONSTRUÍDO AO TEMPO DA ALIENAÇÃO DO TERRENO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº111

É LEGÍTIMA A INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE TRANSMISSÃO INTER VIVOS SOBRE A RESTITUIÇÃO, AO ANTIGO PROPRIETÁRIO, DE IMÓVEL QUE DEIXOU DE SERVIR À FINALIDADE DA SUA DESAPROPRIAÇÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº470

O IMPOSTO DE TRANSMISSÃO INTER VIVOS NÃO INCIDE SOBRE A CONSTRUÇÃO, OU PARTE DELA, REALIZADA, INEQUIVOCAMENTE, PELO PROMITENTE COMPRADOR, MAS SOBRE O VALOR DO QUE TIVER SIDO CONSTRUÍDO ANTES DA PROMESSA DE VENDA.

(VER: [TRIBUTÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº656

É INCONSTITUCIONAL A LEI QUE ESTABELECE ALÍQUOTAS PROGRESSIVAS PARA O IMPOSTO DE TRANSMISSÃO INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS - ITBI COM BASE NO VALOR VENAL DO IMÓVEL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

IMPOSTO ÚNICO

SÚMULA STF Nº91

A INCIDÊNCIA DO IMPOSTO ÚNICO NÃO ISENTA O COMERCIANTE DE COMBUSTÍVEIS DO IMPOSTO DE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº118

ESTÃO SUJEITAS AO IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES AS TRANSAÇÕES SOBRE MINERAIS, QUE AINDA NÃO ESTÃO COMPREENDIDOS NA LEGISLAÇÃO FEDERAL SOBRE O IMPOSTO ÚNICO

(VIDE: [IMPOSTO DE VENDAS](#)).

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº543

A LEI 2975, DE 27/11/1965, REVOGOU, APENAS, AS ISENÇÕES DE CARÁTER GERAL, RELATIVAS AO IMPOSTO ÚNICO SOBRE COMBUSTÍVEIS, NÃO AS ESPECIAIS, POR OUTRAS LEIS CONCEDIDAS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

IMUNIDADE

SÚMULA STF Nº3

A IMUNIDADE CONCEDIDA A DEPUTADOS ESTADUAIS É RESTRITA À JUSTIÇA DO ESTADO (SUPERADA).

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº4

NÃO PERDE A IMUNIDADE PARLAMENTAR O CONGRESSISTA NOMEADO MINISTRO DE ESTADO (CANCELADA).

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº73

A IMUNIDADE DAS AUTARQUIAS, IMPLICITAMENTE CONTIDA NO ART. 31, V, A, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ABRANGE TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS.

(VIDE: [PESSOA JURÍDICA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº74

O IMÓVEL TRANSCRITO EM NOME DE AUTARQUIA, EMBORA OBJETO DE PROMESSA DE VENDA A PARTICULARES, CONTINUA IMUNE DE IMPOSTOS LOCAIS (VIDE OBSERVAÇÃO).

(VIDE: [TRIBUTÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº76

AS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA NÃO ESTÃO PROTEGIDAS PELA IMUNIDADE FISCAL DO ART. 31, V, A, CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

(VIDE: [PESSOA JURÍDICA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº245

A IMUNIDADE PARLAMENTAR NÃO SE ESTENDE AO CO-RÉU SEM ESSA PRERROGATIVA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº536

SÃO OBJETIVAMENTE IMUNES AO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS OS PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS, EM GERAL, DESTINADOS À EXPORTAÇÃO, ALÉM DE OUTROS, COM A MESMA DESTINAÇÃO, CUJA ISENÇÃO A LEI DETERMINAR.

(VER: [ICM/ICMS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº591

A IMUNIDADE OU A ISENÇÃO TRIBUTÁRIA DO COMPRADOR NÃO SE ESTENDE AO PRODUTOR, CONTRIBUINTE DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº657

A IMUNIDADE PREVISTA NO ART. 150, VI, D, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL ABRANGE OS FILMES E PAPÉIS FOTOGRÁFICOS NECESSÁRIOS À PUBLICAÇÃO DE JORNAIS E PERIÓDICOS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

INCOMUNICABILIDADE DE BENS

SÚMULA STF Nº49

A CLÁUSULA DE INALIENABILIDADE INCLUI A INCOMUNICABILIDADE DOS BENS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

INCONSTITUCIONALIDADE

SÚMULA STF Nº531

É INCONSTITUCIONAL O DECRETO 51668, DE 17/1/1963, QUE ESTABELECEU SALÁRIO PROFISSIONAL PARA TRABALHADORES DE TRANSPORTES MARÍTIMOS, FLUVIAIS E LACUSTRES.

(VER: [DIREITO DO TRABALHO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº649

É INCONSTITUCIONAL A CRIAÇÃO, POR CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, DE ÓRGÃO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO DO PODER JUDICIÁRIO DO QUAL PARTICIPEM REPRESENTANTES DE OUTROS PODERES OU ENTIDADES

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº678

SÃO INCONSTITUCIONAIS OS INCISOS I E III DO ART. 7º DA LEI 8162/1991, QUE AFASTAM, PARA EFEITO DE ANUÊNIO E DE LICENÇA-PRÊMIO, A CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO REGIDO PELA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO DOS SERVIDORES QUE PASSARAM A SUBMETER-SE AO REGIME JURÍDICO ÚNICO.

(VER: [SERVIDOR PÚBLICO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº684

É INCONSTITUCIONAL O VETO NÃO MOTIVADO À PARTICIPAÇÃO DE CANDIDATO A CONCURSO PÚBLICO.

(VER: [CONCURSO PÚBLICO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº685

É INCONSTITUCIONAL TODA MODALIDADE DE PROVIMENTO QUE PROPICIE AO SERVIDOR INVESTIR-SE, SEM PRÉVIA APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO DESTINADO AO SEU PROVIMENTO, EM CARGO QUE NÃO INTEGRA A CARREIRA NA QUAL ANTERIORMENTE INVESTIDO.

(VER: [SERVIDOR PÚBLICO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

INDENIZAÇÃO

SÚMULA TJ Nº45

É DEVIDA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL SOFRIDO PELO PASSAGEIRO, EM DECORRÊNCIA DO EXTRAVIO DE BAGAGEM, NOS CASOS DE TRANSPORTE AÉREO.

REFERÊNCIA: Súmula da Jurisprudência Predominante nº. [2001.146.00003](#).. Julgamento em 24/06/2002 - Votação unânime. Relator: Desembargador Gustavo Adolpho Kuhl Leite. Registro do Acórdão em 26/11/2002. Const. Fed. 1988, Reg. Int. TJRJ, art. 122

(Ver: [DANO MORAL](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº148

A INDENIZAÇÃO DE AUXÍLIO MORADIA CRIADA PELA LEI ESTADUAL Nº 958/1983 E PAGA AOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DA ATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO TEM CARÁTER INDENIZATÓRIO E POR ISSO NÃO PODE SER INCORPORADA AOS VENCIMENTOS DO BENEFICIÁRIO QUE PASSA PARA A INATIVIDADE.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº. [2009.018.00006](#) - Julgamento em 11/01/2010 - Relator: Desembargador Miguel Ângelo Barros. Votação Unânime.

(Ver: [AUXÍLIO MORADIA](#), [MILITAR](#), [VENCIMENTOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

Súmula STJ Nº101

A AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURADO EM GRUPO CONTRA A SEGURADORA PRESCREVE EM UM ANO.

(VIDE: [PRESCRIÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

Súmula STJ Nº186

NAS INDENIZAÇÕES POR ATO ILÍCITO, OS JUROS COMPOSTOS SOMENTE SÃO DEVIDOS POR AQUELE QUE PRATICOU O CRIME.

(VIDE: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#), [PRAZO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

Súmula STJ Nº194

PRESCREVE EM VINTE ANOS A AÇÃO PARA OBTER, DO CONSTRUTOR, INDENIZAÇÃO POR DEFEITOS DA OBRA.

(VIDE: [PRESCRIÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

Súmula STJ Nº278

O TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL, NA AÇÃO DE INDENIZAÇÃO, É A DATA EM QUE O SEGURADO TEVE CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA INCAPACIDADE LABORAL.

(VIDE: [PRESCRIÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº362

A CORREÇÃO MONETÁRIA DO VALOR DA INDENIZAÇÃO DO DANO MORAL INCIDE DESDE A DATA DO ARBITRAMENTO.

(VER: [DANOMORAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

Súmula STJ Nº386

SÃO ISENTAS DE IMPOSTO DE RENDA AS INDENIZAÇÕES DE FÉRIAS PROPORCIONAIS E O RESPECTIVO ADICIONAL.

(Ver: [IMPOSTO DE RENDA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

Súmula STJ Nº403

INDEPENDE DE PROVA DO PREJUÍZO A INDENIZAÇÃO PELA PUBLICAÇÃO NÃO AUTORIZADA DA IMAGEM DE PESSOA COM FINS ECONÔMICOS OU COMERCIAIS.

(VER: [DIREITO À IMAGEM](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº161

EM CONTRATO DE TRANSPORTE, É INOPERANTE A CLÁUSULA DE NÃO INDENIZAR.

(VIDE: [SERVIÇO PÚBLICO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº229

A INDENIZAÇÃO ACIDENTÁRIA NÃO EXCLUI A DO DIREITO COMUM, EM CASO DE DOLO OU CULPA GRAVE DO EMPREGADOR.

(VIDE: [ACIDENTE DE TRABALHO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº232

EM CASO DE ACIDENTE DO TRABALHO, SÃO DEVIDAS DIÁRIAS ATÉ DOZE MESES, AS QUAIS NÃO SE CONFUNDEM COM A INDENIZAÇÃO ACIDENTÁRIA NEM COM O AUXÍLIO-ENFERMIDADE.

(VIDE: [ACIDENTE DE TRABALHO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº261

PARA A AÇÃO DE INDENIZAÇÃO, EM CASO DE AVARIA, É DISPENSÁVEL QUE A VISTORIA SE FAÇA JUDICIALMENTE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº 412

NO COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA COM CLÁUSULA DE ARREPENDIMENTO, A DEVOLUÇÃO DO SINAL, POR QUEM O DEU, OU A SUA RESTITUIÇÃO EM DOBRO, POR QUEM O RECEBEU, EXCLUI INDENIZAÇÃO MAIOR, A TÍTULO DE PERDAS E DANOS, SALVO OS JUROS MORATÓRIOS E OS ENCARGOS DO PROCESSO.

(VIDE: [COMPRA E VENDA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº416

PELA DEMORA NO PAGAMENTO DO PREÇO DA DESAPROPRIAÇÃO NÃO CABE INDENIZAÇÃO COMPLEMENTAR ALÉM DOS JUROS.

(VIDE: [DESAPROPRIAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº444

NA RETOMADA PARA CONSTRUÇÃO MAIS ÚTIL, DE IMÓVEL SUJEITO AO DECRETO 24150, DE 20/4/1934, A INDENIZAÇÃO SE LIMITA ÀS DESPESAS DE MUDANÇA.

(VIDE: [RETOMADA DE IMÓVEL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº459

NO CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO POR DESPEDIDA INJUSTA, INCLUEM-SE OS ADICIONAIS, OU GRATIFICAÇÕES, QUE, PELA HABITUALIDADE, SE TENHAM INCORPORADO AO SALÁRIO.

(VER: [DIREITO DO TRABALHO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº462

NO CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO POR DESPEDIDA INJUSTA INCLUI-SE, QUANDO DEVIDO, O REPOUSO SEMANAL REMUNERADO.

(VER: [DIREITO DO TRABALHO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº463

PARA EFEITO DE INDENIZAÇÃO E ESTABILIDADE, CONTA-SE O TEMPO EM QUE O EMPREGADO ESTEVE AFASTADO, EM SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO, MESMO ANTERIORMENTE À LEI 4072, DE 1º/6/1962.

(VER: [DIREITO DO TRABALHO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº464

NO CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE DO TRABALHO INCLUI-SE, QUANDO DEVIDO, O REPOUSO SEMANAL REMUNERADO.

(VER: [ACIDENTE DE TRABALHO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº465

O REGIME DE MANUTENÇÃO DE SALÁRIO, APLICÁVEL AO (IAPM) E AO (IAPETC), EXCLUI A INDENIZAÇÃO TARIFADA NA LEI DE ACIDENTES DO TRABALHO, MAS NÃO O BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.

(VER: [ACIDENTE DE TRABALHO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

[SÚMULA STF Nº479](#)

AS MARGENS DOS RIOS NAVEGÁVEIS SÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO, INSUSCETÍVEIS DE EXPROPRIAÇÃO E, POR ISSO MESMO, EXCLUÍDAS DE INDENIZAÇÃO.

(VER: [DOMÍNIO PÚBLICO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº490

A PENSÃO CORRESPONDENTE À INDENIZAÇÃO ORIUNDA DE RESPONSABILIDADE CIVIL DEVE SER CALCULADA COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE AO TEMPO DA SENTENÇA E AJUSTAR-SE-Á ÀS VARIAÇÕES ULTERIORES.

(VER: [PREVIDENCIÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº491

É INDENIZÁVEL O ACIDENTE QUE CAUSE A MORTE DE FILHO MENOR, AINDA QUE NÃO EXERÇA TRABALHO REMUNERADO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº493

O VALOR DA INDENIZAÇÃO, SE CONSISTENTE EM PRESTAÇÕES PERIÓDICAS E SUCESSIVAS, COMPREENDERÁ, PARA QUE SE MANTENHA INALTERÁVEL NA SUA FIXAÇÃO, PARCELAS COMPENSATÓRIAS DO IMPOSTO DE RENDA, INCIDENTE SOBRE OS JUROS DO CAPITAL GRAVADO OU CAUCIONADO, NOS TERMOS DOS ARTS. 911 E 912 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

(VER: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº529

SUBSISTE A RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR PELA INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE ACIDENTE DO TRABALHO, QUANDO O SEGURADOR, POR HAVER ENTRADO EM LIQUIDAÇÃO, OU POR OUTRO MOTIVO, NÃO SE ENCONTRAR EM CONDIÇÕES FINANCEIRAS, DE EFETUAR, NA FORMA DA LEI, O PAGAMENTO QUE O SEGURO OBRIGATÓRIO VISAVA GARANTIR.

(VER: [ACIDENTE DE TRABALHO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº562

NA INDENIZAÇÃO DE DANOS MATERIAIS DECORRENTES DE ATO ILÍCITO CABE A ATUALIZAÇÃO DE SEU VALOR, UTILIZANDO-SE, PARA ESSE FIM, DENTRE OUTROS CRITÉRIOS, DOS ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

INELEGIBILIDADE

[SÚMULA VINCULANTE STF Nº18](#)

A DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE OU DO VÍNCULO CONJUGAL, NO CURSO DO MANDATO, NÃO AFASTA A INELEGIBILIDADE PREVISTA NO § 7º DO ARTIGO 14 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

(VER: [MANDATO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

INFORMAÇÃO SIGILOSA

SÚMULA TJ Nº47

ESGOTADAS TODAS AS DILIGÊNCIAS CABÍVEIS, É DIREITO DO CREDOR REQUERER A EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS A ÓRGÃOS PÚBLICOS E PARTICULARES, SEM OFENSA AO SIGILO BANCÁRIO E FISCAL, PARA LOCALIZAR O DEVEDOR E/OU BENS PENHORÁVEIS, EVITANDO CERCEAMENTO NA INSTRUÇÃO.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº. [2001.146.00008](#). Julgamento em 24/06/2002. Relator: Desembargador Sylvio Capanema de Souza. Votação por maioria. Registro do Acórdão em 14/03/2003.

(Ver: [EXECUÇÃO](#), [PENHORA](#))

([Topo](#))

SÚMULA VINCULANTE STF Nº14

É DIREITO DO DEFENSOR, NO INTERESSE DO REPRESENTADO, TER ACESSO AMPLO AOS ELEMENTOS DE PROVA QUE, JÁ DOCUMENTADOS EM PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO REALIZADO POR ÓRGÃO COM COMPETÊNCIA DE POLÍCIA JUDICIÁRIA, DIGAM RESPEITO AO EXERCÍCIO DO DIREITO DE DEFESA.

(VER: [DEVIDO PROCESSO PENAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

INSTRUÇÃO CRIMINAL

Súmula STJ Nº52

ENCERRADA A INSTRUÇÃO CRIMINAL, FICA SUPERADA A ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO POR EXCESSO DE PRAZO

(VIDE: [PRAZO](#), [PROCESSO PENAL](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

Súmula STJ Nº64

NÃO CONSTITUI CONSTRANGIMENTO ILEGAL O EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO, PROVOCADO PELA DEFESA.
(VIDE: [PRAZO](#), [PROCESSO PENAL](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

INTERESSE DE MENOR

SÚMULA STJ Nº383

A COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR AS AÇÕES CONEXAS DE INTERESSE DE MENOR É, EM PRINCÍPIO, DO FORO DO DOMICÍLIO DO DETENTOR DE SUA GUARDA.
(vide: [COMPETÊNCIA](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

INVENTÁRIO/PARTILHA

SÚMULA TJ Nº26

É RECORRÍVEL O DESPACHO DE DELIBERAÇÃO DA PARTILHA NO INVENTÁRIO.
REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 01/91 no Agravo de Instrumento nº. 1990.002.00785 Julgamento em 29/04/91. Relator: Desembargador Humberto Manes. .Registro do Acórdão em 08/07/91. In: RDTJ 08/60. C. Proc. Civil, arts. 162, §2º; 522 e sgs.; 1.017, §3º; 1.022 e 1.026.
(Ver: [RECURSO](#))
([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº66

EM PARTILHA DE BENS DECORRENTE DA SEPARAÇÃO CONSENSUAL, EM QUE HAJA DIFERENÇA DE QUINHÕES SEM INDÍCIO DE REPOSIÇÃO, COMPENSAÇÃO PECUNIÁRIA OU QUALQUER ONEROSIDADE, INCIDIRÁ O IMPOSTO ESTADUAL DE TRANSMISSÃO SOBRE DOAÇÕES.
REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº [2002.018.00003](#) no Agravo de Instrumento nº [2001.002.10823](#). Julgamento em 18/11/2002 - Votação unânime. Relator: Desembargador Jorge Uchoa.. Registro do Acórdão em 14/07/2003 - fls. 4.311/4.313
(Ver: [TRIBUTÁRIO](#))
([Topo](#))

Súmula STJ Nº197

O DIVÓRCIO DIRETO PODE SER CONCEDIDO SEM QUE HAJA PREVIA PARTILHA DOS BENS.

(VIDE: [DESQUITE/DIVÓRCIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº116

EM DESQUITE OU INVENTÁRIO, É LEGÍTIMA A COBRANÇA DO CHAMADO IMPOSTO DE REPOSIÇÃO, QUANDO HOVER DESIGUALDADE NOS VALORES PARTILHADOS.

(VIDE: [DESQUITE/DIVÓRCIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº542

NÃO É INCONSTITUCIONAL A MULTA INSTITUÍDA PELO ESTADO-MEMBRO, COMO SANÇÃO PELO RETARDAMENTO DO INÍCIO OU DA ULTIMAÇÃO DO INVENTÁRIO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE

Súmula STJ Nº1

O FORO DO DOMICÍLIO OU DA RESIDÊNCIA DO ALIMENTANDO E O COMPETENTE PARA A AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE, QUANDO CUMULADA COM A DE ALIMENTOS.

(Ver: [ALIMENTOS](#), [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

Súmula STJ Nº277

JULGADA PROCEDENTE A INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE, OS ALIMENTOS SÃO DEVIDOS A PARTIR DA CITAÇÃO.

(VIDE: [ALIMENTOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

Súmula STJ Nº301

EM AÇÃO INVESTIGATÓRIA, A RECUSA DO SUPOSTO PAI A SUBMETTER-SE AO EXAME DE DNA INDUZ PRESUNÇÃO JURIS TANTUM DE PATERNIDADE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº149

É IMPRESCRITÍVEL A AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE, MAS NÃO O É A DE PETIÇÃO DE HERANÇA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

IOF

SÚMULA STF Nº664

É INCONSTITUCIONAL O INCISO V DO ART. 1º DA LEI 8033/1990, QUE INSTITUIU A INCIDÊNCIA DO IMPOSTO NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CâMBIO E SEGUROS - IOF SOBRE SAQUES EFETUADOS EM CADERNETA DE POUPANÇA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

IPI

SÚMULA STJ Nº411

É DEVIDA A CORREÇÃO MONETÁRIA AO CREDITAMENTO DO IPI QUANDO HÁ OPOSIÇÃO AO SEU APROVEITAMENTO DECORRENTE DE RESISTÊNCIA ILEGÍTIMA DO FISCO.

(VER: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#); [TRIBUTÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

IPTU

SÚMULA TJ Nº123

INDEVIDAS, COM EFEITOS EX TUNC, AS COBRANÇAS DO IPTU PROGRESSIVO E DE TAXA DE COLETA DOMICILIAR DE LIXO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ANTES DA VIGÊNCIA DOS DIPLOMAS LEGAIS QUE SE ADEQUARAM AO SISTEMA CONSTITUCIONAL EM VIGOR, PODENDO SER ALEGADO INCLUSIVE EM EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE.

REFERÊNCIA: Súmula da Jurisprudência Predominante nº. [2006.146.00002](#) – Julgamento em 11/12/2006 – Relator: Desembargador Salim José Chalub. Votação unânime.

[\(Topo\)](#)

Súmula STJ Nº160

E DEFESO, AO MUNICÍPIO, ATUALIZAR O IPTU, MEDIANTE DECRETO, EM PERCENTUAL SUPERIOR AO ÍNDICE OFICIAL DE CORREÇÃO MONETÁRIA.

(VIDE: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

Súmula STJ Nº397

O CONTRIBUINTE DO IPTU É NOTIFICADO DO LANÇAMENTO PELO ENVIO DO CARNÊ AO SEU ENDEREÇO.

(VIDE: [LANÇAMENTO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

Súmula STJ Nº399

CABE À LEGISLAÇÃO MUNICIPAL ESTABELECEER O SUJEITO PASSIVO DO IPTU.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº539

É CONSTITUCIONAL A LEI DO MUNICÍPIO QUE REDUZ O IMPOSTO PREDIAL URBANO SOBRE IMÓVEL OCUPADO PELA RESIDÊNCIA DO PROPRIETÁRIO, QUE NÃO POSSUA OUTRO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº583

PROMITENTE COMPRADOR DE IMÓVEL RESIDENCIAL TRANSCRITO EM NOME DE AUTARQUIA É CONTRIBUINTE DO IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº589

É INCONSTITUCIONAL A FIXAÇÃO DE ADICIONAL PROGRESSIVO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO EM FUNÇÃO DO NÚMERO DE IMÓVEIS DO CONTRIBUINTE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº668

É INCONSTITUCIONAL A LEI MUNICIPAL QUE TENHA ESTABELECIDO, ANTES DA EMENDA CONSTITUCIONAL 29/2000, ALÍQUOTAS PROGRESSIVAS PARA O IPTU, SALVO SE DESTINADA A ASSEGURAR O CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE URBANA.

OBS.: Questão de Ordem no sentido de reconhecer a existência de repercussão geral da matéria e ratificar o entendimento firmado sobre o tema, a fim de que sejam adotadas as disposições do artigo

543-B do Código de Processo Civil, tudo nos termos do voto da relatora. Votou o Presidente, Ministro Gilmar Mendes. Plenário, 12.03.2009.

([AI/712743](#)) <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=104655>

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº724

AINDA QUANDO ALUGADO A TERCEIROS, PERMANECE IMUNE AO IPTU O IMÓVEL PERTENCENTE A QUALQUER DAS ENTIDADES REFERIDAS PELO ART. 150, VI, C, DA CONSTITUIÇÃO, DESDE QUE O VALOR DOS ALUGUÉIS SEJA APLICADO NAS ATIVIDADES ESSENCIAIS DE TAIS ENTIDADES.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

ISS

Súmula STJ Nº138

O ISS INCIDE NA OPERAÇÃO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL DE COISAS MOVEIS

Nesse sentido: [REsp 797948](#) [AgRg na MC 9670](#)

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

Súmula STJ Nº156

A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COMPOSIÇÃO GRÁFICA, PERSONALIZADA E SOB ENCOMENDA, AINDA QUE ENVOLVA FORNECIMENTO DE MERCADORIAS, ESTA SUJEITA, APENAS, AO ISS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

Súmula STJ Nº167

O FORNECIMENTO DE CONCRETO, POR EMPREITADA, PARA CONSTRUÇÃO CIVIL, PREPARADO NO TRAJETO ATÉ A OBRA EM BETONEIRAS ACOPLADAS A CAMINHÕES, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, SUJEITANDO-SE APENAS A INCIDÊNCIA DO ISS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

Súmula STJ Nº274

O ISS INCIDE SOBRE O VALOR DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA, INCLUINDO-SE NELES AS REFEIÇÕES, OS MEDICAMENTOS E AS DIÁRIAS HOSPITALARES.

(Ver: [SEGURO SAÚDE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

Súmula STJ Nº424

É LEGÍTIMA A INCIDÊNCIA DE ISS SOBRE OS SERVIÇOS BANCÁRIOS CONGÊNERES DA LISTA ANEXA AO DL N. 406/1968 E À LC N. 56/1987.

(Ver: [TRIBUTÁRIO](#))

[NOTÍCIAS DO STJ](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº588

O IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS NÃO INCIDE SOBRE OS DEPÓSITOS, AS COMISSÕES E TAXAS DE DESCONTO, COBRADOS PELOS ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº663

OS §§ 1º E 3º DO ART. 9º DO DECRETO-LEI 406/1968 FORAM RECEBIDOS PELA CONSTITUIÇÃO.

(VER: [ICM/ICMS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA VINCULANTE DO STF Nº31

É INCONSTITUCIONAL A INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISS SOBRE OPERAÇÕES DE LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS.

(VER: [LOCAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA

SÚMULA TJ Nº95

OS JUROS, DE QUE TRATA O ART. 406, DO CÓDIGO CIVIL DE 2002, INCIDEM DESDE SUA VIGÊNCIA, E SÃO AQUELES ESTABELECIDOS PELO ART. 161, PARÁGRAFO 1º, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2005.146.00003](#) – Julgamento em 24/10/2005 – Votação: unânime – Relator: Álvaro Mayrink da Costa – Registro de Acórdão em 13/12/2005 – fls. 010862/010867.

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº129

NOS CASOS DE REPARAÇÃO DE DANOS CAUSADOS AO CONSUMIDOR POR EQUIPARAÇÃO, NOS TERMOS DOS ARTS. 17 E 29, COMBINADOS COM OS ARTS. 12 A 14, TODOS DO CDC, OS JUROS DE MORA CONTAR-SE-ÃO DA DATA DO FATO.

REFERÊNCIA: Súmula da Jurisprudência Predominante nº. 2006.146.00007 – Julgamento em 21/12//2006 – Relator: Desembargador Antonio José Azevedo Pinto. Votação unânime.

(Ver: [CONSUMIDOR](#), [DANO MORAL](#))

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº8

APLICA-SE A CORREÇÃO MONETARIA AOS CREDITOS HABILITADOS EM CONCORDATA PREVENTIVA, SALVO DURANTE O PERIODO COMPREENDIDO ENTRE AS DATAS DE VIGENCIA DA LEI 7.274, DE 10-12-84, E DO DECRETO-LEI 2.283, DE 27-02-86.

(VIDE: [FALÊNCIA E CONCORDATA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº12

EM DESAPROPRIAÇÃO, SÃO CUMULAVEIS JUROS COMPENSATORIOS E MORATORIOS.

(VIDE: [DESAPROPRIAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº14

ARBITRADOS OS HONORARIOS ADVOCATICIOS EM PERCENTUAL SOBRE O VALOR DA CAUSA, A CORREÇÃO MONETARIA INCIDE A PARTIR DO RESPECTIVO AJUIZAMENTO.

(VIDE: [HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº29

NO PAGAMENTO EM JUIZO PARA ELIDIR FALENCIA, SÃO DEVIDOS CORREÇÃO MONETARIA, JUROS E HONORARIOS DE ADVOGADO.

(VIDE: [FALÊNCIA E CONCORDATA](#), [HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº35

INCIDE CORREÇÃO MONETARIA SOBRE AS PRESTAÇÕES PAGAS, QUANDO DE SUA RESTITUIÇÃO, EM VIRTUDE DA RETIRADA OU EXCLUSÃO DO PARTICIPANTE DE PLANO DE CONSÓRCIO.

(VIDE: [CONSUMIDOR](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº36

A CORREÇÃO MONETARIA INTEGRA O VALOR DA RESTITUIÇÃO, EM CASO DE ADIANTAMENTO DE CAMBIO, REQUERIDA EM CONCORDATA OU FALENCIA.

(VIDE: [FALÊNCIA E CONCORDATA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº43

INCIDE CORREÇÃO MONETARIA SOBRE DIVIDA POR ATO ILICITO A PARTIR DA DATA DO EFETIVO PREJUIZO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº54

OS JUROS MORATORIOS FLUEM A PARTIR DO EVENTO DANOSO, EMCASO DE RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL.

(VIDE: [DANO MORAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº56

NA DESAPROPRIAÇÃO PARA INSTITUIR SERVIDÃO ADMINISTRATIVA SÃO DEVIDOS OS JUROS COMPENSATORIOS PELA LIMITAÇÃO DE USO DA PROPRIEDADE.

Nesse sentido: [Resp 445843](#) [AgRg no Ag 376225](#) [Resp 77522](#) [Resp 60223](#)

(VIDE: [DESAPROPRIAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº67

NA DESAPROPRIAÇÃO, CABE A ATUALIZAÇÃO MONETARIA, AINDA QUE POR MAIS DE UMA VEZ, INDEPENDENTE DO DECURSO DE PRAZO SUPERIOR A UM ANO ENTRE O CALCULO E O EFETIVO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO.

(VIDE: [DESAPROPRIAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº69

NA DESAPROPRIAÇÃO DIRETA, OS JUROS COMPENSATORIOS SÃO DEVIDOS DESDE A ANTECIPADA IMISSÃO NA POSSE E, NA DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA, A PARTIR DA EFETIVA OCUPAÇÃO DO IMOVEL.

(VIDE: [DESAPROPRIAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº70

OS JUROS MORATORIOS, NA DESAPROPRIAÇÃO DIRETA OU INDIRETA, CONTAM-SE DESDE O TRANSITO EM JULGADO DA SENTENÇA.

(VIDE: [DESAPROPRIAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº93

A LEGISLAÇÃO SOBRE CEDULAS DE CREDITO RURAL, COMERCIAL E INDUSTRIAL ADMITE O PACTO DE CAPITALIZAÇÃO DE JUROS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº102

A INCIDENCIA DOS JUROS MORATORIOS SOBRE OS COMPENSATORIOS, NAS AÇÕES EXPROPRIATORIAS, NÃO CONSTITUI ANATOCISMO VEDADO EM LEI.

(VIDE: [DESAPROPRIAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº113

OS JUROS COMPENSATORIOS, NA DESAPROPRIAÇÃO DIRETA, INCIDEM A PARTIR DA IMISSÃO NA POSSE, CALCULADOS SOBRE O VALOR DA INDENIZAÇÃO, CORRIGIDO MONETARIAMENTE.

(VIDE: [DESAPROPRIAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº114

OS JUROS COMPENSATORIOS, NA DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA, INCIDEM A PARTIR DA OCUPAÇÃO, CALCULADOS SOBRE O VALOR DA INDENIZAÇÃO, CORRIGIDO MONETARIAMENTE.

(VIDE: [DESAPROPRIAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº131

NAS AÇÕES DE DESAPROPRIAÇÃO INCLUEM-SE NO CALCULO DA VERBA ADVOCATÍCIA AS PARCELAS RELATIVAS AOS JUROS COMPENSATORIOS E MORATORIOS, DEVIDAMENTE CORRIGIDAS.

(VIDE: [DESAPROPRIAÇÃO](#), [HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº154

OS OPTANTES PELO FGTS, NOS TERMOS DA LEI N. 5.958, DE 1973, TEM DIREITO A TAXA PROGRESSIVA DOS JUROS, NA FORMA DO ART. 4. DA LEI N. 5.107, DE 1966.

(VIDE: [DIREITO DO TRABALHO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº160

E DEFESO, AO MUNICIPIO, ATUALIZAR O IPTU, MEDIANTE DECRETO, EM PERCENTUAL SUPERIOR AO ÍNDICE OFICIAL DE CORREÇÃO MONETÁRIA.

(VIDE: [PRAZO](#), [TRIBUTÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº162

NA REPETIÇÃO DE INDEBITO TRIBUTARIO, A CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDE A PARTIR DO PAGAMENTO INDEVIDO.

(VIDE: [PRAZO](#), [TRIBUTÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº176

E NULA A CLAUSULA CONTRATUAL QUE SUJEITA O DEVEDOR A TAXA DE JUROS DIVULGADA PELA ANBID/CETIP.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº179

O ESTABELECIMENTO DE CREDITO QUE RECEBE DINHEIRO, EM DEPOSITO JUDICIAL, RESPONDE PELO PAGAMENTO DA CORREÇÃO MONETÁRIA RELATIVA AOS VALORES RECOLHIDOS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº186

NAS INDENIZAÇÕES POR ATO ILÍCITO, OS JUROS COMPOSTOS SOMENTE SÃO DEVIDOS POR AQUELE QUE PRATICOU O CRIME.

(VIDE: [INDENIZAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº188

OS JUROS MORATORIOS, NA REPETIÇÃO DO INDEBITO TRIBUTÁRIO, SÃO DEVIDOS A PARTIR DO TRANSITO EM JULGADO DA SENTENÇA.

(VIDE: [PRAZO](#), [TRIBUTÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº204

OS JUROS DE MORA NAS AÇÕES RELATIVAS A BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS INCIDEM A PARTIR DA CITAÇÃO VÁLIDA.

(VIDE: [CITAÇÃO E/OU INTIMAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº249

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL TEM LEGITIMIDADE PASSIVA PARA INTEGRAR PROCESSO EM QUE SE DISCUTE CORREÇÃO MONETÁRIA DO FGTS.

(VIDE: [FGTS-PIS/PASEP](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº252

OS SALDOS DAS CONTAS DO FGTS, PELA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL, SÃO CORRIGIDOS EM 42,72% (IPC) QUANTO ÀS PERDAS DE JANEIRO DE 1989 E 44,80% (IPC) QUANTO ÀS DE ABRIL DE 1990, ACOLHIDOS PELO STJ OS ÍNDICES DE 18,02% (LBC) QUANTO ÀS PERDAS DE JUNHO DE 1987, DE 5,38% (BTN) PARA MAIO DE 1990 E 7,00% (TR) PARA FEVEREIRO DE 1991, DE ACORDO COM O ENTENDIMENTO DO STF (RE 226.855-7-RS).

(VIDE: [DIREITO DO TRABALHO](#), [FGTS – PIS/PASEP](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº271

A CORREÇÃO MONETÁRIA DOS DEPÓSITOS JUDICIAIS INDEPENDE DE AÇÃO ESPECÍFICA CONTRA O BANCO DEPOSITÁRIO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº283

AS EMPRESAS ADMINISTRADORAS DE CARTÃO DE CRÉDITO SÃO INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E, POR ISSO, OS JUROS REMUNERATÓRIOS POR ELAS COBRADOS NÃO SOFREM AS LIMITAÇÕES DA LEI DE USURA.

(VIDE: [CARTÃO DE CRÉDITO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº287

A TAXA BÁSICA FINANCEIRA (TBF) NÃO PODE SER UTILIZADA COMO INDEXADOR DE CORREÇÃO MONETÁRIA NOS CONTRATOS BANCÁRIOS.

(VIDE: [CONTRATO BANCÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº288

A TAXA DE JUROS DE LONGO PRAZO (TJLP) PODE SER UTILIZADA COMO INDEXADOR DE CORREÇÃO MONETÁRIA NOS CONTRATOS BANCÁRIOS.]

(VIDE: [CONTRATO BANCÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº296

OS JUROS REMUNERATÓRIOS, NÃO CUMULÁVEIS COM A COMISSÃO DE PERMANÊNCIA, SÃO DEVIDOS NO PERÍODO DE INADIMPLÊNCIA, À TAXA MÉDIA DE MERCADO ESTIPULADA PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, LIMITADA AO PERCENTUAL CONTRATADO.

(VIDE: [DIREITO DO TRABALHO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº379

NOS CONTRATOS BANCÁRIOS NÃO REGIDOS POR LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, OS JUROS MORATÓRIOS PODERÃO SER CONVENCIONADOS ATÉ O LÍMITE DE 1% AO MÊS.

(ver: [CONTRATO BANCÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº382

A ESTIPULAÇÃO DE JUROS REMUNERATÓRIOS SUPERIORES A 12% AO ANO, POR SI [SÓ, NÃO INDICA ABUSIVIDADE.](#)

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº398

A PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PARA PLEITEAR OS JUROS PROGRESSIVOS SOBRE OS SALDOS DE CONTA VINCULADA DO FGTS NÃO ATINGE O FUNDO DE DIREITO, LIMITANDO-SE ÀS PARCELAS VENCIDAS.

(Ver: [FGTS](#) / [PRESCRIÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº408

NAS AÇÕES DE DESAPROPRIAÇÃO, OS JUROS COMPENSATÓRIOS INCIDENTES APÓS A MEDIDA PROVISÓRIA N. 1.577, DE 11/6/1997, DEVEM SER FIXADOS EM 6% AO ANO ATÉ 13/09/2001, E, A PARTIR DE ENTÃO, EM 12% AO ANO, NA FORMA DA SÚMULA N. 618 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

(VER: [DESAPROPRIAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº.411

É DEVIDA A CORREÇÃO MONETÁRIA AO CREDITAMENTO DO IPI QUANDO HÁ OPOSIÇÃO AO SEU APROVEITAMENTO DECORRENTE DE RESISTÊNCIA ILEGÍTIMA DO FISCO.

(VER: [IPI](#); [TRIBUTÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº422

OS JUROS REMUNERATÓRIOS NÃO ESTÃO LIMITADOS NOS CONTRATOS VINCULADOS AO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO.

(VER: [SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO](#))

[NOTÍCIAS DO STJ](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº426

OS JUROS DE MORA NA INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT FLUEM A PARTIR DA CITAÇÃO.

(VER: [SEGURO OBRIGATÓRIO](#))

[NOTÍCIAS DO STJ](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº121

É VEDADA A CAPITALIZAÇÃO DE JUROS, AINDA QUE EXPRESSAMENTE CONVENCIONADA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº163

SALVO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA, SENDO A OBRIGAÇÃO ILÍQUIDA, CONTAM-SE OS JUROS MORATÓRIOS DESDE A CITAÇÃO INICIAL PARA A AÇÃO (VIDE OBSERVAÇÃO).

(VIDE: [CITAÇÃO E/OU INTIMAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº164

NO PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO, SÃO DEVIDOS JUROS COMPENSATÓRIOS DESDE A ANTECIPADA IMISSÃO DE POSSE, ORDENADA PELO JUIZ, POR MOTIVO DE URGÊNCIA.

(VIDE: [DESAPROPRIAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº224

OS JUROS DA MORA, NAS RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS, SÃO CONTADOS DESDE A NOTIFICAÇÃO INICIAL.

(VIDE: [DIREITO DO TRABALHO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº 254

INCLUEM-SE OS JUROS MORATÓRIOS NA LIQUIDAÇÃO, EMBORA OMISSO O PEDIDO INICIAL OU A CONDENAÇÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº255

SENDO ILÍQUIDA A OBRIGAÇÃO, OS JUROS MORATÓRIOS, CONTRA A FAZENDA PÚBLICA, INCLUÍDAS AS AUTARQUIAS, SÃO CONTADOS DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO (VIDE OBSERVAÇÃO).

Observação No julgamento dos RE 74244 embargos(DJ de 12/1/1974), em sessão plenária, o Senhor Ministro Relator não conheceu do recurso e propôs o cancelamento da Súmula 255, tendo em vista a promulgação da Lei 4414/1964.

(VIDE: [FAZENDA PÚBLICA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº493

O VALOR DA INDENIZAÇÃO, SE CONSISTENTE EM PRESTAÇÕES PERIÓDICAS E SUCESSIVAS, COMPREENDERÁ, PARA QUE SE MANTENHA INALTERÁVEL NA SUA FIXAÇÃO, PARCELAS COMPENSATÓRIAS DO IMPOSTO DE RENDA, INCIDENTE SOBRE OS JUROS DO CAPITAL GRAVADO OU CAUCIONADO, NOS TERMOS DOS ARTS. 911 E 912 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

(VER: [INDENIZAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº618

NA DESAPROPRIAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, A TAXA DOS JUROS COMPENSATÓRIOS É DE 12% (DOZE POR CENTO) AO ANO.

(VER: [DESAPROPRIAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº648

A NORMA DO § 3º DO ART. 192 DA CONSTITUIÇÃO, REVOGADA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL 40/2003, QUE LIMITAVA A TAXA DE JUROS REAIS A 12% AO ANO, TINHA SUA APLICABILIDADE CONDICIONADA À EDIÇÃO DE LEI COMPLEMENTAR.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

[SÚMULA VINCULANTE STF Nº7](#)

A NORMA DO §3º DO ARTIGO 192 DA CONSTITUIÇÃO, REVOGADA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 40/2003, QUE LIMITAVA A TAXA DE JUROS REAIS A 12% AO ANO, TINHA SUA APLICAÇÃO CONDICIONADA À EDIÇÃO DE LEI COMPLEMENTAR.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

[SÚMULA VINCULANTE STF Nº17](#)

DURANTE O PERÍODO PREVISTO NO PARÁGRAFO PRIMEIRO DO ARTIGO 100 DA CONSTITUIÇÃO, NÃO INCIDEM JUROS DE MORA SOBRE OS PRECATÓRIOS QUE NELE SEJAM PAGOS.

(VER: [PRECATÓRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

JUSTIÇA COMUM

Súmula STJ Nº172

COMPETE A JUSTIÇA COMUM PROCESSAR E JULGAR MILITAR POR CRIME DE ABUSO DE AUTORIDADE, AINDA QUE PRATICADO EM SERVIÇO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº222

COMPETE À JUSTIÇA COMUM PROCESSAR E JULGAR AS AÇÕES RELATIVAS À CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PREVISTA NO ART. 578 DA CLT.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº367

A COMPETÊNCIA ESTABELECIDADA PELA EC N. 45/2004 NÃO ALCANÇA OS PROCESSOS JÁ SENTENCIADOS.

(ver: [DIREITO DO TRABALHO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº251

RESPONDE A REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A. PERANTE O FORO COMUM E NÃO PERANTE O JUÍZO ESPECIAL DA FAZENDA NACIONAL, A MENOS QUE A UNIÃO INTERVENHA NA CAUSA.

(VIDE: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº556

É COMPETENTE A JUSTIÇA COMUM PARA JULGAR AS CAUSAS EM QUE É PARTE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

JUSTIÇA ESTADUAL

SÚMULA STJ Nº4

COMPETE A JUSTIÇA ESTADUAL JULGAR CAUSA DECORRENTE DO PROCESSO ELEITORAL SINDICAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº6

COMPETE A JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR DELITO DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRANSITO ENVOLVENDO VIATURA DE POLICIA MILITAR, SALVO SE AUTOR E VITIMA FOREM POLICIAIS MILITARES EM SITUAÇÃO DE ATIVIDADE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº15

COMPETE A JUSTIÇA ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR OS LITÍGIOS DECORRENTES DE ACIDENTE DO TRABALHO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº34

COMPETE A JUSTIÇA ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR CAUSA RELATIVA A MENSALIDADE ESCOLAR, COBRADA POR ESTABELECIMENTO PARTICULAR DE ENSINO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº47

COMPETE A JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR AS CAUSAS CÍVEIS EM QUE E PARTE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E OS CRIMES PRATICADOS EM SEU DETRIMENTO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº53

COMPETE A JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR CIVIL ACUSADO DE PRATICA DE CRIME CONTRA INSTITUIÇÕES MILITARES ESTADUAIS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº57

COMPETE A JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR AÇÃO DE CUMPRIMENTO FUNDADA EM ACORDO OU CONVENÇÃO COLETIVA NÃO HOMOLOGADOS PELA JUSTIÇA DO TRABALHO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº62

COMPETE A JUSTIÇA ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR O CRIME DE FALSA ANOTAÇÃO NA CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, ATRIBUÍDO A EMPRESA PRIVADA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº73

A UTILIZAÇÃO DE PAPEL MOEDA GROSSEIRAMENTE FALSIFICADO CONFIGURA, EM TESE, O CRIME DE ESTELIONATO, DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº75

COMPETE A JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR O POLICIAL MILITAR POR CRIME DE PROMOVER OU FACILITAR A FUGA DE PRESO DE ESTABELECIMENTO PENAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº104

COMPETE A JUSTIÇA ESTADUAL O PROCESSO E JULGAMENTO DOS CRIMES DE FALSIFICAÇÃO E USO DE DOCUMENTO FALSO RELATIVO A ESTABELECIMENTO PARTICULAR DE ENSINO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº107

COMPETE A JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR CRIME DE ESTELIONATO PRATICADO MEDIANTE FALSIFICAÇÃO DAS GUIAS DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, QUANDO NÃO OCORRENTE LESÃO A AUTARQUIA FEDERAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº137

COMPETE A JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR AÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, PLEITEANDO DIREITOS RELATIVOS AO VÍNCULO ESTATUTÁRIO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº140

COMPETE A JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR CRIME EM QUE O INDÍGENA FIGURE COMO AUTOR OU VITIMA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº161

É DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL AUTORIZAR O LEVANTAMENTO DOS VALORES RELATIVOS AO PIS / PASEP E FGTS, EM DECORRÊNCIA DO FALECIMENTO DO TITULAR DA CONTA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº209

COMPETE A JUSTIÇA ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR PREFEITO POR DESVIO DE VERBA TRANSFERIDA E INCORPORADA AO PATRIMÔNIO MUNICIPAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº218

COMPETE À JUSTIÇA DOS ESTADOS PROCESSAR E JULGAR AÇÃO DE SERVIDOR ESTADUAL DECORRENTE DE DIREITOS E VANTAGENS ESTATUTÁRIAS NO EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº224

EXCLUÍDO DO FEITO O ENTE FEDERAL, CUJA PRESENÇA LEVARA O JUIZ ESTADUAL A DECLINAR DA COMPETÊNCIA, DEVE O JUIZ FEDERAL RESTITUIR OS AUTOS E NÃO SUSCITAR CONFLITO.

(VER : [JUSTIÇA FEDERAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº230

COMPETE À JUSTIÇA ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR AÇÃO MOVIDA POR TRABALHADOR AVULSO PORTUÁRIO, EM QUE SE IMPUGNA ATO DO ÓRGÃO GESTOR DE MÃO-DE-OBRA DE QUE RESULTE ÓBICE AO EXERCÍCIO DE SUA PROFISSÃO.(*)

(*) Julgando os conflitos de competência ns. 30.513-sp, 30.500-sp e 30.504-sp, na sessão de 11/10/2000, a segunda seção deliberou pelo **CANCELAMENTO DA SÚMULA** n. 230.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([TOPO](#))

SÚMULA STJ Nº254

A DECISÃO DO JUÍZO FEDERAL QUE EXCLUI DA RELAÇÃO PROCESSUAL ENTE FEDERAL NÃO PODE SER REEXAMINADA NO JUÍZO ESTADUAL.

(Ver: [COMPETÊNCIA](#), [JUSTIÇA FEDERAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº270

O PROTESTO PELA PREFERÊNCIA DE CRÉDITO, APRESENTADO POR ENTE FEDERAL EM EXECUÇÃO QUE TRAMITA NA JUSTIÇA ESTADUAL, NÃO DESLOCA A COMPETÊNCIA PARA A JUSTIÇA FEDERAL.

(Ver: [COMPETÊNCIA](#), [EXECUÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº363

COMPETE À JUSTIÇA ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR A AÇÃO DE COBRANÇA AJUIZADA POR PROFISSIONAL LIBERAL CONTRA CLIENTE.

(VER: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº366

COMPETE À JUSTIÇA ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR AÇÃO INDENIZATÓRIA PROPOSTA POR VIÚVA E FILHOS DE EMPREGADO FALECIDO EM ACIDENTE DE TRABALHO. (*)

(*) JULGANDO O CC 101.977-SP, NA SESSÃO DE 16/09/2009, A CORTE ESPECIAL DELIBEROU PELO **CANCELAMENTO DA SÚMULA** N. 366.

(ver: [ACIDENTE DE TRABALHO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº368

COMPETE À JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR OS PEDIDOS DE RETIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS DA JUSTIÇA ELEITORAL.

(ver: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº508

COMPETE À JUSTIÇA ESTADUAL, EM AMBAS AS INSTÂNCIAS, PROCESSAR E JULGAR AS CAUSAS EM QUE FOR PARTE O BANCO DO BRASIL S.A.

(VER: [COMPETÊNCIA](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº516

O SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI) ESTÁ SUJEITO À JURISDIÇÃO DA JUSTIÇA ESTADUAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº702

A COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PARA JULGAR PREFEITOS RESTRINGE-SE AOS CRIMES DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL; NOS DEMAIS CASOS, A COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA CABERÁ AO RESPECTIVO TRIBUNAL DE SEGUNDO GRAU.

(VER: [CRIME CONTRA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA/CRIME DE RESPONSABILIDADE](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

JUSTIÇA FEDERAL

SÚMULA STJ Nº91

COMPETE A JUSTIÇA FEDERAL PROCESSAR E JULGAR OS CRIMES PRATICADOS CONTRA A FAUNA. (*)

(*) Na sessão de 08/11/2000, a Terceira Seção deliberou pelo **CANCELAMENTO DA SÚMULA** n. 91.

(VER: [CRIME CONTRA O MEIO AMBIENTE](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº365

A INTERVENÇÃO DA UNIÃO COMO SUCESSORA DA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A (RFFSA) DESLOCA A COMPETÊNCIA PARA A JUSTIÇA FEDERAL AINDA QUE A SENTENÇA TENHA SIDO PROFERIDA POR JUÍZO ESTADUAL.

(ver: [COMPETÊNCIA](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº428

COMPETE AO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DECIDIR OS CONFLITOS DE COMPETÊNCIA ENTRE JUIZADO ESPECIAL FEDERAL E JUÍZO FEDERAL DA MESMA SEÇÃO JUDICIÁRIA.

(ver: [COMPETÊNCIA](#))

SÚMULA STF Nº504

COMPETE À JUSTIÇA FEDERAL, EM AMBAS AS INSTÂNCIAS, O PROCESSO E O JULGAMENTO DAS CAUSAS FUNDADAS EM CONTRATO DE SEGURO MARÍTIMO.

(VER: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº511

COMPETE À JUSTIÇA FEDERAL, EM AMBAS AS INSTÂNCIAS, PROCESSAR E JULGAR AS CAUSAS ENTRE AUTARQUIAS FEDERAIS E ENTIDADES PÚBLICAS LOCAIS, INCLUSIVE MANDADOS DE SEGURANÇA, RESSALVADA A AÇÃO FISCAL, NOS TERMOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1967, ART. 119, § 3º.

(VER: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº517

AS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA SÓ TÊM FORO NA JUSTIÇA FEDERAL, QUANDO A UNIÃO INTERVÉM COMO ASSISTENTE OU OPOENTE.

(VER: [SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº557

É COMPETENTE A JUSTIÇA FEDERAL PARA JULGAR AS CAUSAS EM QUE SÃO PARTES A COBAL E A CIBRAZEM.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

LEGITIMIDADE

SÚMULA TJ Nº99

TRATANDO-SE DE ENDOSSO-MANDATO, DEVIDAMENTE COMPROVADO NOS AUTOS, NÃO RESPONDE O ENDOSSATÁRIO POR PROTESTO INDEVIDO, SALVO SE LHE ERA POSSÍVEL EVITÁ-LO.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2005.146.00003](#) – Julgamento em 24/10/2005 – Votação: unânime – Relator: Álvaro Mayrink da Costa – Registro de Acórdão em 13/12/2005 – fls. 010862/010867.

(Ver: [TÍTULO EXECUTIVO](#))

([Topo](#))

Súmula STJ Nº23

O BANCO CENTRAL DO BRASIL É PARTE LEGÍTIMA NAS AÇÕES FUNDADAS NA RESOLUÇÃO 1154, DE 1986.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

Súmula STJ Nº77

A CAIXA ECONOMICA FEDERAL É PARTE ILEGÍTIMA PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO DAS AÇÕES RELATIVAS AS CONTRIBUIÇÕES PARA O FUNDO PIS/PASEP.

Nesse sentido: [Resp 333871](#)

(vide: [FGTS-PIS/PASEP](#), [TRIBUTÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

Súmula STJ Nº306

OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVEM SER COMPENSADOS QUANDO HOVER SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA, ASSEGURADO O DIREITO AUTÔNOMO DO ADVOGADO À EXECUÇÃO DO SALDO SEM EXCLUIR A LEGITIMIDADE DA PRÓPRIA PARTE.

(vide: [HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

Súmula STJ Nº327

NAS AÇÕES REFERENTES AO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO, A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL TEM LEGITIMIDADE COMO SUCESSORA DO BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

Súmula STJ Nº329

O MINISTÉRIO PÚBLICO TEM LEGITIMIDADE PARA PROPOR AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO.

(vide: [AÇÃO CIVIL PÚBLICA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

Súmula STJ Nº396

A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA TEM LEGITIMIDADE ATIVA PARA A COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL.

(Ver: [CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº614

SOMENTE O PROCURADOR-GERAL DA JUSTIÇA TEM LEGITIMIDADE PARA PROPOR AÇÃO DIRETA INTERVENTIVA POR INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI MUNICIPAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº628

INTEGRANTE DE LISTA DE CANDIDATOS A DETERMINADA VAGA DA COMPOSIÇÃO DE TRIBUNAL É PARTE LEGÍTIMA PARA IMPUGNAR A VALIDADE DA NOMEAÇÃO DE CONCORRENTE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº630

A ENTIDADE DE CLASSE TEM LEGITIMAÇÃO PARA O MANDADO DE SEGURANÇA AINDA QUANDO A PRETENSÃO VEICULADA INTERESSE APENAS A UMA PARTE DA RESPECTIVA CATEGORIA.

(VER: [MANDADO DE SEGURANÇA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº714

É CONCORRENTE A LEGITIMIDADE DO OFENDIDO, MEDIANTE QUEIXA, E DO MINISTÉRIO PÚBLICO, CONDICIONADA À REPRESENTAÇÃO DO OFENDIDO, PARA A AÇÃO PENAL POR CRIME CONTRA A HONRA DE SERVIDOR PÚBLICO EM RAZÃO DO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES.

(VER: [PROCESSO PENAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

LICENÇA PRÊMIO

SÚMULA STF Nº731

PARA FIM DA COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, É DE INTERESSE GERAL DA MAGISTRATURA A QUESTÃO DE SABER SE, EM FACE DA LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL, OS JUÍZES TÊM DIREITO À LICENÇA-PRÊMIO.

(VIDE: [MAGISTRATURA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

LIMINAR

SÚMULA STF Nº262

NÃO CABE MEDIDA POSSESSÓRIA LIMINAR PARA LIBERAÇÃO ALFANDEGÁRIA DE AUTOMÓVEL.

(VIDE: [AUTOMÓVEL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº405

DENEGADO O MANDADO DE SEGURANÇA PELA SENTENÇA, OU NO JULGAMENTO DO AGRAVO, DELA INTERPOSTO, FICA SEM EFEITO A LIMINAR CONCEDIDA, RETROAGINDO OS EFEITOS DA DECISÃO CONTRÁRIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº506

O AGRAVO A QUE SE REFERE O ART. 4º DA LEI 4348, DE 26/6/1964, CABE, SOMENTE, DO DESPACHO DO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL QUE DEFERE A SUSPENSÃO DA LIMINAR, EM MANDADO DE SEGURANÇA; NÃO DO QUE A DENEGA.

(VER: [MANDADO DE SEGURANÇA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº622

NÃO CABE AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO DO RELATOR QUE CONCEDE OU INDEFERE LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº626

A SUSPENSÃO DA LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA, SALVO DETERMINAÇÃO EM CONTRÁRIO DA DECISÃO QUE A DEFERIR, VIGORARÁ ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO DEFINITIVA DE CONCESSÃO DA SEGURANÇA OU, HAVENDO RECURSO,

ATÉ A SUA MANUTENÇÃO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, DESDE QUE O OBJETO DA LIMINAR DEFERIDA COINCIDA, TOTAL OU PARCIALMENTE, COM O DA IMPETRAÇÃO.

(VER: [MANDADO DE SEGURANÇA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº735

NÃO CABE RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONTRA ACÓRDÃO QUE DEFERE MEDIDA LIMINAR

(VIDE: [LIMINAR](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

SÚMULA STJ Nº344

A LIQUIDAÇÃO POR FORMA DIVERSA DA ESTABELECIDNA NA SENTENÇA NÃO OFENDE A COISA JULGADA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

LITISCONSÓRCIO

SÚMULA VINCULANTE STF Nº27

COMPETE À JUSTIÇA ESTADUAL JULGAR CAUSAS ENTRE CONSUMIDOR E CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO DE TELEFONIA, QUANDO A ANATEL NÃO SEJA LITISCONSORTE PASSIVA NECESSÁRIA, ASSISTENTE, NEM OPOENTE.

(VER: [CONSUMIDOR](#); [CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

LIVROS COMERCIAIS

SÚMULA STF Nº260

O EXAME DE LIVROS COMERCIAIS, EM AÇÃO JUDICIAL, FICA LIMITADO ÀS TRANSAÇÕES ENTRE OS LITIGANTES.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº439

ESTÃO SUJEITOS À FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA OU PREVIDENCIÁRIA QUAISQUER LIVROS COMERCIAIS, LIMITADO O EXAME AOS PONTOS OBJETO DA INVESTIGAÇÃO.
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

LOCAÇÃO

SÚMULA TJ Nº2

É ADMISSÍVEL A PURGAÇÃO DE MORA EM LOCAÇÕES REGIDAS PELO DECRETO Nº 24.150, DE 20 DE ABRIL DE 1934.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 8 nos Embargos Infringentes na Apelação Cível nº 1975.005.87549. Julgamento em 15.09.75. Relator: DES. JOÃO FONTES DE FARIA. Registro do Acórdão em 17/12/75. In: RJTJRJ 39/31. C. Civil, art. 959 e 1.218, III, C. Proc. Civil, art. 361, Lei Fed. 1.300/50, Lei Fed. 5.334/67, art. 5º, Lei Fed. 6.104/73, art. 13, §5º, Dec. Lei 24.150/34, Dec. Lei 7.661/45 (Lei de Falências), Dec. Lei 04/66, art. 1º, Dec. Lei. 322/67, art. 5º, Súmula 123, STF.

(Vide: [FIANÇA](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº8

A CLÁUSULA GENÉRICA DE OBRIGAR HERDEIROS E SUCESSORES, NÃO BASTA PARA A Oponibilidade prevista no art. 1.197 do Código Civil.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 13 na Apelação Cível nº 1978.001.06187. Julgamento em 11.09.78. Relator: DES. GRACCHO AURÉLIO. Registro do Acórdão em 24/04/79. In: RJTJRJ 47/62. C. Civil, art. 1.197.

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº38

A PRIVATIZAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO ACARRETOU O EFEITO IMEDIATO DE EXTINGUIR O ATO ADMINISTRATIVO NEGOCIAL DE PERMISSÃO DE USO E ENGENDRAR, EM FACE DA SUBSISTÊNCIA DA SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO MEDIANTE REMUNERAÇÃO PERIÓDICA, RELAÇÃO JURÍDICA NOVA, DE NATUREZA LOCATÍCIA, SUJEITA AO DIREITO PRIVADO, EM ESPECIAL À LEGISLAÇÃO PRÓPRIA.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 03/2001, na Apelação Cível nº [2001.001.16411](#). Julgamento em 11/03/2002 - Votação por maioria. Relator: DES. LAERSON MAURO. Registro do Acórdão em 19/06/2002 - Fls. 3903/3915. Const. Fed. 1988, arts. 22, XXVII e 173, §1º, E. Const. 01/69, art. 170, §2º, Dec. Lei 9.760/46, Dec. Lei 2.089/63, art. 85

(Ver: [FIANÇA](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº61

É VÁLIDA, E NÃO ABUSIVA, A CLÁUSULA INSERIDA EM CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO, QUE COMINA MULTA ATÉ O LIMITE MÁXIMO DE 10% SOBRE O

DÉBITO LOCATIVO, NÃO SE APLICANDO A REDUÇÃO PARA 2%, PREVISTA NA LEI Nº 8078/90 (CPDC).

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 05/2001 - Proc. [2001.146.00005](#). Julgamento em 24/06/2002 - Votação unânime. Relator: DES. PAULO VENTURA. Registro do Acórdão em Reg. Int. TJRJ, art. 122.

(VER: [FIANÇA](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº62

CABÍVEL, EM FACE DO LOCATÁRIO E DO FIADOR, A CUMULAÇÃO DO PEDIDO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO COM A COBRANÇA DOS ALUGUÉIS E ENCARGOS, NA FORMA ESPECIAL PREVISTA NA LEI DE LOCAÇÕES, ATENDENDO AO PRINCÍPIO DA ECONOMIA PROCESSUAL.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 05/2001 - Proc. [2001.146.00005](#). Julgamento em 24/06/2002 - Votação por maioria. Relator: DES. PAULO VENTURA. Registro do Acórdão em Lei Fed. 8.245/91, Reg. Int. TJRJ, art. 122.

(VER: [FIANÇA](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº63

CABE A INCIDÊNCIA DE PENHORA SOBRE IMÓVEL ÚNICO DO FIADOR DE CONTRATO DE LOCAÇÃO, LEI Nº. 8009/90 (ART. 3º, VII) E LEI Nº. 8245/91.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº. [2001.146.00005](#). Julgamento em 24/06/2002. Relator: Desembargador Paulo Ventura. Votação por maioria. Registro do Acórdão em 14/08/2003.

(Ver: [FIANÇA](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº134

NOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO RESPONDE O FIADOR PELAS OBRIGAÇÕES FUTURAS APÓS A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO POR PRAZO INDETERMINADO SE ASSIM O ANUIU EXPRESSAMENTE E NÃO SE EXONEROU NA FORMA DA LEI.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº. [2006.018.00006](#) – Julgamento em 29/01/2007 – Relator: Desembargador Paulo César Salomão. Votação por maioria.

(VIDE: [FIANÇA](#))

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº214

O FIADOR NA LOCAÇÃO NÃO RESPONDE POR OBRIGAÇÕES RESULTANTES DE ADITAMENTO AO QUAL NÃO ANUIU.

(Ver: [FIANÇA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº335

NOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO, É VÁLIDA A CLÁUSULA DE RENÚNCIA À INDENIZAÇÃO DAS BENFEITORIAS E AO DIREITO DE RETENÇÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº423

A CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL – COFINS INCIDE SOBRE AS RECEITAS PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES DE LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS.

(VER: [COFINS](#))

[NOTÍCIAS DO STJ](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº80

PARA A RETOMADA DE PRÉDIO SITUADO FORA DO DOMICÍLIO DO LOCADOR EXIGE-SE A PROVA DA NECESSIDADE.

(VIDE: [RETOMADA DE IMÓVEL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº109

É DEVIDA A MULTA PREVISTA NO ART. 15, § 6º, DA LEI 1300, DE 28/12/1950, AINDA QUE A DESOCUPAÇÃO DO IMÓVEL TENHA RESULTADO DA NOTIFICAÇÃO E NÃO HAJA SIDO PROPOSTA AÇÃO DE DESPEJO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº123

SENDO A LOCAÇÃO REGIDA PELO DECRETO 24150, DE 20/4/1934, O LOCATÁRIO NÃO TEM DIREITO À PURGAÇÃO DA MORA PREVISTA NA LEI 1300, DE 28/12/1950.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº158

SALVO ESTIPULAÇÃO CONTRATUAL AVERBADA NO REGISTRO IMOBILIÁRIO, NÃO RESPONDE O ADQUIRENTE PELAS BENFEITORIAS DO LOCATÁRIO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº171

NÃO SE ADMITE, NA LOCAÇÃO EM CURSO, DE PRAZO DETERMINADO, A MAJORAÇÃO DE ENCARGOS A QUE SE REFERE A LEI 3844, DE 15/12/1960.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº172

NÃO SE ADMITE, NA LOCAÇÃO EM CURSO, DE PRAZO DETERMINADO, O REAJUSTAMENTO DE ALUGUEL A QUE SE REFERE A LEI 3085, DE 29/12/1956.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº173

EM CASO DE OBSTÁCULO JUDICIAL ADMITE-SE A PURGA DA MORA, PELO LOCATÁRIO, ALÉM DO PRAZO LEGAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº174

PARA A RETOMADA DO IMÓVEL ALUGADO, NÃO É NECESSÁRIA A COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS LEGAIS NA NOTIFICAÇÃO PRÉVIA.

(VIDE: [RETOMADA DE IMÓVEL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº175

ADMITE-SE A RETOMADA DE IMÓVEL ALUGADO PARA USO DE FILHO QUE VAI CONTRAIR MATRIMÔNIO.

(VIDE: [RETOMADA DE IMÓVEL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº176

O PROMITENTE COMPRADOR, NAS CONDIÇÕES PREVISTAS NA LEI 1300, DE 28/12/1950, PODE RETOMAR O IMÓVEL LOCADO.

(VIDE: [RETOMADA DE IMÓVEL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº177

O CESSIONÁRIO DO PROMITENTE COMPRADOR, NAS MESMAS CONDIÇÕES DESTES, PODE RETOMAR O IMÓVEL LOCADO.

(VIDE: [RETOMADA DE IMÓVEL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº178

NÃO EXCEDERÁ DE CINCO ANOS A RENOVAÇÃO JUDICIAL DE CONTRATO DE LOCAÇÃO, FUNDADA NO DECRETO 24150, DE 20/4/1934.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº179

O ALUGUEL ARBITRADO JUDICIALMENTE NOS TERMOS DA LEI 3085, DE 29/12/1956, ART. 6º, VIGORA A PARTIR DA DATA DO LAUDO PERICIAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº180

NA AÇÃO REVISIONAL DO ART. 31 DO DECRETO 24150, DE 20/4/1934, O ALUGUEL ARBITRADO VIGORA A PARTIR DO LAUDO PERICIAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº181

NA RETOMADA, PARA CONSTRUÇÃO MAIS ÚTIL DE IMÓVEL SUJEITO AO DECRETO 24150, DE 20/4/1934, É SEMPRE DEVIDA INDENIZAÇÃO PARA DESPESAS DE MUDANÇA DO LOCATÁRIO.

(VIDE: [INDENIZAÇÃO](#), [RETOMADA DE IMÓVEL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº409

AO RETOMANTE, QUE TENHA MAIS DE UM PRÉDIO ALUGADO, CABE OPTAR ENTRE ELES, SALVO ABUSO DE DIREITO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº410

SE O LOCADOR, UTILIZANDO PRÉDIO PRÓPRIO PARA RESIDÊNCIA OU ATIVIDADE COMERCIAL, PEDE O IMÓVEL LOCADO PARA USO PRÓPRIO, DIVERSO DO QUE TEM O POR ELE OCUPADO, NÃO ESTÁ OBRIGADO A PROVAR A NECESSIDADE, QUE SE PRESUME.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº411

O LOCATÁRIO AUTORIZADO A CEDER A LOCAÇÃO PODE SUBLOCAR O IMÓVEL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº442

A INSCRIÇÃO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO NO REGISTRO DE IMÓVEIS, PARA A VALIDADE DA CLÁUSULA DE VIGÊNCIA CONTRA O ADQUIRENTE DO IMÓVEL, OU PERANTE TERCEIROS, DISPENSA A TRANSCRIÇÃO NO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº446

CONTRATO DE EXPLORAÇÃO DE JAZIDA OU PEDREIRA NÃO ESTÁ SUJEITO AO DECRETO 24.150, DE 20/4/1934.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº449

O VALOR DA CAUSA, NA CONSIGNATÓRIA DE ALUGUEL, CORRESPONDE A UMA ANUIDADE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº481

SE A LOCAÇÃO COMPREENDE, ALÉM DO IMÓVEL, FUNDO DE COMÉRCIO, COM INSTALAÇÕES E PERTENCES, COMO NO CASO DE TEATROS, CINEMAS E HOTÉIS, NÃO SE APLICAM AO RETOMANTE AS RESTRIÇÕES DO ART. 8º, E, PARÁGRAFO ÚNICO, DO DECRETO 24150, DE 20/4/1934.

(VER: [RETOMADA DE IMÓVEL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº482

O LOCATÁRIO, QUE NÃO FOR SUCESSOR OU CESSIONÁRIO DO QUE O PRECEDEU NA LOCAÇÃO, NÃO PODE SOMAR OS PRAZOS CONCEDIDOS A ESTE, PARA PEDIR A RENOVAÇÃO DO CONTRATO, NOS TERMOS DO DECRETO 24150.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº483

É DISPENSÁVEL A PROVA DA NECESSIDADE, NA RETOMADA DE PRÉDIO SITUADO EM LOCALIDADE PARA ONDE O PROPRIETÁRIO PRETENDE TRANSFERIR RESIDÊNCIA, SALVO SE MANTIVER, TAMBÉM, A ANTERIOR, QUANDO DITA PROVA SERÁ EXIGIDA.

(VER: [RETOMADA DE IMÓVEL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº484

PODE, LEGITIMAMENTE, O PROPRIETÁRIO PEDIR O PRÉDIO PARA A RESIDÊNCIA DE FILHO, AINDA QUE SOLTEIRO, DE ACORDO COM O ART. 11, III, DA LEI 4494, DE 25/11/1964.

(VER: [RETOMADA DE IMÓVEL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº485

NAS LOCAÇÕES REGIDAS PELO DECRETO 24150, DE 20/4/1934, A PRESUNÇÃO DE SINCERIDADE DO RETOMANTE É RELATIVA, PODENDO SER ILIDIDA PELO LOCATÁRIO.

(VER: [RETOMADA DE IMÓVEL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº486

ADMITE-SE A RETOMADA PARA SOCIEDADE DA QUAL O LOCADOR, OU SEU CÔNJUGE, SEJA SÓCIO, COM PARTICIPAÇÃO PREDOMINANTE NO CAPITAL SOCIAL.

(VER: [RETOMADA DE IMÓVEL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº488

A PREFERÊNCIA A QUE SE REFERE O ART. 9º DA LEI 3912, DE 3/7/1961, CONSTITUI DIREITO PESSOAL. SUA VIOLAÇÃO RESOLVE-SE EM PERDAS E DANOS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº492

A EMPRESA LOCADORA DE VEÍCULOS RESPONDE, CIVIL E SOLIDARIAMENTE COM O LOCATÁRIO, PELOS DANOS POR ESTE CAUSADOS A TERCEIRO, NO USO DO CARRO LOCADO.

(VER: [AUTOMÓVEL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA VINCULANTE DO STF Nº31

É INCONSTITUCIONAL A INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISS SOBRE OPERAÇÕES DE LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS.

(VER: [ISS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

MAGISTÉRIO

SÚMULA TJ Nº12

PODERÃO CONCORRER À PROVA ESCRITA DE CLASSIFICAÇÃO AS PROFESSORAS PRIMÁRIAS MUNICIPAIS QUE HAJAM EXERCIDO O MAGISTÉRIO DAS QUINTA À OITAVA SÉRIES E TENHAM HABILITAÇÃO LEGAL ESPECÍFICA.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº. 16 na Apelação Cível nº. 11.277. Julgamento em 24.06.81. Relator: Des. Graccho Aurélio. Registro do Acórdão em 21/10/81In: RJTJRJ 47/49. Lei Munic. 94/79 (Estatuto do Funcionalismo Munic.), art. 44, Lei Munic. 58/78, art. 6º, Dec. Lei Munic. 100/69, Port. Munic. 235/78.

Comentários: A incidência de Uniformização de Jurisprudência resultou no enunciado da Súmula supracitada, que disciplina situação específica acerca do Magistério Municipal - após o advento da Lei Federal nº. 5.692, de 11.08.1971, que ensejou, posteriormente, a edição da Lei Municipal nº. 58, de 22.06.1978, que, por seu turno, veio a ser regulamentada pela Portaria nº. 235 do mesmo ano - sendo, todavia, superada com o advento da Lei nº. 9394, de 20.12.1996, que voltou a alterar as bases de ensino do nosso país.

Conforme entendimento da **Juíza Simone Gastesi Chevrant** em Comentários aos Verbetes Sumulares do TJRJ

(Ver: [SERVIDOR PÚBLICO](#))

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº12

A VITALICIEDADE DO PROFESSOR CATEDRÁTICO NÃO IMPEDE O DESDOBRAMENTO DA CÂTEDRA.

(VIDE: [VITALICIEDADE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº48

É LEGÍTIMO O RODÍZIO DE DOCENTES LIVRES NA SUBSTITUIÇÃO DO PROFESSOR CATEDRÁTICO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº53

A PROMOÇÃO DE PROFESSOR MILITAR, VINCULADA À SUA REFORMA, PODE SER FEITA, QUANDO COUBER, A POSTO INEXISTENTE NO QUADRO.

(VIDE: [SERVIDOR PÚBLICO MILITAR](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº54

A RESERVA ATIVA DO MAGISTÉRIO MILITAR NÃO CONFERE VANTAGENS VINCULADAS À EFETIVA PASSAGEM PARA A INATIVIDADE.

(VIDE: [SERVIDOR PÚBLICO MILITAR](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº726

PARA EFEITO DE APOSENTADORIA ESPECIAL DE PROFESSORES, NÃO SE COMPUTA O TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO FORA DA SALA DE AULA.

(VIDE: [APOSENTADORIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

MAGISTRATURA

SÚMULA STF Nº40

A ELEVAÇÃO DA ENTRÂNCIA DA COMARCA NÃO PROMOVE AUTOMATICAMENTE O JUIZ, MAS NÃO INTERROMPE O EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES NA MESMA COMARCA.

(VIDE: [PROMOÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº41

JUÍZES PREPARADORES OU SUBSTITUTOS NÃO TÊM DIREITO AOS VENCIMENTOS DA ATIVIDADE FORA DOS PERÍODOS DE EXERCÍCIO.

(VIDE: [VENCIMENTOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº42

É LEGÍTIMA A EQUIPARAÇÃO DE JUÍZES DO TRIBUNAL DE CONTAS, EM DIREITOS E GARANTIAS, AOS MEMBROS DO PODER JUDICIÁRIO.

(vide: [EQUIPARAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº43

NÃO CONTRARIA A CONSTITUIÇÃO FEDERAL O ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO DE SÃO PAULO, QUE EQUIPAROU OS VENCIMENTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO AOS DA MAGISTRATURA.

(vide: [EQUIPARAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº731

PARA FIM DA COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, É DE INTERESSE GERAL DA MAGISTRATURA A QUESTÃO DE SABER SE, EM FACE DA LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL, OS JUÍZES TÊM DIREITO À LICENÇA-PRÊMIO.

(vide: [LICENÇA PRÊMIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

MANDADO DE SEGURANÇA

SÚMULA TJ Nº102

DESCABE A IMPETRAÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA, PERANTE O ÓRGÃO ESPECIAL, CONTRA AS DECISÕES DAS CÂMARAS ISOLADAS, NOS CASOS EM QUE A LEI PREVÊ RECURSOS PARA OS TRIBUNAIS SUPERIORES.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2005.146.00001](#) - Julgamento em 18/07/2005 – Votação: unânime – Relator: Desembargador Cássia Medeiros – Registro de Acórdão em 26/12/2005 – fls. 011200/011220.

(Ver: [RECURSO](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº114

LEGITIMADO PASSIVO DO MANDADO DE SEGURANÇA É O ENTE PÚBLICO A QUE ESTÁ VINCULADA A AUTORIDADE COATORA.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2006.146.00004](#) – Julgamento em 09/10/2006. – Votação: por maioria – Relator: Desembargador Marcus Tullius Alves.

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº41

O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÃO TEM COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR, ORIGINARIAMENTE, MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO DE OUTROS TRIBUNAIS OU DOS RESPECTIVOS ÓRGÃOS.

(vide: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº105

NA AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA NÃO SE ADMITE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

(vide: [HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº169

SÃO INADMISSÍVEIS EMBARGOS INFRINGENTES NO PROCESSO DE MANDADO DE SEGURANÇA.

(vide: [EMBARGOS INFRINGENTES](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº177

O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA É INCOMPETENTE PARA PROCESSAR E JULGAR, ORIGINARIAMENTE, MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO DE ÓRGÃO COLEGIADO PRESIDIDO POR MINISTRO DE ESTADO.

(vide: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº217

NÃO CABE AGRAVO DE DECISÃO QUE INDEFERE O PEDIDO DE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DA LIMINAR, OU DA SENTENÇA EM MANDADO DE SEGURANÇA.(*).

(*) julgando AgRg na SS n. 1.204-AM, na sessão de 23/10/2003, a Corte Especial deliberou pelo **CANCELAMENTO DA SÚMULA** n. 217.

(vide: [LIMINAR](#), [AGRAVO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº333

CABE MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO PRATICADO EM LICITAÇÃO PROMOVIDA POR SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA OU EMPRESA PÚBLICA.

(Vide: [PESSOA JURÍDICA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº376

COMPETE A TURMA RECURSAL PROCESSAR E JULGAR O MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO DE JUIZADO ESPECIAL.

(ver: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº101

O MANDADO DE SEGURANÇA NÃO SUBSTITUI A AÇÃO POPULAR.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº248

É COMPETENTE, ORIGINARIAMENTE, O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, PARA MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.

(vide: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº266

NÃO CABE MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA LEI EM TESE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº267

NÃO CABE MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL PASSÍVEL DE RECURSO OU CORREIÇÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº268

NÃO CABE MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA DECISÃO JUDICIAL COM TRÂNSITO EM JULGADO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº269

O MANDADO DE SEGURANÇA NÃO É SUBSTITUTIVO DE AÇÃO DE COBRANÇA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº270

NÃO CABE MANDADO DE SEGURANÇA PARA IMPUGNAR ENQUADRAMENTO DA LEI 3780, DE 12/7/1960, QUE ENVOLVA EXAME DE PROVA OU DE SITUAÇÃO FUNCIONAL COMPLEXA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº271

CONCESSÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA NÃO PRODUZ EFEITOS PATRIMONIAIS EM RELAÇÃO A PERÍODO PRETÉRITO, OS QUAIS DEVEM SER RECLAMADOS ADMINISTRATIVAMENTE OU PELA VIA JUDICIAL PRÓPRIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº272

NÃO SE ADMITE COMO ORDINÁRIO RECURSO EXTRAORDINÁRIO DE DECISÃO DENEGATÓRIA DE MANDADO DE SEGURANÇA.

(VIDE: [RECURSO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº299

O RECURSO ORDINÁRIO E O EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTOS NO MESMO PROCESSO DE MANDADO DE SEGURANÇA, OU DE HABEAS CORPUS, SERÃO JULGADOS CONJUNTAMENTE PELO TRIBUNAL PLENO.

(VIDE: [RECURSO ORDINÁRIO](#), [RECURSO EXTRAORDINÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº304

DECISÃO DENEGATÓRIA DE MANDADO DE SEGURANÇA, NÃO FAZENDO COISA JULGADA CONTRA O IMPETRANTE, NÃO IMPEDE O USO DA AÇÃO PRÓPRIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº429

A EXISTÊNCIA DE RECURSO ADMINISTRATIVO COM EFEITO SUSPENSIVO NÃO IMPEDE O USO DO MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA OMISSÃO DA AUTORIDADE.

(VIDE: [RECURSO ADMINISTRATIVO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº430

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO NA VIA ADMINISTRATIVA NÃO INTERROMPE O PRAZO PARA O MANDADO DE SEGURANÇA.

(VIDE: [RECONSIDERAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº 433

É COMPETENTE O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO PARA JULGAR MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO DE SEU PRESIDENTE EM EXECUÇÃO DE SENTENÇA TRABALHISTA.

(VIDE: [DIREITO DO TRABALHO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº474

NÃO HÁ DIREITO LÍQUIDO E CERTO, AMPARADO PELO MANDADO DE SEGURANÇA, QUANDO SE ESCUDA EM LEI CUJOS EFEITOS FORAM ANULADOS POR OUTRA, DECLARADA CONSTITUCIONAL PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº506

O AGRAVO A QUE SE REFERE O ART. 4º DA LEI 4348, DE 26/6/1964, CABE, SOMENTE, DO DESPACHO DO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL QUE DEFERE A SUSPENSÃO DA LIMINAR, EM MANDADO DE SEGURANÇA; NÃO DO QUE A DENEGA.

(VER: [LIMINAR](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº510

PRATICADO O ATO POR AUTORIDADE, NO EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIA DELEGADA, CONTRA ELA CABE O MANDADO DE SEGURANÇA OU A MEDIDA JUDICIAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº512

NÃO CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS DE ADVOGADO NA AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA.

(VER: [HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº597

NÃO CABEM EMBARGOS INFRINGENTES DE ACÓRDÃO QUE, EM MANDADO DE SEGURANÇA DECIDIU, POR MAIORIA DE VOTOS, A APELAÇÃO.

(VER: [EMBARGOS INFRINGENTES](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº 625

CONTROVÉRSIA SOBRE MATÉRIA DE DIREITO NÃO IMPEDE CONCESSÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº626

A SUSPENSÃO DA LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA, SALVO DETERMINAÇÃO EM CONTRÁRIO DA DECISÃO QUE A DEFERIR, VIGORARÁ ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO DEFINITIVA DE CONCESSÃO DA SEGURANÇA OU, HAVENDO RECURSO, ATÉ A SUA MANUTENÇÃO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, DESDE QUE O OBJETO DA LIMINAR DEFERIDA COINCIDA, TOTAL OU PARCIALMENTE, COM O DA IMPETRAÇÃO.

(VER: [LIMINAR](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº627

NO MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA A NOMEAÇÃO DE MAGISTRADO DA COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, ESTE É CONSIDERADO AUTORIDADE COATORA, AINDA QUE O FUNDAMENTO DA IMPETRAÇÃO SEJA NULIDADE OCORRIDA EM FASE ANTERIOR DO PROCEDIMENTO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº629

A IMPETRAÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO POR ENTIDADE DE CLASSE EM FAVOR DOS ASSOCIADOS INDEPENDE DA AUTORIZAÇÃO DESTES.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº630

A ENTIDADE DE CLASSE TEM LEGITIMAÇÃO PARA O MANDADO DE SEGURANÇA AINDA QUANDO A PRETENSÃO VEICULADA INTERESSE APENAS A UMA PARTE DA RESPECTIVA CATEGORIA.

(VER: [LEGITIMIDADE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº631

EXTINGUE-SE O PROCESSO DE MANDADO DE SEGURANÇA SE O IMPETRANTE NÃO PROMOVE, NO PRAZO ASSINADO, A CITAÇÃO DO LITISCONSORTE PASSIVO NECESSÁRIO.

(VER: [CITAÇÃO E/OU INTIMAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº632

É CONSTITUCIONAL LEI QUE FIXA O PRAZO DE DECADÊNCIA PARA A IMPETRAÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº701

NO MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO CONTRA DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO PENAL, É OBRIGATÓRIA A CITAÇÃO DO RÉU COMO LITISCONSORTE PASSIVO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

MANDATO

SÚMULA STF Nº34

NO ESTADO DE SÃO PAULO, FUNCIONÁRIO ELEITO VEREADOR FICA LICENCIADO POR TODA A DURAÇÃO DO MANDATO.

(VIDE: [SERVIDOR PÚBLICO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº644

AO TITULAR DO CARGO DE PROCURADOR DE AUTARQUIA NÃO SE EXIGE A APRESENTAÇÃO DE INSTRUMENTO DE MANDATO PARA REPRESENTÁ-LA EM JUÍZO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº703

A EXTINÇÃO DO MANDATO DO PREFEITO NÃO IMPEDE A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO PELA PRÁTICA DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 1º DO DECRETO-LEI 201/1967.

(VER: [CRIME CONTRA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA/CRIME DE RESPONSABILIDADE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA VINCULANTE STF Nº18

A DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE OU DO VÍNCULO CONJUGAL, NO CURSO DO MANDATO, NÃO AFASTA A INELEGIBILIDADE PREVISTA NO § 7º DO ARTIGO 14 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

(VER: [INELEGIBILIDADE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

MEAÇÃO

SÚMULA TJ Nº1

SE O CRÉDITO NÃO EXCEDER A METADE DO VALOR DO BEM COMUM OU SE EXCEDENDO-A, O CREDOR NÃO DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE OUTROS BENS COMUNS, SERÁ PENHORADO O BEM TODO E RESSALVADA A METADE DO VALOR APURADO, A NÃO SER QUE SE TRATE DE BEM DE FÁCIL DIVISÃO, CASO EM QUE SERÁ PENHORADA APENAS A METADE IDEAL DE SEU VALOR. SE, ENTRETANTO, EXCEDENDO O CRÉDITO A METADE DO VALOR DO BEM, O CREDOR DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE OUTROS BENS COMUNS, A EXECUÇÃO ABSORVERÁ O VALOR DO BEM ATÉ ONDE FOR NECESSÁRIO PARA A SATISFAÇÃO DO CRÉDITO, DENTRO DOS LIMITES DA MEAÇÃO DO CÔNJUGE QUE SE OBRIGOU, COMPUTADOS OS BENS COMUNS RESTANTES.

Referência: Uniformização de Jurisprudência nº. 1 na Apelação Cível nº. 81.800. Julgamento em 19/05/75. Relator: Desembargador Basileu Ribeiro Filho. Registro de Acórdão em 27/04/76.

(Ver: [EXECUÇÃO](#), [PENHORA](#))

([Topo](#))

Súmula STJ Nº134

EMBORA INTIMADO DA PENHORA EM IMÓVEL DO CASAL, O CONJUGE DO EXECUTADO PODE OPOR EMBARGOS DE TERCEIRO PARA DEFESA DE SUA MEAÇÃO.

(vide: [EMBARGOS](#), [PENHORA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

Súmula STJ Nº205

A LEI 8.009/90 APLICA-SE A PENHORA REALIZADA ANTES DE SUA VIGENCIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

Súmula STJ Nº251

A MEAÇÃO SÓ RESPONDE PELO ATO ILÍCITO QUANDO O CREDOR, NA EXECUÇÃO FISCAL, PROVAR QUE O ENRIQUECIMENTO DELE RESULTANTE APROVEITOU AO CASAL.

(vide: [EXECUÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

MEDIDA DE SEGURANÇA

SÚMULA STF Nº422

A ABSOLVIÇÃO CRIMINAL NÃO PREJUDICA A MEDIDA DE SEGURANÇA, QUANDO COUBER, AINDA QUE IMPORTE PRIVAÇÃO DA LIBERDADE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº525

A MEDIDA DE SEGURANÇA NÃO SERÁ APLICADA EM SEGUNDA INSTÂNCIA, QUANDO SÓ O RÉU TENHA RECORRIDO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

MEDIDA SÓCIO EDUCATIVA

Súmula TJ Nº142

O JUÍZO QUE IMPÕS A MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA É O COMPETENTE PARA SUA EXECUÇÃO, PODENDO DELEGAR OS ATOS EXECUTÓRIOS.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº. [2008.018.00004](#) – Julgamento em 22/09//2008 – Relator: Desembargador Paulo Gustavo Horta. Votação unânime.

([Topo](#))

Súmula STJ Nº108

A APLICAÇÃO DE MEDIDAS SOCIO-EDUCATIVAS AO ADOLESCENTE, PELA PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL, É DA COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO JUIZ.

(vide: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

Súmula STJ Nº265

É necessária a oitiva do menor infrator antes de decretar-se a regressão da medida sócio-educativa.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

Súmula STJ Nº338

A PRESCRIÇÃO PENAL É APLICÁVEL NAS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº342

NO PROCEDIMENTO PARA APLICAÇÃO DE MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA, É NULA A DESISTÊNCIA DE OUTRAS PROVAS EM FACE DA CONFISSÃO DO ADOLESCENTE

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

MENORIDADE

Súmula STJ Nº74

PARA EFEITOS PENAIIS, O RECONHECIMENTO DA MENORIDADE DO REU REQUER PROVA POR DOCUMENTO HABIL.

(vide: [PROVA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

MILITAR

SÚMULA TJ Nº148

A INDENIZAÇÃO DE AUXÍLIO MORADIA CRIADA PELA LEI ESTADUAL Nº 958/1983 E PAGA AOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DA ATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO TEM CARÁTER INDENIZATÓRIO E POR ISSO NÃO PODE SER INCORPORADA AOS VENCIMENTOS DO BENEFICIÁRIO QUE PASSA PARA A INATIVIDADE.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº. [2009.018.00006](#) - Julgamento em 11/01/2010 - Relator: Desembargador Miguel Ângelo Barros. Votação Unânime.

(Ver: [AUXÍLIO MORADIA](#), [INDENIZAÇÃO](#), [VENCIMENTOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

MINISTÉRIO PÚBLICO

SÚMULA STF Nº208

O ASSISTENTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO NÃO PODE RECORRER, EXTRAORDINARIAMENTE, DE DECISÃO CONCESSIVA DE HABEAS CORPUS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº210

O ASSISTENTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PODE RECORRER, INCLUSIVE EXTRAORDINARIAMENTE, NA AÇÃO PENAL, NOS CASOS DOS ARTS. 584, § 1º, E 598 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº448

O PRAZO PARA O ASSISTENTE RECORRER, SUPLETIVAMENTE, COMEÇA A CORRER IMEDIATAMENTE APÓS O TRANSCURSO DO PRAZO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

(VIDE: [PRAZO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº601

OS ARTS. 3º, II, E 55 DA LEI COMPLEMENTAR 40/1981 (LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO) NÃO REVOGARAM A LEGISLAÇÃO ANTERIOR QUE ATRIBUI A INICIATIVA PARA A AÇÃO PENAL PÚBLICA, NO PROCESSO SUMÁRIO, AO JUIZ OU À AUTORIDADE POLICIAL, MEDIANTE PORTARIA OU AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº643

O MINISTÉRIO PÚBLICO TEM LEGITIMIDADE PARA PROMOVER AÇÃO CIVIL PÚBLICA CUJO FUNDAMENTO SEJA A ILEGALIDADE DE REAJUSTE DE MENSALIDADES ESCOLARES.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

MULTA

SÚMULA STJ Nº434

O PAGAMENTO DA MULTA POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO NÃO INIBE A DISCUSSÃO JUDICIAL DO DÉBITO.

(VIDE: [CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO](#))
[NÓTIAS DO STJ](#)
([Topo](#))

NOMEAÇÃO

SÚMULA STF Nº15

DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO, O CANDIDATO APROVADO TEM O DIREITO À NOMEAÇÃO, QUANDO O CARGO FOR PREENCHIDO SEM OBSERVÂNCIA DA CLASSIFICAÇÃO.

(VIDE: [CONCURSO PÚBLICO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº16

FUNCIONÁRIO NOMEADO POR CONCURSO TEM DIREITO À POSSE.

(VIDE: [POSSE](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº25

A NOMEAÇÃO A TERMO NÃO IMPEDE A LIVRE DEMISSÃO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, DE OCUPANTE DE CARGO DIRIGENTE DE AUTARQUIA.

(VIDE: [DEMISSÃO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº44

O EXERCÍCIO DO CARGO PELO PRAZO DETERMINADO NA LEI 1341, DE 30/1/1951, ART. 91, DÁ PREFERÊNCIA PARA A NOMEAÇÃO INTERINA DE PROCURADOR DA REPÚBLICA.

(vide: [FUNCIONÁRIO INTERINO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA VINCULANTE STF Nº13

A NOMEAÇÃO DE CÔNJUGE, COMPANHEIRO OU PARENTE EM LINHA RETA, COLATERAL OU POR AFINIDADE, ATÉ O TERCEIRO GRAU, INCLUSIVE, DA AUTORIDADE NOMEANTE OU DE SERVIDOR DA MESMA PESSOA JURÍDICA INVESTIDO EM CARGO DE DIREÇÃO, CHEFIA OU ASSESSORAMENTO, PARA O EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO OU DE CONFIANÇA OU, AINDA, DE FUNÇÃO GRATIFICADA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA EM QUALQUER DOS PODERES DA

UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS, COMPREENDIDO O AJUSTE MEDIANTE DESIGNAÇÕES RECÍPROCAS, VIOLA A CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

NULIDADE

SÚMULA STJ Nº117

A INOBSERVÂNCIA DO PRAZO DE 48 HORAS, ENTRE A PUBLICAÇÃO DE PAUTA E O JULGAMENTO SEM A PRESENÇA DAS PARTES, ACARRETA NULIDADE.

(Ver: [PRAZO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº155

É RELATIVA A NULIDADE DO PROCESSO CRIMINAL POR FALTA DE INTIMAÇÃO DA EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIA PARA INQUIRição DE TESTEMUNHA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº156

É ABSOLUTA A NULIDADE DO JULGAMENTO, PELO JÚRI, POR FALTA DE QUESITO OBRIGATÓRIO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº160

É NULA A DECISÃO DO TRIBUNAL QUE ACOLHE, CONTRA O RÉU, NULIDADE NÃO ARGÜIDA NO RECURSO DA ACUSAÇÃO, RESSALVADOS OS CASOS DE RECURSO DE OFÍCIO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº162

É ABSOLUTA A NULIDADE DO JULGAMENTO PELO JÚRI, QUANDO OS QUESITOS DA DEFESA NÃO PRECEDEM AOS DAS CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº165

A VENDA REALIZADA DIRETAMENTE PELO MANDANTE AO MANDATÁRIO NÃO É ATINGIDA PELA NULIDADE DO ART. 1133, II, DO CÓDIGO CIVIL.

(VER: [COMPRA E VENDA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº523

NO PROCESSO PENAL, A FALTA DA DEFESA CONSTITUI NULIDADE ABSOLUTA, MAS A SUA DEFICIÊNCIA SÓ O ANULARÁ SE HOUVER PROVA DE PREJUÍZO PARA O RÉU.

(VER: [PROCESSO PENAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº564

A AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DESPACHO DE RECEBIMENTO DE DENÚNCIA POR CRIME FALIMENTAR ENSEJA NULIDADE PROCESSUAL, SALVO SE JÁ HOUVER SENTENÇA CONDENATÓRIA.

(VER: [CRIME FALIMENTAR](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº706

É RELATIVA A NULIDADE DECORRENTE DA INOBSERVÂNCIA DA COMPETÊNCIA PENAL POR PREVENÇÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº707

CONSTITUI NULIDADE A FALTA DE INTIMAÇÃO DO DENUNCIADO PARA OFERECER CONTRA-RAZÕES AO RECURSO INTERPOSTO DA REJEIÇÃO DA DENÚNCIA, NÃO A SUPRINDO A NOMEAÇÃO DE DEFENSOR DATIVO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº712

É NULA A DECISÃO QUE DETERMINA O DESAFORAMENTO DE PROCESSO DA COMPETÊNCIA DO JÚRI SEM AUDIÊNCIA DA DEFESA.

(VER: [DESAFORAMENTO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

OBJETOS DE USO PESSOAL

SÚMULA STF Nº64

É PERMITIDO TRAZER DO ESTRANGEIRO, COMO BAGAGEM, OBJETOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO, DESDE QUE, POR SUA QUANTIDADE E NATUREZA, NÃO INDUZAM FINALIDADE COMERCIAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº85

NÃO ESTÃO SUJEITOS AO IMPOSTO DE CONSUMO OS BENS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO TRAZIDOS, COMO BAGAGEM, DO EXTERIOR.

(vide: [IMPOSTO DE CONSUMO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

OBRIGAÇÃO DE FAZER

SÚMULA STJ Nº410

A PRÉVIA INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR CONSTITUI CONDIÇÃO NECESSÁRIA PARA A COBRANÇA DE MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER OU NÃO FAZER.

(VER: [CITAÇÃO E/OU INTIMAÇÃO](#); [OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER

SÚMULA STJ Nº410

A PRÉVIA INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR CONSTITUI CONDIÇÃO NECESSÁRIA PARA A COBRANÇA DE MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER OU NÃO FAZER.

(VER: [CITAÇÃO E/OU INTIMAÇÃO](#); [OBRIGAÇÃO DE FAZER](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

PENA

Súmula STJ Nº171

COMINADAS CUMULATIVAMENTE, EM LEI ESPECIAL, PENAS PRIVATIVA DE LIBERDADE E PECUNIARIA, E DEFESO A SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO POR MULTA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

Súmula STJ Nº174

NO CRIME DE ROUBO, A INTIMIDAÇÃO FEITA COM ARMA DE BRINQUEDO AUTORIZA O AUMENTO DA PENA.(*)

(*) Julgando o RESP 213.054-SP, na sessão de 24/10/2001, a Terceira Seção deliberou pelo **CANCELAMENTO DA SÚMULA** n. 174.

(VER: [CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

Súmula STJ Nº231

A INCIDÊNCIA DA CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE NÃO PODE CONDUZIR À REDUÇÃO DA PENA ABAIXO DO MÍNIMO LEGAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

Súmula STJ Nº241

A REINCIDÊNCIA PENAL NÃO PODE SER CONSIDERADA COMO CIRCUNSTÂNCIA AGRAVANTE E, SIMULTANEAMENTE, COMO CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

Súmula STJ Nº269

É ADMISSÍVEL A ADOÇÃO DO REGIME PRISIONAL SEMI-ABERTO AOS REINCENTES CONDENADOS A PENA IGUAL OU INFERIOR A QUATRO ANOS SE FAVORÁVEIS AS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº341

A FREQUÊNCIA A CURSO DE ENSINO FORMAL É CAUSA DE REMIÇÃO DE PARTE DO TEMPO DE EXECUÇÃO DE PENA SOB REGIME FECHADO OU SEMI-ABERTO

(VIDE: [ESTABELECIMENTO DE ENSINO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº604

A PRESCRIÇÃO PELA PENA EM CONCRETO É SOMENTE DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE.

(VER: [PRESCRIÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº715

A PENA UNIFICADA PARA ATENDER AO LIMITE DE TRINTA ANOS DE CUMPRIMENTO, DETERMINADO PELO ART. 75 DO CÓDIGO PENAL, NÃO É CONSIDERADA PARA A CONCESSÃO DE OUTROS BENEFÍCIOS, COMO O LIVRAMENTO CONDICIONAL OU REGIME MAIS FAVORÁVEL DE EXECUÇÃO.

(VIDE: [CONCESSÃO DE BENEFÍCIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº718

A OPINIÃO DO JULGADOR SOBRE A GRAVIDADE EM ABSTRATO DO CRIME NÃO CONSTITUI MOTIVAÇÃO IDÔNEA PARA A IMPOSIÇÃO DE REGIME MAIS SEVERO DO QUE O PERMITIDO SEGUNDO A PENA APLICADA.

(VIDE: [REGIME PRISIONAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº719

A IMPOSIÇÃO DO REGIME DE CUMPRIMENTO MAIS SEVERO DO QUE A PENA APLICADA PERMITIR, EXIGE MOTIVAÇÃO IDÔNEA.

(VIDE: [REGIME PRISIONAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº723

NÃO SE ADMITE A SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO POR CRIME CONTINUADO, SE A SOMA DA PENA MÍNIMA DA INFRAÇÃO MAIS GRAVE COM O AUMENTO MÍNIMO DE UM SEXTO FOR SUPERIOR A UM ANO.

(VIDE: [SUSPENSÃO PROCESSUAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

PENHORA

SÚMULA TJ Nº1

SE O CRÉDITO NÃO EXCEDER A METADE DO VALOR DO BEM COMUM OU SE EXCEDENDO-A, O CREDOR NÃO DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE OUTROS BENS COMUNS, SERÁ PENHORADO O BEM TODO E RESSALVADA A METADE DO VALOR APURADO, A NÃO SER QUE SE TRATE DE BEM DE FÁCIL DIVISÃO, CASO EM QUE SERÁ PENHORADA APENAS A METADE IDEAL DE SEU VALOR. SE, ENTRETANTO, EXCEDENDO O CRÉDITO A METADE DO VALOR DO BEM, O CREDOR DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE OUTROS BENS COMUNS, A EXECUÇÃO ABSORVERÁ O VALOR DO BEM

ATÉ ONDE FOR NECESSÁRIO PARA A SATISFAÇÃO DO CRÉDITO, DENTRO DOS LIMITES DA MEAÇÃO DO CÔNJUGE QUE SE OBRIGOU, COMPUTADOS OS BENS COMUNS RESTANTES.

Referência: Uniformização de Jurisprudência nº. 1 na Apelação Cível nº. 81.800. Julgamento em 19/05/75. Relator: Desembargador Basileu Ribeiro Filho. Registro de Acórdão em 27/04/76.

(Ver: [EXECUÇÃO](#), [MEAÇÃO](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº63

CABE A INCIDÊNCIA DE PENHORA SOBRE IMÓVEL ÚNICO DO FIADOR DE CONTRATO DE LOCAÇÃO, LEI Nº. 8009/90 (ART. 3º, VII) E LEI Nº. 8245/91.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº. [2001.146.00005](#). Julgamento em 24/06/2002. Relator: Desembargador Paulo Ventura. Votação por maioria. Registro do Acórdão em 14/08/2003.

(Ver: [FIANÇA](#), [LOCAÇÃO](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº100

A PENHORA DE RECEITA AUFERIDA POR ESTABELECIMENTO COMERCIAL, INDUSTRIAL OU AGRÍCOLA, DESDE QUE FIXADA EM PERCENTUAL QUE NÃO COMPROMETA A RESPECTIVA ATIVIDADE EMPRESARIAL, NÃO OFENDE O PRINCÍPIO DA EXECUÇÃO MENOS GRAVOSA, NADA IMPEDINDO QUE A NOMEAÇÃO DO DEPOSITÁRIO RECAIA SOBRE O REPRESENTANTE LEGAL DO DEVEDOR.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2005.146.00001](#) - Julgamento em 18/07/2005 – Votação: maioria – Relator: Desembargadora Cássia Medeiros – Registro de Acórdão em 26/12/2005 – fls. 011200/011220.

(Ver: [EXECUÇÃO](#), [ESTABELECIMENTO COMERCIAL](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº117

A PENHORA ON LINE, DE REGRA, NÃO OFENDE O PRINCÍPIO DA EXECUÇÃO MENOS GRAVOSA PARA O DEVEDOR.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2006.146.00004](#) – Julgamento em 09/10/2006. – Votação: por maioria – Relator: Desembargador Marcus Tullius Alves.

veja: [2006.002.22298](#) [2007.002.03397](#)

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº119

A GARANTIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO, DEFERIDA PENHORA DE RECEITA, EFETIVA-SE COM A LAVRATURA DO TERMO E A INTIMAÇÃO DO DEPOSITÁRIO, FLUINDO O PRAZO PARA A IMPUGNAÇÃO DO DEVEDOR, INDEPENDENTE DA ARRECADAÇÃO.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2006.146.00004](#) – Julgamento em 09/10/2006 – Votação: unânime – Relator: Desembargador Marcus Tullius Alves.

(Ver: [EXECUÇÃO](#))

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº134

EMBORA INTIMADO DA PENHORA EM IMÓVEL DO CASAL, O CONJUGE DO EXECUTADO PODE OPOR EMBARGOS DE TERCEIRO PARA DEFESA DE SUA MEAÇÃO.

(VIDE: [MEAÇÃO](#), [EMBARGOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº205

A LEI 8.009/90 APLICA-SE A PENHORA REALIZADA ANTES DE SUA VIGÊNCIA.

(VIDE: [MEAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº314

EM EXECUÇÃO FISCAL, NÃO LOCALIZADOS BENS PENHORÁVEIS, SUSPENDE-SE O PROCESSO POR UM ANO, FINDO O QUAL SE INICIA O PRAZO DA PRESCRIÇÃO QUINQUENAL INTERCORRENTE.

(VIDE: [EXECUÇÃO](#), [PRESCRIÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº328

NA EXECUÇÃO CONTRA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, É PENHORÁVEL O NUMERÁRIO DISPONÍVEL, EXCLUÍDAS AS RESERVAS BANCÁRIAS MANTIDAS NO BANCO CENTRAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº375

O RECONHECIMENTO DA FRAUDE À EXECUÇÃO DEPENDE DO REGISTRO DA PENHORA DO BEM ALIENADO OU DA PROVA DE MÁ-FÉ DO TERCEIRO ADQUIRENTE.

(ver: [EXECUÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº406

A FAZENDA PÚBLICA PODE RECUSAR A SUBSTITUIÇÃO DO BEM PENHORADO POR PRECATÓRIOS.

(VER: [FAZENDA PÚBLICA](#), [PRECATÓRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº417

NA EXECUÇÃO CIVIL, A PENHORA DE DINHEIRO NA ORDEM DE NOMEAÇÃO DE BENS NÃO TEM CARÁTER ABSOLUTO.

(Ver: [EXECUÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

PENSÃO POR MORTE

SÚMULA STJ Nº416

É DEVIDA A PENSÃO POR MORTE AOS DEPENDENTES DO SEGURADO QUE, APESAR DE TER PERDIDO ESSA QUALIDADE, PREENCHEU OS REQUISITOS LEGAIS PARA A OBTENÇÃO DE APOSENTADORIA ATÉ A DATA DO SEU ÓBITO.

(VER: [PREVIDENCIÁRIO](#), [APOSENTADORIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

PERDÃO JUDICIAL

SÚMULA STJ Nº18

A SENTENÇA CONCESSIVA DO PERDÃO JUDICIAL E DECLARATORIA DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE, NÃO SUBSISTINDO QUALQUER EFEITO CONDENATORIO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

PESSOA JURÍDICA

SÚMULA TJ Nº50

EM AÇÃO DE INDENIZAÇÃO AJUIZADA EM FACE DE PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, NÃO SE ADMITE A DENÚNCIAÇÃO DA LIDE AO SEU AGENTE OU A TERCEIRO (ART. 37, § 6º, CF/88).

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº. [2001.146.00008](#). Julgamento em 24/06/2002. Relator: Desembargador Sylvio Capanema de Souza. Votação por maioria. Registro do Acórdão em 14/03/2003.

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº54

SUBMETE-SE ÀS REGRAS PROCESSUAIS EM GERAL A SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA, POR SER PESSOA DE DIREITO PRIVADO E NÃO POSSUIR JUÍZO PRIVATIVO.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº. [2001.146.00008](#). Julgamento em 24/06/2002. Relator: Desembargador Sylvio Capanema de Souza. Votação unânime. Registro do Acórdão em 14/03/2003.

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº150

COMPETE A JUSTIÇA FEDERAL DECIDIR SOBRE A EXISTENCIA DE INTERESSE JURIDICO QUE JUSTIFIQUE A PRESENÇA, NO PROCESSO, DA UNIÃO, SUAS AUTARQUIAS OU EMPRESAS PUBLICAS.

(VIDE: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº227

A PESSOA JURÍDICA PODE SOFRER DANO MORAL.

(VIDE: [DANO MORAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº324

COMPETE À JUSTIÇA FEDERAL PROCESSAR E JULGAR AÇÕES DE QUE PARTICIPA A FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO, EQUIPARADA À ENTIDADE AUTÁRQUICA FEDERAL, SUPERVISIONADA PELO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO.

(VIDE: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº333

CABE MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO PRATICADO EM LICITAÇÃO PROMOVIDA POR SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA OU EMPRESA PÚBLICA.

(VIDE: [MANDADO DE SEGURANÇA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº73

A IMUNIDADE DAS AUTARQUIAS, IMPLICITAMENTE CONTIDA NO ART. 31, V, A, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ABRANGE TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS.

(VIDE: [IMUNIDADE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº75

SENDO VENDEDORA UMA AUTARQUIA, A SUA IMUNIDADE FISCAL NÃO COMPREENDE O IMPOSTO DE TRANSMISSÃO INTER VIVOS, QUE É ENCARGO DO COMPRADOR.

(VIDE: [IMPOSTO INTER VIVOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº76

AS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA NÃO ESTÃO PROTEGIDAS PELA IMUNIDADE FISCAL DO ART. 31, V, A, CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

(VIDE: [IMUNIDADE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº77

ESTÁ ISENTA DE IMPOSTOS FEDERAIS A AQUISIÇÃO DE BENS PELA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL.

(VIDE: [TRIBUTÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº78

ESTÃO ISENTAS DE IMPOSTOS LOCAIS AS EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA, NO QUE RESPEITA ÀS SUAS ATIVIDADES ESPECÍFICAS.

(VIDE: [TRIBUTÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº79

O BANCO DO BRASIL NÃO TEM ISENÇÃO DE TRIBUTOS LOCAIS.

(VIDE: [TRIBUTÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

PLANO COLLOR

SÚMULA STF Nº725

É CONSTITUCIONAL O § 2º DO ART. 6º DA LEI 8024/1990, RESULTANTE DA CONVERSÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA 168/1990, QUE FIXOU O BTN FISCAL COMO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA APLICÁVEL AOS DEPÓSITOS BLOQUEADOS PELO PLANO COLLOR I.

(VIDE: [BTN](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

PODER DE POLÍCIA

SÚMULA STF Nº397

O PODER DE POLÍCIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, EM CASO DE CRIME COMETIDO NAS SUAS DEPENDÊNCIAS, COMPREENDE, CONSOANTE O REGIMENTO, A PRISÃO EM FLAGRANTE DO ACUSADO E A REALIZAÇÃO DO INQUÉRITO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

PODER DISCRICIONÁRIO

SÚMULA STF Nº473

A ADMINISTRAÇÃO PODE ANULAR SEUS PRÓPRIOS ATOS, QUANDO EIVADOS DE VÍCIOS QUE OS TORNAM ILEGAIS, PORQUE DELES NÃO SE ORIGINAM DIREITOS; OU REVOGÁ-LOS, POR MOTIVO DE CONVENIÊNCIA OU OPORTUNIDADE, RESPEITADOS OS DIREITOS ADQUIRIDOS, E RESSALVADA, EM TODOS OS CASOS, A APRECIACÃO JUDICIAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

POSSE

SÚMULA STF Nº16

FUNCIONÁRIO NOMEADO POR CONCURSO TEM DIREITO À POSSE.

(VIDE: [NOMEAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº17

A NOMEAÇÃO DE FUNCIONÁRIO SEM CONCURSO PODE SER DESFEITA ANTES DA POSSE.

(VIDE: [CONCURSO PÚBLICO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº487

SERÁ DEFERIDA A POSSE A QUEM, EVIDENTEMENTE, TIVER O DOMÍNIO, SE COM BASE NESTE FOR ELA DISPUTADA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

PRAZO

SÚMULA TJ Nº33

O PRAZO DE CINCO ANOS DO ARTIGO 183 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, APLICA-SE A PARTIR DE 05/10/1988, DATA DE SUA VIGÊNCIA, SALVO SE, PELA LEI ANTERIOR, OCORRER A PRESCRIÇÃO AQUISITIVA NO CURSO DESSA DILAÇÃO.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 01/94, na Apelação Cível nº [1994.001.02737](#) .Julgamento em 20/03/96 - Votação por maioria absoluta. Relator Designado: Desembargador MELLO SERRA . Registro de Acórdão em 21/08/96 - fls. 83/91. In: RDTJ 29/121. Const. Fed. 1988, art. 183, C. Proc. Civil, art. 267, VI.

(Ver: [USUFRUTO](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº44

NÃO SE APLICA O PRAZO DECADENCIAL PREVISTO NA LEI DE IMPRENSA, QUANDO SE TRATAR DE DANO MORAL E A PRETENSÃO INDENIZATÓRIA ESTIVER FUNDADA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 03/2001 - Proc. [2001.146.00003](#). Julgamento em 24/06/2002 - Votação unânime. Relator: DES. GUSTAVO ADOLPHO KUHL LEITE. Registro do Acórdão em Const. Fed. 1988. Reg. Int. TJRJ, art. 122.

(Ver: [DANO MORAL](#), [DECADÊNCIA](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº46

NÃO SE SUSPENDE, COM O PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO, O PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE QUALQUER RECURSO.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 08/2001 - Proc. [2001.146.00008](#). Julgamento em 24/06/2002 - Votação por maioria. Relator: DES. SYLVIO CAPANEMA DE SOUZA. Registro do Acórdão em Reg. Int. TJRJ, art. 122.

(Ver: [RECONSIDERAÇÃO](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº48

OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, QUANDO INTEMPESTIVOS, NÃO INTERROMPEM O PRAZO PARA A INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 08/2001 - Proc. [2001.146.00008](#). Julgamento em 24/06/2002 - Votação por maioria. Relator: DES. SYLVIO CAPANEMA DE SOUZA. Registro do Acórdão em Reg. Int. TJRJ, art. 122.

Comentários: O enunciado da súmula nº 48 afirma que os embargos de declaração, quando intempestivos, não interrompem o prazo para interposição de recursos.

De acordo com a doutrina majoritária, o efeito intempestivo decorrente da interposição dos embargos não está condicionado à sua futura admissibilidade.

A doutrina e a jurisprudência têm reconhecido que os embargos de declaração interpostos intempestivamente não produzem o efeito interruptivo. Neste caso, a parte quando embargou não mais tinha o direito à interposição dos embargos.

O presente verbete sumular está em concordância com a doutrina e a jurisprudência do STJ.

Informações extraídas da obra Comentários aos Verbetes Sumulares do TJRJ – **Juiz André Gustavo Corrêa de Andrade**

(Ver: [EMBARGOS](#))

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº25

NAS AÇÕES DA LEI DE FALENCIAS O PRAZO PARA A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONTA-SE DA INTIMAÇÃO DA PARTE.

(VIDE: [FALÊNCIA E CONCORDATA](#), [RECURSO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº52

ENCERRADA A INSTRUÇÃO CRIMINAL, FICA SUPERADA A ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO POR EXCESSO DE PRAZO.

(VIDE: [INSTRUÇÃO CRIMINAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº64

NÃO CONSTITUI CONSTRANGIMENTO ILEGAL O EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO, PROVOCADO PELA DEFESA.

Nesse sentido: [HC 81193](#) [HC 76284](#) [HC 67256](#) [HC 70062](#) [HC 69085](#)

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº106

PROPOSTA A AÇÃO NO PRAZO FIXADO PARA O SEU EXERCÍCIO, A DEMORA NA CITAÇÃO, POR MOTIVOS INERENTES AO MECANISMO DA JUSTIÇA, NÃO JUSTIFICA O ACOLHIMENTO DA ARGUIÇÃO DE PRESCRIÇÃO OU DECADÊNCIA.

(VIDE: [CITAÇÃO E/ OU INTIMAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº116

A FAZENDA PÚBLICA E O MINISTÉRIO PÚBLICO TEM PRAZO EM DOBRO PARA INTERPOR AGRAVO REGIMENTAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

(VIDE: [FAZENDA PÚBLICA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº117

A INOBSERVÂNCIA DO PRAZO DE 48 HORAS, ENTRE A PUBLICAÇÃO DE PAUTA E O JULGAMENTO SEM A PRESENÇA DAS PARTES, ACARRETA NULIDADE.

(Ver: [NULIDADE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº188

OS JUROS MORATORIOS, NA REPETIÇÃO DO INDEBITO TRIBUTÁRIO, SÃO DEVIDOS A PARTIR DO TRANSITO EM JULGADO DA SENTENÇA.

(VIDE: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#), [TRIBUTÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº216

A TEMPESTIVIDADE DE RECURSO INTERPOSTO NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA É AFERIDA PELO REGISTRO NO PROTOCOLO DA SECRETARIA E NÃO PELA DATA DA ENTREGA NA AGÊNCIA DO CORREIO.

(VIDE: [RECURSO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº298

O ALONGAMENTO DE DÍVIDA ORIGINADA DE CRÉDITO RURAL NÃO CONSTITUI FACULDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, MAS, DIREITO DO DEVEDOR NOS TERMOS DA LEI.

(VIDE: [CRÉDITO RURAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº445

A LEI 2437, DE 7/3/1955, QUE REDUZ PRAZO PRESCRICIONAL, É APLICÁVEL ÀS PRESCRIÇÕES EM CURSO NA DATA DE SUA VIGÊNCIA (1º/1/1956), SALVO QUANTO AOS PROCESSOS ENTÃO PENDENTES.

(VIDE: [PRESCRIÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº448

O PRAZO PARA O ASSISTENTE RECORRER, SUPLETIVAMENTE, COMEÇA A CORRER IMEDIATAMENTE APÓS O TRANSCURSO DO PRAZO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

(VIDE: [MINISTERIO PÚBLICO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº507

A AMPLIAÇÃO DOS PRAZOS A QUE SE REFERE O ART. 32 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL APLICA-SE AOS EXECUTIVOS FISCAIS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº641

NÃO SE CONTA EM DOBRO O PRAZO PARA RECORRER, QUANDO SÓ UM DOS LITISCONSORTES HAJA SUCUMBIDO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº710

NO PROCESSO PENAL, CONTAM-SE OS PRAZOS DA DATA DA INTIMAÇÃO, E NÃO DA JUNTADA AOS AUTOS DO MANDADO OU DA CARTA PRECATÓRIA OU DE ORDEM.

(VER: [PROCESSO PENAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº728

É DE TRÊS DIAS O PRAZO PARA A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONTRA DECISÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, CONTADO, QUANDO FOR O CASO, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO, NA PRÓPRIA SESSÃO DE JULGAMENTO, NOS TERMOS DO ART. 12 DA LEI 6055/1974, QUE NÃO FOI REVOGADO PELA LEI 8950/1994.

(VIDE: [RECURSO EXTRAORDINÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

PRECATÓRIO

SÚMULA STJ Nº144

OS CREDITOS DE NATUREZA ALIMENTICIA GOZAM DE PREFERENCIA, DESVINCULADOS OS PRECATORIOS DA ORDEM CRONOLOGICA DOS CREDITOS DE NATUREZA DIVERSA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº311

OS ATOS DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL QUE DISPONHAM SOBRE PROCESSAMENTO E PAGAMENTO DE PRECATÓRIO NÃO TÊM CARÁTER JURISDICIONAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

Súmula STJ Nº406

A FAZENDA PÚBLICA PODE RECUSAR A SUBSTITUIÇÃO DO BEM PENHORADO POR PRECATÓRIOS.

(VER: [PENHORA](#), [FAZENDA PÚBLICA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº655

A EXCEÇÃO PREVISTA NO ART. 100, CAPUT, DA CONSTITUIÇÃO, EM FAVOR DOS CRÉDITOS DE NATUREZA ALIMENTÍCIA, NÃO DISPENSA A EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO, LIMITANDO-SE A ISENTÁ-LOS DA OBSERVÂNCIA DA ORDEM CRONOLÓGICA DOS PRECATÓRIOS DECORRENTES DE CONDENAÇÕES DE OUTRA NATUREZA

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº733

NÃO CABE RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONTRA DECISÃO PROFERIDA NO PROCESSAMENTO DE PRECATÓRIOS.

(VIDE: [RECURSO EXTRAORDINÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

[SÚMULA VINCULANTE STF Nº17](#)

DURANTE O PERÍODO PREVISTO NO PARÁGRAFO PRIMEIRO DO ARTIGO 100 DA CONSTITUIÇÃO, NÃO INCIDEM JUROS DE MORA SOBRE OS PRECATÓRIOS QUE NELE SEJAM PAGOS.

(VER: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

PRESCRIÇÃO

SÚMULA STJ Nº39

PRESCREVE EM VINTE ANOS A AÇÃO PARA HAVER INDENIZAÇÃO, POR RESPONSABILIDADE CIVIL, DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº85

NAS RELAÇÕES JURÍDICAS DE TRATO SUCESSIVO EM QUE A FAZENDA PÚBLICA FIGURE COMO DEVEDORA, QUANDO NÃO TIVER SIDO NEGADO O PRÓPRIO DIREITO RECLAMADO, A PRESCRIÇÃO ATINGE APENAS AS PRESTAÇÕES VENCIDAS ANTES DO QUINQUENIO ANTERIOR À PROPOSITURA DA AÇÃO.

(vide: [FAZENDA PÚBLICA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº101

A AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURADO EM GRUPO CONTRA A SEGURADORA PRESCREVE EM UM ANO.

(VIDE: [INDENIZAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº119

A AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA PRESCREVE EM VINTE ANOS.

(VIDE: [DESAPROPRIAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº142

PRESCREVE EM VINTE ANOS A AÇÃO PARA EXIGIR A ABSTENÇÃO DO USO DE MARCA COMERCIAL. (*)

(*) JULGANDO A AR 512/DF, NA SESSÃO DE 12.05.1999, A SEGUNDA SEÇÃO DELIBEROU PELO **CANCELAMENTO DA SÚMULA** N. 142.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº143

PRESCREVE EM CINCO ANOS A AÇÃO DE PERDAS E DANOS PELO USO DE MARCA COMERCIAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº194

PRESCREVE EM VINTE ANOS A AÇÃO PARA OBTER, DO CONSTRUTOR, INDENIZAÇÃO POR DEFEITOS DA OBRA.

(VIDE: [INDENIZAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº210

A AÇÃO DE COBRANÇA DAS CONTRIBUIÇÕES PARA O FGTS PRESCREVE EM TRINTA (30) ANOS.

(VIDE: [FGTS-PIS/PASEP](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº220

A REINCIDÊNCIA NÃO INFLUI NO PRAZO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA.

(VIDE: [PROCESSO PENAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº278

O TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL, NA AÇÃO DE INDENIZAÇÃO, É A DATA EM QUE O SEGURADO TEVE CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA INCAPACIDADE LABORAL.

(VIDE: [INDENIZAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº314

EM EXECUÇÃO FISCAL, NÃO LOCALIZADOS BENS PENHORÁVEIS, SUSPENDE-SE O PROCESSO POR UM ANO, FINDO O QUAL SE INICIA O PRAZO DA PRESCRIÇÃO QUINQUÊNAL INTERCORRENTE.

(VIDE: [EXECUÇÃO](#), [PENHORA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº338

A PRESCRIÇÃO PENAL É APLICÁVEL NAS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS.

(VIDE: [MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº398

A PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PARA PLEITEAR OS JUROS PROGRESSIVOS SOBRE OS SALDOS DE CONTA VINCULADA DO FGTS NÃO ATINGE O FUNDO DE DIREITO, LIMITANDO-SE ÀS PARCELAS VENCIDAS.

(Ver: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#) / [FGTS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº405

A AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) PRESCREVE EM TRÊS ANOS.

(VER: [SEGURO OBRIGATÓRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº409

EM EXECUÇÃO FISCAL, A PRESCRIÇÃO OCORRIDA ANTES DA PROPOSITURA DA AÇÃO PODE SER DECRETADA DE OFÍCIO.

(VER: [EXECUÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº412

A AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO DE TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO SUJEITA-SE AO PRAZO PRESCRICIONAL ESTABELECIDO NO CÓDIGO CIVIL.

(VER: [AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO](#); [TARIFA DE ÁGUA](#), [TARIFA DE ESGOTO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº415

O PERÍODO DE SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL É REGULADO PELO MÁXIMO DA PENA COMINADA

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº427

A AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇAS DE VALORES DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA PRESCREVE EM CINCO ANOS CONTADOS DA DATA DO PAGAMENTO.

(VER: [APOSENTADORIA](#), [AÇÃO DE COBRANÇA](#))

[NOTÍCIAS DO STJ](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº146

A PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PENAL REGULA-SE PELA PENA CONCRETIZADA NA SENTENÇA, QUANDO NÃO HÁ RECURSO DA ACUSAÇÃO.

(VIDE: [PRESCRIÇÃO](#), [PROCESSO PENAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº147

A PRESCRIÇÃO DE CRIME FALIMENTAR COMEÇA A CORRER DA DATA EM QUE DEVERIA ESTAR ENCERRADA A FALÊNCIA, OU DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA QUE A ENCERRAR OU QUE JULGAR CUMPRIDA A CONCORDATA.

(VIDE: [CRIME FALIMENTAR](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº150

PRESCREVE A EXECUÇÃO NO MESMO PRAZO DE PRESCRIÇÃO DA AÇÃO.

(VIDE: [EXECUÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº151

PRESCREVE EM UM ANO A AÇÃO DO SEGURADOR SUB-ROGADO PARA HAVER INDENIZAÇÃO POR EXTRAVIO OU PERDA DE CARGA TRANSPORTADA POR NAVIO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº152

A AÇÃO PARA ANULAR VENDA DE ASCENDENTE A DESCENDENTE, SEM CONSENTIMENTO DOS DEMAIS, PRESCREVE EM QUATRO ANOS A CONTAR DA ABERTURA DA SUCESSÃO (REVOGADA).

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº153

SIMPLES PROTESTO CAMBIÁRIO NÃO INTERROMPE A PRESCRIÇÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº154

SIMPLES VISTORIA NÃO INTERROMPE A PRESCRIÇÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº230

A PRESCRIÇÃO DA AÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO CONTA-SE DO EXAME PERICIAL QUE COMPROVAR A ENFERMIDADE OU VERIFICAR A NATUREZA DA INCAPACIDADE.

(VIDE: [ACIDENTE DE TRABALHO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº264

VERIFICA-SE A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE PELA PARALISAÇÃO DA AÇÃO RESCISÓRIA POR MAIS DE CINCO ANOS.

(VIDE: [AÇÃO RESCISÓRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº443

A PRESCRIÇÃO DAS PRESTAÇÕES ANTERIORES AO PERÍODO PREVISTO EM LEI NÃO OCORRE, QUANDO NÃO TIVER SIDO NEGADO, ANTES DAQUELE PRAZO, O PRÓPRIO DIREITO RECLAMADO, OU A SITUAÇÃO JURÍDICA DE QUE ELE RESULTA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº445

A LEI 2437, DE 7/3/1955, QUE REDUZ PRAZO PRESCRICIONAL, É APLICÁVEL ÀS PRESCRIÇÕES EM CURSO NA DATA DE SUA VIGÊNCIA (1º/1/1956), SALVO QUANTO AOS PROCESSOS ENTÃO PENDENTES.

(VIDE: [PRAZO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº494

A AÇÃO PARA ANULAR VENDA DE ASCENDENTE A DESCENDENTE, SEM CONSENTIMENTO DOS DEMAIS, PRESCREVE EM VINTE ANOS, CONTADOS DA DATA DO ATO, REVOGADA A SÚMULA 152.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº497

QUANDO SE TRATAR DE CRIME CONTINUADO, A PRESCRIÇÃO REGULA-SE PELA PENA IMPOSTA NA SENTENÇA, NÃO SE COMPUTANDO O ACRÉSCIMO DECORRENTE DA CONTINUAÇÃO.

(VER: [CRIME CONTINUADO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº604

A PRESCRIÇÃO PELA PENA EM CONCRETO É SOMENTE DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE.

(VER: [PENA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº607

NA AÇÃO PENAL REGIDA PELA LEI 4611/1965, A DENÚNCIA, COMO SUBSTITUTIVO DA PORTARIA, NÃO INTERROMPE A PRESCRIÇÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA VINCULANTE STF Nº8

SÃO INCONSTITUCIONAIS O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 5º DO DECRETO-LEI Nº 1.569/1977 E OS ARTIGOS 45 E 46 DA LEI Nº 8.212/1991, QUE TRATAM DE PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO.

(VIDE: [DECADÊNCIA](#), [TRIBUTÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

PREVIDENCIÁRIO

SÚMULA TJ Nº23

APLICA-SE O ART. 22 DA LEI Nº 6.435/77, A PARTIR DE SUA VIGÊNCIA, AOS CONTRATOS CELEBRADOS ANTERIORMENTE, SALVO SE OS TERMOS CONTRATUAIS AUTORIZAREM INTERPRETAÇÃO MAIS AMPLA.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 02/87 na Apelação Cível nº 1986.001.04165. Julgamento em 28.12.87. Relator: DES. PAULO PINTO. Registro do Acórdão em 08/09/88. In: RDTJ 05/104. Lei Fed. 6.435/77, art. 22 e 88.

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº29

A PENSÃO PREVIDENCIÁRIA É DE 80% INCIDINDO SOBRE O VENCIMENTO BASE DO SERVIDOR.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 01/92 na Apelação Cível nº 1992.001.00365. Julgamento em 06/05/93. Relator: DES. PEDRO LIGIÉRO. Registro do Acórdão em 08/07/93. In: RDTJ 18/54 e RF 326/212. Const. Fed. 1988, art. 40, §5º, Const. Est. 1989, art. 78, Lei Est. 1.127/87, art. 1º, §1º, art. 2º, Lei Est. 1.256/87, Lei Fed. 285/79, art. 28, Dec. Lei 10.273/87.

(Ver: [SERVIDOR PÚBLICO](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº32

SENDO A CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA COM CARÁTER DE ASSOCIAÇÃO, NÃO HÁ OBRIGATORIEDADE E SIM FACULTATIVIDADE DE SEUS ASSOCIADOS A ELA SE FILIAREM OU PERMANECEREM FILIADOS COMO CONTRIBUINTE (ART. 5º, XX, CONSTITUIÇÃO FEDERAL).

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência - nº 03/95 na Apelação Cível nº [1995.001.00705](#). Julgamento em 22/11/95 - Votação por maioria absoluta. Relator Designado: Desembargador PESTANA DE AGUIAR. Registro de Acórdão em 12/06/96 - fls. 43/60. In: RDTJ 28/103. Const. Fed. 1988, art. 5º, XX; 149, parágrafo único, Const. Est. 1989, art. 192, C. Proc. Civil, art. 479, Reg. Int. TJRJ, art. 122, Lei Fed. 1.095/83, Dec. Lei 3.493/38.

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº68

A FIXAÇÃO DO BENEFÍCIO DA PENSÃO POR MORTE SERÁ IGUAL AO VALOR DOS PROVENTOS DO SERVIDOR EM ATIVIDADE NA DATA DO SEU FALECIMENTO, CONFORME DISPOSTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20/98, QUE MODIFICOU A REDAÇÃO DO ART. 40, PAR. 7º, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, OBSERVADO O DISPOSTO NO PAR. 3º.

Referência: Uniformização de Jurisprudência nº 2003.018.00002 na Apelação Cível nº 2002.001.17840 - Julgamento em 29/09/2003 - Votação: unânime - Relator: Álvaro Mayrink da Costa - Registro de Acórdão em 06/11/2003 - fls. 6744/6747.

(Ver: [SERVIDOR PÚBLICO](#))

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº44

A DEFINIÇÃO, EM ATO REGULAMENTAR, DE GRAU MÍNIMO DE DISACUSIA, NÃO EXCLUI, POR SI SO, A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.

(VIDE: ACIDENTE DE TRABALHO)

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº94

A PARCELA RELATIVA AO ICMS INCLUI-SE NA BASE DE CÁLCULO DO FINSOCIAL.

VIDE ([ICM/ICMS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº146

O SEGURADO, VITIMA DE NOVO INFORTUNIO, FAZ JUS A UM ÚNICO BENEFICIO SOMADO AO SALARIO DE CONTRIBUIÇÃO VIGENTE NO DIA DO ACIDENTE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº148

OS DEBITOS RELATIVOS A BENEFICIO PREVIDENCIARIO, VENCIDOS E COBRADOS EM JUIZO APOS A VIGENCIA DA LEI NR. 6.899/81, DEVEM SER CORRIGIDOS MONETARIAMENTE NA FORMA PREVISTA NESSE DIPLOMA LEGAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº149

A PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL NÃO BASTA A COMPROVAÇÃO DA ATIVIDADE RURICOLA, PARA EFEITO DA OBTENÇÃO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº242

CABE AÇÃO DECLARATORIA PARA RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº272

O TRABALHADOR RURAL, NA CONDIÇÃO DE SEGURADO ESPECIAL, SUJEITO À CONTRIBUIÇÃO OBRIGATÓRIA SOBRE A PRODUÇÃO RURAL COMERCIALIZADA, SOMENTE FAZ JUS À APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO, SE RECOLHER CONTRIBUIÇÕES FACULTATIVAS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº289

A RESTITUIÇÃO DAS PARCELAS PAGAS A PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA DEVE SER OBJETO DE CORREÇÃO PLENA, POR ÍNDICE QUE RECOMPONHA A EFETIVA DESVALORIZAÇÃO DA MOEDA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº290

NOS PLANOS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA, NÃO CABE AO BENEFICIÁRIO A DEVOLUÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO EFETUADA PELO PATROCINADOR.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº291

A AÇÃO DE COBRANÇA DE PARCELAS DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA PELÁ PREVIDÊNCIA PRIVADA PRESCREVE EM CINCO ANOS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº310

O AUXÍLIO-CRECHE NÃO INTEGRA O SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº321

O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR É APLICÁVEL À RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE A ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEUS PARTICIPANTES.

(VIDE: [CONSUMIDOR](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

[SÚMULA STJ Nº336](#)

A MULHER QUE RENUNCIOU AOS ALIMENTOS NA SEPARAÇÃO JUDICIAL TEM DIREITO À PENSÃO PREVIDENCIÁRIA POR MORTE DO EX-MARIDO, COMPROVADA A NECESSIDADE ECONÔMICA SUPERVENIENTE.

(VIDE: [ALIMENTOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº340

A LEI APLICÁVEL À CONCESSÃO DE PENSÃO PREVIDENCIÁRIA POR MORTE É AQUELA VIGENTE NA DATA DO ÓBITO DO SEGURADO

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº416

É DEVIDA A PENSÃO POR MORTE AOS DEPENDENTES DO SEGURADO QUE, APESAR DE TER PERDIDO ESSA QUALIDADE, PREENCHEU OS REQUISITOS LEGAIS PARA A OBTENÇÃO DE APOSENTADORIA ATÉ A DATA DO SEU ÓBITO.

(VER: [PENSÃO POR MORTE](#); [APOSENTADORIA](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº36

SERVIDOR VITALÍCIO ESTÁ SUJEITO À APOSENTADORIA COMPULSÓRIA, EM RAZÃO DA IDADE.
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº241

A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDE SOBRE O ABONO INCORPORADO AO SALÁRIO.
(VIDE: [DIREITO DO TRABALHO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº466

NÃO É INCONSTITUCIONAL A INCLUSÃO DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES DE SOCIEDADES E TITULARES DE FIRMAS INDIVIDUAIS COMO CONTRIBUINTES OBRIGATÓRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº467

A BASE DO CÁLCULO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA LEI ORGÂNICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, É O SALÁRIO MÍNIMO MENSAL, OBSERVADOS OS LIMITES DA LEI 2755/1956.
(VER: [SALÁRIO MÍNIMO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº490

A PENSÃO CORRESPONDENTE À INDENIZAÇÃO ORIUNDA DE RESPONSABILIDADE CIVIL DEVE SER CALCULADA COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE AO TEMPO DA SENTENÇA E AJUSTAR-SE-Á ÀS VARIAÇÕES ULTERIORES.
(VER: [INDENIZAÇÃO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº530

NA LEGISLAÇÃO ANTERIOR AO ART. 4º DA LEI 4749, DE 12/8/1965, A CONTRIBUIÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL NÃO ESTAVA SUJEITA AO LIMITE ESTABELECIDO NO ART. 69 DA LEI 3807, DE 26/8/1960, SOBRE O 13º SALÁRIO A QUE SE REFERE O ART. 3º DA LEI 4281, DE 8/11/1963.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº613

OS DEPENDENTES DE TRABALHADOR RURAL NÃO TÊM DIREITO À PENSÃO PREVIDENCIÁRIA, SE O ÓBITO OCORREU ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA LEI COMPLEMENTAR 11/1971.

(VER: [DIREITO DO TRABALHO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº687

A REVISÃO DE QUE TRATA O ART. 58 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS NÃO SE APLICA AOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS CONCEDIDOS APÓS A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº688

É LEGÍTIMA A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O 13º SALÁRIO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº689

O SEGURADO PODE AJUIZAR AÇÃO CONTRA A INSTITUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PERANTE O JUÍZO FEDERAL DO SEU DOMICÍLIO OU NAS VARAS FEDERAIS DA CAPITAL DO ESTADO-MEMBRO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº729

A DECISÃO NA AÇÃO DIRETA DE CONSTITUCIONALIDADE 4 NÃO SE APLICA À ANTECIPAÇÃO DE TUTELA EM CAUSA DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA.

(VER: [TUTELA ANTECIPADA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº730

A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA CONFERIDA A INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM FINS LUCRATIVOS PELO ART. 150, VI, C, DA CONSTITUIÇÃO, SOMENTE ALCANÇA AS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL PRIVADA SE NÃO HOVER CONTRIBUIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS.

(VER: [TRIBUTÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

PRISÃO CIVIL

SÚMULA STJ Nº280

O ART. 35 DO DECRETO-LEI Nº 7.661, DE 1945, QUE ESTABELECE A PRISÃO ADMINISTRATIVA, FOI REVOGADO PELOS INCISOS LXI E LXVII DO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº304

É ILEGAL A DECRETAÇÃO DA PRISÃO CIVIL DAQUELE QUE NÃO ASSUME EXPRESSAMENTE O ENCARGO DE DEPOSITÁRIO JUDICIAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº309

O DÉBITO ALIMENTAR QUE AUTORIZA A PRISÃO CIVIL DO ALIMENTANTE É O QUE COMPREENDE AS TRÊS PRESTAÇÕES ANTERIORES AO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO E AS QUE SE VENCEREM NO CURSO DO PROCESSO.(*)

(*) julgando o HC 53.068-MS, na sessão de 22/03/2006, a Segunda Seção deliberou pela ALEGAÇÃO da súmula n. 309.

REDAÇÃO ANTERIOR (decisão de 27/04/2005, DJ 04/05/2005): O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores à citação e as que vencerem no curso do processo.

VIDE:ALIMENTOS

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº419

DESCABE A PRISÃO CIVIL DO DEPOSITÁRIO JUDICIAL INFIEL.

(VER: [DEPOSITÁRIO JUDICIAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA VINCULANTE STF Nº25

É ILÍCITA A PRISÃO CIVIL DE DEPOSITÁRIO INFIEL, QUALQUER QUE SEJA A MODALIDADE DO DEPÓSITO.

(VER: [DEPOSITÁRIO INFIEL](#); [DEPOSITÁRIO JUDICIAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

PRISÃO PROVISÓRIA

Súmula STJ N°9

A EXIGENCIA DA PRISÃO PROVISORIA, PARA APELAR, NÃO OFENDE A GARANTIA CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCENCIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Súmula STJ N°343

É OBRIGATÓRIA A PRESENÇA DE ADVOGADO EM TODAS AS FASES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

Súmula Vinculante STF N 5

A FALTA DE DEFESA TÉCNICA POR ADVOGADO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR NÃO OFENDE A CONSTITUIÇÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

PROCESSO LEGISLATIVO

SÚMULA STF N°5

A SANÇÃO DO PROJETO SUPRE A FALTA DE INICIATIVA DO PODER EXECUTIVO (VIDE OBSERVAÇÃO).

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF N°203

NÃO ESTÁ SUJEITA À VACÂNCIA DE 60 DIAS A VIGÊNCIA DE NOVOS NÍVEIS DE SALÁRIO MÍNIMO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº496

SÃO VÁLIDOS, PORQUE SALVAGUARDADOS PELAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1967, OS DECRETOS-LEIS EXPEDIDOS ENTRE 24 DE JANEIRO E 15 DE MARÇO DE 1967.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº651

A MEDIDA PROVISÓRIA NÃO APRECIADA PELO CONGRESSO NACIONAL PODIA, ATÉ A EMENDA CONSTITUCIONAL 32/2001, SER REEDITADA DENTRO DO SEU PRAZO DE EFICÁCIA DE TRINTA DIAS, MANTIDOS OS EFEITOS DE LEI DESDE A PRIMEIRA EDIÇÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

PROCESSO PENAL

SÚMULA TJ Nº69

APLICA-SE AO PROCESSO PENAL, POR ANALOGIA, O ARTIGO 557 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante (Art. 122 RI) nº [2002.146.00001](#) (Enunciado Criminal nº 01, do TJRJ) – Julgamento em 04/08/2003 – Votação: por maioria – Relator: Des. J. C. Murta Ribeiro – Registro de Acórdão em 05/03/2004 – fls. 565/572.

(Ver: [DECISÃO MONOCRÁTICA](#), [RECURSO](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº70

O FATO DE RESTRINGIR-SE A PROVA ORAL A DEPOIMENTOS DE AUTORIDADES POLICIAIS E SEUS AGENTES NÃO DESAUTORIZA A CONDENAÇÃO.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante (Art. 122 RI) nº [2002.146.00001](#) (Enunciado Criminal nº 02, do TJRJ) – Julgamento em 04/08/2003 – Votação: unânime – Relator: Des. J. C. Murta Ribeiro – Registro de Acórdão em 05/03/2004 – fls. 565/572.

(Ver: [PROVA](#), [TESTEMUNHO DE POLICIAL](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº71

O JUIZ NÃO ESTÁ OBRIGADO A DEFERIR DILIGÊNCIAS QUE, JUSTIFICADAMENTE, ENTENDER DESNECESSÁRIAS OU IMPERTINENTES.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante (Art. 122 RI) nº [2002.146.00001](#) (Enunciado Criminal nº 04, do TJRJ) – Julgamento em 04/08/2003 – Votação: unânime – Relator: Des. J. C. Murta Ribeiro – Registro de Acórdão em 05/03/2004 – fls. 565/572.

(Ver: [DILIGENCIA](#))

[\(Topo\)](#)

SÚMULA TJ Nº73

O DESAFORAMENTO PODE SER DEFERIDO PARA OUTRA COMARCA, AINDA QUE NÃO SEJA A MAIS PRÓXIMA, ATENDIDAS AS EXIGÊNCIAS DO ARTIGO 424 DO CPP.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante (Art. 122 RI) nº [2002.146.00001](#) (Enunciado Criminal nº 07, do TJRJ) – Julgamento em 04/08/2003 – Votação: unânime – Relator: Des. J. C. Murta Ribeiro – Registro de Acórdão em 05/03/2004 – fls. 565/572.

(Ver: [DESAFORAMENTO](#))

[\(Topo\)](#)

SÚMULA TJ Nº74

A CONDENAÇÃO NAS CUSTAS, MESMO PARA O RÉU CONSIDERADO JURIDICAMENTE POBRE, DERIVA DA SUCUMBÊNCIA, E, PORTANTO, COMPETENTE PARA SUA COBRANÇA, OU NÃO, É O JUÍZO DA EXECUÇÃO.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante (Art. 122 RI) nº [2002.146.00001](#) (Enunciado Criminal nº 08, do TJRJ) – Julgamento em 04/08/2003 – Votação: por maioria – Relator: Des. J.C. Murta Ribeiro – Registro de Acórdão em 05/03/2004 – fls. 565/572.

(Ver: [COMPETÊNCIA](#), [CUSTAS E TAXA JUDICIÁRIA](#), [CUSTAS/SUCUMBENCIA](#))

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº9

A EXIGENCIA DA PRISÃO PROVISÓRIA, PARA APELAR, NÃO OFENDE A GARANTIA CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCENCIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº17

QUANDO O FALSO SE EXAURE NO ESTELIONATO, SEM MAIS POTENCIALIDADE LESIVA, E POR ESTE ABSORVIDO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº18

A SENTENÇA CONCESSIVA DO PERDÃO JUDICIAL E DECLARATORIA DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE, NÃO SUBSISTINDO QUALQUER EFEITO CONDENATORIO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº24

APLICA-SE AO CRIME DE ESTELIONATO, EM QUE FIGURE COMO VÍTIMA ENTIDADE AUTÁRQUICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, A QUALIFICADORA DO § 3º, DO ART. 171 DO CODIGO PENAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº38

COMPETE A JUSTIÇA ESTADUAL COMUM, NA VIGENCIA DA CONSTITUIÇÃO DE 1988, O PROCESSO POR CONTRAVENÇÃO PENAL, AINDA QUE PRATICADA EM DETRIMENTO DE BENS, SERVIÇOS OU INTERESSE DA UNIÃO OU DE SUAS ENTIDADES.

(VIDE: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº40

PARA OBTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS DE SAÍDA TEMPORÁRIA E TRABALHO EXTERNO, CONSIDERA-SE O TEMPO DE CUMPRIMENTO DA PENA NO REGIME FECHADO.

Nesse sentido: [RHC 3168](#)

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº47

COMPETE A JUSTIÇA MILITAR PROCESSAR E JULGAR CRIME COMETIDO POR MILITAR CONTRA CIVIL, COM EMPREGO DE ARMA PERTENCENTE A CORPORAÇÃO, MESMO NÃO ESTANDO EM SERVIÇO.

(VIDE: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº48

COMPETE AO JUÍZO DO LOCAL DA OBTENÇÃO DA VANTAGEM ILÍCITA PROCESSAR E JULGAR CRIME DE ESTELIONATO COMETIDO MEDIANTE FALSIFICAÇÃO DE CHEQUE.

(VIDE: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº51

A PUNIÇÃO DO INTERMEDIADOR, NO JOGO DO BICHO, INDEPENDE DA IDENTIFICAÇÃO DO APOSTADOR OU DO BANQUEIRO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº52

ENCERRADA A INSTRUÇÃO CRIMINAL, FICA SUPERADA A ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO POR EXCESSO DE PRAZO.

(VIDE: [PRAZO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº53

COMPETE A JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR CIVIL ACUSADO DE PRÁTICA DE CRIME CONTRA INSTITUIÇÕES MILITARES ESTADUAIS.
(VIDE: [COMPETÊNCIA](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº62

COMPETE A JUSTIÇA ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR O CRIME DE FALSA ANOTAÇÃO NA CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, ATRIBUÍDO A EMPRESA PRIVADA.
(VIDE: [COMPETÊNCIA](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº64

NÃO CONSTITUI CONSTRANGIMENTO ILEGAL O EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO, PROVOCADO PELA DEFESA.
(VIDE: [PROVA](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº73

A UTILIZAÇÃO DE PAPEL MOEDA GROSSEIRAMENTE FALSIFICADO CONFIGURA, EM TESE, O CRIME DE ESTELIONATO, DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.
(VIDE: [COMPETÊNCIA](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº74

PARA EFEITOS PENAIIS, O RECONHECIMENTO DA MENORIDADE DO REU REQUER PROVA POR DOCUMENTO HABIL.
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº75

COMPETE A JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR O POLICIAL MILITAR POR CRIME DE PROMOVER OU FACILITAR A FUGA DE PRESO DE ESTABELECIMENTO PENAL.

(VIDE: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº78

COMPETE A JUSTIÇA MILITAR PROCESSAR E JULGAR POLICIAL DE CORPORAÇÃO ESTADUAL, AINDA QUE O DELITO TENHA SIDO PRATICADO EM OUTRA UNIDADE FEDERATIVA.

(VIDE: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº81

NÃO SE CONCEDE FIANÇA QUANDO, EM CONCURSO MATERIAL, A SOMA DAS PENAS MINIMAS COMINADAS FOR SUPERIOR A DOIS ANOS DE RECLUSÃO.

(VIDE: [FIANÇA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº96

O CRIME DE EXTORSÃO CONSUMA-SE INDEPENDENTEMENTE DA OBTENÇÃO DA VANTAGEM INDEVIDA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº108

A APLICAÇÃO DE MEDIDAS SOCIO-EDUCATIVAS AO ADOLESCENTE, PELA PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL, E DA COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO JUIZ.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº122

COMPETE A JUSTIÇA FEDERAL O PROCESSO E JULGAMENTO UNIFICADO DOS CRIMES CONEXOS DE COMPETÊNCIA FEDERAL E ESTADUAL, NÃO SE APLICANDO A REGRA DO ART. 78, II, A, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.

(VIDE: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº147

COMPETE A JUSTIÇA FEDERAL PROCESSAR E JULGAR OS CRIMES PRATICADOS CONTRA FUNCIONÁRIO PÚBLICO FEDERAL, QUANDO RELACIONADOS COM O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO.

(VIDE: [COMPETÊNCIA](#), [SERVIDOR PÚBLICO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº151

A COMPETÊNCIA PARA O PROCESSO E JULGAMENTO POR CRIME DE CONTRABANDO OU DESCAMINHO DEFINE-SE PELA PREVENÇÃO DO JUÍZO FEDERAL DO LUGAR DA APREENSÃO DOS BENS.

(VIDE: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº164

O PREFEITO MUNICIPAL, APÓS A EXTINÇÃO DO MANDATO, CONTINUA SUJEITO A PROCESSO POR CRIME PREVISTO NO ART. 1.º DO DEC. LEI Nº. 201, DE 27/02/67.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº171

COMINADAS CUMULATIVAMENTE, EM LEI ESPECIAL, PENAS PRIVATIVA DE LIBERDADE E PECUNIÁRIA, E DEFESO A SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO POR MULTA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº172

COMPETE A JUSTIÇA COMUM PROCESSAR E JULGAR MILITAR POR CRIME DE ABUSO DE AUTORIDADE, AINDA QUE PRATICADO EM SERVIÇO.

(VIDE: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº174

NO CRIME DE ROUBO, A INTIMIDAÇÃO FEITA COM ARMA DE BRINQUEDO AUTORIZA O AUMENTO DA PENA. (*)

(*) Julgando o RESP 213.054-SP, na sessão de 24/10/2001, a Terceira Seção deliberou pelo CANCELAMENTO da súmula n. 174.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº192

COMPETE AO JUIZO DAS EXECUÇÕES PENAIS DO ESTADO A EXECUÇÃO DAS PENAS IMPOSTAS A SENTENCIADOS PELA JUSTIÇA FEDERAL, MILITAR OU ELEITORAL, QUANDO RECOLHIDOS A ESTABELECIMENTOS SUJEITOS A ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº200

O JUIZO FEDERAL COMPETENTE PARA PROCESSAR E JULGAR ACUSADO DE CRIME DE USO DE PASSAPORTE FALSO E O DO LUGAR ONDE O DELITO SE CONSUMOU.

(VIDE: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº208

COMPETE A JUSTIÇA FEDERAL PROCESSAR E JULGAR PREFEITO MUNICIPAL POR DESVIO DE VERBA SUJEITA A PRESTAÇÃO DE CONTAS PERANTE ORGÃO FEDERAL.

(VIDE: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº209

COMPETE A JUSTIÇA ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR PREFEITO POR DESVIO DE VERBA TRANSFERIDA E INCORPORADA AO PATRIMONIO MUNICIPAL.

(VIDE: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº220

A REINCIDÊNCIA NÃO INFLUI NO PRAZO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº231

A INCIDÊNCIA DA CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE NÃO PODE CONDUZIR À REDUÇÃO DA PENA ABAIXO DO MÍNIMO LEGAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº234

A PARTICIPAÇÃO DE MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA FASE INVESTIGATÓRIA CRIMINAL NÃO ACARRETA O SEU IMPEDIMENTO OU SUSPEIÇÃO PARA O OFERECIMENTO DA DENÚNCIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº241

A REINCIDÊNCIA PENAL NÃO PODE SER CONSIDERADA COMO CIRCUNSTÂNCIA AGRAVANTE E, SIMULTANEAMENTE, COMO CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº243

O BENEFÍCIO DA SUSPENSÃO DO PROCESSO NÃO É APLICÁVEL EM RELAÇÃO ÀS INFRAÇÕES PENAS COMETIDAS EM CONCURSO MATERIAL, CONCURSO FORMAL OU CONTINUIDADE DELITIVA, QUANDO A PENA MÍNIMA COMINADA, SEJA PELO SOMATÓRIO, SEJA PELA INCIDÊNCIA DA MAJORANTE, ULTRAPASSAR O LIMITE DE UM (01) ANO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº244

COMPETE AO FORO DO LOCAL DA RECUSA PROCESSAR E JULGAR O CRIME DE ESTELIONATO MEDIANTE CHEQUE SEM PROVISÃO DE FUNDOS.

(VIDE: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº265

É NECESSÁRIA A OITIVA DO MENOR INFRATOR ANTES DE DECRETAR-SE A REGRESSÃO DA MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº269

É ADMISSÍVEL A ADOÇÃO DO REGIME PRISIONAL SEMI-ABERTO AOS REINCENTES CONDENADOS A PENA IGUAL OU INFERIOR A QUATRO ANOS SE FAVORÁVEIS AS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº330

É DESNECESSÁRIA A RESPOSTA PRELIMINAR DE QUE TRATA O ARTIGO 514 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, NA AÇÃO PENAL INSTRUÍDA POR INQUÉRITO POLICIAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº146

A PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PENAL REGULA-SE PELA PENA CONCRETIZADA NA SENTENÇA, QUANDO NÃO HÁ RECURSO DA ACUSAÇÃO.

(VIDE: [PRESCRIÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº431

É NULO O JULGAMENTO DE RECURSO CRIMINAL, NA SEGUNDA INSTÂNCIA, SEM PRÉVIA INTIMAÇÃO, OU PUBLICAÇÃO DA PAUTA, SALVO EM HABEAS CORPUS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº453

NÃO SE APLICAM À SEGUNDA INSTÂNCIA O ART. 384 E PARÁGRAFO ÚNICO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, QUE POSSIBILITAM DAR NOVA DEFINIÇÃO JURÍDICA AO FATO DELITUOSO, EM VIRTUDE DE CIRCUNSTÂNCIA ELEMENTAR NÃO CONTIDA, EXPLÍCITA OU IMPLICITAMENTE, NA DENÚNCIA OU QUEIXA.

[PESQUISA DE \(INTEIRO TEOR\)](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº523

NO PROCESSO PENAL, A FALTA DA DEFESA CONSTITUI NULIDADE ABSOLUTA, MAS A SUA DEFICIÊNCIA SÓ O ANULARÁ SE HOVER PROVA DE PREJUÍZO PARA O RÉU.

(VER: [NULIDADE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº524

ARQUIVADO O INQUÉRITO POLICIAL, POR DESPACHO DO JUIZ, A REQUERIMENTO DO PROMOTOR DE JUSTIÇA, NÃO PODE A AÇÃO PENAL SER INICIADA, SEM NOVAS PROVAS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº568

A IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL NÃO CONSTITUI CONSTRANGIMENTO ILEGAL, AINDA QUE O INDICIADO JÁ TENHA SIDO IDENTIFICADO CIVILMENTE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº594

OS DIREITOS DE QUEIXA E DE REPRESENTAÇÃO PODEM SER EXERCIDOS, INDEPENDENTEMENTE, PELO OFENDIDO OU POR SEU REPRESENTANTE LEGAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº608

NO CRIME DE ESTUPRO, PRATICADO MEDIANTE VIOLÊNCIA REAL, A AÇÃO PENAL É PÚBLICA INCONDICIONADA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº609

É PÚBLICA INCONDICIONADA A AÇÃO PENAL POR CRIME DE SONEGAÇÃO FISCAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº611

TRANSITADA EM JULGADO A SENTENÇA CONDENATÓRIA, COMPETE AO JUÍZO DAS EXECUÇÕES A APLICAÇÃO DE LEI MAIS BENIGNA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº697

A PROIBIÇÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA NOS PROCESSOS POR CRIMES HEDIONDOS NÃO VEDA O RELAXAMENTO DA PRISÃO PROCESSUAL POR EXCESSO DE PRAZO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº699

O PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO, EM PROCESSO PENAL, É DE CINCO DIAS, DE ACORDO COM A LEI 8038/1990, NÃO SE APLICANDO O DISPOSTO A RESPEITO NAS ALTERAÇÕES DA LEI 8950/1994 AO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº700

É DE CINCO DIAS O PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO DO JUIZ DA EXECUÇÃO PENAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº704

NÃO VIOLA AS GARANTIAS DO JUIZ NATURAL, DA AMPLA DEFESA E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL A ATRAÇÃO POR CONTINÊNCIA OU CONEXÃO DO PROCESSO DO CO-RÉU AO FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO DE UM DOS DENUNCIADOS.

(VER: [GARANTIAS CONSTITUCIONAIS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº709

SALVO QUANDO NULA A DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU, O ACÓRDÃO QUE PROVÊ O RECURSO CONTRA A REJEIÇÃO DA DENÚNCIA VALE, DESDE LOGO, PELO RECEBIMENTO DELA

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº710

NO PROCESSO PENAL, CONTAM-SE OS PRAZOS DA DATA DA INTIMAÇÃO, E NÃO DA JUNTADA AOS AUTOS DO MANDADO OU DA CARTA PRECATÓRIA OU DE ORDEM.

(VER: [PRAZO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº714

É CONCORRENTE A LEGITIMIDADE DO OFENDIDO, MEDIANTE QUEIXA, E DO MINISTÉRIO PÚBLICO, CONDICIONADA À REPRESENTAÇÃO DO OFENDIDO, PARA A AÇÃO PENAL POR CRIME CONTRA A HONRA DE SERVIDOR PÚBLICO EM RAZÃO DO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES.

(VER: [LEGITIMIDADE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

[SÚMULA VINCULANTE STF Nº9](#)

O DISPOSTO NO ARTIGO 127 DA LEI Nº 7.210/1984 (LEI DE EXECUÇÃO PENAL) FOI RECEBIDO PELA ORDEM CONSTITUCIONAL VIGENTE, E NÃO SE LHE APLICA O LIMITE TEMPORAL PREVISTO NO CAPUT DO ARTIGO 58.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

PROGRESSÃO DE REGIME

SÚMULA STF Nº698

NÃO SE ESTENDE AOS DEMAIS CRIMES HEDIONDOS A ADMISSIBILIDADE DE PROGRESSÃO NO REGIME DE EXECUÇÃO DA PENA APLICADA AO CRIME DE TORTURA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº716

ADMITE-SE A PROGRESSÃO DE REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA OU A APLICAÇÃO IMEDIATA DE REGIME MENOS SEVERO NELA DETERMINADA, ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA.

(VIDE: [TRÂNSITO EM JULGADO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº717

NÃO IMPEDE A PROGRESSÃO DE REGIME DE EXECUÇÃO DA PENA, FIXADA EM SENTENÇA NÃO TRANSITADA EM JULGADO, O FATO DE O RÉU SE ENCONTRAR EM PRISÃO ESPECIAL.

(VIDE: [TRÂNSITO EM JULGADO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA VINCULANTE STF Nº26

PARA EFEITO DE PROGRESSÃO DE REGIME NO CUMPRIMENTO DE PENA POR CRIME HEDIONDO, OU EQUIPARADO, O JUÍZO DA EXECUÇÃO OBSERVARÁ A INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 20 DA LEI N. 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990, SEM PREJUÍZO DE AVALIAR SE O CONDENADO PREENCHE, OU NÃO, OS REQUISITOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS DO BENEFÍCIO, PODENDO DETERMINAR, PARA TAL FIM, DE MODO FUNDAMENTADO, A REALIZAÇÃO DE EXAME CRIMINOLÓGICO.

(VER: [EXAME CRIMINOLÓGICO](#); [CRIME HEDIONDO E EQUIPARADO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

PROMOÇÃO

SÚMULA STF Nº40

A ELEVAÇÃO DA ENTRÂNCIA DA COMARCA NÃO PROMOVE AUTOMATICAMENTE O JUIZ, MAS NÃO INTERROMPE O EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES NA MESMA COMARCA.

(VIDE: [MAGISTRATURA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº51

MILITAR NÃO TEM DIREITO A MAIS DE DUAS PROMOÇÕES NA PASSAGEM PARA A INATIVIDADE, AINDA QUE POR MOTIVOS DIVERSOS.

(VIDE: [SERVIDOR PÚBLICO MILITAR](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA Nº52

A PROMOÇÃO DE MILITAR, VINCULADA À INATIVIDADE, PODE SER FEITA, QUANDO COUBER, A POSTO INEXISTENTE NO QUADRO.

(VIDE: [SERVIDOR PÚBLICO MILITAR](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

PRONÚNCIA

Súmula STJ Nº191

A PRONUNCIA E CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO, AINDA QUE O TRIBUNAL DO JURI VENHA A DESCLASSIFICAR O CRIME.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

PROTOCOLO INTEGRADO

Súmula STJ Nº256

O SISTEMA DE PROTOCOLO INTEGRADO NÃO SE APLICA AOS RECURSOS DIRIGIDOS AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.(*)

(*) Julgando o AgRg no Ag 792.846-SP, na sessão de 21/05/2008, a Corte Especial deliberou pelo **CANCELAMENTO DA SÚMULA** n. 256.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

PROVA

SÚMULA TJ Nº70

O FATO DE RESTRINGIR-SE A PROVA ORAL A DEPOIMENTOS DE AUTORIDADES POLICIAIS E SEUS AGENTES NÃO DESAUTORIZA A CONDENAÇÃO.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante (Art. 122 RI) nº [2002.146.00001](#) (Enunciado Criminal nº 02, do TJRJ) – Julgamento em 04/08/2003 – Votação: unânime – Relator: Des. J. C. Murta Ribeiro
(Ver: [PROCESSO PENAL](#), [TESTEMUNHO DE POLICIAL](#))
([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº91

A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, PREVISTA NA LEGISLAÇÃO CONSUMERISTA, NÃO PODE SER DETERMINADA NA SENTENÇA.

Referência : Súmula da Jurisprudência Predominante de n.º [2005.146.00006](#)– Julgamento em 10/10/2005 – Votação: unânime – Relator: Des. Sílvio Teixeira
(Ver: [CONSUMIDOR](#))
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº7

A PRETENSÃO DE SIMPLES REEXAME DE PROVA NÃO ENSEJA RECURSO ESPECIAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº72

A COMPROVAÇÃO DA MORA E IMPRESCINDIVEL A BUSCA E APREENSÃO DO BEM ALIENADO FIDUCIARIAMENTE.

(VIDE: [ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº74

PARA EFEITOS PENAIIS, O RECONHECIMENTO DA MENORIDADE DO REU REQUER PROVA POR DOCUMENTO HABIL.

(VIDE: [MENORIDADE](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº149

A PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL NÃO BASTA A COMPROVAÇÃO DA ATIVIDADE RURICOLA, PARA EFEITO DA OBTENÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.

(VIDE: [PREVIDENCIÁRIO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº199

NA EXECUÇÃO HIPOTECARIA DE CREDITO VINCULADO AO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO, NOS TERMOS DA LEI N. 5.741/71, A PETIÇÃO INICIAL DEVE SER INSTRUIDA COM, PELO MENOS, DOIS AVISOS DE COBRANÇA.

(VER: [EMBARGOS À EXECUÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº247

O CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE, ACOMPANHADO DO DEMONSTRATIVO DE DÉBITO, CONSTITUI DOCUMENTO HÁBIL PARA O AJUIZAMENTO DA AÇÃO MONITÓRIA.

Nesse Sentido: [AgRg no Ag 649257](#)

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº231

O REVEL, EM PROCESSO CÍVEL, PODE PRODUZIR PROVAS, DESDE QUE COMPAREÇA EM TEMPO OPORTUNO.

(VIDE: [REVELIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº259

PARA PRODUZIR EFEITO EM JUÍZO NÃO É NECESSÁRIA A INSCRIÇÃO, NO REGISTRO PÚBLICO, DE DOCUMENTOS DE PROCEDÊNCIA ESTRANGEIRA, AUTENTICADOS POR VIA CONSULAR.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº279

PARA SIMPLES REEXAME DE PROVA NÃO CABE RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

(VIDE: [RECURSO EXTRAORDINÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

PUNIÇÃO

SÚMULA STF Nº18

PELA FALTA RESIDUAL, NÃO COMPREENDIDA NA ABSOLVIÇÃO PELO JUÍZO CRIMINAL, É ADMISSÍVEL A PUNIÇÃO ADMINISTRATIVA DO SERVIDOR PÚBLICO.

(VIDE: [SERVIDOR PÚBLICO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº19

É INADMISSÍVEL SEGUNDA PUNIÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO, BASEADA NO MESMO PROCESSO EM QUE SE FUNDOU A PRIMEIRA.

(VIDE: [SERVIÇO PÚBLICO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº55

MILITAR DA RESERVA ESTÁ SUJEITO À PENA DISCIPLINAR.

(VIDE: [SERVIDOR PÚBLICO MILITAR](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº56

MILITAR REFORMADO NÃO ESTÁ SUJEITO À PENA DISCIPLINAR.

(VIDE: [SERVIDOR PÚBLICO MILITAR](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Súmula STJ Nº120

O OFICIAL DE FARMACIA, INSCRITO NO CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA, PODE SER RESPONSÁVEL TÉCNICO POR DROGARIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

Súmula STJ Nº275

O AUXILIAR DE FARMÁCIA NÃO PODE SER RESPONSÁVEL TÉCNICO POR FARMÁCIA OU DROGARIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

READMISSÃO

SÚMULA STF Nº217

TEM DIREITO DE RETORNAR AO EMPREGO, OU SER INDENIZADO EM CASO DE RECUSA DO EMPREGADOR, O APOSENTADO QUE RECUPERA A CAPACIDADE DE TRABALHO DENTRO DE CINCO ANOS, A CONTAR DA APOSENTADORIA, QUE SE TORNA DEFINITIVA APÓS ESSE PRAZO.

(VIDE: [DIREITO DO TRABALHO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº219

PARA A INDENIZAÇÃO DEVIDA A EMPREGADO QUE TINHA DIREITO A SER READMITIDO, E NÃO FOI, LEVAM-SE EM CONTA AS VANTAGENS ADVINDAS À SUA CATEGORIA NO PERÍODO DO AFASTAMENTO.

(VIDE: [DIREITO DO TRABALHO](#), [INDENIZAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº220

A INDENIZAÇÃO DEVIDA A EMPREGADO ESTÁVEL, QUE NÃO É READMITIDO, AO CESSAR SUA APOSENTADORIA, DEVE SER PAGA EM DOBRO.

(VIDE: [DIREITO DO TRABALHO](#), [INDENIZAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

RECLAMAÇÃO

SÚMULA STF Nº734

NÃO CABE RECLAMAÇÃO QUANDO JÁ HOUVER TRANSITADO EM JULGADO O ATO JUDICIAL QUE SE ALEGA TENHA DESRESPEITADO DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

RECONSIDERAÇÃO

SÚMULA TJ Nº46

NÃO SE SUSPENDE, COM O PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO, O PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE QUALQUER RECURSO.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 08/2001 - Proc. [2001.146.00008](#). Julgamento em 24/06/2002 - Votação por maioria. Relator: DES. SYLVIO CAPANEMA DE SOUZA. Registro do Acórdão em Reg. Int. TJRJ, art. 122.

(VER: [PRAZO](#), [RECONSIDERAÇÃO](#))

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº430

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO NA VIA ADMINISTRATIVA NÃO INTERROMPE O PRAZO PARA O MANDADO DE SEGURANÇA.

(VIDE: [MANDADO DE SEGURANÇA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

RECONVENÇÃO

SÚMULA STF Nº258

É ADMISSÍVEL RECONVENÇÃO EM AÇÃO DECLARATÓRIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº472

A CONDENAÇÃO DO AUTOR EM HONORÁRIOS DE ADVOGADO, COM FUNDAMENTO NO ART. 64 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, DEPENDE DE RECONVENÇÃO.

(VER: [HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

RECURSO

SÚMULA TJ Nº14

É APENAS DEVOLUTIVO O EFEITO DA APELAÇÃO INTERPOSTA DE SENTENÇA QUE, EM AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE CLÁUSULA DE SEPARAÇÃO JUDICIAL, CONDENAR A PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS.

Referência: Uniformização de Jurisprudência nº. 21 no Agravo de Instrumento nº. 4.513. Julgamento em 16/08/82. Relator: Desembargador Jorge Loretti. Registro de Acórdão em 22/10/82.

(VIDE: [ALIMENTOS](#))

[\(Topo\)](#)

SÚMULA TJ Nº26

É RECORRÍVEL O DESPACHO DE DELIBERAÇÃO DA PARTILHA NO INVENTÁRIO.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 01/91 no Agravo de Instrumento nº 1990.002.00785 Julgamento em 29/04/91. Relator: DES. HUMBERTO MANES. Registro do Acórdão em 08/07/91. In: RDTJ 08/60. C. Proc. Civil, arts. 162, §2º; 522 e sgs.; 1.017, §3º; 1.022 e 1.026

(Ver: [INVENTÁRIO/PARTILHA](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº53

O ART. 557, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ABRANGE, NÃO SÓ JULGAMENTO DOS RECURSOS ARROLADOS NO ART. 496, COMO A REEXAME NECESSÁRIO PREVISTO NO ART. 475, DO MESMO DIPLOMA LEGAL. (SÚMULA 253 DO S.T.F.).

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 08/2001 - Proc. [2001.146.00008](#). Julgamento em 24/06/2002 - Votação unânime. Relator: DES. SYLVIO CAPANEMA DE SOUZA. Registro do Acórdão em Reg. Int. TJRJ, art. 122.

(VER: [DECISÃO MONOCRÁTICA](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº69

APLICA-SE AO PROCESSO PENAL, POR ANALOGIA, O ARTIGO 557 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante (Art. 122 RI) nº [2002.146.00001](#) (Enunciado Criminal nº 01, do TJRJ) – Julgamento em 04/08/2003 – Votação: por maioria – Relator: Des. J. C. Murta Ribeiro – Registro de Acórdão em 05/03/2004 – fls. 565/572.

(Ver: [DECISÃO MONOCRÁTICA](#), [PROCESSO PENAL](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº102

DESCABE A IMPETRAÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA, PERANTE O ÓRGÃO ESPECIAL, CONTRA AS DECISÕES DAS CÂMARAS ISOLADAS, NOS CASOS EM QUE A LEI PREVÊ RECURSOS PARA OS TRIBUNAIS SUPERIORES.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2005.146.00001](#) - Julgamento em 18/07/2005 – Votação: unânime – Relator: Desembargador Cássia Medeiros – Registro de Acórdão em 26/12/2005 – fls. 011200/011220

(VER: [MANDADO DE SEGURANÇA](#))

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº25

NAS AÇÕES DA LEI DE FALÊNCIAS O PRAZO PARA A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONTA-SE DA INTIMAÇÃO DA PARTE.

(VER: [FALÊNCIA E CONCORDATA](#), [PRAZO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº55

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL NÃO É COMPETENTE PARA JULGAR RECURSO DE DECISÃO PROFERIDA POR JUIZ ESTADUAL NÃO INVESTIDO DE JURISDIÇÃO FEDERAL.

(Ver: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº59

NÃO HA CONFLITO DE COMPETÊNCIA SE JÁ EXISTE SENTENÇA COM TRANSITO EM JULGADO, PROFERIDA POR UM DOS JUÍZOS CONFLITANTES.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº115

NA INSTÂNCIA ESPECIAL É INEXISTENTE RECURSO INTERPOSTO POR ADVOGADO SEM PROCURAÇÃO NOS AUTOS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº187

É DESERTO O RECURSO INTERPOSTO PARA O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, QUANDO O RECORRENTE NÃO RECOLHE, NA ORIGEM, A IMPORTÂNCIA DAS DESPESAS DE REMESSA E RETORNO DOS AUTOS.

(VER: [CUSTAS E TAXA JUDICIÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº202

A IMPETRAÇÃO DE SEGURANÇA POR TERCEIRO, CONTRA ATO JUDICIAL, NÃO SE CONDICIONA A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

Súmula STJ Nº207

E INADMISSIVEL RECURSO ESPECIAL QUANDO CABIVEIS EMBARGOS INFRINGENTES CONTRA O ACORDÃO PROFERIDO NO TRIBUNAL DE ORIGEM.

(Ver: [EMBARGOS INFRINGENTES](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº216

A TEMPESTIVIDADE DE RECURSO INTERPOSTO NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA É AFERIDA PELO REGISTRO NO PROTOCOLO DA SECRETARIA E NÃO PELA DATA DA ENTREGA NA AGÊNCIA DO CORREIO.

(VER: [PRAZO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº225

COMPETE AO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO APRECIAR RECURSO CONTRA SENTENÇA PROFERIDA POR ÓRGÃO DE PRIMEIRO GRAU DA JUSTIÇA TRABALHISTA, AINDA QUE PARA DECLARAR-LHE A NULIDADE EM VIRTUDE DE INCOMPETÊNCIA.

(VER: [CONSUMIDOR](#), [DIREITO DO TRABALHO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº226

A MINISTÉRIO PÚBLICO TEM LEGITIMIDADE PARA RECORRER NA AÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO, AINDA QUE O SEGURADO ESTEJA ASSISTIDO POR ADVOGADO.

(VER: [ACIDENTE DE TRABALHO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº254

A DECISÃO DO JUÍZO FEDERAL QUE EXCLUI DA RELAÇÃO PROCESSUAL ENTE FEDERAL NÃO PODE SER REEXAMINADA NO JUÍZO ESTADUAL.

(VER: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº267

A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO, SEM EFEITO SUSPENSIVO, CONTRA DECISÃO CONDENATÓRIA NÃO OBSTA A EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE PRISÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

Súmula STJ Nº317

É DEFINITIVA A EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, AINDA QUE PENDENTE APELAÇÃO CONTRA SENTENÇA QUE JULGUE IMPROCEDENTES OS EMBARGOS.

(Ver: [EMBARGOS À EXECUÇÃO](#), [TÍTULO EXECUTIVO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº318

FORMULADO PEDIDO CERTO E DETERMINADO, SOMENTE O AUTOR TEM INTERESSE RECURSAL EM ARGÜIR O VÍCIO DA SENTENÇA ILÍQUIDA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº320

A QUESTÃO FEDERAL SOMENTE VENTILADA NO VOTO VENCIDO NÃO ATENDE AO REQUISITO DO PREQUESTIONAMENTO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº7

SEM PREJUÍZO DE RECURSO PARA O CONGRESSO, NÃO É EXEQÜÍVEL CONTRATO ADMINISTRATIVO A QUE O TRIBUNAL DE CONTAS HOUVER NEGADO REGISTRO

(VIDE: [CONTRATO ADMINISTRATIVO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº233

SALVO EM CASO DE DIVERGÊNCIA QUALIFICADA (LEI 623/1949), NÃO CABE RECURSO DE EMBARGOS CONTRA DECISÃO QUE NEGA PROVIMENTO A AGRAVO OU NÃO CONHECE DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO, AINDA QUE POR MAIORIA DE VOTOS.

(VIDE: [EMBARGOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº240

O DEPÓSITO PARA RECORRER, EM AÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO, É EXIGÍVEL DO SEGURADOR SUB-ROGADO, AINDA QUE AUTARQUIA

(VIDE: [ACIDENTE DE TRABALHO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº276

NÃO CABE RECURSO DE REVISTA EM AÇÃO EXECUTIVA FISCAL

(VIDE: [EXECUÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº505

SALVO QUANDO CONTRARIAREM A CONSTITUIÇÃO, NÃO CABE RECURSO PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, DE QUAISQUER DECISÕES DA JUSTIÇA DO TRABALHO, INCLUSIVE DOS PRESIDENTES DE SEUS TRIBUNAIS.

(VER: [SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

RECURSO ADMINISTRATIVO

SÚMULA TJ Nº64

É LEGÍTIMA A EXIGÊNCIA DO DEPÓSITO COMO REQUISITO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO.

REFERÊNCIA: Súmula de Jurisprudência Predominante (art. 122 do RITJ) nº 04/2001 - Proc. [2001.146.00004](#). Julgamento em 05/05/2003- Votação unânime. Relatora: DESA. MARIANNA GONÇALVES. Registro do Acórdão em 15/09/2003 - fls. 5.013/5.020. Requerente: Centro de Estudos e Debates (CEDES).

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº373

É ilegítima a exigência de depósito prévio para admissibilidade de recurso administrativo.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº429

A EXISTÊNCIA DE RECURSO ADMINISTRATIVO COM EFEITO SUSPENSIVO NÃO IMPEDE O USO DO MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA OMISSÃO DA AUTORIDADE.

(VIDE: [MANDADO DE SEGURANÇA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº552

COM A REGULAMENTAÇÃO DO ART. 15 DA LEI 5316/1967, PELO DECRETO 71037/1972, TORNOU-SE EXEQUÍVEL A EXIGÊNCIA DA EXAUSTÃO DA VIA ADMINISTRATIVA ANTES DO INÍCIO DA AÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA VINCULANTE STF Nº21

É INCONSTITUCIONAL A EXIGÊNCIA DE DEPÓSITO OU ARROLAMENTO PRÉVIOS DE DINHEIRO OU BENS PARA ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

(VER: [DEPÓSITO PRÉVIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

RECURSO ESPECIAL

SÚMULA STJ Nº5

A SIMPLES INTERPRETAÇÃO DE CLAUSULA CONTRATUAL NÃO ENSEJA RECURSO ESPECIAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº7

A PRETENSÃO DE SIMPLES REEXAME DE PROVA NÃO ENSEJA RECURSO ESPECIAL.

(VER: [PROVA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº13

A DIVERGÊNCIA ENTRE JULGADOS DO MESMO TRIBUNAL NÃO ENSEJA RECURSO ESPECIAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº83

NÃO SE CONHECE DO RECURSO ESPECIAL PELA DIVERGÊNCIA, QUANDO A ORIENTAÇÃO DO TRIBUNAL SE FIRMOU NO MESMO SENTIDO DA DECISÃO RECORRIDA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº86

CABE RECURSO ESPECIAL CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO NO JULGAMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº123

A DECISÃO QUE ADMITE, OU NÃO, O RECURSO ESPECIAL DEVE SER FUNDAMENTADA, COM O EXAME DOS SEUS PRESSUPOSTOS GERAIS E CONSTITUCIONAIS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº. 126

É INADMISSÍVEL RECURSO ESPECIAL, QUANDO O ACÓRDÃO RECORRIDO ASSENTA EM FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL, QUALQUER DELES SUFICIENTE, POR SI SÓ, PARA MANTÊ-LO, E A PARTE VENCIDA NÃO MANIFESTA RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº203

NÃO CABE RECURSO ESPECIAL CONTRA DECISÃO PROFERIDA POR ÓRGÃO DE SEGUNDO GRAU DOS JUIZADOS ESPECIAIS.(*)

(*) julgando o agrg no ag 400.076-ba, na sessão de 23/05/02, a corte especial deliberou pela alteração da súmula n. 203.

Redação anterior (decisão de 04/02/1998, dj 12/02/1998): não cabe recurso especial contra decisão proferida, nos limites de sua competência, por órgão de segundo grau dos juizados especiais.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº207

É INADMISSÍVEL RECURSO ESPECIAL QUANDO CABÍVEIS EMBARGOS INFRINGENTES CONTRA O ACÓRDÃO PROFERIDO NO TRIBUNAL DE ORIGEM.

(VER: [EMBARGOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº211

INADMISSÍVEL RECURSO ESPECIAL QUANTO À QUESTÃO QUE, A DESPEITO DA OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS, NÃO FOI APRECIADA PELO TRIBUNAL A QUO.

(VER: [EMBARGOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº418

É INADMISSÍVEL O RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO ANTES DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, SEM POSTERIOR RATIFICAÇÃO.

(VER: [EMBARGOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

RECURSO EX OFFICIO

SÚMULA STJ Nº45

NO REEXAME NECESSÁRIO, E DEFESO, AO TRIBUNAL, AGRAVAR A CONDENAÇÃO IMPOSTA A FAZENDA PÚBLICA.

(VER: [FAZENDA PÚBLICA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº325

A REMESSA OFICIAL DEVOLVE AO TRIBUNAL O REEXAME DE TODAS AS PARCELAS DA CONDENAÇÃO SUPOSTAS PELA FAZENDA PÚBLICA, INCLUSIVE DOS HONORÁRIOS DE ADVOGADO.

(VER: [FAZENDA PÚBLICA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

Súmula STJ Nº390

NAS DECISÕES POR MAIORIA, EM REEXAME NECESSÁRIO, NÃO SE ADMITEM EMBARGOS INFRINGENTES.

(VER: [EMBARGOS INFRINGENTES](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº275

ESTÁ SUJEITA A RECURSO EX OFFICIO SENTENÇA CONCESSIVA DE REAJUSTAMENTO PECUÁRIO ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI 2804, DE 25/6/1956.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº423

NÃO TRANSITA EM JULGADO A SENTENÇA POR HAVER OMITIDO O RECURSO EX OFFICIO, QUE SE CONSIDERA INTERPOSTO EX LEGE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº620

A SENTENÇA PROFERIDA CONTRA AUTARQUIAS NÃO ESTÁ SUJEITA A REEXAME NECESSÁRIO, SALVO QUANDO SUCUMBENTE EM EXECUÇÃO DE DÍVIDA ATIVA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

RECURSO EXTRAORDINÁRIO

SÚMULA STF Nº272

NÃO SE ADMITE COMO ORDINÁRIO RECURSO EXTRAORDINÁRIO DE DECISÃO DENEGATÓRIA DE MANDADO DE SEGURANÇA

(Vide: [MANDADO DE SEGURANÇA](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº279

PARA SIMPLES REEXAME DE PROVA NÃO CABE RECURSO EXTRAORDINÁRIO.
(vide: [PROVA](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº280

POR OFENSA A DIREITO LOCAL NÃO CABE RECURSO EXTRAORDINÁRIO.
(Vide: [MANDADO DE SEGURANÇA](#), [RECURSO ORDINÁRIO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº281

É INADMISSÍVEL O RECURSO EXTRAORDINÁRIO, QUANDO COUBER NA JUSTIÇA DE ORIGEM, RECURSO ORDINÁRIO DA DECISÃO IMPUGNADA.
(Vide: [MANDADO DE SEGURANÇA](#), [RECURSO ORDINÁRIO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº282

É INADMISSÍVEL O RECURSO EXTRAORDINÁRIO, QUANDO NÃO VENTILADA, NA DECISÃO RECORRIDA, A QUESTÃO FEDERAL SUSCITADA.
(Vide: [MANDADO DE SEGURANÇA](#), [RECURSO ORDINÁRIO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº283

É INADMISSÍVEL O RECURSO EXTRAORDINÁRIO, QUANDO A DECISÃO RECORRIDA ASSENTA EM MAIS DE UM FUNDAMENTO SUFICIENTE E O RECURSO NÃO ABRANGE TODOS ELES.
(Vide: [MANDADO DE SEGURANÇA](#), [RECURSO ORDINÁRIO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº284

É INADMISSÍVEL O RECURSO EXTRAORDINÁRIO, QUANDO A DEFICIÊNCIA NA SUA FUNDAMENTAÇÃO NÃO PERMITIR A EXATA COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA.
(Vide: [MANDADO DE SEGURANÇA](#), [RECURSO ORDINÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº285

NÃO SENDO RAZOÁVEL A ARGÜIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE, NÃO SE CONHECE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO FUNDADO NA LETRA C DO ART. 101, III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

(Vide: [MANDADO DE SEGURANÇA](#), [RECURSO ORDINÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº286

NÃO SE CONHECE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO FUNDADO EM DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL, QUANDO A ORIENTAÇÃO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL JÁ SE FIRMOU NO MESMO SENTIDO DA DECISÃO RECORRIDA.

(Vide: [MANDADO DE SEGURANÇA](#), [RECURSO ORDINÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº288

NEGA-SE PROVIMENTO A AGRAVO PARA SUBIDA DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO, QUANDO FALTAR NO TRASLADO O DESPACHO AGRAVADO, A DECISÃO RECORRIDA, A PETIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO OU QUALQUER PEÇA ESSENCIAL À COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA.

(Vide: [MANDADO DE SEGURANÇA](#), [RECURSO ORDINÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº291

NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO PELA LETRA D DO ART. 101, III, DA CONSTITUIÇÃO, A PROVA DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL FAR-SE-Á POR CERTIDÃO, OU MEDIANTE INDICAÇÃO DO DIÁRIO DA JUSTIÇA OU DE REPERTÓRIO DE JURISPRUDÊNCIA AUTORIZADO, COM A TRANSCRIÇÃO DO TRECHO QUE CONFIGURE A DIVERGÊNCIA, MENCIONADAS AS CIRCUNSTÂNCIAS QUE IDENTIFIQUEM OU ASSEMELHEM OS CASOS CONFRONTADOS.

(Vide: [MANDADO DE SEGURANÇA](#), [RECURSO ORDINÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº292

INTERPOSTO O RECURSO EXTRAORDINÁRIO POR MAIS DE UM DOS FUNDAMENTOS INDICADOS NO ART. 101, III, DA CONSTITUIÇÃO, A ADMISSÃO APENAS POR UM DELES NÃO PREJUDICA O SEU CONHECIMENTO POR QUALQUER DOS OUTROS.

(Vide: [MANDADO DE SEGURANÇA](#), [RECURSO ORDINÁRIO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº299

O RECURSO ORDINÁRIO E O EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTOS NO MESMO PROCESSO DE MANDADO DE SEGURANÇA, OU DE HABEAS CORPUS, SERÃO JULGADOS CONJUNTAMENTE PELO TRIBUNAL PLENO.

(vide: recurso ordinário, mandado de segurança)

(Vide: [MANDADO DE SEGURANÇA](#), [RECURSO ORDINÁRIO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº399

NÃO CABE RECURSO EXTRAORDINÁRIO, POR VIOLAÇÃO DE LEI FEDERAL, QUANDO A OFENSA ALEGADA FOR A REGIMENTO DE TRIBUNAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº400

DECISÃO QUE DEU RAZOÁVEL INTERPRETAÇÃO À LEI, AINDA QUE NÃO SEJA A MELHOR, NÃO AUTORIZA RECURSO EXTRAORDINÁRIO PELA LETRA A DO ART. 101, III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº432

NÃO CABE RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM FUNDAMENTO NO ART. 101, III, D, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, QUANDO A DIVERGÊNCIA ALEGADA FOR ENTRE DECISÕES DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

(VIDE: [DIREITO DO TRABALHO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº454

SIMPLES INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS NÃO DÁ LUGAR A RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº456

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, CONHECENDO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO, JULGARÁ A CAUSA, APLICANDO O DIREITO À ESPÉCIE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº513

A DECISÃO QUE ENSEJA A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ORDINÁRIO OU EXTRAORDINÁRIO NÃO É A DO PLENÁRIO, QUE RESOLVE O INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE, MAS A DO ÓRGÃO (CÂMARAS, GRUPOS OU TURMAS) QUE COMPLETA O JULGAMENTO DO FEITO.

(VER: [RECURSO ORDINÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº527

APÓS A VIGÊNCIA DO ATO INSTITUCIONAL 6, QUE DEU NOVA REDAÇÃO AO ART. 114, III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1967, NÃO CABE RECURSO EXTRAORDINÁRIO DAS DECISÕES DO JUIZ SINGULAR.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº528

SE A DECISÃO CONTIVER PARTES AUTÔNOMAS, A ADMISSÃO PARCIAL, PELO PRESIDENTE DO TRIBUNAL A QUO, DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO QUE, SOBRE QUALQUER DELAS SE MANIFESTAR, NÃO LIMITARÁ A APRECIÇÃO DE TODAS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, INDEPENDENTEMENTE DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº602

NAS CAUSAS CRIMINAIS, O PRAZO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO É DE 10 (DEZ) DIAS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº635

CABE AO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE ORIGEM DECIDIR O PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO AINDA PENDENTE DO SEU JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº636

NÃO CABE RECURSO EXTRAORDINÁRIO POR CONTRARIEDADE AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LEGALIDADE, QUANDO A SUA VERIFICAÇÃO PRESSUPONHA REVER A INTERPRETAÇÃO DADA A NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS PELA DECISÃO RECORRIDA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº637

NÃO CABE RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONTRA ACÓRDÃO DE TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUE DEFERE PEDIDO DE INTERVENÇÃO ESTADUAL EM MUNICÍPIO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº640

É CABÍVEL RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONTRA DECISÃO PROFERIDA POR JUIZ DE PRIMEIRO GRAU NAS CAUSAS DE ALÇADA, OU POR TURMA RECURSAL DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº728

É DE TRÊS DIAS O PRAZO PARA A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONTRA DECISÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, CONTADO, QUANDO FOR O CASO, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO, NA PRÓPRIA SESSÃO DE JULGAMENTO, NOS TERMOS DO ART. 12 DA LEI 6055/1974, QUE NÃO FOI REVOGADO PELA LEI 8950/1994.

(VIDE: [PRAZO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº733

NÃO CABE RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONTRA DECISÃO PROFERIDA NO PROCESSAMENTO DE PRECATÓRIOS.

(VIDE: [PRECATÓRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº735

NÃO CABE RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONTRA ACÓRDÃO QUE DEFERE MEDIDA LIMINAR

(VIDE: [LIMINAR](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

RECURSO ORDINÁRIO

SÚMULA STF Nº272

NÃO SE ADMITE COMO ORDINÁRIO RECURSO EXTRAORDINÁRIO DE DECISÃO DENEGATÓRIA DE MANDADO DE SEGURANÇA

(VIDE: [MANDADO DE SEGURANÇA](#), [RECURSO EXTRAORDINÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº 299

O RECURSO ORDINÁRIO E O EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTOS NO MESMO PROCESSO DE MANDADO DE SEGURANÇA, OU DE HABEAS CORPUS, SERÃO JULGADOS CONJUNTAMENTE PELO TRIBUNAL PLENO.

(VIDE: [MANDADO DE SEGURANÇA](#), [RECURSO EXTRAORDINÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº 513

A DECISÃO QUE ENSEJA A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ORDINÁRIO OU EXTRAORDINÁRIO NÃO É A DO PLENÁRIO, QUE RESOLVE O INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE, MAS A DO ÓRGÃO (CÂMARAS, GRUPOS OU TURMAS) QUE COMPLETA O JULGAMENTO DO FEITO.

(VER: [RECURSO EXTRAORDINÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

REGIME PRISIONAL

SÚMULA STF Nº 718

A OPINIÃO DO JULGADOR SOBRE A GRAVIDADE EM ABSTRATO DO CRIME NÃO CONSTITUI MOTIVAÇÃO IDÔNEA PARA A IMPOSIÇÃO DE REGIME MAIS SEVERO DO QUE O PERMITIDO SEGUNDO A PENA APLICADA.

(VIDE: [PENA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº719

A IMPOSIÇÃO DO REGIME DE CUMPRIMENTO MAIS SEVERO DO QUE A PENA APLICADA PERMITIR EXIGE MOTIVAÇÃO IDÔNEA.

(VIDE: [PENA](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

RESERVA DE PLENÁRIO

SÚMULA VINCULANTE STF Nº10

VIOLA A CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO (CF, ART. 97) A DECISÃO DE ÓRGÃO FRACIONÁRIO DE TRIBUNAL QUE, EMBORA NÃO DECLARE EXPRESSAMENTE A INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI OU ATO NORMATIVO DO PODER PÚBLICO, AFASTA A SUA INCIDÊNCIA NO TODO OU EM PARTE.

([Topo](#))

RESPOSTA PRELIMINAR

SÚMULA STJ Nº. 330

É DESNECESSÁRIA A RESPOSTA PRELIMINAR DE QUE TRATA O ARTIGO 514 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, NA AÇÃO PENAL INSTRUÍDA POR INQUÉRITO POLICIAL.

(VER: [PROCESSO PENAL](#), [RESPOSTA PRELIMINAR](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

RETOMADA DE IMÓVEL

SÚMULA STF Nº174

PARA A RETOMADA DO IMÓVEL ALUGADO, NÃO É NECESSÁRIA A COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS LEGAIS NA NOTIFICAÇÃO PRÉVIA.

(VIDE: [LOCAÇÃO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº175

ADMITE-SE A RETOMADA DE IMÓVEL ALUGADO PARA USO DE FILHO QUE VAI CONTRAIR MATRIMÔNIO.

(VIDE: [LOCAÇÃO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº176

O PROMITENTE COMPRADOR, NAS CONDIÇÕES PREVISTAS NA LEI 1300, DE 28/12/1950, PODE RETOMAR O IMÓVEL LOCADO.

(VIDE: [LOCAÇÃO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº177

O CESSIONÁRIO DO PROMITENTE COMPRADOR, NAS MESMAS CONDIÇÕES DESTES, PODE RETOMAR O IMÓVEL LOCADO.
(VIDE: [LOCAÇÃO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº181

NA RETOMADA, PARA CONSTRUÇÃO MAIS ÚTIL DE IMÓVEL SUJEITO AO DECRETO 24150, DE 20/4/1934, É SEMPRE DEVIDA INDENIZAÇÃO PARA DESPESAS DE MUDANÇA DO LOCATÁRIO.
(VIDE: [INDENIZAÇÃO](#), [LOCAÇÃO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº444

NA RETOMADA PARA CONSTRUÇÃO MAIS ÚTIL, DE IMÓVEL SUJEITO AO DECRETO 24150, DE 20/4/1934, A INDENIZAÇÃO SE LIMITA ÀS DESPESAS DE MUDANÇA.
(VIDE: [INDENIZAÇÃO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº 481

SE A LOCAÇÃO COMPREENDE, ALÉM DO IMÓVEL, FUNDO DE COMÉRCIO, COM INSTALAÇÕES E PERTENCES, COMO NO CASO DE TEATROS, CINEMAS E HOTÉIS, NÃO SE APLICAM AO RETOMANTE AS RESTRIÇÕES DO ART. 8º, E, PARÁGRAFO ÚNICO, DO DECRETO 24150, DE 20/4/1934.
(VER: [LOCAÇÃO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº483

É DISPENSÁVEL A PROVA DA NECESSIDADE, NA RETOMADA DE PRÉDIO SITUADO EM LOCALIDADE PARA ONDE O PROPRIETÁRIO PRETENDE TRANSFERIR RESIDÊNCIA, SALVO SE MANTIVER, TAMBÉM, A ANTERIOR, QUANDO DITA PROVA SERÁ EXIGIDA.
(VER: [LOCAÇÃO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº484

PODE, LEGITIMAMENTE, O PROPRIETÁRIO PEDIR O PRÉDIO PARA A RESIDÊNCIA DE FILHO, AINDA QUE SOLTEIRO, DE ACORDO COM O ART. 11, III, DA LEI 4494, DE 25/11/1964.

(VER: [LOCAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº485

NAS LOCAÇÕES REGIDAS PELO DECRETO 24150, DE 20/4/1934, A PRESUNÇÃO DE SINCERIDADE DO RETOMANTE É RELATIVA, PODENDO SER ILIDIDA PELO LOCATÁRIO.

(VER: [LOCAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº486

ADMITE-SE A RETOMADA PARA SOCIEDADE DA QUAL O LOCADOR, OU SEU CÔNJUGE, SEJA SÓCIO, COM PARTICIPAÇÃO PREDOMINANTE NO CAPITAL SOCIAL.

(VER: [LOCAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

REVELIA

SÚMULA STF Nº231

O REVEL, EM PROCESSO CÍVEL, PODE PRODUZIR PROVAS, DESDE QUE COMPAREÇA EM TEMPO OPORTUNO.

(VIDE: [PROVA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SAÍDA TEMPORÁRIA/TRABALHO EXTERNO

Súmula STJ Nº40

PARA OBTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS DE SAÍDA TEMPORÁRIA E TRABALHO EXTERNO, CONSIDERA-SE O TEMPO DE CUMPRIMENTO DA PENA NO REGIME FECHADO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SALÁRIO EDUCAÇÃO

SÚMULA STF Nº732

É CONSTITUCIONAL A COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO, SEJA SOB A CARTA DE 1969, SEJA SOB A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, E NO REGIME DA LEI 9424/1996.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SALÁRIO MÍNIMO

SÚMULA STF Nº467

A BASE DO CÁLCULO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA LEI ORGÂNICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, É O SALÁRIO MÍNIMO MENSAL, OBSERVADOS OS LIMITES DA LEI 2755/1956.

(VER: [PREVIDENCIÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

[SÚMULA VINCULANTE STF Nº4](#)

SALVO NOS CASOS PREVISTOS NA CONSTITUIÇÃO, O SALÁRIO MÍNIMO NÃO PODE SER USADO COMO INDEXADOR DE BASE DE CÁLCULO DE VANTAGEM DE SERVIDOR PÚBLICO OU DE EMPREGADO, NEM SER SUBSTITUÍDO POR DECISÃO JUDICIAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA VINCULANTE STF Nº6

NÃO VIOLA A CONSTITUIÇÃO O ESTABELECIMENTO DE REMUNERAÇÃO INFERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO PARA AS PRAÇAS PRESTADORAS DE SERVIÇO MILITAR INICIAL.

(VIDE: [SERVIDOR PÚBLICO MILITAR](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA VINCULANTE STF Nº15

O CÁLCULO DE GRATIFICAÇÕES E OUTRAS VANTAGENS NÃO INCIDE SOBRE O ABONO UTILIZADO PARA SE ATINGIR O SALÁRIO MÍNIMO DO SERVIDOR PÚBLICO.

(VER: [SERVIDOR PÚBLICO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SEGURO OBRIGATÓRIO

Súmula TJ Nº143

NAS AÇÕES DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT, ENVOLVENDO QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA, O JUIZ PODE, DE OFÍCIO, DECLINAR DA COMPETÊNCIA, APLICANDO-SE A REGRA DO ART. 100, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC E O ESPÍRITO DO CDC.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº. [2008.018.00003](#)– Julgamento em 13/10//2008 – Relator: Desembargador José Mota Filho. Votação unânime.

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº86

A QUITAÇÃO PASSADA PELO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO, PREVISTA NA LEI N. 8.441, DE 13.07.02, CUJO CARÁTER SOCIAL AUTORIZA SUA APLICAÇÃO A FATOS A ELA ANTERIORES, SOMENTE ALCANÇA OS VALORES RECEBIDOS.

Referência : Súmula da Jurisprudência Predominante de n.º [2005.146.00004](#)– Julgamento em 10/10/2005 – Votação: unânime – Relator: Des. Azeredo da Silveira

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº87

A MERA RECUSA AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE SEGURO OBRIGATÓRIO NÃO CONFIGURA DANO MORAL.

Referência : Súmula da Jurisprudência Predominante de n.º [2005.146.00004](#)– Julgamento em 10/10/2005 – Votação: unânime – Relator: Des. Azeredo da Silveira

(VER: [DANO MORAL](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº88

A INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA PREVISTA NA LEI N. 6.194, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1974, É MERÓ PARÂMETRO E NÃO CONTRASTA COM O DISPOSTO NO ARTIGO 7º, IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DESDE QUE A CONDENAÇÃO SEJA ESTABELECIDA PELA SENTENÇA EM MOEDA CORRENTE.

Referência : Súmula da Jurisprudência Predominante de n.º [2005.146.00004](#)– Julgamento em 10/10/2005 – Votação: unânime – Relator: Des. Azeredo da Silveira.

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº229

O PEDIDO DO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO À SEGURADORA SUSPENDE O PRAZO DE PRESCRIÇÃO ATÉ QUE O SEGURADO TENHA CIÊNCIA DA DECISÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº246

O VALOR DO SEGURO OBRIGATÓRIO DEVE SER DEDUZIDO DA INDENIZAÇÃO JUDICIALMENTE FIXADA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº257

A FALTA DE PAGAMENTO DO PRÊMIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES (DPVAT) NÃO É MOTIVO PARA A RECUSA DO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº405

A AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) PRESCREVE EM TRÊS ANOS.
(VER: [PRESCRIÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº426

OS JUROS DE MORA NA INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT FLUEM A PARTIR DA CITAÇÃO.

(VER: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[NOTÍCIAS DO STJ](#)

[\(Topo\)](#)

SEGURO DE ACIDENTE DE TRABALHO (SAT)

Súmula STJ Nº351

A ALÍQUOTA DE CONTRIBUIÇÃO PARA O SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO (SAT) É AFERIDA PELO GRAU DE RISCO DESENVOLVIDO EM CADA EMPRESA, INDIVIDUALIZADA PELO SEU CNPJ, OU PELO GRAU DE RISCO DA ATIVIDADE PREPONDERANTE QUANDO HOVER APENAS UM REGISTRO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SEGURO SAÚDE

SÚMULA TJ Nº112

É NULA, POR ABUSIVA, A CLÁUSULA QUE EXCLUI DE COBERTURA A PRÓTESE QUE INTEGRE, NECESSARIAMENTE, CIRURGIA OU PROCEDIMENTO COBERTO POR PLANO OU SEGURO DE SAÚDE, TAIS COMO STENT E MARCAPASSO.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2006.146.00003](#) – Julgamento em 11/09/2006 – Votação: unânime – Relatora: Desembargadora Maria Henriqueta Lobo.

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº274

O ISS INCIDE SOBRE O VALOR DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA, INCLUINDO-SE NELES AS REFEIÇÕES, OS MEDICAMENTOS E AS DIÁRIAS HOSPITALARES.

(VER: [ISS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº302

É ABUSIVA A CLÁUSULA CONTRATUAL DE PLANO DE SAÚDE QUE LIMITA NO TEMPO A INTERNAÇÃO HOSPITALAR DO SEGURADO.

(VER: [CONSUMIDOR](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº105

SALVO SE TIVER HAVIDO PREMEDITAÇÃO, O SUICÍDIO DO SEGURADO NO PERÍODO CONTRATUAL DE CARÊNCIA NÃO EXIME O SEGURADOR DO PAGAMENTO DO SEGURO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SERVIÇO PÚBLICO

SÚMULA TJ Nº7

CONSTITUI OBRIGAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE CUSTEAR OS RENOVELAMENTOS DE TAMPÕES DE SEUS ELETRODUTOS SUBTERRÂNEOS, EM VIAS PÚBLICAS, EM VIRTUDE DO RECAPEAMENTO ASFÁLTICO.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 10 nos Embargos Infringentes na Apelação Cível nº 1978.001.03247. Julgamento em 15.05.78. Relator: DES. DÉCIO CRETTON. Registro do Acórdão em 23/08/78. In: RJTJRJ 47/47 e RT 522/199. E. Const. 01/69, art. 8º, XV, b, C. Proc. Civil, art. 479, Lei Fed. 5.655/71, arts. 1º e 2º, I, Dec. Lei 24.643/34 (Código de Águas), art. 151, a, Dec. 734/1899, art. 7º.

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº38

A PRIVATIZAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO ACARRETOU O EFEITO IMEDIATO DE EXTINGUIR O ATO ADMINISTRATIVO NEGOCIAL DE PERMISSÃO DE USO E ENGENDRAR, EM FACE DA SUBSISTÊNCIA DA SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO MEDIANTE REMUNERAÇÃO PERIÓDICA, RELAÇÃO JURÍDICA NOVA, DE NATUREZA LOCATÍCIA, SUJEITA AO DIREITO PRIVADO, EM ESPECIAL À LEGISLAÇÃO PRÓPRIA.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 03/2001, na Apelação Cível nº [2001.001.16411](#). Julgamento em 11/03/2002 - Votação por maioria. Relator: DES. LAERSON

MAURO. Registro do Acórdão em 19/06/2002 - Fls. 3903/3915. Const. Fed. 1988, arts. 22, XXVII e 173, §1º, E. Const. 01/69, art. 170, §2º, Dec. Lei 9.760/46, Dec. Lei 2.089/63, art. 85 (VER: [LOCAÇÃO](#))
([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº65

DERIVA-SE DOS MANDAMENTOS DOS ARTIGOS 6º E 196 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E DA LEI Nº 8080/90, A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS, GARANTINDO O FUNDAMENTAL DIREITO À SAÚDE E CONSEQUENTE ANTECIPAÇÃO DA RESPECTIVA TUTELA.

REFERÊNCIA: Súmula da Jurisprudência Predominante (art. 122 do RITJ) nº 04/2001 - Proc. [2001.146.00004](#). Julgamento em 05/05/2003 - Votação unânime. Relatora: DESA. MARIANNA GONÇALVES. Registro do Acórdão em 15/09/2003 -fls. 5.013/5.020. Const. Fed. 1988 - art. 100, CPC - art. 273 e 730, Lei Fed. 8.437/92 - art. 1º, § 1º e 3º, Lei Fed. 8.952/94, Lei Fed. 9.494/97. Requerente: Centro de Estudos e Debates (CEDES).
(VER: [DIREITO À SAÚDE](#))
([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº82

É LEGÍTIMA A COBRANÇA DE TARIFA DIFERENCIADA OU PROGRESSIVA NO FORNECIMENTO DE ÁGUA, POR SE TRATAR DE PREÇO PÚBLICO.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante n.º [2004.007.00008](#)– Julgamento em 03/10/2005 – Votação: maioria – Relator: Des. Álvaro Mayrink da Costa
(Ver: [TRIBUTÁRIO](#), [TARIFA DE ÁGUA](#))
([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº83

É LÍCITA A INTERRUPÇÃO DO SERVIÇO PELA CONCESSIONÁRIA, EM CASO DE INADIMPLENTO DO USUÁRIO, APÓS PRÉVIO AVISO, NA FORMA DA LEI.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2005.146.00005](#), data de julgamento 12/09/2005, Relator: Desembargador Roberto Wider
([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº84

É LEGAL A COBRANÇA DO VALOR CORRESPONDENTE AO CONSUMO REGISTRADO NO MEDIDOR, COM RELAÇÃO À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E LUZ, SALVO SE INFERIOR AO VALOR DA TARIFA MÍNIMA, COBRADA PELO CUSTO DE DISPONIBILIZAÇÃO DO SERVIÇO, VEDADA QUALQUER OUTRA FORMA DE EXAÇÃO.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2005.146.00005](#), data de julgamento 12/09/2005, Relator Des. Roberto Wider
(VER: [TARIFA DE ÁGUA](#))
([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº85

INCABÍVEL A DEVOLUÇÃO EM DOBRO PELO FORNECEDOR E PELA CONCESSIONÁRIA, SE A COBRANÇA POR ELES REALIZADA ESTIVER PREVISTA EM REGULAMENTO, HAVENDO REPETIÇÃO SIMPLES DO INDÉBITO.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2005.146.00005](#), data de julgamento 12/09/2005, Relator: Desembargador Roberto Wider

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº110

COM FUNDAMENTO NO ART. 5º, XXXII, DA LEI MAIOR, E ART. 6º, III, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, SOMENTE A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2006, A EMPRESA DE TELEFONIA FIXA ESTARÁ OBRIGADA A INSTALAR APARELHO MEDIDOR DE PULSOS TELEFÔNICOS, DISCRIMINANDO NAS FATURAS O NÚMERO CHAMADO, A DURAÇÃO, O VALOR, A DATA E A HORA CHAMADA.

Referência: Uniformização de Jurisprudência nº [2005.018.00004](#) - Julgamento em 07/11/2005 – Votação: maioria – Relator: Desembargador Paulo Ventura – Registro de Acórdão em 26/12/2005 – fls. 011228/011234.

(Ver: [CONSUMIDOR](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº123

INDEVIDAS, COM EFEITOS EX TUNC, AS COBRANÇAS DO IPTU PROGRESSIVO E DE TAXA DE COLETA DOMICILIAR DE LIXO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ANTES DA VIGÊNCIA DOS DIPLOMAS LEGAIS QUE SE ADEQUARAM AO SISTEMA CONSTITUCIONAL EM VIGOR, PODENDO SER ALEGADO INCLUSIVE EM EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE.

REFERÊNCIA: Súmula da Jurisprudência Predominante nº. [2006.146.00002](#) – Julgamento em 11/12/2006 – Relator: Desembargador Salim José Chalub. Votação unânime.

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº161

EM CONTRATO DE TRANSPORTE, É INOPERANTE A CLÁUSULA DE NÃO INDENIZAR.

(vide: [INDENIZAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

[SÚMULA VINCULANTE STF Nº19](#)

A TAXA COBRADA EXCLUSIVAMENTE EM RAZÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE COLETA, REMOÇÃO E TRATAMENTO OU DESTINAÇÃO DE LIXO OU RESÍDUOS PROVENIENTES DE IMÓVEIS, NÃO VIOLA O ART. 145, II, DA CF.

(VIDE: [TAXA DE COLETA DE LIXO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SERVIÇOS DE GUERRA

SÚMULA STF Nº440

OS BENEFÍCIOS DA LEGISLAÇÃO FEDERAL DE SERVIÇOS DE GUERRA NÃO SÃO EXIGÍVEIS DOS ESTADOS, SEM QUE A LEI ESTADUAL ASSIM DISPONHA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SERVIDOR PÚBLICO

SÚMULA TJ Nº12

PODERÃO CONCORRER À PROVA ESCRITA DE CLASSIFICAÇÃO AS PROFESSORAS PRIMÁRIAS MUNICIPAIS QUE HAJAM EXERCIDO O MAGISTÉRIO DAS QUINTA À OITAVA SÉRIES E TENHAM HABILITAÇÃO LEGAL ESPECÍFICA.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 16 na Apelação Cível nº 1981.001.11277 Julgamento em 24.06.81. Relator: DES. GRACCHO AURÉLIO. Registro do Acórdão em 21/10/81In: RJTJRJ 47/49. Lei Munic. 94/79 (Estatuto do Funcionalismo Munic.), art. 44, Lei Munic. 58/78, art. 6º, Dec. Lei Munic. 100/69, Port. Munic. 235/78.

(Ver: [MAGISTÉRIO](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº17

ATÉ O ADVENTO DO DEC.-LEI Nº 100, DE 1969, OS TRIÊNIOS INCORPORAVAM-SE AOS VENCIMENTOS.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 28 na Apelação Cível nº 1984.001.22832. Julgamento em 07.05.84. Relator: DES. PAULO PINTO. Registro do Acórdão em 22/08/84. In: RDTJ 01/64. C. Proc. Civil, art. 476, Lei Est. 14/60, art. 16, §1º, Lei Est. 1.163/66, art. 522, Dec. Lei Est. 100/69, art. 44, IX.

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº29

A PENSÃO PREVIDENCIÁRIA É DE 80% INCIDINDO SOBRE O VENCIMENTO BASE DO SERVIDOR.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 01/92 na Apelação Cível nº 992.001.00365. Julgamento em 06/05/93. Relator: DES. PEDRO LIGIÉRO. Registro do Acórdão em 08/07/93. In: RDTJ 18/54 e RF 326/212. Const. Fed. 1988, art. 40, §5º, Const. Est. 1989, art. 78, Lei Est. 1.127/87, art. 1º, §1º, art. 2º, Lei Est. 1.256/87, Lei Fed. 285/79, art. 28, Dec. Lei 10.273/87.

(Vide: [PREVIDENCIÁRIO](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº30

DIREITOS CONSOLIDADOS JÁ INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO FUNCIONAL NÃO

PODEM SER INCONSIDERADOS NO CÁLCULO DOS PROVENTOS DO FUNCIONÁRIO QUE SE APOSENTA, AINDA QUE REVOGADA A LEI QUE OS CONCEDERA.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 02/93 na Apelação Cível nº 990.001.03038. Julgamento em 24/11/93 - Votação por maioria absoluta. Relator: Des. PESTANA DE AGUIAR. In: RDTJ 20/14 .Registro do Acórdão em 15/06/94. Lei Est. 926/85, art. 7º, Lei de Int. do C. Civil, Art. 6º, §2º.

(Vide: [APOSENTADORIA](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº34

ART. 153, PARÁGRAFO 2º, INCISO II DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL NÃO É AUTO APLICÁVEL, SENDO REGULAMENTADO POR LEI ORDINÁRIA.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 01/97, no Mandado de Segurança nº [1995.004.01084](#). Julgamento em 08/10/97 - Votação por maioria. Relatora Designada: Desembargadora MARIA STELLA RODRIGUES. Registro de Acórdão em 11/03/98 - Fls. 76/84. In: RDTJ 35/74. Const. Fed. 1988, art. 37, VII; 146, III, a e 153, §2º, II, Lei Fed. 7.713/88,

(Ver: [TRIBUTÁRIO](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº. 37

O PROGRAMA DE CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS, INSTITUÍDO PELO MUNICÍPIO, NÃO GERA DIREITO ADQUIRIDO E NÃO ADERE AOS VENCIMENTOS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 02/2000, na Apelação Cível nº [1997.001.00629](#). Julgamento em 21/05/2001 - Votação por maioria. Relator: DES. MARLAN MARINHO. Registro de Acórdão em 25/10/2001 - Fls. 10193/10194. CLT - Cons. das Leis do Trab. Lei Munic. (V. Redonda) 2.547/90, Lei Munic. (V. Redonda) 2.899/93, Dec. Munic. (V. Redonda) 4.502/93.

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº68

A FIXAÇÃO DO BENEFÍCIO DA PENSÃO POR MORTE SERÁ IGUAL AO VALOR DOS PROVENTOS DO SERVIDOR EM ATIVIDADE NA DATA DO SEU FALECIMENTO, CONFORME DISPOSTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20/98, QUE MODIFICOU A REDAÇÃO DO ART. 40, PAR. 7º, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, OBSERVADO O DISPOSTO NO PAR. 3º.

Referência: Uniformização de Jurisprudência nº 2003.018.00002 na Apelação Cível nº 2002.001.17840 - Julgamento em 29/09/2003 - Votação: unânime - Relator: Álvaro Mayrink da Costa - Registro de Acórdão em 06/11/2003 - fls. 6744/6747.

(vide: [PREVIDENCIÁRIO](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº81

O DECRETO REGULAMENTADOR DE GRATIFICAÇÃO POR BRAVURA ESTATUI QUE A PREMIAÇÃO PODE SER SUPRIDA, SE O AGRACIADO PRATICAR CONDUTA INADEQUADA, DE MODO QUE, SOMENTE POR ATO INDIVIDUAL, MOTIVADO E VINCULADO, PODE ELA SER RETIRADA, CONFORME JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DESTE TRIBUNAL .

Referência : Súmula da Jurisprudência Predominante de n.º [2005.146.00002](#) – Julgamento em 18/07/2005 – Votação: unanimidade – Relator: Des. Humberto de Mendonça Manes – Registro de Acórdão em – 22/08/2005 - Fls.7981/7983
([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº131

ENQUANTO NÃO EDITADA A LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL DE QUE TRATA O ART. 125, PAR. 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A COMPETÊNCIA PARA JULGAR AS AÇÕES CONTRA ATOS DISCIPLINARES MILITARES CONTINUA SENDO DOS JUÍZES FAZENDÁRIOS.

Referência: Uniformização de Jurisprudência nº [2006.018.00004](#) – Julgamento em 13/11/2006 – Relatora: Desembargadora Marianna Pereira Nunes Feteira Gonçalves. Julgamento por maioria.
(Vide: [COMPETÊNCIA](#))
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº97

COMPETE A JUSTIÇA DO TRABALHO PROCESSAR E JULGAR RECLAMAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO RELATIVAMENTE A VANTAGENS TRABALHISTAS ANTERIORES À INSTITUIÇÃO DO REGIME JURÍDICO ÚNICO.
(Ver: [COMPETÊNCIA](#), [DIREITO DO TRABALHO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº125

O PAGAMENTO DE FÉRIAS NÃO GOZADAS POR NECESSIDADE DO SERVIÇO NÃO ESTÁ SUJEITO À INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA.

(Ver: [DIREITO DO TRABALHO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº136

O PAGAMENTO DE LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA POR NECESSIDADE DO SERVIÇO NÃO ESTÁ SUJEITO AO IMPOSTO DE RENDA.
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº137

COMPETE A JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR AÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, PLEITEANDO DIREITOS RELATIVOS AO VÍNCULO ESTATUTÁRIO.

(VIDE: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº147

COMPETE A JUSTIÇA FEDERAL PROCESSAR E JULGAR OS CRIMES PRATICADOS CONTRA FUNCIONÁRIO PÚBLICO FEDERAL, QUANDO RELACIONADOS COM O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO.

(Ver: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº173

COMPETE A JUSTIÇA FEDERAL PROCESSAR E JULGAR O PEDIDO DE REINTEGRAÇÃO EM CARGO PÚBLICO FEDERAL, AINDA QUE O SERVIDOR TENHA SIDO DISPENSADO ANTES DA INSTITUIÇÃO DO REGIME JURÍDICO ÚNICO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº218

COMPETE À JUSTIÇA DOS ESTADOS PROCESSAR E JULGAR AÇÃO DE SERVIDOR ESTADUAL DECORRENTE DE DIREITOS E VANTAGENS ESTATUTÁRIAS NO EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO.

(Ver: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº378

RECONHECIDO O DESVIO DE FUNÇÃO, O SERVIDOR FAZ JUS ÀS DIFERENÇAS SALARIAIS DECORRENTES.

(ver: [SERVIDOR PÚBLICO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº10

O TEMPO DE SERVIÇO MILITAR CONTA-SE PARA EFEITO DE DISPONIBILIDADE E APOSENTADORIA DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL.

(VIDE: [APOSENTADORIA](#), [DISPONIBILIDADE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº13

A EQUIPARAÇÃO DE EXTRANUMERÁRIO A FUNCIONÁRIO EFETIVO, DETERMINADA PELA LEI 2284, DE 9/8/1954, NÃO ENVOLVE REESTRUTURAÇÃO, NÃO COMPREENDENDO, PORTANTO, OS VENCIMENTOS.

(VIDE: [VENCIMENTOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº18

PELA FALTA RESIDUAL, NÃO COMPREENDIDA NA ABSOLVIÇÃO PELO JUÍZO CRIMINAL, É ADMISSÍVEL A PUNIÇÃO ADMINISTRATIVA DO SERVIDOR PÚBLICO.

(VIDE: [PUNIÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº19

É INADMISSÍVEL SEGUNDA PUNIÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO, BASEADA NO MESMO PROCESSO EM QUE SE FUNDOU A PRIMEIRA.

(VIDE: [PUNIÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº26

OS SERVIDORES DO INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS NÃO PODEM ACUMULAR A SUA GRATIFICAÇÃO BIENAL COM O ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO PREVISTO NO ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS CIVIS DA UNIÃO.

(VIDE: [GRATIFICAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº27

OS SERVIDORES PÚBLICOS NÃO TÊM VENCIMENTOS IRREDUTÍVEIS, PRERROGATIVA DOS MEMBROS DO PODER JUDICIÁRIO E DOS QUE LHES SÃO EQUIPARADOS.

(VIDE: [VENCIMENTOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº29

GRATIFICAÇÃO DEVIDA A SERVIDORES DO SISTEMA FAZENDÁRIO NÃO SE ESTENDE AOS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS.

(VIDE: [GRATIFICAÇÃO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº31

PARA APLICAÇÃO DA LEI 1741, DE 22/11/1952, SOMA-SE O TEMPO DE SERVIÇO ININTERRUPTO EM MAIS DE UM CARGO EM COMISSÃO.
(VIDE: [GRATIFICAÇÃO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº32

PARA APLICAÇÃO DA LEI 1741, DE 22/11/1952, SOMA-SE O TEMPO DE SERVIÇO ININTERRUPTO EM CARGO EM COMISSÃO E EM FUNÇÃO GRATIFICADA.
(VIDE: [GRATIFICAÇÃO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº33

A LEI 1741, DE 22/11/1952, É APLICÁVEL ÀS AUTARQUIAS FEDERAIS.
(VIDE: [GRATIFICAÇÃO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº34

NO ESTADO DE SÃO PAULO, FUNCIONÁRIO ELEITO VEREADOR FICA LICENCIADO POR TODA A DURAÇÃO DO MANDATO.
(VIDE: [MANDATO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº36

SERVIDOR VITALÍCIO ESTÁ SUJEITO À APOSENTADORIA COMPULSÓRIA, EM RAZÃO DA IDADE.
(VIDE: [APOSENTADORIA](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº37

NÃO TEM DIREITO DE SE APOSENTAR PELO TESOUREIRO NACIONAL O SERVIDOR QUE NÃO SATISFIZER AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NA LEGISLAÇÃO DO SERVIÇO

PÚBLICO FEDERAL, AINDA QUE APOSENTADO PELA RESPECTIVA INSTITUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, COM DIREITO, EM TESE, A DUAS APOSENTADORIAS.

(VIDE: [APOSENTADORIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº38

RECLASSIFICAÇÃO POSTERIOR À APOSENTADORIA NÃO APROVEITA AO SERVIDOR APOSENTADO.

(VIDE: [APOSENTADORIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº46

DESMEMBRAMENTO DE SERVENTIA DE JUSTIÇA NÃO VIOLA O PRINCÍPIO DE VITALICIEDADE DO SERVENTUÁRIO.

(VIDE: [VITALICIEDADE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº161

EM CONTRATO DE TRANSPORTE, É INOPERANTE A CLÁUSULA DE NÃO INDENIZAR.

(vide: [INDENIZAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº408

OS SERVIDORES FAZENDÁRIOS NÃO TÊM DIREITO A PERCENTAGEM PELA ARRECADAÇÃO DE RECEITA FEDERAL DESTINADA AO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº566

ENQUANTO PENDENTE, O PEDIDO DE READAPTAÇÃO FUNDADO EM DESVIO FUNCIONAL NÃO GERA DIREITOS PARA O SERVIDOR, RELATIVAMENTE AO CARGO PLEITEADO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº671

OS SERVIDORES PÚBLICOS E OS TRABALHADORES EM GERAL TÊM DIREITO, NO QUE CON CERNE À URP DE ABRIL/MAIO DE 1988, APENAS AO VALOR CORRESPONDENTE A 7/30 DE 16,19% SOBRE OS VENCIMENTOS E SALÁRIOS PERTINENTES AOS MESES DE ABRIL E MAIO DE 1988, NÃO CUMULATIVAMENTE, DEVIDAMENTE CORRIGIDO ATÉ O EFETIVO PAGAMENTO.

(VER: [VENCIMENTOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº672

O REAJUSTE DE 28,86%, CONCEDIDO AOS SERVIDORES MILITARES PELAS LEIS 8622/1993 E 8627/1993, ESTENDE-SE AOS SERVIDORES CIVIS DO PODER EXECUTIVO, OBSERVADAS AS EVENTUAIS COMPENSAÇÕES DECORRENTES DOS REAJUSTES DIFERENCIADOS CONCEDIDOS PELOS MESMOS DIPLOMAS LEGAIS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº680

O DIREITO AO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO NÃO SE ESTENDE AOS SERVIDORES INATIVOS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº685

É INCONSTITUCIONAL TODA MODALIDADE DE PROVIMENTO QUE PROPICIE AO SERVIDOR INVESTIR-SE, SEM PRÉVIA APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO DESTINADO AO SEU PROVIMENTO, EM CARGO QUE NÃO INTEGRA A CARREIRA NA QUAL ANTERIORMENTE INVESTIDO.

(VER: [INCONSTITUCIONALIDADE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA VINCULANTE STF Nº15

O CÁLCULO DE GRATIFICAÇÕES E OUTRAS VANTAGENS NÃO INCIDE SOBRE O ABONO UTILIZADO PARA SE ATINGIR O SALÁRIO MÍNIMO DO SERVIDOR PÚBLICO.

(VER: [SALÁRIO MÍNIMO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA VINCULANTE STF Nº16

OS ARTS. 7º, IV, E 39, § 3º (REDAÇÃO DA EC 19/98), DA CONSTITUIÇÃO, REFEREM-SE AO TOTAL DA REMUNERAÇÃO PERCEBIDA PELO SERVIDOR PÚBLICO

(VER: [VENCIMENTOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA VINCULANTE STF Nº20

A GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA – GDATA, INSTITUÍDA PELA LEI 10.404/2002, DEVE SER DEFERIDA AOS INATIVOS NOS VALORES CORRESPONDENTES A 37,5 (TRINTA E SETE VÍRGULA CINCO) PONTOS NO PERÍODO DE FEVEREIRO A MAIO DE 2002 E, NOS TERMOS DO ART. 5º, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 10.404/2002, NO PERÍODO DE JUNHO DE 2002 ATÉ A CONCLUSÃO DOS EFEITOS DO ÚLTIMO CICLO DE AVALIAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 1º DA MEDIDA PROVISÓRIA 198/2004, A PARTIR DA QUAL PARA A SER DE 60 (SESSENTA) PONTOS.

(ver: [GRATIFICAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SERVIDOR PÚBLICO MILITAR

Súmula STJ Nº346

É VEDADA AOS MILITARES TEMPORÁRIOS, PARA AQUISIÇÃO DE ESTABILIDADE, A CONTAGEM EM DOBRO DE FÉRIAS E LICENÇAS NÃO-GOZADAS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº45

A ESTABILIDADE DOS SUBSTITUTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR NÃO CONFERE DIREITO AOS VENCIMENTOS DA ATIVIDADE FORA DOS PERÍODOS DE EXERCÍCIO.

(VIDE: [VENCIMENTOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº51

MILITAR NÃO TEM DIREITO A MAIS DE DUAS PROMOÇÕES NA PASSAGEM PARA A INATIVIDADE, AINDA QUE POR MOTIVOS DIVERSOS.

(VIDE: [PROMOÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº52

A PROMOÇÃO DE MILITAR, VINCULADA À INATIVIDADE, PODE SER FEITA, QUANDO COUBER, A POSTO INEXISTENTE NO QUADRO.

(VIDE: [PROMOÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº53

A PROMOÇÃO DE PROFESSOR MILITAR, VINCULADA À SUA REFORMA, PODE SER FEITA, QUANDO COUBER, A POSTO INEXISTENTE NO QUADRO.

(VIDE: [MAGISTÉRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº54

A RESERVA ATIVA DO MAGISTÉRIO MILITAR NÃO CONFERE VANTAGENS VINCULADAS À EFETIVA PASSAGEM PARA A INATIVIDADE.

(VIDE: [MAGISTÉRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº55

MILITAR DA RESERVA ESTÁ SUJEITO À PENA DISCIPLINAR.

(VIDE: [PUNIÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº56

MILITAR REFORMADO NÃO ESTÁ SUJEITO À PENA DISCIPLINAR.

(VIDE: [PUNIÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº57

MILITAR INATIVO NÃO TEM DIREITO AO USO DO UNIFORME FORA DOS CASOS PREVISTOS EM LEI OU REGULAMENTO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº407

NÃO TEM DIREITO AO TERÇO DE CAMPANHA O MILITAR QUE NÃO PARTICIPOU DE OPERAÇÕES DE GUERRA, EMBORA SERVISSE NA ZONA DE GUERRA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº441

O MILITAR, QUE PASSA À INATIVIDADE COM PROVENTOS INTEGRAIS, NÃO TEM DIREITO ÀS COTAS TRIGÉSIMAS A QUE SE REFERE O CÓDIGO DE VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS MILITARES.

(VIDE: [APOSENTADORIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº452

OFICIAIS E PRAÇAS DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DA GUANABARA RESPONDEM PERANTE A JUSTIÇA COMUM POR CRIME ANTERIOR À LEI 427, DE 11/10/1948.

(VER: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº673

O ART. 125, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO NÃO IMPEDE A PERDA DA GRADUAÇÃO DE MILITAR MEDIANTE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº674

A ANISTIA PREVISTA NO ART. 8º DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS NÃO ALCANÇA OS MILITARES EXPULSOS COM BASE EM LEGISLAÇÃO DISCIPLINAR ORDINÁRIA, AINDA QUE EM RAZÃO DE ATOS PRATICADOS POR MOTIVAÇÃO POLÍTICA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº678

SÃO INCONSTITUCIONAIS OS INCISOS I E III DO ART. 7º DA LEI 8162/1991, QUE AFASTAM, PARA EFEITO DE ANUÊNIO E DE LICENÇA-PRÊMIO, A CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO REGIDO PELA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO DOS SERVIDORES QUE PASSARAM A SUBMETTER-SE AO REGIME JURÍDICO ÚNICO.

(VER: [INCONSTITUCIONALIDADE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA VINCULANTE STF Nº6

NÃO VIOLA A CONSTITUIÇÃO O ESTABELECIMENTO DE REMUNERAÇÃO INFERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO PARA AS PRAÇAS PRESTADORAS DE SERVIÇO MILITAR INICIAL.

(VIDE: [SALÁRIO MÍNIMO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SIGILO BANCÁRIO E FISCAL

SÚMULA TJ Nº47

ESGOTADAS TODAS AS DILIGÊNCIAS CABÍVEIS, É DIREITO DO CREDOR REQUERER A EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS A ÓRGÃOS PÚBLICOS E PARTICULARES, SEM OFENSA AO SIGILO BANCÁRIO E FISCAL, PARA LOCALIZAR O DEVEDOR E/OU BENS PENHORÁVEIS, EVITANDO CERCEAMENTO NA INSTRUÇÃO.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº. [2001.146.00008](#). Julgamento em 24/06/2002. Relator: Desembargador Sylvio Capanema de Souza. Votação por maioria. Registro do Acórdão em 14/03/2003.

(Ver: [EXECUÇÃO](#), [PENHORA](#))

([Topo](#))

SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

SÚMULA STJ Nº425

A RETENÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL PELO TOMADOR DO SERVIÇO NÃO SE APLICA ÀS EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES

(VER: [CONTRIBUIÇÃO PARA SEGURIDADE SOCIAL](#))

[NOTÍCIAS DO STJ](#)

([Topo](#))

SINDICATO

SÚMULA STF Nº666

A CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA DE QUE TRATA O ART. 8º, IV, DA CONSTITUIÇÃO, SÓ É EXIGÍVEL DOS FILIADOS AO SINDICATO RESPECTIVO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº677

ATÉ QUE LEI VENHA A DISPOR A RESPEITO, INCUMBE AO MINISTÉRIO DO TRABALHO PROCEDER AO REGISTRO DAS ENTIDADES SINDICAIS E ZELAR PELA OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA UNICIDADE.

(VER: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO

SÚMULA STJ Nº31

A AQUISIÇÃO, PELO SEGURADO, DE MAIS DE UM IMÓVEL FINANCIADO PELO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO, SITUADOS NA MESMA LOCALIDADE, NÃO EXIME A SEGURADORA DA OBRIGAÇÃO DE PAGAMENTO DOS SEGUROS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº199

NA EXECUÇÃO HIPOTECARIA DE CREDITO VINCULADO AO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO, NOS TERMOS DA LEI N. 5.741/71, A PETIÇÃO INICIAL DEVE SER INSTRUÍDA COM, PELO MENOS, DOIS AVISOS DE COBRANÇA.

(Ver: [EXECUÇÃO](#), [PROVA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº327

NAS AÇÕES REFERENTES AO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO, A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL TEM LEGITIMIDADE COMO SUCESSORA DO BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO.

(Ver: [LEGITIMIDADE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº422

OS JUROS REMUNERATÓRIOS NÃO ESTÃO LIMITADOS NOS CONTRATOS VINCULADOS AO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO.

(VER: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[NOTÍCIAS DO STJ](#)

([Topo](#))

SOCIEDADE ANÔNIMA

SÚMULA STJ Nº 389

A COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DO CUSTO DO SERVIÇO REFERENTE AO FORNECIMENTO DE CERTIDÃO DE ASSENTAMENTOS CONSTANTES DOS LIVROS DA COMPANHIA É REQUISITO DE PROCEDIBILIDADE DA AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS AJUIZADA EM FACE DA SOCIEDADE ANÔNIMA.

(VER: [AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO](#), [CERTIDÃO DE ASSENTAMENTO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SOCIEDADE CONJUGAL

[SÚMULA VINCULANTE STF Nº18](#)

A DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE OU DO VÍNCULO CONJUGAL, NO CURSO DO MANDATO, NÃO AFASTA A INELEGIBILIDADE PREVISTA NO § 7º DO ARTIGO 14 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

(VER: [INELEGIBILIDADE](#), [MANDATO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

SÚMULA STF Nº 517

AS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA SÓ TÊM FORO NA JUSTIÇA FEDERAL, QUANDO A UNIÃO INTERVÉM COMO ASSISTENTE OU OPOENTE.

(VER: [JUSTIÇA FEDERAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÓCIO-GERENTE

SÚMULA STJ Nº430

O INADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA PELA SOCIEDADE NÃO GERA, POR SI SÓ, A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO SÓCIO-GERENTE.

(Ver: [TRIBUTÁRIO](#))

[NOTÍCIAS DO STJ](#)

([Topo](#))

SUCUMBÊNCIA

SÚMULA TJ Nº74

A CONDENAÇÃO NAS CUSTAS, MESMO PARA O RÉU CONSIDERADO JURIDICAMENTE POBRE, DERIVA DA SUCUMBÊNCIA, E, PORTANTO, COMPETENTE PARA SUA COBRANÇA, OU NÃO, É O JUÍZO DA EXECUÇÃO.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante (Art. 122 RI) nº [2002.146.00001](#) (Enunciado Criminal nº 08, do TJRJ) – Julgamento em 04/08/2003 – Votação: por maioria – Relator: Des. J.C. Murta Ribeiro – Registro de Acórdão em 05/03/2004 – fls. 565/572.

(Ver: [COMPETÊNCIA](#), [CUSTAS E TAXA JUDICIÁRIA](#), [PROCESSO PENAL](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº105

A INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, FIXADA EM VALOR INFERIOR AO REQUERIDO, NÃO IMPLICA, NECESSARIAMENTE, EM SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2005.146.00001](#) - Julgamento em 18/07/2005 – Votação: unânime – Relator: Desembargador Cássia Medeiros – Registro de Acórdão em 26/12/2005 – fls. 011200/011220.

(Ver: [DANO MORAL](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº145

SE FOR O MUNICÍPIO AUTOR ESTARÁ ISENTO DA TAXA JUDICIÁRIA DESDE QUE SE COMPROVE QUE CONCEDEU A ISENÇÃO DE QUE TRATA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 115 DO CTE, MAS DEVERÁ PAGÁ-LA SE FOR O RÉU E TIVER SIDO CONDENADO NOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS.

Referência: Uniformização de Jurisprudência nº. [2008.018.00005](#) - Julgamento em 20/07/2009 – Votação: unânime - Relator: Desembargador Valmir de Oliveira Silva.

(Ver: [CUSTAS E TAXA JUDICIÁRIA](#))

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº153

A DESISTÊNCIA DA EXECUÇÃO FISCAL, APOS O OFERECIMENTO DOS EMBARGOS, NÃO EXIME O EXEQÜENTE DOS ENCARGOS DA SUCUMBÊNCIA.

(Ver: [EXECUÇÃO](#), [EMBARGOS À EXECUÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº306

OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVEM SER COMPENSADOS QUANDO HOVER SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA, ASSEGURADO O DIREITO AUTÔNOMO DO ADVOGADO À EXECUÇÃO DO SALDO SEM EXCLUIR A LEGITIMIDADE DA PRÓPRIA PARTE.

(Ver: [HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS](#), [LEGITIMIDADE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº326

NA AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, A CONDENAÇÃO EM MONTANTE INFERIOR AO POSTULADO NA INICIAL NÃO IMPLICA SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.

(Ver: [DANO MORAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº519

APLICA-SE AOS EXECUTIVOS FISCAIS O PRINCÍPIO DA SUCUMBÊNCIA A QUE SE REFERE O ART. 64 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

(VIDE: [EXECUÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

[SÚMULA STF Nº505](#)

SALVO QUANDO CONTRARIAREM A CONSTITUIÇÃO, NÃO CABE RECURSO PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, DE QUAISQUER DECISÕES DA JUSTIÇA DO TRABALHO, INCLUSIVE DOS PRESIDENTES DE SEUS TRIBUNAIS.

(VER: [RECURSO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº526

SUBSISTE A COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA CONHECER E JULGAR A APELAÇÃO, NOS CRIMES DA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL, SE HOUE SENTENÇA ANTES DA VIGÊNCIA DO ATO INSTITUCIONAL 2.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

SÚMULA STF Nº9

PARA O ACESSO DE AUDITORES AO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, SÓ CONCORREM OS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SUSPENSÃO PROCESSUAL

SÚMULA STJ Nº243

O BENEFÍCIO DA SUSPENSÃO DO PROCESSO NÃO É APLICÁVEL EM RELAÇÃO ÀS INFRAÇÕES PENAS COMETIDAS EM CONCURSO MATERIAL, CONCURSO FORMAL OU CONTINUIDADE DELITIVA, QUANDO A PENA MÍNIMA COMINADA, SEJA PELO SOMATÓRIO, SEJA PELA INCIDÊNCIA DA MAJORANTE, ULTRAPASSAR O LIMITE DE UM (01) ANO.

(Ver: [PROCESSO PENAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº337

É CABÍVEL A SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO NA DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME E NA PROCEDÊNCIA PARCIAL DA PRETENSÃO PUNITIVA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº499

NÃO OBSTA À CONCESSÃO DO SURSIS CONDENACÃO ANTERIOR À PENA DE MULTA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº696

REUNIDOS OS PRESSUPOSTOS LEGAIS PERMISSIVOS DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO, MAS SE RECUSANDO O PROMOTOR DE JUSTIÇA A PROPÔ-LA, O JUIZ, DISSENTINDO, REMETERÁ A QUESTÃO AO PROCURADOR-GERAL, APLICANDO-SE POR ANALOGIA O ART. 28 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº723

NÃO SE ADMITE A SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO POR CRIME CONTINUADO, SE A SOMA DA PENA MÍNIMA DA INFRAÇÃO MAIS GRAVE COM O AUMENTO MÍNIMO DE UM SEXTO FOR SUPERIOR A UM ANO.

(VIDE: [PENA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

TARIFA ALFANDEGÁRIA

SÚMULA STF Nº87

SOMENTE NO QUE NÃO COLIDIREM COM A LEI 3244, DE 14/8/1957, SÃO APLICÁVEIS ACORDOS TARIFÁRIOS ANTERIORES.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº88

É VÁLIDA A MAJORAÇÃO DA TARIFA ALFANDEGÁRIA, RESULTANTE DA LEI 3244, DE 14/8/1957, QUE MODIFICOU O ACORDO GERAL SOBRE TARIFAS ADUANEIRAS E COMÉRCIO (GATT), APROVADO PELA LEI 313, DE 30/7/1948.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº404

NÃO CONTRARIAM A CONSTITUIÇÃO OS ARTS 3º, 22 E 27 DA LEI 3244, DE 14/8/1957, QUE DEFINEM AS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO DE POLÍTICA ADUANEIRA QUANTO À TARIFA FLEXÍVEL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

TARIFA DE ÁGUA

SÚMULA TJ Nº82

É LEGÍTIMA A COBRANÇA DE TARIFA DIFERENCIADA OU PROGRESSIVA NO FORNECIMENTO DE ÁGUA, POR SE TRATAR DE PREÇO PÚBLICO.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante de n.º [2004.007.00008](#) – Julgamento em 03/10/2005 – Votação: maioria – Relator: Des. Álvaro Mayrink da Costa

(Ver: [TRIBUTÁRIO](#), [SERVIÇO PÚBLICO](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº84

É LEGAL A COBRANÇA DO VALOR CORRESPONDENTE AO CONSUMO REGISTRADO NO MEDIDOR, COM RELAÇÃO À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E LUZ, SALVO SE INFERIOR AO VALOR DA TARIFA MÍNIMA, COBRADA PELO CUSTO DE DISPONIBILIZAÇÃO DO SERVIÇO, VEDADA QUALQUER OUTRA FORMA DE EXAÇÃO.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2005.146.00005](#), data de julgamento 12/09/2005, Relator Des. Roberto Wider.

(VER: [SERVIÇO PÚBLICO](#))

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº407

É LEGÍTIMA A COBRANÇA DA TARIFA DE ÁGUA, FIXADA DE ACORDO COM AS CATEGORIAS DE USUÁRIOS E AS FAIXAS DE CONSUMO.

(VER: [SERVIÇO PÚBLICO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº412

A AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO DE TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO SUJEITA-SE AO PRAZO PRESCRICIONAL ESTABELECIDO NO CÓDIGO CIVIL.

(VER: [AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO](#); [TARIFA DE ESGOTO](#), [PRESCRIÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

TARIFA DE ESGOTO

SÚMULA TJ Nº412

A AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO DE TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO SUJEITA-SE AO PRAZO PRESCRICIONAL ESTABELECIDO NO CÓDIGO CIVIL.

(VER: [AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO](#); [TARIFA DE ÁGUA](#), [PRESCRIÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

TAXA

SÚMULA TJ Nº35

É EXIGÍVEL TAXA DE OCUPAÇÃO, INSTITUÍDA POR DIRETORIA DE CLUBE, NA FORMA DOS ESTATUTOS SOCIAIS, ENQUANTO NÃO INVALIDADA A INSTITUIÇÃO, PELAS VIAS PRÓPRIAS.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 03/97, na Apelação Cível nº 1996.001.03982 . Julgamento em 03/12/97 - Votação por maioria . Relator Designado: desembargador WILSON MARQUES . Registro de Acórdão em 08/05/98 - Fls. 96/117. C. Proc. Civil, arts. 17, 18, 476, I e II, C. Civil, art. 1.531

[\(Topo\)](#)

SÚMULA TJ Nº98

NA AÇÃO DE RESCISÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO, POR CULPA DO VENDEDOR, CUMULADA COM RESTITUIÇÃO DE PARCELAS PAGAS, DESCABE O ABATIMENTO DE VALORES REFERENTES À TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO EMPREENDIMENTO FRUSTRADO, MESMO QUE DESTINADAS AO PAGAMENTO DE COMISSÕES, INTERMEDIações E OUTRAS DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO, DEVENDO A DEVOLUÇÃO EFETIVADA AO COMPRADOR SER PLENA, DE MODO A ASSEGURAR-LHE O EXATO RECEBIMENTO DE TUDO O QUE DESPENDEU.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº 2005.146.00003 – Julgamento em 24/10/2005 – Votação: unânime – Relator: Álvaro Mayrink da Costa – Registro de Acórdão em 13/12/2005 – fls. 010862/010867.

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº157

É ILEGÍTIMA A COBRANÇA DE TAXA, PELO MUNICÍPIO, NA RENOVAÇÃO DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL OU INDUSTRIAL.(*)

(*) julgando o resp 261.571-sp, na sessão de 24/04/2002, a primeira seção deliberou pelo

CANCELAMENTO DA SÚMULA n. 157.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº287

A TAXA BÁSICA FINANCEIRA (TBF) NÃO PODE SER UTILIZADA COMO INDEXADOR DE CORREÇÃO MONETÁRIA NOS CONTRATOS BANCÁRIOS.

(Ver: [CONTRATO BANCÁRIO](#), [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº288

A TAXA DE JUROS DE LONGO PRAZO (TJLP) PODE SER UTILIZADA COMO INDEXADOR DE CORREÇÃO MONETÁRIA NOS CONTRATOS BANCÁRIOS.

(Ver: [CONTRATO BANCÁRIO](#), [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº294

NÃO É POTESTATIVA A CLÁUSULA CONTRATUAL QUE PREVÊ A COMISSÃO DE PERMANÊNCIA, CALCULADA PELA TAXA MÉDIA DE MERCADO APURADA PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, LIMITADA À TAXA DO CONTRATO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº295

A TAXA REFERENCIAL (TR) É INDEXADOR VÁLIDO PARA CONTRATOS POSTERIORES À LEI N. 8.177/91, DESDE QUE PACTUADA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº296

OS JUROS REMUNERATÓRIOS, NÃO CUMULÁVEIS COM A COMISSÃO DE PERMANÊNCIA, SÃO DEVIDOS NO PERÍODO DE INADIMPLÊNCIA, À TAXA MÉDIA DE MERCADO ESTIPULADA PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, LIMITADA AO PERCENTUAL CONTRATADO.

(Ver: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº545

PREÇOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS E TAXAS NÃO SE CONFUNDEM, PORQUE ESTAS, DIFERENTEMENTE DAQUELES, SÃO COMPULSÓRIAS E TÊM SUA COBRANÇA

CONDICIONADA À PRÉVIA AUTORIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, EM RELAÇÃO À LEI QUE AS INSTITUIU.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº595

É INCONSTITUCIONAL A TAXA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM CUJA BASE DE CÁLCULO SEJA IDÊNTICA À DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA VINCULANTE STF Nº29

É CONSTITUCIONAL A ADOÇÃO, NO CÁLCULO DO VALOR DE TAXA, DE UM OU MAIS ELEMENTOS DA BASE DE CÁLCULO PRÓPRIA DE DETERMINADO IMPOSTO, DESDE QUE NÃO HAJA INTEGRAL IDENTIDADE ENTRE UMA BASE E OUTRA.

(VER: [TRIBUTÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

TAXA CONTRA INCÊNDIO

SÚMULA STF Nº138

É INCONSTITUCIONAL A TAXA CONTRA FOGO, DO ESTADO DE MINAS GERAIS, INCIDENTE SOBRE PRÊMIO DE SEGURO CONTRA FOGO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº 274

É INCONSTITUCIONAL A TAXA DE SERVIÇO CONTRA FOGO COBRADA PELO ESTADO DE PERNAMBUCO **(REVOGADA PELA SÚMULA 549)**.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

TAXA DE AGUARDENTE

SÚMULA STF Nº126

É INCONSTITUCIONAL A CHAMADA TAXA DE AGUARDENTE, DO INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

TAXA DE ARMAZENAGEM

SÚMULA STF Nº127

É INDEVIDA A TAXA DE ARMAZENAGEM, POSTERIORMENTE AOS PRIMEIROS TRINTA DIAS, QUANDO NÃO EXIGÍVEL O IMPOSTO DE CONSUMO, CUJA COBRANÇA TENHA MOTIVADO A RETENÇÃO DA MERCADORIA.

(VIDE: [IMPOSTO DE CONSUMO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

TAXA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

SÚMULA STF Nº128

É INDEVIDA A TAXA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR DAS INSTITUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº306

AS TAXAS DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA E DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR DE MINAS GERAIS SÃO LEGÍTIMAS, QUANDO INCIDEM SOBRE MATÉRIA TRIBUTÁVEL PELO ESTADO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

TAXA DE CALÇAMENTO

SÚMULA STF Nº129

NA CONFORMIDADE DA LEGISLAÇÃO LOCAL, É LEGÍTIMA A COBRANÇA DE TAXA DE CALÇAMENTO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

TAXA DE COLETA DE LIXO

SÚMULA TJ Nº123

INDEVIDAS, COM EFEITOS EX TUNC, AS COBRANÇAS DO IPTU PROGRESSIVO E DE TAXA DE COLETA DOMICILIAR DE LIXO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ANTES DA VIGÊNCIA DOS DIPLOMAS LEGAIS QUE SE ADEQUARAM AO SISTEMA CONSTITUCIONAL EM VIGOR, PODENDO SER ALEGADO INCLUSIVE EM EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE.

REFERÊNCIA: Súmula da Jurisprudência Predominante nº. [2006.146.00002](#) – Julgamento em 11/12/2006 – Relator: Desembargador Salim José Chalub. Votação unânime.
(VER: [SERVIÇO PÚBLICO](#))
([Topo](#))

SÚMULA VINCULANTE STF Nº19

A TAXA COBRADA EXCLUSIVAMENTE EM RAZÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE COLETA, REMOÇÃO E TRATAMENTO OU DESTINAÇÃO DE LIXO OU RESÍDUOS PROVENIENTES DE IMÓVEIS, NÃO VIOLA O ART. 145, II, DA CF.

(VIDE: [SERVIÇO PÚBLICO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

TAXA DE DESPACHO ADUANEIRO

SÚMULA STF Nº130

A TAXA DE DESPACHO ADUANEIRO (ART. 66 DA LEI 3244, DE 14/8/1957) CONTINUA A SER EXIGÍVEL APÓS O DECRETO LEGISLATIVO 14, DE 25/8/1960, QUE APROVOU ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS NO ACORDO GERAL SOBRE TARIFAS ADUANEIRAS E COMÉRCIO (GATT) (VIDE OBSERVAÇÃO).

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº133

NÃO É DEVIDA A TAXA DE DESPACHO ADUANEIRO NA IMPORTAÇÃO DE FERTILIZANTES E INSETICIDAS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº134

A ISENÇÃO FISCAL PARA A IMPORTAÇÃO DE FRUTAS DA ARGENTINA COMPREENDE A TAXA DE DESPACHO ADUANEIRO E A TAXA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.

(VIDE: [TAXA DE DESPACHO ADUANEIRO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº308

A TAXA DE DESPACHO ADUANEIRO, SENDO ADICIONAL DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO, NÃO INCIDE SOBRE BORRACHA IMPORTADA COM ISENÇÃO DAQUELE IMPOSTO.

(VIDE: [IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº309

A TAXA DE DESPACHO ADUANEIRO, SENDO ADICIONAL DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO, NÃO ESTÁ COMPREENDIDA NA ISENÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO PARA AUTOMÓVEL USADO TRAZIDO DO EXTERIOR PELO PROPRIETÁRIO.

(VIDE: [IMPOSTO DE CONSUMO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº437

ESTÁ ISENTA DA TAXA DE DESPACHO ADUANEIRO A IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA A INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA, SEGUNDO PLANO APROVADO, NO PRAZO LEGAL, PELO ÓRGÃO COMPETENTE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

TAXA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

SÚMULA STF Nº438

É ILEGÍTIMA A COBRANÇA, EM 1962, DA TAXA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE, DE SANTA CATARINA, ADICIONAL DO IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES.

(vide: [IMPOSTO DE VENDAS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

TAXA DE ESTATÍSTICA

SÚMULA STF Nº136

É CONSTITUCIONAL A TAXA DE ESTATÍSTICA DA BAHIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

TAXA DE FISCALIZAÇÃO

SÚMULA STF Nº665

É CONSTITUCIONAL A TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS INSTITUÍDA PELA LEI 7940/1989.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

TAXA DE RECUPERAÇÃO

SÚMULA STF Nº144

É INCONSTITUCIONAL A INCIDÊNCIA DA TAXA DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DE MINAS GERAIS SOBRE CONTRATO SUJEITO AO IMPOSTO FEDERAL DO SELO.

(vide: [IMPOSTO DE SELO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº306

AS TAXAS DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA E DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR DE MINAS GERAIS SÃO LEGÍTIMAS, QUANDO INCIDEM SOBRE MATÉRIA TRIBUTÁVEL PELO ESTADO.

(VIDE: [TAXA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

TAXA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

SÚMULA STF Nº132

NÃO É DEVIDA A TAXA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL NA IMPORTAÇÃO DE AMIANTO BRUTO OU EM FIBRA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº134

A ISENÇÃO FISCAL PARA A IMPORTAÇÃO DE FRUTAS DA ARGENTINA COMPREENDE A TAXA DE DESPACHO ADUANEIRO E A TAXA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.

(VIDE: [TAXA DE DESPACHO ADUANEIRO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº140

NA IMPORTAÇÃO DE LUBRIFICANTES É DEVIDA A TAXA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº141

NÃO INCIDE A TAXA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE COMBUSTÍVEIS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº142

NÃO É DEVIDA A TAXA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE MERCADORIAS ISENTAS DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO.

(VIDE: [IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

TAXA DE URBANIZAÇÃO

SÚMULA STF Nº551

É INCONSTITUCIONAL A TAXA DE URBANIZAÇÃO DA LEI 2320, DE 20/12/1961, INSTITUÍDA PELO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, PORQUE SEU FATO GERADOR É O MESMO DA TRANSMISSÃO IMOBILIÁRIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

TERRA DEVOLUTA

SÚMULA TJ Nº15

A INEXISTÊNCIA DE REGISTRO IMOBILIÁRIO NÃO FAZ PRESUMIR SEJA O IMÓVEL PÚBLICO.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 25 na Apelação Cível nº 1983.001.20528. Julgamento em 05.09.83. Relator: DES. JORGE LORETTI. Registro do Acórdão em 27/02/84. In: RDTJ 01/55. Const. Fed. 1946, art. 156, §3º, Const. Fed. 1967, art. 171, C. Civil, art. 589, III, Lei Fed. 4.504/64 (Estatuto da Terra), art. 11, Lei 601, de 18/09/1850, art. 3º, §2º, Lei Fed. 6.969/81, Dec. 1.318, de 30/01/1854, Súmulas 279 e 291, STF.

(Ver: [USUCAPIÃO](#))

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº477

AS CONCESSÕES DE TERRAS DEVOLUTAS SITUADAS NA FAIXA DE FRONTEIRA, FEITAS PELOS ESTADOS, AUTORIZAM, APENAS, O USO, PERMANECENDO O DOMÍNIO COM A UNIÃO, AINDA QUE SE MANTENHA INERTE OU TOLERANTE, EM RELAÇÃO AOS POSSUIDORES.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

TESTAMENTO

SÚMULA STF Nº447

É VÁLIDA A DISPOSIÇÃO TESTAMENTÁRIA EM FAVOR DE FILHO ADULTERINO DO TESTADOR COM SUA CONCUBINA.

TESTEMUNHO DE POLICIAL

SÚMULA TJ Nº70

O FATO DE RESTRINGIR-SE A PROVA ORAL A DEPOIMENTOS DE AUTORIDADES POLICIAIS E SEUS AGENTES NÃO DESAUTORIZA A CONDENAÇÃO.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante (Art. 122 RI) nº [2002.146.00001](#) (Enunciado Criminal nº 02, do TJRJ) – Julgamento em 04/08/2003 – Votação: unânime – Relator: Des. J. C. Murta Ribeiro – Registro de Acórdão em 05/03/2004 – fls. 565/572.

Comentários: O Verbete Sumular ora analisado afirma que a restrição da prova oral a depoimentos de autoridades policiais e seus agentes não desautoriza a condenação.

A testemunha é a pessoa física que, em juízo, declara o que sabe sobre os fatos em litígios no processo penal.

É irrelevante a condição de policial, para conferir-lhe maior ou menor credibilidade do seu testemunho.

Os policiais não estão impedidos de prestarem depoimento, pois não podem ser considerados como testemunhas inidôneas ou suspeitas, pela simples condição funcional.

Informações extraídas da obra Comentários aos Verbetes Sumulares do TJRJ –

Desembargador Álvaro Mayrink da Costa

(Ver: [PROCESSO PENAL](#), [PROVA](#))

([Topo](#))

TÍTULO DA DÍVIDA PÚBLICA

SÚMULA TJ Nº51

NÃO CONSTITUI GARANTIA HÁBIL, PARA INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DEVEDOR, O OFERECIMENTO DE TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA ANTIGOS, DE DIFÍCIL LIQUIDEZ.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 08/2001 - Proc. [2001.146.00008](#). Julgamento em 24/06/2002 - Votação por maioria. Relator: DES. SYLVIO CAPANEMA DE SOUZA. Registro do Acórdão em Reg. Int. TJRJ, art. 122

(Ver: [EMBARGOS À EXECUÇÃO](#), [EXECUÇÃO](#))

([Topo](#))

TÍTULO EXECUTIVO

SÚMULA TJ Nº49

NÃO CONSTITUEM TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS OS CONTRATOS BANCÁRIOS DE ABERTURA DE CRÉDITO OU DE CRÉDITO ROTATIVO. (SÚMULA 233 DO STJ).

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 08/2001 - Proc. [2001.146.00008](#). Julgamento em 24/06/2002 - Votação por maioria. Relator: DES. SYLVIO CAPANEMA DE SOUZA. Registro do Acórdão em Reg. Int. TJRJ, art. 122.

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº99

TRATANDO-SE DE ENDOSSO-MANDATO, DEVIDAMENTE COMPROVADO NOS AUTOS, NÃO RESPONDE O ENDOSSATÁRIO POR PROTESTO INDEVIDO, SALVO SE LHE ERA POSSÍVEL EVITÁ-LO.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2005.146.00003](#) – Julgamento em 24/10/2005 – Votação: unânime – Relator: Álvaro Mayrink da Costa – Registro de Acórdão em 13/12/2005 – fls. 010862/010867.

(Ver: [LEGITIMIDADE](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº144

NAS AÇÕES QUE VERSEM SOBRE CANCELAMENTO DE PROTESTO, DE INDEVIDA INSCRIÇÃO EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO E DE OUTRAS SITUAÇÕES SIMILARES DE CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES DE FAZER FUNGÍVEIS, A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA ESPECÍFICA E A SENTENÇA SERÃO EFETIVADAS ATRAVÉS DE SIMPLES EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO AO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO ARQUIVO DOS DADOS.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº. [2007.018.00006](#) – Julgamento em 24/11/2008 – Relator: Desembargadora Leila Mariano. Votação por maioria.

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº27

PODE A EXECUÇÃO FUNDAR-SE EM MAIS DE UM TÍTULO EXTRAJUDICIAL RELATIVOS AO MESMO NEGOCIO.

(VIDE: [EXECUÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº233

O CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO, AINDA QUE ACOMPANHADO DE EXTRATO DA CONTA-CORRENTE, NÃO É TÍTULO EXECUTIVO.

(vide: [CONTRATO BANCÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº248

COMPROVADA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, A DUPLICATA NÃO ACEITA, MAS PROTESTADA, É TÍTULO HÁBIL PARA INSTRUIR PEDIDO DE FALÊNCIA.

(Ver: [FALÊNCIA E CONCORDATA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº279

É CABÍVEL EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.
(Ver: [EXECUÇÃO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº300

O INSTRUMENTO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA, AINDA QUE ORIGINÁRIO DE CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO, CONSTITUI TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL..
(Ver: [CONTRATO BANCÁRIO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº317

É DEFINITIVA A EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, AINDA QUE PENDENTE APELAÇÃO CONTRA SENTENÇA QUE JULGUE IMPROCEDENTES OS EMBARGOS.
(Ver: [EMBARGOS À EXECUÇÃO](#), [RECURSO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

TRÁFICO DE ENTORPECENTES

SÚMULA STF Nº522

SALVO OCORRÊNCIA DE TRÁFICO PARA O EXTERIOR, QUANDO, ENTÃO, A COMPETÊNCIA SERÁ DA JUSTIÇA FEDERAL, COMPETE À JUSTIÇA DOS ESTADOS O PROCESSO E JULGAMENTO DOS CRIMES RELATIVOS A ENTORPECENTES.
(VER: [COMPETÊNCIA](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

TRÂNSITO EM JULGADO

Súmula STF Nº424

TRANSITA EM JULGADO O DESPACHO SANEADOR DE QUE NÃO HOUVE RECURSO, EXCLUÍDAS AS QUESTÕES DEIXADAS, EXPLÍCITA OU IMPLICITAMENTE, PARA A SENTENÇA.
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº514

ADMITE-SE AÇÃO RESCISÓRIA CONTRA SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO, AINDA QUE CONTRA ELA NÃO SE TENHA ESGOTADO TODOS OS RECURSOS.

(VER: [AÇÃO RESCISÓRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº716

ADMITE-SE A PROGRESSÃO DE REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA OU A APLICAÇÃO IMEDIATA DE REGIME MENOS SEVERO NELA DETERMINADA, ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA.

(VIDE: [PROGRESSÃO DE REGIME](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº717

NÃO IMPEDE A PROGRESSÃO DE REGIME DE EXECUÇÃO DA PENA, FIXADA EM SENTENÇA NÃO TRANSITADA EM JULGADO, O FATO DE O RÉU SE ENCONTRAR EM PRISÃO ESPECIAL.

(VIDE: [PROGRESSÃO DE REGIME](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

TRANSPORTE

SÚMULA TJ Nº45

É DEVIDA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL SOFRIDO PELO PASSAGEIRO, EM DECORRÊNCIA DO EXTRAVIO DE BAGAGEM, NOS CASOS DE TRANSPORTE AÉREO.

REFERÊNCIA: Súmula da Jurisprudência Predominante [2001.146.00003](#). Julgamento em 24/06/2002 - Votação unânime. Relator: DES. GUSTAVO ADOLPHO KUHL LEITE. Registro do Acórdão em 26/11/2002. .Const. Fed. 1988. Reg. Int. TJRJ, art. 122

(Ver: [DANO MORAL](#))

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº186

NÃO INFRINGE A LEI A TOLERÂNCIA DA QUEBRA DE 1% NO TRANSPORTE POR ESTRADA DE FERRO, PREVISTA NO REGULAMENTO DE TRANSPORTES.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

TRIBUNAL DE CONTAS

SÚMULA STF Nº653

NO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL, COMPOSTO POR SETE CONSELHEIROS, QUATRO DEVEM SER ESCOLHIDOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA E TRÊS PELO CHEFE DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL, CABENDO A ESTE INDICAR UM DENTRE AUDITORES E OUTRO DENTRE MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO, E UM TERCEIRO A SUA LIVRE ESCOLHA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

TRIBUNAL DO JURI

SÚMULA STF Nº206

É NULO O JULGAMENTO ULTERIOR PELO JÚRI COM A PARTICIPAÇÃO DE JURADO QUE FUNCIONOU EM JULGAMENTO ANTERIOR DO MESMO PROCESSO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº 721

A COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL DO TRIBUNAL DO JÚRI PREVALECE SOBRE O FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO ESTABELECIDO EXCLUSIVAMENTE PELA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.

(VIDE: [COMPETÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

TRIBUTÁRIO

SÚMULA TJ Nº9

É DEVIDO O IMPOSTO DE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS, QUANDO O QUINHÃO HEREDITÁRIO FOR MENOR DO QUE O LIMITE FIXADO NO ART. 75, Nº XI, DO DEC. LEI Nº 5, DE 15 DE MARÇO DE 1975, SE O SEU FATO GERADOR OCORREU ANTES, MESMO EM FACE DO ART. 21 DO DEC. Nº 27/1975 (REVOGADO PELO DEC. Nº 910, DE 27 DE SETEMBRO DE 1976) E DURANTE A SUA VIGÊNCIA.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 11 no Agravo de Instrumento nº. 1.187. Julgamento em 29.09.78. Relator: Des. Décio Cretton. Registro do Acórdão em 07/03/79. In: RJTJRJ 47/53. Lei Fed. 5.172/66 (C. Trib. Nac.), arts, 96; 97, VI; 105; 106; 111, I e II e 177, Dec. Lei 05/75, art. 75, XI, Dec. Lei 27/75, art. 21 e 150, Dec. Lei 910/76.

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº34

ART. 153, PARÁGRAFO 2º, INCISO II DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL NÃO É AUTO APLICÁVEL, SENDO REGULAMENTADO POR LEI ORDINÁRIA.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 01/97, no Mandado de Segurança nº [1995.004.01084](#) . Julgamento em 08/10/97 - Votação por maioria. Relatora Designada: Desembargadora MARIA STELLA RODRIGUES. Registro de Acórdão em 11/03/98 - Fls. 76/84. In: RDTJ 35/74. Const. Fed. 1988, art. 37, VII; 146, III, a e 153, §2º, II, Lei Fed. 7.713/88 .
(Ver: [SERVIDOR PÚBLICO](#))
([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº66

EM PARTILHA DE BENS DECORRENTE DA SEPARAÇÃO CONSENSUAL, EM QUE HAJA DIFERENÇA DE QUINHÕES SEM INDÍCIO DE REPOSIÇÃO, COMPENSAÇÃO PECUNIÁRIA OU QUALQUER ONEROSIDADE, INCIDIRÁ O IMPOSTO ESTADUAL DE TRANSMISSÃO SOBRE DOAÇÕES.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº [2002.018.00003](#) no Agravo de Instrumento nº [2001.002.10823](#).. Julgamento em 18/11/2002 - Votação unânime. Relator: Des. Jorge Uchoa. Registro do Acórdão em 14/07/2003 - fls. 4.311/4.313.
(Ver: [INVENTÁRIO/PARTILHA](#))
([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº82

É LEGÍTIMA A COBRANÇA DE TARIFA DIFERENCIADA OU PROGRESSIVA NO FORNECIMENTO DE ÁGUA, POR SE TRATAR DE PREÇO PÚBLICO.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante n.º [2004.007.00008](#) – Julgamento em 03/10/2005 – Votação: maioria – Relator: Des. Álvaro Mayrink da Costa.
(Ver: [SERVIÇO PÚBLICO](#))
([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº95

OS JUROS, DE QUE TRATA O ART. 406, DO CÓDIGO CIVIL DE 2002, INCIDEM DESDE SUA VIGÊNCIA, E SÃO AQUELES ESTABELECIDOS PELO ART. 161, PARÁGRAFO 1º, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº [2005.146.00003](#) – Julgamento em 24/10/2005 – Votação: unânime – Relator: Álvaro Mayrink da Costa – Registro de Acórdão em 13/12/2005 – fls. 010862/010867.
(Ver: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))
([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº124

A PRETENSÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO AINDA QUE FUNDADA EM INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI, PRESCREVE EM CINCO ANOS.

REFERÊNCIA: Súmula da Jurisprudência Predominante nº. [2006.146.00002](#) – Julgamento em 11/12/2006 – Relator: Desembargador Salim José Chalub. Votação unânime.
([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº125

NA EXECUÇÃO FISCAL NÃO SE EXIGIRÁ PROVA DA EXATA INDICAÇÃO DO ENDEREÇO DO DEVEDOR, CÓPIA DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DA PROVA DA ENTREGA AO CONTRIBUINTE DA NOTIFICAÇÃO DO TRIBUTO, REQUISITOS PREVISTOS NA LEI Nº. 6830/80.

REFERÊNCIA: Súmula da Jurisprudência Predominante nº. [2006.146.00006](#) – Julgamento em 21/12/2006 – Relator: Desembargador Paulo Ventura. Votação unânime.

(VIDE: [EXECUÇÃO](#))

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº126

INCABÍVEL A EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL, DE OFÍCIO OU A REQUERIMENTO DO DEVEDOR, EM RAZÃO DE CRITÉRIO FUNDADO EM PEQUENO VALOR COBRADO.

REFERÊNCIA: Súmula da Jurisprudência Predominante nº. [2006.146.00006](#) – Julgamento em 21/12/2006 – Relator: Desembargador Paulo Ventura. Votação unânime.

(VIDE: [EXECUÇÃO](#))

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº50

O ADICIONAL DE TARIFA PORTUARIA INCIDE APENAS NAS OPERAÇÕES REALIZADAS COM MERCADORIAS IMPORTADAS OU EXPORTADAS, OBJETO DO COMERCIO DE NAVEGAÇÃO DE LONGO CURSO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº65

O CANCELAMENTO, PREVISTO NO ART. 29 DO DECRETO-LEI 2.303, DE 21.11.86, NÃO ALCANÇA OS DEBITOS PREVIDENCIARIOS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº77

A CAIXA ECONOMICA FEDERAL E PARTE ILEGITIMA PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO DAS AÇÕES RELATIVAS AS CONTRIBUIÇÕES PARA O FUNDO PIS/PASEP.

(VIDE: [FGTS-PIS/PASEP](#), [LEGITIMIDADE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº112

O DEPÓSITO SOMENTE SUSPENDE A EXIGIBILIDADE DO CREDITO TRIBUTARIO SE FOR INTEGRAL E EM DINHEIRO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº124

A TAXA DE MELHORAMENTO DOS PORTOS TEM BASE DE CALCULO DIVERSA DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO, SENDO LEGÍTIMA A SUA COBRANÇA SOBRE A IMPORTAÇÃO DE MERCADORIAS DE PAÍSES SIGNATÁRIOS DO GATT, DA ALALC OU ALADI.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº139

CABE A PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL PROPOR EXECUÇÃO FISCAL PARA COBRANÇA DE CRÉDITO RELATIVO AO ITR.

(VIDE: [COMPETÊNCIA](#), [EXECUÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº153

A DESISTÊNCIA DA EXECUÇÃO FISCAL, APÓS O OFERECIMENTO DOS EMBARGOS, NÃO EXIME O EXEQUENTE DOS ENCARGOS DA SUCUMBÊNCIA.

(VIDE: [EXECUÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº162

NA REPETIÇÃO DE INDEBITO TRIBUTÁRIO, A CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDE A PARTIR DO PAGAMENTO INDEVIDO.

(VIDE: [JUROS E /OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº184

A MICROEMPRESA DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL É ISENTA DO IMPOSTO DE RENDA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº185

NOS DEPOSITOS JUDICIAIS, NÃO INCIDE O IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº188

OS JUROS MORATORIOS, NA REPETIÇÃO DO INDEBITO TRIBUTÁRIO, SÃO DEVIDOS A PARTIR DO TRANSITO EM JULGADO DA SENTENÇA.

(VIDE: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#), [PRAZO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº212

A COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS NÃO PODE SER DEFERIDA EM AÇÃO CAUTELAR OU POR MEDIDA LIMINAR CAUTELAR OU ANTECIPATÓRIA.(*)

(*) na sessão de 11/05/2005, a Primeira Seção deliberou pela ALEGAÇÃO da Súmula n. 212.

REDAÇÃO ANTERIOR (decisão de 23/09/1998, DJ 02/10/1998):

A COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS NÃO PODE SER DEFERIDA POR MEDIDA LIMINAR.

(VIDE: [LIMINAR](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº213

O MANDADO DE SEGURANÇA CONSTITUI AÇÃO ADEQUADA PARA A DECLARAÇÃO DO DIREITO À COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA.

(VIDE: [MANDADO DE SEGURANÇA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº215

A INDENIZAÇÃO RECEBIDA PELA ADESÃO A PROGRAMA DE INCENTIVO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA NÃO ESTÁ SUJEITA À INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº262

INCIDE O IMPOSTO DE RENDA SOBRE O RESULTADO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS REALIZADAS PELAS COOPERATIVAS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STJ Nº276

AS SOCIEDADES CIVIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS SÃO ISENTAS DA COFINS, IRRELEVANTE O REGIME TRIBUTÁRIO ADOTADO.

(*) Julgando a AR 3.761-PR, na sessão de 12/11/2008, a Primeira Seção deliberou pelo **CANCELAMENTO DA SÚMULA** n. 276.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

Súmula STJ Nº353

AS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL NÃO SE APLICAM ÀS CONTRIBUIÇÕES PARA O FGTS.

(ver: [FGTS-PIS/PASEP](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº355

É VÁLIDA A NOTIFICAÇÃO DO ATO DE EXCLUSÃO DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO REFIS PELO DIÁRIO OFICIAL OU PELA INTERNET.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº360

O BENEFÍCIO DA DENÚNCIA ESPONTÂNEA NÃO SE APLICA AOS TRIBUTOS SUJEITOS A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO REGULARMENTE DECLARADOS, MAS PAGOS A DESTEMPO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº411

É DEVIDA A CORREÇÃO MONETÁRIA AO CREDITAMENTO DO IPI QUANDO HÁ OPOSIÇÃO AO SEU APROVEITAMENTO DECORRENTE DE RESISTÊNCIA ILEGÍTIMA DO FISCO.

(VER: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#); [IPI](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº430

O INADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA PELA SOCIEDADE NÃO GERA, POR SI SÓ, A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO SÓCIO-GERENTE.

(VER: [SÓCIO-GERENTE](#))

[NOTÍCIAS DO STJ](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº431

É ILEGAL A COBRANÇA DE ICMS COM BASE NO VALOR DA MERCADORIA SUBMETIDO AO REGIME DE PAUTA FISCAL.

(VER: [ICM/ICMS](#))

[NOTÍCIAS DO STJ](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº432

AS EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL NÃO ESTÃO OBRIGADAS A PAGAR ICMS SOBRE MERCADORIAS ADQUIRIDAS COMO INSUMOS EM OPERAÇÕES INTERESTADUAIS.

(Ver: [ICM/ICMS](#))

[NOTÍCIAS DO STJ](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº436

A ENTREGA DE DECLARAÇÃO PELO CONTRIBUINTE RECONHECENDO DÉBITO FISCAL CONSTITUI O CRÉDITO TRIBUTÁRIO, DISPENSADA QUALQUER OUTRA PROVIDÊNCIA POR PARTE DO FISCO.

[NOTÍCIAS DO STJ](#)

([Topo](#))

SÚMULA STJ Nº437

A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO SUPERIOR A QUINHENTOS MIL REAIS PARA OPÇÃO PELO REFIS PRESSUPÕE A HOMOLOGAÇÃO EXPRESSA DO COMITÊ GESTOR E A CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA POR MEIO DO ARROLAMENTO DE BENS.

[NOTÍCIAS DO STJ](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº66

É LEGÍTIMA A COBRANÇA DO TRIBUTO QUE HOUVER SIDO AUMENTADO APÓS O ORÇAMENTO, MAS ANTES DO INÍCIO DO RESPECTIVO EXERCÍCIO FINANCEIRO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº67

É INCONSTITUCIONAL A COBRANÇA DO TRIBUTO QUE HOUVER SIDO CRIADO OU AUMENTADO NO MESMO EXERCÍCIO FINANCEIRO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº68

É LEGÍTIMA A COBRANÇA, PELOS MUNICÍPIOS, NO EXERCÍCIO DE 1961, DE TRIBUTO ESTADUAL, REGULARMENTE CRIADO OU AUMENTADO, E QUE LHEIS FOI TRANSFERIDO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL 5, DE 21/11/1961.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº69

A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL NÃO PODE ESTABELECEER LIMITE PARA O AUMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº70

É INADMISSÍVEL A INTERDIÇÃO DE ESTABELECIMENTO COMO MEIO COERCITIVO PARA COBRANÇA DE TRIBUTO.

(VIDE: [ESTABELECIMENTO COMERCIAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº71

EMBORA PAGO INDEVIDAMENTE, NÃO CABE RESTITUIÇÃO DE TRIBUTO INDIRETO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº74

O IMÓVEL TRANSCRITO EM NOME DE AUTARQUIA, EMBORA OBJETO DE PROMESSA DE VENDA A PARTICULARES, CONTINUA IMUNE DE IMPOSTOS LOCAIS (VIDE OBSERVAÇÃO).

(VIDE: [IMUNIDADE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº77

ESTÁ ISENTA DE IMPOSTOS FEDERAIS A AQUISIÇÃO DE BENS PELA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL.

(VIDE: [PESSOA JURÍDICA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº78

ESTÃO ISENTAS DE IMPOSTOS LOCAIS AS EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA, NO QUE RESPEITA ÀS SUAS ATIVIDADES ESPECÍFICAS.

(VIDE: [PESSOA JURÍDICA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº79

O BANCO DO BRASIL NÃO TEM ISENÇÃO DE TRIBUTOS LOCAIS.
(VIDE: [PESSOA JURÍDICA](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº81

AS COOPERATIVAS NÃO GOZAM DE ISENÇÃO DE IMPOSTOS LOCAIS, COM FUNDAMENTO NA CONSTITUIÇÃO E NAS LEIS FEDERAIS.
(VIDE: [COOPERATIVA](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº82

SÃO INCONSTITUCIONAIS O IMPOSTO DE CESSÃO E A TAXA SOBRE INSCRIÇÃO DE PROMESSA DE VENDA DE IMÓVEL, SUBSTITUTIVOS DO IMPOSTO DE TRANSMISSÃO, POR INCIDIREM SOBRE ATO QUE NÃO TRANSFERE O DOMÍNIO.
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº83

OS ÁGIOS DE IMPORTAÇÃO INCLUEM-SE NO VALOR DOS ARTIGOS IMPORTADOS PARA INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE CONSUMO.
(VIDE: [IMPOSTO DE CONSUMO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº84

NÃO ESTÃO ISENTOS DO IMPOSTO DE CONSUMO OS PRODUTOS IMPORTADOS PELAS COOPERATIVAS.
(VIDE: [IMPOSTO DE CONSUMO](#))
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº90

É LEGÍTIMA A LEI LOCAL QUE FAÇA INCIDIR O IMPOSTO DE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES COM BASE NO MOVIMENTO ECONÔMICO DO CONTRIBUINTE.
[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)
([Topo](#))

SÚMULA STF Nº92

É CONSTITUCIONAL O ART. 100, II, DA LEI 4563, DE 20/2/1957, DO MUNICÍPIO DE RECIFE, QUE FAZ VARIAR O IMPOSTO DE LICENÇA EM FUNÇÃO DO AUMENTO DO CAPITAL DO CONTRIBUINTE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº135

É INCONSTITUCIONAL A TAXA DE ELETRIFICAÇÃO DE PERNAMBUCO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº137

A TAXA DE FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO INCIDE SOBRE A BONIFICAÇÃO CAMBIAL CONCEDIDA AO EXPORTADOR.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº138

É INCONSTITUCIONAL A TAXA CONTRA FOGO, DO ESTADO DE MINAS GERAIS, INCIDENTE SOBRE PRÊMIO DE SEGURO CONTRA FOGO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº148

É LEGÍTIMO O AUMENTO DE TARIFAS PORTUÁRIAS POR ATO DO MINISTRO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº469

A MULTA DE CEM POR CENTO, PARA O CASO DE MERCADORIA IMPORTADA IRREGULARMENTE, É CALCULADA À BASE DO CUSTO DE CâMBIO DA CATEGORIA CORRESPONDENTE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº470

O IMPOSTO DE TRANSMISSÃO INTER VIVOS NÃO INCIDE SOBRE A CONSTRUÇÃO, OU PARTE DELA, REALIZADA, INEQUIVOCAMENTE, PELO PROMITENTE COMPRADOR, MAS SOBRE O VALOR DO QUE TIVER SIDO CONSTRUÍDO ANTES DA PROMESSA DE VENDA. (VER: [IMPOSTO INTERVIVOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº471

AS EMPRESAS AEROVIÁRIAS NÃO ESTÃO ISENTAS DO IMPOSTO DE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº503

A DÚVIDA, SUSCITADA POR PARTICULAR, SOBRE O DIREITO DE TRIBUTAR, MANIFESTADO POR DOIS ESTADOS, NÃO CONFIGURA LITÍGIO DA COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº532

É CONSTITUCIONAL A LEI 5043, DE 21/6/1966, QUE CONCEDEU REMISSÃO DAS DÍVIDAS FISCAIS ORIUNDAS DA FALTA DE OPORTUNO PAGAMENTO DE SELO NOS CONTRATOS PARTICULARES COM A CAIXA ECONÔMICA E OUTRAS ENTIDADES AUTÁRQUICAS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº544

ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS CONCEDIDAS, SOB CONDIÇÃO ONEROSA, NÃO PODEM SER LIVREMENTE SUPRIMIDAS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº546

CABE A RESTITUIÇÃO DO TRIBUTO PAGO INDEVIDAMENTE, QUANDO RECONHECIDO POR DECISÃO, QUE O CONTRIBUINTE DE JURE NÃO RECUPEROU DO CONTRIBUINTE DE FACTO O QUANTUM RESPECTIVO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº547

NÃO É LÍCITO À AUTORIDADE PROIBIR QUE O CONTRIBUINTE EM DÉBITO ADQUIRA ESTAMPILHAS, DESPACHE MERCADORIAS NAS ALFÂNDEGAS E EXERÇA SUAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº548

É INCONSTITUCIONAL O DECRETO-LEI 643, DE 19/6/1947, ART. 4º, DO PARANÁ, NA PARTE QUE EXIGE SELO PROPORCIONAL SOBRE ATOS E INSTRUMENTOS REGULADOS POR LEI FEDERAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº549

A TAXA DE BOMBEIROS DO ESTADO DE PERNAMBUCO É CONSTITUCIONAL, REVOGADA A SÚMULA 274.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº550

A ISENÇÃO CONCEDIDA PELO ART. 2º DA LEI 1815/1953, ÀS EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO AÉREA NÃO COMPREENDE A TAXA DE MELHORAMENTO DE PORTOS, INSTITUÍDA PELA LEI 3421/1958.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº553

O ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE (AFRMM) É CONTRIBUIÇÃO PARAFISCAL, NÃO SENDO ABRANGIDO PELA IMUNIDADE PREVISTA NA LETRA D, III, DO ART. 19 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

(VER: [CONTRIBUIÇÃO PARAFISCAL](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº581

A EXIGÊNCIA DE TRANSPORTE EM NAVIO DE BANDEIRA BRASILEIRA, PARA EFEITO DE ISENÇÃO TRIBUTÁRIA, LEGITIMOU-SE COM O ADVENTO DO DECRETO-LEI 666, DE 2/7/1969.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº658

SÃO CONSTITUCIONAIS OS ARTS. 7º DA LEI 7787/1989 E 1º DA LEI 7894/1989 E DA LEI 8147/1990, QUE MAJORARAM A ALÍQUOTA DO FINSOCIAL, QUANDO DEVIDA A CONTRIBUIÇÃO POR EMPRESAS DEDICADAS EXCLUSIVAMENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº659

É LEGÍTIMA A COBRANÇA DA COFINS, DO PIS E DO FINSOCIAL SOBRE AS OPERAÇÕES RELATIVAS A ENERGIA ELÉTRICA, SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, DERIVADOS DE PETRÓLEO, COMBUSTÍVEIS E MINERAIS DO PAÍS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº669

NORMA LEGAL QUE ALTERA O PRAZO DE RECOLHIMENTO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA NÃO SE SUJEITA AO PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº670

O SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NÃO PODE SER REMUNERADO MEDIANTE TAXA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

SÚMULA STF Nº730

A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA CONFERIDA A INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM FINS LUCRATIVOS PELO ART. 150, VI, C, DA CONSTITUIÇÃO, SOMENTE ALCANÇA AS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL PRIVADA SE NÃO HOVER CONTRIBUIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS.

(VIDE: [PREVIDENCIÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

[SÚMULA VINCULANTE STF Nº8](#)

SÃO INCONSTITUCIONAIS O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 5º DO DECRETO-LEI Nº 1.569/1977 E OS ARTIGOS 45 E 46 DA LEI Nº 8.212/1991, QUE TRATAM DE PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO.

(VIDE: [PRESCRIÇÃO](#), [DECADÊNCIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

[SÚMULA VINCULANTE STF Nº24](#)

NÃO SE TIPIFICA CRIME MATERIAL CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA, PREVISTO NO ART. 1º, INCISOS I A IV, DA LEI Nº 8.137/90, ANTES DO LANÇAMENTO DEFINITIVO DO TRIBUTO.

(VIDE: [CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA VINCULANTE STF Nº28

É INCONSTITUCIONAL A EXIGÊNCIA DE DEPÓSITO PRÉVIO COMO REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE DE AÇÃO JUDICIAL NA QUAL SE PRETENDA DISCUTIR A EXIGIBILIDADE DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO.

(VER: [DEPÓSITO PRÉVIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA VINCULANTE STF Nº29

É CONSTITUCIONAL A ADOÇÃO, NO CÁLCULO DO VALOR DE TAXA, DE UM OU MAIS ELEMENTOS DA BASE DE CÁLCULO PRÓPRIA DE DETERMINADO IMPOSTO, DESDE QUE NÃO HAJA INTEGRAL IDENTIDADE ENTRE UMA BASE E OUTRA.

(VER: [TAXA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

TUTELA ANTECIPADA

SÚMULA TJ Nº59

SOMENTE SE REFORMA A DECISÃO CONCESSIVA OU NÃO DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, SE TERATOLÓGICA, CONTRÁRIA À LEI OU À EVIDENTE PROVA DOS AUTOS.

REFERÊNCIA: Súmula da Jurisprudência Predominante nº. [2001.146.00007](#).. Julgamento em 04/11/2002 - Votação unânime. Relator: Des. Amaury Arruda de Souza. Registro do Acórdão em 26/11/2002. Reg. Int. TJRJ, art. 122

([Topo](#))

SÚMULA TJ Nº60

ADMISSÍVEL A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA DE MÉRITO, MESMO CONTA A FAZENDA PÚBLICA, DESDE QUE PRESENTE OS SEUS PRESSUPOSTOS.

REFERÊNCIA: Súmula da Jurisprudência Predominante nº. [2001.146.00007](#).. Julgamento em 04/11/2002 - Votação unânime. Relator: Des. Amaury Arruda de Souza. Registro do Acórdão em 26/11/2002. Reg. Int. TJRJ, art. 122

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº729

A DECISÃO NA AÇÃO DIRETA DE CONSTITUCIONALIDADE 4 NÃO SE APLICA À ANTECIPAÇÃO DE TUTELA EM CAUSA DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA.

(VIDE: [PREVIDENCIÁRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

UNIÃO ESTÁVEL

SÚMULA TJ Nº122

É INADMISSÍVEL O RECONHECIMENTO DE UNIÕES ESTÁVEIS CONCOMITANTES.

REFERÊNCIA: Súmula da Jurisprudência Predominante nº. [2006.146.00005](#) – Julgamento em 21/12/2006 – Votação: unânime - Relator: Desembargadora Cássia Medeiros.

[\(Topo\)](#)

USUCAPIÃO

SÚMULA STF Nº263

O POSSUIDOR DEVE SER CITADO PESSOALMENTE PARA A AÇÃO DE USUCAPIÃO.

Nesse sentido: [RE-ED 97654](#)

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

[\(Topo\)](#)

USUFRUTO

SÚMULA TJ Nº13

EXTINTO PELA MORTE DO USUFRUTUÁRIO, O USUFRUTO INSTITUÍDO POR ATO INTERVIVOS, O CANCELAMENTO DO GRAVAME, NO REGISTRO DE IMÓVEIS, INDEPENDE DE PRÉVIA DECISÃO JUDICIAL.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 19 na Apelação Cível nº. 13.069. Julgamento em 24.05.82. Relator: Des. Fonseca Passos.. Registro do Acórdão em 03/08/82..In: RJTJRJ 50/48 e RP 27/270. C. Proc. Civil, arts. 250 e 1.112, VI, C. Civil, art. 12, II, Lei Fed. 6.015/73, art. 90, Dec. Lei, art. 413/79, art. 75, IV.

[\(Topo\)](#)

SÚMULA TJ Nº33

O PRAZO DE CINCO ANOS DO ARTIGO 183 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, APLICA-SE A PARTIR DE 05/10/1988, DATA DE SUA VIGÊNCIA, SALVO SE, PELA LEI ANTERIOR, OCORRER A PRESCRIÇÃO AQUISITIVA NO CURSO DESSA DILAÇÃO.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº 01/94, na Apelação Cível nº [1994.001.02737](#). Julgamento em 20/03/96 - Votação por maioria absoluta. Relator Designado: Desembargador Mello Serra. Registro de Acórdão em 21/08/96 - fls. 83/91. In: RDTJ 29/121 Const. Fed. 1988, art. 183. C. Proc. Civil, art. 267, VI.

(Ver: [PRAZO](#))

[\(Topo\)](#)

VALOR DA CAUSA

SÚMULA STF Nº502

NA APLICAÇÃO DO ART. 839 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, COM A REDAÇÃO DA LEI 4290, DE 5/12/1963, A RELAÇÃO VALOR DA CAUSA E SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE NA CAPITAL DO ESTADO, OU DO TERRITÓRIO, PARA O EFEITO DE ALÇADA, DEVE SER CONSIDERADA NA DATA DO AJUIZAMENTO DO PEDIDO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

VENCIMENTOS

SÚMULA TJ Nº148

A INDENIZAÇÃO DE AUXÍLIO MORADIA CRIADA PELA LEI ESTADUAL Nº 958/1983 E PAGA AOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DA ATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO TEM CARÁTER INDENIZATÓRIO E POR ISSO NÃO PODE SER INCORPORADA AOS VENCIMENTOS DO BENEFICIÁRIO QUE PASSA PARA A INATIVIDADE.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº. [2009.018.00006](#) - Julgamento em 11/01/2010 - Relator: Desembargador Miguel Ângelo Barros. Votação Unânime.

(Ver: [AUXÍLIO MORADIA](#), [MILITAR](#), [INDENIZAÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº13

A EQUIPARAÇÃO DE EXTRANUMERÁRIO A FUNCIONÁRIO EFETIVO, DETERMINADA PELA LEI 2284, DE 9/8/1954, NÃO ENVOLVE REESTRUTURAÇÃO, NÃO COMPREENDENDO, PORTANTO, OS VENCIMENTOS.

(VIDE: [SERVIDOR PÚBLICO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº 27

OS SERVIDORES PÚBLICOS NÃO TÊM VENCIMENTOS IRREDUTÍVEIS, PRERROGATIVA DOS MEMBROS DO PODER JUDICIÁRIO E DOS QUE LHEM SÃO EQUIPARADOS.

(VIDE: [SERVIDOR PÚBLICO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº41

JUÍZES PREPARADORES OU SUBSTITUTOS NÃO TÊM DIREITO AOS VENCIMENTOS DA ATIVIDADE FORA DOS PERÍODOS DE EXERCÍCIO.

(VIDE: [MAGISTRATURA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº45

A ESTABILIDADE DOS SUBSTITUTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR NÃO CONFERE DIREITO AOS VENCIMENTOS DA ATIVIDADE FORA DOS PERÍODOS DE EXERCÍCIO.

(VIDE: [SERVIDOR PÚBLICO MILITAR](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº671

OS SERVIDORES PÚBLICOS E OS TRABALHADORES EM GERAL TÊM DIREITO, NO QUE CON CERNE À URP DE ABRIL/MAIO DE 1988, APENAS AO VALOR CORRESPONDENTE A 7/30 DE 16,19% SOBRE OS VENCIMENTOS E SALÁRIOS PERTINENTES AOS MESES DE ABRIL E MAIO DE 1988, NÃO CUMULATIVAMENTE, DEVIDAMENTE CORRIGIDO ATÉ O EFETIVO PAGAMENTO.

(VER: [SERVIDOR PÚBLICO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº679

A FIXAÇÃO DE VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS NÃO PODE SER OBJETO DE CONVENÇÃO COLETIVA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº681

É INCONSTITUCIONAL A VINCULAÇÃO DO REAJUSTE DE VENCIMENTOS DE SERVIDORES ESTADUAIS OU MUNICIPAIS A ÍNDICES FEDERAIS DE CORREÇÃO MONETÁRIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº682

NÃO OFENDE A CONSTITUIÇÃO A CORREÇÃO MONETÁRIA NO PAGAMENTO COM ATRASO DOS VENCIMENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA VINCULANTE STF Nº16

OS ARTS. 7º, IV, E 39, § 3º (REDAÇÃO DA EC 19/98), DA CONSTITUIÇÃO, REFEREM-SE AO TOTAL DA REMUNERAÇÃO PERCEBIDA PELO SERVIDOR PÚBLICO

(ver: [SERVIDOR PÚBLICO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

V.E.P.

SÚMULA STJ Nº192

COMPETE AO JUIZO DAS EXECUÇÕES PENAIS DO ESTADO A EXECUÇÃO DAS PENAS IMPOSTAS A SENTENCIADOS PELA JUSTIÇA FEDERAL, MILITAR OU ELEITORAL, QUANDO RECOLHIDOS A ESTABELECIMENTOS SUJEITOS A ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

VITALICIEDADE

SÚMULA STF Nº11

A VITALICIEDADE NÃO IMPEDE A EXTINÇÃO DO CARGO, FICANDO O FUNCIONÁRIO EM DISPONIBILIDADE, COM TODOS OS VENCIMENTOS.

(VIDE: [EXTINÇÃO DO CARGO](#), [DISPONIBILIDADE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº12

A VITALICIEDADE DO PROFESSOR CATEDRÁTICO NÃO IMPEDE O DESDOBRAMENTO DA CÁTEDRA.

(VIDE: [MAGISTÉRIO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

SÚMULA STF Nº46

DESMEMBRAMENTO DE SERVENTIA DE JUSTIÇA NÃO VIOLA O PRINCÍPIO DE VITALICIEDADE DO SERVENTUÁRIO.

(VIDE: [SERVIDOR PÚBLICO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

([Topo](#))

Como consultar a Tabela de Compilação dos Verbetes Sumulares – TJERJ, STJ e STF

Os verbetes sumulares do TJERJ estão classificados em ordem alfabética, por assunto, e logo a seguir, por correspondência, são apresentados da mesma forma, os dos Tribunais Superiores.

Uma vez aberto o arquivo, sua navegação é extremamente rápida: *hyperlinks* foram criados para dinamizar o acesso ao conteúdo do documento.

Selecionado o assunto, verifica-se logo se há correspondência entre o verbete sumular do TJERJ com os dos Tribunais Superiores. Localizada a súmula, basta clicar que imediatamente aparecerá o verbete a ela relacionada.

Estão disponibilizadas, também para visualização, as referências que foram utilizadas como instrumentos para sua elaboração e notas extraídas do livro *Comentários aos Verbetes Sumulares do TJERJ*. Os acórdãos apresentam links para visualização da ementa e acesso ao inteiro teor.

A consulta à Tabela de Compilação poderá ser feita por meio dos seguintes procedimentos:

- **régua de acesso alfabético:** nesta opção o usuário encontrará todos os assuntos iniciados com a mesma letra, juntamente com o verbete sumular, dispostos sequencialmente em ordem alfabética (ex.: a letra **L** foi selecionada. Estarão disponíveis para visualização imediata os assuntos: *legitimidade, licença prêmio, liminar, locação, livros comerciais*)
- **índice remissivo:** nesta opção o usuário visualizará todos os assuntos da Tabela dispostos em ordem alfabética, sem visualizar o verbete sumular. Após seleção do tema, basta clicar que o *hyperlink* o levará até o verbete sumular.

FALE CONOSCO

Para sugestões, elogios e críticas relativas à Tabela de Compilação, contate a equipe do Serviço de Pesquisa Jurídica (DGCON/SEAPE), através do endereço eletrônico jurisprudencia@tj.rj.gov.br ([Topo](#))



ÍNDICE REMISSIVO

A

[ABUSO DO DIREITO](#)
[AÇÃO CIVIL PÚBLICA](#)
[AÇÃO COMINATÓRIA](#)
[AÇÃO DE COBRANÇA](#)
[AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS](#)
[AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO](#)
[AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO](#)
[AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE](#)
[AÇÃO EXECUTIVA](#)
[AÇÃO MONITÓRIA](#)
[AÇÃO POSSESSÓRIA](#)
[AÇÃO REGRESSIVA](#)
[AÇÃO RESCISÓRIA](#)
[ACIDENTE DE TRABALHO](#)
[AGRAVO](#)
[ALGEMA](#)
[ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA](#)
[ALIMENTOS](#)
[APELAÇÃO](#)
[APOSENTADORIA](#)
[ARRENDAMENTO MERCANTIL](#)
[AUTOMÓVEL](#)
[AUXÍLIO MORADIA](#)
[AVAL](#)

B

[BENS DA UNIÃO](#)
[BEM DE FAMÍLIA](#)
[BINGO E LOTERIA](#)
[BTN](#)

C

[CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO](#)
[CALÚNIA / INJÚRIA / DIFAMAÇÃO](#)
[CARTÃO DE CRÉDITO](#)
[CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE](#)
[CERTIDÃO DE ASSENTAMENTO](#)
[CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA](#)
[CHEQUE](#)
[CITAÇÃO E/OU INTIMAÇÃO](#)
[COBRANÇA EXCESSIVA](#)
[CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO](#)
[CODJERJ](#)
[COFINS](#)

[COMPENSAÇÃO](#)
[COMPETÊNCIA](#)
[COMPRA E VENDA](#)
[CONCESSÃO DE BENEFÍCIO](#)
[CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO](#)
[CONCURSO PÚBLICO](#)
[CONCURSO DE PREFERÊNCIAS](#)
[CONDOMÍNIO](#)
[CONSELHO DE POLÍTICA ADUANEIRA](#)
[CONSUMIDOR](#)
[CONSTITUCIONALIDADE](#)
[CONTRATO ADMINISTRATIVO](#)
[CONTRATO BANCÁRIO](#)
[CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO](#)
[CONTRIBUIÇÃO À SEGURIDADE SOCIAL](#)
[CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL](#)
[CONTRATO DE SEGURO](#)
[CONTRAVENÇÃO PENAL](#)
[CONTRIBUIÇÃO PARAFISCAL](#)
[COOPERATIVA](#)
[CRÉDITO RURAL](#)
[CRIME – SERVIDOR PÚBLICO MILITAR](#)
[CRIME CONTINUADO](#)
[CRIME CONTRA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA/CRIME DE RESPONSABILIDADE](#)
[CRIME CONTRA ECONOMIA POPULAR](#)
[CRIME CONTRA INSTITUIÇÃO MILITAR](#)
[CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA](#)
[CRIME CONTRA O MEIO AMBIENTE](#)
[CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO](#)
[CRIME DE FALSO](#)
[CRIME DE TORTURA](#)
[CRIME EM FLAGRANTE](#)
[CRIME FALIMENTAR](#)
[CRIME HEDIONDO E EQUIPARADOS](#)
[CRIMES CONEXOS](#)
[CUSTAS E TAXA JUDICIÁRIA](#)

D

[DANO ESTÉTICO](#)
[DANO MORAL](#)
[DÉBITO PECUNIÁRIO](#)
[DECADÊNCIA](#)

[DECISÃO MONOCRÁTICA](#)
[DEFENSORIA PÚBLICA](#)
[DEFICIENTE FÍSICO](#)
[DEMISSÃO](#)
[DEPÓSITO PRÉVIO](#)
[DEPOSITÁRIO INFIEL](#)
[DEPOSITÁRIO JUDICIAL](#)
[DESAFORAMENTO](#)
[DESAPROPRIAÇÃO](#)
[DESMEMBRAMENTO](#)
[DESKITE/DIVÓRCIO](#)
[DESTITUIÇÃO DE MANDATO](#)
[DESVIO DE FUNÇÃO](#)
[DEVIDO PROCESSO LEGAL](#)
[DILIGÊNCIA](#)
[DIREITO À SAÚDE](#)
[DIREITO À IMAGEM](#)
[DIREITO EMPRESARIAL](#)
[DIREITO IMOBILIÁRIO](#)
[DIREITO DE GREVE](#)
[DIREITO DE SERVIDÃO](#)
[DIREITO DE VIZINHANÇA](#)
[DIREITO DO TRABALHO](#)
[DISPONIBILIDADE](#)
[DOMICÍLIO](#)
[DOMÍNIO PÚBLICO](#)

E

[EMBARGOS](#)
[EMBARGOS À EXECUÇÃO](#)
[EMBARGOS INFRINGENTES](#)
[EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO](#)
[ENERGIA ELÉTRICA](#)
[ENFITEUSE](#)
[EQUIPARAÇÃO](#)
[ESTABELECIMENTO BANCÁRIO](#)
[ESTABELECIMENTO COMERCIAL](#)
[ESTABELECIMENTO DE ENSINO](#)
[ESTÁGIO PROBATÓRIO](#)
[ESTELIONATO](#)
[ESTRANGEIRO](#)
[EXAME CRIMINOLÓGICO](#)
[EXAME DE CESSAÇÃO DE PERICULOSIDADE](#)
[EXCEÇÃO DE PRE-EXECUTIVIDADE](#)
[EXECUÇÃO](#)
[EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE](#)
[EXTINÇÃO DO CARGO](#)
[EXTINÇÃO DO PROCESSO](#)
[EXTORSÃO](#)
[EXTRADIÇÃO](#)

F

[FALENCIA E CONCORDATA](#)
[FARMACÊUTICO](#)
[FAZENDA PÚBLICA](#)
[FGTS – PIS/PASEP](#)
[FIANÇA](#)
[FUNCIONÁRIO INTERINO](#)

G

[GARANTIAS](#)
[CONSTITUCIONAIS](#)
[GRATIFICAÇÃO](#)
[GRATUIDADE DE JUSTIÇA](#)

H

[HABEAS CORPUS](#)
[HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA](#)
[HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS](#)

I

[ICM/ICMS](#)
[IMPEDIMENTO/SUSPEIÇÃO](#)
[IMPORTAÇÃO](#)
[IMPOSTO CAUSA MORTIS](#)
[IMPOSTO DE CONSUMO](#)
[IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO](#)
[IMPOSTO DE LUCRO](#)
[IMOBILIÁRIO](#)
[IMPOSTO DE RENDA](#)
[IMPOSTO DE SELO](#)
[IMPOSTO DE TRANSAÇÃO](#)
[IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES](#)
[IMPOSTO INTERVIVOS](#)
[IMPOSTO ÚNICO](#)
[IMUNIDADE](#)
[INCOMUNICABILIDADE DE BENS](#)
[INCONSTITUCIONALIDADE](#)
[INDENIZAÇÃO](#)
[INELEGIBILIDADE](#)
[INFORMAÇÃO SIGILOSA](#)
[INSTRUÇÃO CRIMINAL](#)
[INTERESSE DE MENOR](#)
[INVENTÁRIO/PARTILHA](#)
[INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE](#)
[IOF](#)
[IPI](#)
[IPTU](#)
[ISS](#)

J

[JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#)
[JUSTIÇA COMUM](#)
[JUSTIÇA ESTADUAL](#)
[JUSTIÇA FEDERAL](#)

L

[LEGITIMIDADE](#)
[LICENÇA PRÊMIO](#)
[LIMINAR](#)
[LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA](#)
[LITISCONSÓRCIO](#)
[LIVROS COMERCIAIS](#)
[LOCAÇÃO](#)

M

[MAGISTÉRIO](#)
[MAGISTRATURA](#)
[MANDADO DE SEGURANÇA](#)
[MANDATO](#)
[MEACÃO](#)
[MEDIDA DE SEGURANÇA](#)
[MEDIDA SÓCIO EDUCATIVA](#)
[MENORIDADE](#)
[MILITAR](#)
[MINISTÉRIO PÚBLICO](#)
[MULTA](#)

N

[NOMEAÇÃO](#)
[NULIDADE](#)

O

[OBJETOS DE USO PESSOAL](#)
[OBRIGAÇÃO DE FAZER](#)
[OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER](#)

P

[PENA](#)
[PENHORA](#)
[PENSÃO POR MORTE](#)
[PERDÃO JUDICIAL](#)
[PESSOA JURÍDICA](#)
[PLANO COLLOR](#)
[PODER DE POLÍCIA](#)
[PODER DISCRICIONÁRIO](#)
[POSSE](#)
[PRAZO](#)
[PRECATÓRIO](#)
[PRESCRIÇÃO](#)
[PREVIDENCIÁRIO](#)
[PRISÃO CIVIL](#)
[PRISÃO PROVISÓRIA](#)
[PROCESSO ADMINISTRATIVO](#)
[PROCESSO LEGISLATIVO](#)

[PROCESSO PENAL](#)
[PROGRESSÃO DE REGIME](#)
[PROMOÇÃO](#)
[PRONÚNCIA](#)
[PROTOCOLO INTEGRADO](#)
[PROVA](#)
[PUNIÇÃO](#)

Q

[QUALIFICAÇÃO](#)
[PROFISSIONAL](#)

R

[READMISSÃO](#)
[RECLAMAÇÃO](#)
[RECONSIDERAÇÃO](#)
[RECONVENÇÃO](#)
[RECURSO](#)
[RECURSO ADMINISTRATIVO](#)
[RECURSO ESPECIAL](#)
[RECURSO EX OFFICIO](#)
[RECURSO EXTRAORDINÁRIO](#)
[RECURSO ORDINÁRIO](#)
[REGIME PRISIONAL](#)
[RESERVA DE PLENÁRIO](#)
[RESPOSTA PRELIMINAR](#)
[RETOMADA DE IMÓVEL](#)
[REVELIA](#)

S

[SAÍDA](#)
[TEMPORÁRIA/TRABALHO EXTERNO](#)
[SALÁRIO EDUCAÇÃO](#)
[SALÁRIO MÍNIMO](#)
[SEGURO OBRIGATÓRIO](#)
[SEGURO DE ACIDENTE DE TRABALHO \(SAT\)](#)
[SEGURO SAÚDE](#)
[SERVIÇO PÚBLICO](#)
[SERVIÇOS DE GUERRA](#)
[SERVIDOR PÚBLICO](#)
[SERVIDOR PÚBLICO MILITAR](#)
[SIGILO BANCÁRIO E FISCAL](#)
[SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.](#)
[SINDICATO](#)
[SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO](#)
[SOCIEDADE ANÔNIMA](#)
[SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA](#)
[SÓCIO - GERENTE](#)

[SUCUMBÊNCIA](#)
[SUPREMO TRIBUNAL](#)
[FEDERAL](#)
[SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR](#)
[SUSPENSÃO PROCESSUAL](#)

T

[TARIFA ALFANDEGÁRIA](#)
[TARIFA DE ÁGUA](#)
[TARIFA DE ESGOTO](#)
[TAXA](#)
[TAXA CONTRA INCÊNDIO](#)
[TAXA DE AGUARDENTE](#)
[TAXA DE ARMAZENAGE](#)
[TAXA DE ASSISTÊNCIA](#)
[MÉDICA](#)
[TAXA DE CALÇAMENTO](#)

[TAXA DE COLETA DE LIXO](#)
[TAXA DE DESPACHO](#)
[ADUANEIRO](#)
[TAXA DE EDUCAÇÃO E](#)
[SAÚDE](#)
[TAXA DE ESTATÍSTIC](#)
[TAXA DE FISCALIZAÇÃO](#)
[TAXA DE RECUPERAÇÃO](#)
[TAXA DE PREVIDÊNCIA](#)
[SOCIAL](#)
[TAXA DE URBANIZAÇÃO](#)
[TERRA DEVOLUTA](#)
[TESTAMENTO](#)
[TESTEMUNHO DE POLICIAL](#)
[TÍTULO DA DÍVIDA PÚBLICA](#)
[TÍTULO EXECUTIVO](#)
[TRÁFICO DE](#)
[ENTORPECENTES](#)

[TRÂNSITO EM JULGAD](#)
[TRANSPORTE](#)
[TRIBUNAL DE CONTAS](#)
[TRIBUNAL DO JURI](#)
[TRIBUTÁRIO](#)
[TUTELA ANTECIPADA](#)

U

[UNIÃO ESTÁVEL](#)
[USUCAPIÃO](#)
[USUFRUTO](#)

V

[VALOR DA CAUSA](#)
[VENCIMENTOS](#)
[V.E.P.](#)
[VITALICIEDADE](#)

ÍNDICE ANALÍTICO